



ORALIDADES

Revista de História Oral

Ano-3 - N° 6 - Jul-Dez/2009

Núcleo de Estudos em História Oral - USP

Núcleo de Estudos em História Oral – USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tél.: (11) 3091-3701 (ramal 238) Fax: (11) 3091-3150
Site: www.fflch.usp.br/dh/neho
E-mail: neho@usp.br

Coordenador

José Carlos Sebe Bom Meihy

Docentes

Fabíola Holanda, Júlio César Suzuki, Leland McCleary, Samira Adel Osman, Sara Albieri, Valéria Magalhães, Zilda Marcia Grícoli Iokoi

Pesquisadores

Alfredo Oscar Salun, Cássia Milena Nunes Oliveira, Fernanda Guimarães, João Mauro Araújo, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Maria Aparecida Blaz Vasquez Amorim, Marta Gouveia de Oliveira, Maurício Barros de Castro, Natanael Francisco de Souza, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Xênia de Castro Barbosa

Universidade de São Paulo

Reitora: Prof. Dra. Suely Vilela
Vice-reitor: Prof. Dr. Franco Maria Lajolo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Prof^a. Dra. Sandra Margarida Nitrini
Vice-diretor: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Departamento de História

Chefe: Prof^a. Dra. Marina de Mello e Souza
Vice-Chefe: Prof^a. Dra. Ana Paula Torres Megiani

Programa de Pós-Graduação em História Social

Coordenadora: Prof^a. Dra. Sara Albieri
Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva

Oralidades: Revista de História Oral

Número 5 – Jan/Jun-2009

ISSN 1981-4275

Site: www.oralidades.com.br

E-mail: revista@oralidades.com.br

Editores

Fabíola Holanda Barbosa

José Carlos Sebe Bom Meihy

Juniele Rabêlo de Almeida

Marcel Diego Tonini

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Conselho editorial

Fabíola Holanda (UNIR-RO), José Carlos Sebe Bom Meihy (USP), Juniele Rabêlo de Almeida (NEHO-USP), Júlio César Suzuki (USP), Leland McCleary (USP), Maurício Barros de Castro (NEHO-USP), Samira Adel Osman (Senac-SP), Sara Albieri (USP), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (NEHO-USP), Valéria Magalhães (USP), Zilda Marcia Grícoli Iokoi (USP).

Conselho consultivo

Alessandro Portelli (Università La Sapienza di Roma), Alberto Lins Caldas (CENHPRE/Universidade Federal de Rondônia), André Castanheira Gattaz (FIB-BA), Aurora Ferreira (Universidade Agostinho Neto, Angola), Dante Marcello Claramonte Gallian (Unifesp), Dolores Pla Brugat (Instituto Nacional de Antropología e Historia, México), Jacqueline Ellis (Jersey City University, EUA), Lucília de Almeida Neves (UFMG/PUC Minas), Marcos de La Rosa (Rhodes College, EUA), Mary Marshall Clark (Columbia University, EUA), Steven Buttermann (Universidade de Miami, EUA), Yara Dulce Bandeira de Ataíde (UNEB-BA), Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Consultores “ad hoc”

Alfredo Oscar Salun (UNIABC), Andréa Paula dos Santos (UEPG), Cleusa Maria Gomes Graebin (Centro Universitário La Salle), Flamínia Moreira Manzano Lodovici (PUC-SP), Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU), José Miguel Arias Neto (UEL-PR), Lourival dos Santos (UFMS), Márcia Regina Barros da Silva (Cehfi/UNIFESP), Maria da Conceição Francisca Pires (Fundação Casa de Rui Barbosa), Rejane Penna (Centro Universitário La Salle), Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Diagramação

João Paulo Santos Freire / Dorys Marinho

Foto da capa

Davide Guglielmo (Haap Media Ltd.)

Revisão e tradução

Maurício Barros de Castro, Roberto Rillo Biscaro

Produção executiva

Fabíola Holanda Barbosa, Cássia Milena Nunes Oliveira, Marcel Diego Tonini, Maria Aparecida Blaz Vasques Amorim, João Paulo Santos Freire e Vanessa Generoso Paes

Solicita-se permuta

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral
Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. — Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2007)-. — São Paulo : NEHO, 2007-

Semestral.

ISSN 1981-4275

1. História oral. 2. Oralidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral.

21ª. CDD 907.2

Sumário

EDITORIAL	09
Linha & Ponto	
<i>Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos</i>	15
Fabríola Holanda	
Dossiê: Narradores e narrativas	
<i>Narrativas cotidianas: tramas que contam experiências de trauma e superação</i>	33
Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
<i>Cápsula narrativa em história oral</i>	49
Alberto Lins Caldas	
<i>Relatos orais, imigração e infância</i>	77
Zeila de Brito Fabri Demartini	
<i>Mulheres entre culturas e seu mundo emocional: a possibilidade de ouvir a própria voz ou o silenciar do eu</i>	105
Sylvia Duarte Dantas	
<i>Canto general: narrativa poética e mítica de Pablo Neruda sobre a América</i>	123
Adriane Vidal Costa	

Silêncio e utopia: memória de ex-operários de Osasco 151
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Provocações

Uma proposta não prosaica de apresentação de narrativas orais 175
Maria Carolina Casati Digiampietri

História oral de vida

*O protesto das tropas: entrevista com um soldado grevista da
Polícia Militar de Alagoas* 199
Juniele Babêlo de Almeida

Tradução

O que é uma “boa” entrevista? 217
Ronald J. Grele

Resenhas

A invenção da baianidade 229
José Carlos Sebe Bom Meihy

Sentidos de vida e morte 235
Fernanda Paiva Guimarães

Sobre os autores 243

Normas de publicação 251

Contents

FOREWORDS	09
Linha & Ponto	
<i>Narratives construction in oral history: searching for “whole narrators”</i>	15
FabrÍola Holanda	
Articles	
<i>Everyday narratives: plots that tell trauma and overcoming experiences</i>	33
Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
<i>Narrative capsule in oral history</i>	49
Alberto Lins Caldas	
<i>Oral reports, immigration and childhood</i>	77
Zeila de Brito Fabri Demartini	
<i>The emotional world of women between cultures: the possibility of listening to ones own voice or the silencing of the self</i>	105
Sylvia Duarte Dantas	
<i>Canto general: narrativa poética e mítica de Pablo Neruda sobre a América</i>	123
Adriane Vidal Costa.	

<i>Silence and utopia: memories of ex blue-collar workers from Osasco</i>	151
Marta Gouveia de Oliveira Rovai	
Essays	
<i>A non prosaic proposal for transcribing oral narratives</i>	175
Maria Carolina Casati Digiampietri	
Life story	
<i>The protest of troops: interview with a soldier striker of Military Police of Alagoas</i>	199
Juniele Rabêlo de Almeida	
Translation	
<i>What is a “good” interview?</i>	217
Ronald J. Grele	
Reviews	
<i>The invention of Baiano identity</i>	229
José Carlos Sebe Bom Meihy	
<i>Meanings of life and death</i>	235
Fernanda Paiva Guimarães	
The authors	243
Publishing rules	251



Editorial





EDITORIAL

O dossiê *Narradores e Narrativas* integra as recentes iniciativas editoriais da revista *Oralidades* que retomam os preceitos norteadores do Núcleo de Estudos em História Oral, grupo de pesquisa – constituído no Departamento de História da Universidade de São Paulo no ano de 1991 – atento às múltiplas relações estabelecidas entre narrativa, memória, experiência e identidade. Os procedimentos caros à história oral valorizam, por meio das narrativas, o tempo presente. Em um espaço de subjetividades, as construções narrativas catalisam impressões e sentimentos. Os artigos, aqui reunidos, indicam debates multidisciplinares sobre as criações discursivas referentes às práticas e valores de diferentes narradores.

Na seção *Linha & Ponto*, Fabíola Holanda propõe a busca da “plenitude do narrador” a partir de reflexões sobre os procedimentos da história oral; com atenção especial para as entrevistas – momento primordial na criação/constituição das narrativas. A autora apresenta a história oral como conhecimento autônomo, que exige discussões teóricas sobre transcrição, mediação e colaboração. Na abertura de *Narradores e Narrativas*, dossiê temático composto por seis artigos, Suzana Lopes Salgado Ribeiro analisa as narrativas históricas e cotidianas de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O texto revela, na interação pesquisador e colaborador, um minucioso trabalho de história oral de vida.

O artigo seguinte, redigido por Alberto Lins Caldas, apresenta reflexões sobre entrevista, narradores, pontuação, projeto e transcrição. Sugere-se, como desafio, a noção de *Cápsula narrativa em história oral*. Na sequência, a socióloga Zeila de Brito Fabri Demartini analisa relatos orais de pessoas que passaram pelo processo migratório e, quando crianças, se inseriram na sociedade de adoção. A autora aponta diferentes infâncias a partir das narrativas elaboradas por grupos imigrantes do Estado de São Paulo, especificamente: japoneses, alemães e portugueses.

A partir da perspectiva intercultural em diálogo com a abordagem psicanalítica e estudos de gênero, Sylvia Dantas apresenta narrativas de mulheres brasileiras em diferentes contextos culturais, desvelando interfaces do “mundo emocional” feminino. A autora elucida a questão de gênero, indicando o significado do “silenciar e emancipar da voz feminina” nos estudos migratórios. O texto de Adriane Vidal Costa apresenta a narrativa poética e mítica de Pablo Neruda sobre a América. A obra *Canto general*, publicada em 1950, é resultado das múltiplas experiências e identidades do poeta chileno; em especial, sua militância política. Marta Gouveia de Oliveira Rovai, no texto *Silêncio e utopia*, memórias de

ex-operários de Osasco, apresenta, sob o signo da repressão, narrativas que afirmam as memórias de luta e a utopia da mudança dos operários participantes de uma greve em Osasco no ano de 1968.

Na seção Maria Carolina Casati Digiampietri apresenta uma polêmica proposta de transcrição de narrativas orais: trata-se de um modelo icônico que revela, na experiência da entrevista, o ritmo e a fraseologia da fala. Já a coluna apresenta o texto de Ronald Grele, pertencente ao Oral History Research Office da Columbia University. O autor observa a relação entre entrevistador e entrevistado, apontando algumas sugestões a fim de tentar assegurar a produtividade da entrevista. Também, há orientações que podem auxiliar na mediação dos relacionamentos nas entrevistas, destacando os procedimentos éticos em história oral.

A publicada neste volume, aponta importantes questões para o estudo dos movimentos reivindicatórios de policiais militares. Juniele Rabêlo de Almeida apresenta a entrevista com Elias Barboza, um soldado grevista da Polícia Militar de Alagoas. A narrativa do soldado Barboza indica a dificuldade de se compatibilizar o princípio da igualdade e o direito de participação, com preceitos militarizantes de disciplina e hierarquia.

Dois resenhas encerram este volume. A primeira, redigida pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy, refere-se ao livro de autoria de Agnes Mariano. Já Fernanda Paiva Guimarães resenhou dois filmes lançados no Brasil em 2009 – o japonês Yojiro Takita, 2008) e o peruano Claudia Llosa, 2009) – que, apesar de abordarem realidades distintas, são analisados em conjunto para reflexões ligadas à memória, identidade e comunidade.

O presente número da revista Oralidades contou com o envolvimento dos atuais integrantes da Equipe Editorial e de especialistas que gentilmente se dispuseram a elaborar pareceres. Registramos nossos sinceros agradecimentos.

A EQUIPE EDITORIAL



Linha & Ponto





Construção de narrativas em história oral: em busca dos narradores plenos

Fabíola Holanda

RESUMO: Esse texto apresenta e discute as preocupações e os procedimentos específicos que devem ser considerados durante a realização das entrevistas de história oral. Nesse caso específico a história oral é entendida como conhecimento autônomo e a entrevista como momento primordial e definidor na criação e na constituição das narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas, História Oral, Narradores Plenos

ABSTRACT: This text presents the specific procedures that may be considered during an oral history interview. On that specific case, the oral history is taken as a new subject and the interview as the prime and definite moment of the narrative construction.

KEY-WORDS: Narrative, Oral History and Narrator

A história oral, como conhecimento autônomo, explora as ligações entre memória, história, narrativas e texto redefinindo as relações entre passado-presente, nas quais as narrativas são construções localizadas dos sujeitos. Levando-se em consideração não somente as informações contidas nos relatos, mas o próprio modo de narrar, daí a importância de nos atermos ao momento da entrevista com cuidados éticos que garantam ao colaborador o “espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade e condições” (MEIHY, 2002, p. 131; CALDAS, 1999, p. 124) e, dessa maneira, escolher por onde e como gostaria de narrar, sem impor a temporalidade e a organização narrativa do pesquisador.

Essa perspectiva nada a ver com uma pretensa “não interferência”, pois a história oral ao se desenvolver como um diálogo assume a relação entre o oralista e o colaborador¹. A perspectiva de história oral a que me refiro redimensiona o papel do entrevistado (MEIHY, 1990, 1991, 1993, 1996a, 1996b, 2004, 2005), colocando-o no centro da pesquisa não mais como simples depoente, mas como colaborador, participante imprescindível, sem o qual o trabalho não seria possível e com quem “podemos repartir as responsabilidades” (1990, p. 22); e com procedimentos de entrevistas que tentam por em prática uma narração livre.

A entrevista é o momento primordial para o estabelecimento da narrativa em história oral, na qual o diálogo acontece e se inicia o trabalho de colaboração. Todas as atenções do oralista precisam se voltar para esse momento da constituição da narrativa, pois a maneira como nos portamos na entrevista, a forma que abordamos o colaborador e damos andamento ao diálogo têm relação direta e determina o tipo de narrativa que teremos no final do processo transcriativo.

É no momento da entrevista que as questões, envolvendo voluntarismo e estímulos, precisam ser cuidadosamente pensadas e consideradas. É muito importante que o colaborador aceite

1-O conceito de colaborador, estabelecido por Meihy (1990, p. 22; 1996a, p. 53), propõe reposicionamento do entrevistado, que deixa de ser informante, ator social ou objeto de pesquisa e passa a ser a pessoa que aceitará ser entrevistada, ocupando papel preponderante na pesquisa, interferindo na feitura do texto em todos os seus estágios.

participar e que lhe seja propiciado escolher, voluntariamente, por onde deseja iniciar sua narrativa.

Nessa maneira de construir a narrativa em busca da plenitude do narrador, o voluntarismo se dá porque é o colaborador que escolhe por onde quer começar a contar sua experiência, mas dessa escolha não estamos excluindo ou apagando o contexto em que a entrevista aconteceu, a presença do gravador (ou aparelhagem técnica) e mediação do oralista. Tudo isso, é claro, interfere nessa escolha. Essa opção por fazer com que o colaborador construa sua narrativa não é ingênua, mas sim postura diante do que queremos ao realizar tal entrevista: queremos que as narrativas tenham personalidade, que elas apresentem inícios diferentes, percursos de acordo com a trajetória da vida estabelecida a partir do contar do colaborador e não entrevistas em que se pode “adivinhar” as perguntas que cortaram os textos e as emendas que mesmo depois da textualização aparecem, uma vez que se repetem exaustivamente em todas as entrevistas apresentadas².

Não partimos para perguntas porque não queremos informação sobre algo, queremos compreender como o nosso colaborador articula a narrativa sobre sua vida.

Dito isto fica claro que o estímulo existe durante todo o processo, afinal é para o oralista que a entrevista será dada, é entre oralista e colaborador que se dará o diálogo e não há incoerência entre o voluntarismo e o estímulo, pois o que teremos é resultado de um processo transcriativo, que se inicia desde a elaboração do projeto até a recepção pública das narrativas (CALDAS, 1999, p. 71-79).

O resultado dessa postura durante a realização da entrevista é o *texto/narrativa* transcriado em colaboração. Agora não teremos mais entrevistas, nem documento no sentido positivista, que assim como a “concepção Clássica de Texto”, institucional e corrente, que segundo Barthes, “está, evidentemente, ligada a uma metafísica, a da verdade” (2004 p. 264). Mas teremos *texto/narrativa* no sentido

2 - Essa história oral constrói o texto/narrativo que será o nosso referente num processo colaborativo que se inicia com a pré-entrevista e segue as etapas de realização da entrevista propriamente dita, a, transcrição, depois a textualização e a transcriação.

barthesiano do “texto único”, integral, como “entrada de uma rede de mil entradas”, e não como acesso a um Modelo (1992, p. 46), que é induzido por uma formação a priori. O texto em história oral como referente de si mesmo (CALDAS, 2001, p. 20) carrega consigo a própria teoria e se abre a múltiplos significados. O texto como “intertexto”, como “uma prática significante”, como “produtividade” e não como produto, mas como teatro de uma produção. Assim, deveríamos tratar as narrativas em história oral.

É preciso marcar a diferença. Não estamos construindo “texto-documento”, “entrevistas-documento”, mas texto, que difere de documento, não somente no nome, mas como postura interpretativa: “é necessário emancipar o *status* monológico legal da significação e pluralizá-la” (BARTHES, 2004, p. 273).

Estamos encarando as narrativas como “espaço polissêmico no qual se entrecruzam vários sentidos possíveis” (2004 p. 272-273). Daí esse texto exigir outra postura de leitura, que não as das “disciplinas canônicas” (História, Sociologia, Lingüística, Psicanálise, Antropologia) e, também, que não as despreze, mas que sejam utilizadas “parcialmente, livremente e, sobretudo, relativamente”, criando campos interpretativos “sobredeterminado, plural” (2004, p. 285).

Por isso mesmo, a história oral, difere do trabalho com fontes orais, que estão integradas a uma disciplina como instrumentos e técnicas, ou como metodologia de pesquisa, “que apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho”, mas que “as soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre tiveram: na boa e velha Teoria da História” (FERREIRA(2); AMADO, 1996, p. XVI), e poderíamos acrescentar, na Sociologia, na Antropologia, na Geografia. Essa idéia, que é aceita por boa parte dos historiadores orais brasileiros³, reduz, a nosso ver, a história oral a trabalhos com fontes orais, ou seja, as entrevistas de pessoas, de indivíduos, são utilizadas aos fragmentos para corroborar e justificar suas hipóteses e problemáticas.

3 - Para verificar as diferenças entre os trabalhos dos historiadores orais brasileiros e entre as concepções de história oral no Brasil, é interessante ler os artigos, textos e resenhas dos encontros nacionais e regionais da Revista da Associação Brasileira de História Oral, os livros organizados por Ferreira e Amado (1996), Meihy (1996), Simson (1997), todos listados na bibliografia.

A diferença é que a história oral pode tratar da experiência de um sujeito, de um indivíduo único e singular, alguém que viveu efetivamente e que, ao ser narrada, gera múltiplas imagens como se tivesse entrado numa sala de espelhos, e desvela-se o verdadeiro fascínio da história oral, o fascínio do vivido. E esse vivido deve ser encarado como dimensão do presente que é o tempo eleito por essa história oral (CALDAS, 1999; MEIHY, 2004a). E a matéria dessa história oral é a narrativa, que “é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões” (MEIHY, 2005, p. 56) no presente (momento da entrevista) sobre um possível passado (o vivido) e que podem trazer alguns elementos como a mentira e o esquecimento, nos fazendo pensar que, além do fascínio, a história oral lida com a nostalgia de um passado idealizado e o idílico de um futuro desejado e imaginado. Sentimentos que ligados às emoções, às paixões e à saudade compõem o que Rubem Figgot (apud MEIHY, 2005, p. 56) chamou de “a boa narrativa”.

Essa forma de pensar as narrativas e mesmo essa concepção do que é história oral têm um trajeto que coincide, a partir de 1996, com a própria história da História Oral no Brasil. Pensando a trajetória de um de seus fundadores e toda a escola de pensadores por ele formada.

Essa história oral, que era inicialmente um “*locus* multidisciplinar federativo” (MEIHY, 1996b, p. 48-55), vai apresentando-se como um conhecimento autônomo e radical (MEIHY, 2003, p. 31-41) e exige cada vez mais uma postura teórica diferenciada e geradora de um tipo de leitura e de interpretação não somente novas, mas também próprias da história oral diante dos textos transcritos nesse processo. Entre o primeiro texto que define a história oral como “*locus* multidisciplinar federativo” (1996) e o texto “Radicalização da História Oral” (2003), temos quatro versões do Manual de História Oral de José Carlos Sebe Bom Meihy (1996; 1998, 2000, 2002) através das quais podemos perceber a mudança no estatuto dessa história oral, que pode ser verificada em seus livros subsequentes (2005 e 2007).

No primeiro Manual a História Oral já é apresentada como um conjunto de procedimentos específicos que vai desde a elaboração do projeto até a devolução pública do trabalho, se diferenciando

dos trabalhos com fontes orais. A entrevista já apresentava papel preponderante no trabalho e isso se notava a partir dos conceitos sistematizados por Meihy como colaborador, colônia e rede e ao estabelecer etapas operacionais para a construção do documento em história oral: pré-entrevista, entrevista propriamente dita, transcrição, textualização, transcrição, conferência, carta de cessão, publicação e arquivamento. Nesse ponto já se assumiu uma percepção diferenciada da importância da entrevista ao constituí-la em colaboração, e por redimensionar o papel do entrevistado. Mesmo assim, o Manual apontava para outras possibilidades de trabalhos com entrevistas, marca esta que se manteve nas edições seguintes.

Do segundo Manual para o quarto, aparece a preocupação de diferenciar como, esta linha de história oral, compreendia as relações entre memória e história; oralidade e escrita; identidade e comunidade, é um momento importante porque vai indicar que o conjunto desses conceitos, idéias e preocupações poderiam conferir a história oral um *status* diferenciado, a partir do estabelecimento de um *corpus* teórico próprio diretamente relacionado às suas práticas. Já neste momento, não resta dúvida que não é mais possível pensar na história oral como “mera prática de registros, arquivamentos ou substituição documental” (MEIHY, 2005, p. 9) e que é necessário a construção desse corpus e isso não pode ser feito no modelo editorial de um manual.

Do quarto Manual para o quinto toda essa idéia se reforça e ganha espaço. A parte operacional cede espaço para a apresentação pontual dos conceitos e, pelo menos, dois caminhos se abrem: um que conduz a uma história oral política, atuante, fomentadora de políticas públicas, que diz respeito a um grupo, a uma comunidade; e outra história oral que abre para os caminhos textuais, para as discussões sobre oralidade, para o trabalho com o indivíduo e a sua experiência, a politicidade da história oral acontecerá em outra esfera, na esfera da consciência, do eu que se diz ao narrar sua experiência de vida e consegue dar sentido a sua existência. E a radicalização está na apresentação da história oral, não mais como um lugar onde todos podem usufruir sem atravessar as fronteiras disciplinares, mas como um “Sistema”; ela não é mais

somente a parte procedimental que vai construir o documento, mas toda a articulação que se compreende desde a elaboração do projeto até a construção de uma interpretação própria.

Esse percurso que apresentei com o *Manual de História Oral* representa a trajetória de uma linha de história oral, dentre tantas outras, que é praticada no Brasil. Vale mencionar, aqui, alguns balanços feitos sobre a história oral brasileira, que podem facilitar a visualização das principais diferenças dessa outra história oral.

O primeiro balanço é o de Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, *História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta* (1996), que discute basicamente a diferença entre o trabalho com fontes orais e história oral, através de uma proposta de conceituação e a apresentação de uso das entrevistas a partir da Sociologia. Neste texto fica claro que o simples uso da entrevista, não configura história oral e que o projeto de pesquisa onde se deve especificar o uso de entrevista é fundamental, bem como os objetivos da pesquisa, que não devem ser pautados “no interesse em comprovar fatos, em acrescentar informações à documentação existente, nem mesmo atestar a veracidade dos relatos, mas conhecer sua vivência e sua versão” (LANG, 1996, p. 38). A idéia de que a história oral pressupõe um projeto e que o uso da entrevista vai além do registro documental é ponto pacífico entre os pesquisadores que pensam a história oral como um conhecimento que vai além da técnica de captação de entrevistas.

Na apresentação do livro *Usos e abusos da História Oral* (1996), as organizadoras, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado fazem uma importante discussão sobre o status da história oral, identificando e caracterizando três linhas de atuação:

- uma que vê a história oral como uma técnica, voltada para o registro através de entrevistas (nesse caso, não considero história oral, pois estaria mais ligado ao trabalho com fontes orais);
- uma segunda que pensa a história oral como uma disciplina autônoma, que considera a entrevista como o núcleo central da investigação e que gera uma série de preocupações como, por exemplo, as relações entre escrita e oralidade. Além disso, traz para a cena as trajetórias individuais, reformula a relação sujeito/

objeto, elege o presente como perspectiva temporal das narrativas. Essa perspectiva de história oral tem um apelo público que ultrapassa os muros da academia e vai exigir toda uma discussão sobre quem é quem na história oral. Nesse caso a valorização da narrativa pede, também, caminhos alternativos de interpretação.

-e uma terceira linha que defende a história oral como uma metodologia que pode estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho, formulando perguntas e suscitando questões, mas que não pode resolvê-las, posto que, segundo as autoras, isso cabe ao campo teórico das disciplinas canônicas.

Outro balanço foi feito por André Gattaz, no artigo *Meio século de história oral* (1998). Nesse artigo Gattaz apresenta as várias maneiras de se fazer história oral classificadas em seis “tendências” ou “escolas” que ele chamou de História das Elites; história oral Historicista, História dos Vencidos; Gente Ordinária, história oral Metalingüística e Outras Tendências. Essa classificação não segue os critérios historiográficos, nem cronológicos, nem geográficos. Mas baseia-se no tipo de assunto/tema/objeto a ser estudado, e variando enormemente os usos da história oral e seu status. Para Gattaz, na História das Elites estão os grupos vocacionados ao registro de experiência de pessoas “significantes” da sociedade, da política, entrevistando homens representativos de uma época e de um setor social. Na tendência Historicista estão aqueles que acreditam que através das fontes orais pode-se “recuperar” fatos históricos do passado de um bairro, de uma cidade, de uma instituição, de um personagem, de um processo histórico. Os grupos que vêem na história oral a possibilidade de se “resgatar” a história dos movimentos sociais ou políticos, que foram silenciados, que não possuem registro escrito, ou que tiveram suas histórias distorcidas pela visão da elite, foram alocados na tendência da História dos Vencidos. Paralelo aos historiadores dos vencidos estão aqueles que se voltaram à gente comum, aos marginalizados e que militam uma história oral política que pretende transpor os muros acadêmicos e chegar as “lamas da favela e ao contato com o lumpesinato” (1998, p. 34), fazendo a história oral de gente ordinária. Na tendência história oral Metalingüística encontram-se os pesquisadores que estão mais preocupados com

o depoimento oral em si, do que com a informação neles contidas. Para esse grupo, importa a forma, a maneira como foi dita e contada a história, e consideram a narrativa como uma construção da memória. Em *Outras Tendências* o autor colocou aqueles grupos preocupados com a criação e manutenção dos arquivos orais e a vertente biográfica que busca os testemunhos da vida de um personagem, geralmente público, mas não necessariamente vinculado as elites. (tendência esta, que desde então, que vem ganhando adeptos dentro e fora da academia)

Há muitas maneiras de se fazer história oral. Na ânsia de caracterizar a história oral a que me refiro, identifico alguns pressupostos básicos que diferenciam e destacam essa maneira de fazer, e, por isso mesmo, reivindicamos ser uma “outra história oral”:

Em primeiro lugar o fato de privilegiarmos a narrativa do colaborador como núcleo documental principal nos nossos trabalhos, onde a preocupação com a constituição desse *corpus* narrativo exige uma postura diferenciada diante do nosso entrevistado. Mais do que a mudança sujeito-objeto para sujeito-sujeito, praticamos a colaboração, onde o sujeito se transforma em colaborador cuja fala será construída e autorizada por ele. Nossa interferência se dará num nível de mediação e não mais de autoria do texto.

Em segundo lugar a preocupação com a devolução dessa história oral, que nos remete às perguntas que Meihy nos faz em seu manual: “História oral de quem?”, “Para quem?”, “Por quê?”, e “Como?”, sugerindo um comprometimento político e ético com os colaboradores envolvidos na pesquisa e propondo uma história oral pública que ultrapasse os muros acadêmicos e que seja geradora de políticas públicas.

Em terceiro lugar a maneira como apresentamos os resultados das entrevistas, sempre integral, um texto transcrito, em contraposição ao uso fragmentado das narrativas. Esse modo de apresentar as narrações das histórias de vida dos colaboradores, completa e dá sentido à idéia de colaboração e mediação. Com as histórias integrais vislumbramos mais e melhor as possibilidades de interpretação, e dimensionamos a importância do tema ou assunto, que queremos tratar, na fala do colaborador.

Em quase todas as experiências de história oral no Brasil, seguindo qualquer um dos balanços acima, ou qualquer “tendência” ou “escola”, o uso da entrevista é fragmentário, é aos pedaços, sem possibilidade de contextualização na fala que originou o fragmento. Pois muitas vezes só se transcreve e textualiza (mesmo sem estar explícito que esse procedimento seja praticado) o fragmento da narrativa que será usado. O que não faz parte dos “objetivos” e “interesses” da pesquisa é descartado. Daí, também, o descaso na conferência e na autorização de uso das narrativas.

Com o processo transcriativo assumido, o retorno ao colaborador do texto resultante da entrevista, para sua leitura, negociação, colaboração e aprovação, é inevitável. É a parte final do processo que se iniciou no primeiro contato. E a sua apresentação/publicação de maneira integral no trabalho torna-se imprescindível para essa história oral, que se pretende pública e comprometida com o outro e com a comunidade pesquisada.

Importa pensar como essas reflexões geraram e ao mesmo tempo foram geradas por uma postura metodológica, por uma posição diante do outro, das suas experiências e das redes interpessoais envolvidas. Essa dimensão pode ser medida pela maneira como procedemos nas e com as entrevistas. Aqui também ocorre uma mudança na percepção de um dos conceitos fundamentais da história oral que estamos falando: o de transcrição.

Para Meihy, até a publicação da quinta edição do seu *Manual de História Oral* em 2005, a transcrição é a última etapa de um processo de estabelecimento do texto que se inicia com o projeto, passa pela pré-entrevista, depois pela entrevista, propriamente dita, levando a uma textualização até chegar:

[...] a fase final do trabalho dos discursos. [...] Teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. [...] tem como fito trazer ao leitor a aura do momento da gravação. [...] O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceite esta condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiza. Com isso valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo prenhe de sugestões. (MEIHY, 1991, p. 30-31).

Considerando ainda que temos uma fase de efetivação da colaboração onde fazemos a conferência do texto com o colaborador e posteriormente a fase da devolução pública.

Caldas (1999), ao estabelecer um diálogo profundo com a história oral de Meihy, vê a transcrição não como uma das etapas da entrevista, mas como uma “Transcrição Hermenêutica”, definindo-a como:

...concepção e visão de mundo, não somente de como se produz um texto, mas sobre o fundamento da própria realidade e de como podemos compreendê-la e modificá-la. (CALDAS, 1999, p. 74).

Essa “concepção e visão de mundo” impõe uma busca mais radical pelo colaborador, pela sua experiência e leva a um afastamento do tema que eventualmente tenha motivado inicialmente o projeto, pois ao nos colocamos em diálogo com o outro, vemos que ele extrapola com sua vivência qualquer categoria, rótulo, rede ou comunidade de destino⁴. E devemos buscar nesse colaborador através da sua visão particular de mundo a humanização das percepções, aquilo que Meihy (2004a, p. 40) apontou como sendo a matéria essencial da história oral:

A história oral se apresenta como forma de captação de experiência de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento. (MEIHY, 2004a, p. 51)

E “quanto mais elas contarem ao seu modo”, mais realizaremos essa história oral que se preocupa com uma percepção do indivíduo, com uma visão singular de mundo, com os sentimentos, as mentiras, os esquecimentos, o sonho, a subjetividade, as redes simbólicas da singularidade, como outras dimensões do conhecimento, que se diferenciam daquela que é gerada por estudos de temas, análises estruturais, partidos políticos e de um tipo de trabalho com entrevistas que usa o entrevistado como mero informante ou “objeto” fragmentado para servir ao projeto.

4 - Para Meihy a colônia é definida “pelos padrões gerais de sua comunidade de destino”, que é “aquilo que identifica as pessoas, os motivos, as trajetórias que as reúnem em características afins” (1996, p. 53); a rede é “uma subdivisão da colônia e que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem deve ser entrevistado ou não” (1996, p. 53), ou seja, define “colaborador” como uma pessoa que aceitará ser entrevistada e que ocupará papel preponderante na pesquisa, sem os quais a mesma não seria viabilizada.

Essa história oral exige, portanto, uma postura frente à entrevista que possa deixar fluir essa experiência, esse modo de contar e de narrar a vida. Postura que permita que o colaborador fale mais livremente, sem direcionamentos marcantes, sem imposições de uma temporalidade estranha e dominadora que tornam todos iguais e se sobrepõe às singularidades, sem o pleno fantasma do pesquisador e da sua disciplina, mas de um pesquisador também humanizado, marcando a entrevista apenas com sua presença humana e não mais como um advogado, um delegado ou um cientista. O oralista se separando do historiador oral.

É preciso deixar claro que essa postura não deve jamais apagar as questões que marcam e estabelecem o ritmo do diálogo durante a entrevista. O fato de sermos quem somos, ou seja, de sermos, por exemplo, de uma universidade ou de uma empresa, de sermos homens ou mulheres, jovens ou velhos, ricos ou pobres, instruídos ou não e o próprio contexto em que nos encontramos dariam formato prévio e gerariam um tipo de narrativa. Não se trata do “mito da não interferência” (PORTELLI, 1997, p. 32) ou de uma objetividade às avessas, muito menos de nos colocarmos como os que “dão voz” aos excluídos. Mas ter uma postura que permita que as diferentes temporalidades e concepções de mundo se digam do modo que achar melhor, sem que se tenha alguém dizendo o que é ou não importante a ser dito.

Nesse aspecto a idéia da transcrição retoma seu sentido de origem, transcriar para comunicar melhor o sentido, a intenção. A “tradução” do oral para o escrito não se opera com uma simples transcrição, assim como uma tradução de idiomas diferente, especialmente, quando se trata de um texto subjetivo como a poesia e a narrativa do colaborador. Blanco, em espanhol, não se traduz para branco em português, simplesmente. Essa simples transposição de línguas gerou um texto conjunto de dois importantes poetas Otávio Paz e Haroldo de Campos: *Transblanco* (1986), e é de onde Meihy assimilou o conceito de transcrição. O poema é outro, e é o mesmo, a entrevista transcrita é outra e é a mesma. A transcrição nos aproxima do sentido e da intenção original que o colaborador quer comunicar. Essa história oral é, portanto, “comunicação em presença, a energia, o envolvimento multis-

sensorial que inclui, entre outras, a “categoria da fascinação” (FERREIRA1, 1997, p. 66), da nostalgia, do idílico. E que precisam permanecer na escrita, quando já não mais existir “a presença”, “o diálogo”.

Nesse sentido, a idéia de transcrição como aquilo que compreende todo o processo deve nortear os procedimentos durante a entrevista, que devem ser regidos por alguns critérios e preocupações a seguir:

1. Não queiram fazer uma entrevista dirigida com pergunta e resposta impondo ordenamentos narrativos e, conseqüentemente, temporais, gerados por perguntas como: “onde e quando nasceu?”, “nome do pai e da mãe?”, “profissão?”, que têm como função obter “informação” para complementar dados de pesquisas ao mesmo tempo em que formatam o conjunto narrativo à imagem das “crenças” do pesquisador;
2. Não queiram fazer entrevistas com perguntas abertas para esclarecer temas da pesquisa, para saber a opinião das pessoas sobre determinado assunto ou acontecimento histórico, realizando um estudo temático, seja sociológico, histórico, geográfico, educacional, sob o título de história oral temática, que terminaria servindo somente ao pesquisador, sem atingir a plenitude possível do colaborador, realizando na verdade um trabalho com fontes orais;
3. Pensem a entrevista como diálogo que seja “aberto ao aconchego, à confidência e ao respeito” (MEIHY, 1996a, p. 55) e colocando-a, como diz Caldas (1999, p. 99), “em patamar diferente de uma simples técnica”, pois não se trata de obter informações, criar documentos, mas de estabelecer comunicação entre pessoas com o único objetivo de compreender (GARRET, 1967, p. 18) com plenitude um outro que, sem nós, sem esta história oral, estaria fadada a não ser uma experiência compartilhada, como é dado aos heróis, aos vencedores.

Esses critérios e preocupações durante a entrevista geram um tipo de texto/narrativa que praticamente elimina o primeiro trabalho da textualização que tem como um de seus objetivos transformar a entrevista (pergunta e resposta) em texto fluido, essa operação começa com a:

Anulação da voz do “entrevistador”, dando espaço a fala do narrador. [...] Consta desta tarefa a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para o texto escrito. Pelas palavras-chave estabelece-se o corpus, isto é, a soma de assuntos que constituem o argumento. Faz parte do momento da textualização a rearticulação da entrevista de maneira a fazê-la compreensível, literariamente agradável. (MEIHY, 1991, p. 30).

É bem verdade que essa “anulação” não é a simples eliminação da voz, das perguntas do entrevistador, mas “inclusão na dialogicidade do texto” (Caldas (1998, p. 41) quando isso for pertinente e exigido pela estrutura narrativa.

O que pretendemos nas entrevistas é assumir a nossa participação efetiva no diálogo, mas garantindo ao colaborador a escolha do *quê* e *como* gostaria de narrar sua experiência. Para isso é necessário pensar num tipo de abordagem que garanta ao colaborador perceber que gostaríamos de ouvir sobre sua experiência de vida e não sua “história de vida”, ou sua vida de “hanseniano”, “sem-teto”, “sem-terra”, “migrante”, “soldado”, “mulher”, “cantora”, “artista”, “esportista”, “militante” ou qualquer outro rótulo, pois queremos que essas situações venham dimensionadas na própria narrativa, como escolha sua e não como imposição temática.

Dessa forma, queremos que a pessoa se apresente plena e livremente, mostrando seus feixes narrativos que amarram múltiplas identidades em uma mesma fala. Nessas entrevistas de história oral nos encontramos com diferentes protagonismos que fazem com que os sujeitos se expliquem dentro de suas complexidades. Evidentemente muitas vezes essas narrações são apresentadas de forma não linear, posto que não é linear a forma com que aconteceram. Em narrativas plenas⁵ pode haver “misturas” de temporalidades e de identidades, refletindo um pouco mais a concomitância da vida e a pluralidade de suas situações.

Uma experiência reveladora dessa busca pela narração plena ocorreu durante a realização da pesquisa do meu doutoramento

5 - A Idéia de Narradores Plenos nasce da proposta de Cápsula Narrativa (<http://www.albertolinscaldas.unir.br/capsula.html>), e toma força com a idéia de Pontuação em História Oral (CALDAS, 2008, p. 163-170).

(HOLANDA, 2006), o encontro com o meu colaborador Adálio Pereira de Oliveira.

Durante a entrevista Adálio contou-me que é filho de Vicente Pereira de Souza, nascido em Grossos - Município de Aurora-CE, e de Inácia Pereira de Oliveira, de Pajeú das Flores-PE. Nasceu em Aurora-CE (19/04/1923), é Católico; tinha, ao tempo da primeira entrevista (1998), 75 anos. É aposentado pelo FUNRURAL, mas já foi soldado da borracha, caixeiro de loja, agricultor. Coursou até o 3º ano ginásial e chegou à comunidade Santa Marcelina⁶ pela primeira vez em 5 de abril de 1978 e saiu em 9 de janeiro de 1979, e voltou, definitivamente, em 19 de março de 1997, quase um ano após a morte da sua segunda mulher. Até a sua saída no ano de 2001 para morar num quarto alugado em Candeias do Jamarí. Era seu sonho maior sair da comunidade, conseguir uma prótese e deixar a comunidade. Foi nas dependências desse quartinho alugado que fizemos a última conferência da sua narrativa em maio de 2005.

Essa breve apresentação da sua história não chega nem perto da história contada por ele mesmo, do jeito que ele quis, por onde quis começar. A narrativa de Adálio fluiu, ele estava disposto a contar e cantar. Sabia da experiência que podia e queria dispor, como se já nos esperasse. A sua “faculdade de intercambiar experiências estava intacta” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Ele é um narrador do tipo que Walter Benjamin reclamava estar se perdendo porque as ações da experiência não eram mais consideradas. Adálio é um pouco o “camponês sedentário”, tendo sido, também o “marinheiro comerciante”, exemplos de tipos de narradores benjaminianos. Fez uma longa viagem, atravessou o sertão e o interior do país até a Amazônia e lá se fixou. Carrega consigo as experiências do viajante e do homem do lugar. Isso faz dele um narrador especial, pois ele intercambia esses dois tipos de narradores e, como disse Benjamin: “A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presente esses dois grupos: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante!” (1994, p. 198).

6 - Comunidade administrada por Freiras Marcelinas em Porto Velho-RO.

Adálio trouxe sua experiência e teve um grande prazer em me contar a sua história de vida e se sentiu estimulado a fazê-lo quando percebeu ter encontrado interlocutores que estavam interessados na sua vida, foi como se ele tivesse se preparado à vida inteira para contar. O resultado desse encontro foi um texto múltiplo, de mil entradas, muitas interpretações e recheado de temas e questões que foram muito além daqueles que tinham motivado o projeto inicial. Inclusive essas questões apareceram de uma maneira muito mais rica e significativa, no tempo da sua narrativa, no momento que ele mesmo escolheu contá-las e referenciá-las, dando uma dimensão muito maior a cada uma delas.

Daí concluímos que o texto/narrativa produzido em colaboração, a partir dessas preocupações e procedimentos durante a entrevista de história oral, é resultante, também, dessa busca pela narração plena, que nada mais é do que a procura pelo sentido do outro, pela maneira como o colaborador enxerga a sua própria experiência e como ele a organiza no momento da narração. Essa deve ser a motivação maior para a realização de um projeto de História Oral. E que os “temas”, “assuntos”, “questões”, “hipóteses”, “problemas” sejam dimensionados por essa escolha narrativa do colaborador.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **Inéditos** 1: teoria. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 1. Coleção Roland Barthes.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALDAS, Alberto Lins. Seis ensaios de História Oral. **Caderno de Criação**, Porto Velho, Centro de Hermenêutica do Presente, n. 15, p. 38-60, jun. 1998.

_____. Transcrição em História Oral. **NeHo-História**: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral, São Paulo, n. 1, p.71-79, nov. 1999.

_____. **Oralidade, texto e história:** para ler a História Oral. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Nas águas do texto:** palavra, experiência e leitura em História Oral. Porto Velho: Edufro, 2001.

_____. **Cápsula narrativa.** Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/capsula.html>. Acesso em: 25 jan. 2006.

_____. Pontuação em História Oral. **Oralidades:** Revista de História Oral, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 163-170, jul./dez., 2008.

FERREIRA (1), Jerusa Pires. Os desafios da voz viva. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **Os desafios contemporâneos da História Oral.** Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. p. 59-68.

FERREIRA(2), Marieta de Moraes. (Org.). **Entre-vistas:** abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____. (2); AMADO, Janaína; et al. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GARRET, Annette. **A entrevista, seus princípios e métodos.** Rio de Janeiro: Agir, 1967.

GATTAZ, André Castanheira. Pensando meio século de História Oral. **Caderno de Criação,** Porto Velho: Centro de Hermenêutica do Presente, n. 15, ano V, p. 28-37, jun. 1998.

HOLANDA, Fábíola. **Experiência e memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia.** Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LANG, Alice Beatriz da S. Gordo. **História Oral:** muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista:** história oral de vida acadêmica. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. **Canto de morte Kaiowá:** história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **História e memória ou simplesmente História Oral?**

Anais do Encontro de História e Documentação Oral, Brasília: UnB, p. 5-11, 1993.

_____. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996 a/2004a / 2005.

_____. (Org.). **(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996b.

_____. The radicalization of Oral History. **Words & Silences**: Journal of the Internacional Oral History Association, México, v. 2, n. 1, p. 31-41, jun. 2003.

_____. **Brasil fora de si**. São Paulo: Parábola, 2004b.

_____. **Augusto & Lea**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente? **Projeto de História**, São Paulo, n. 14, p. 31-32, fev. 1997.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

Narrativas cotidianas: tramas que contam experiências de trauma e superação

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de reflexão sobre narrativas (histórica e cotidiana). E enfatizar os traços da construção de uma narração em entrevistas de história de vida, destacando a interação entre pesquisador e colaborador. Os excertos de narrativas apresentados resultam de um trabalho sobre estudo de formação de identidade realizado junto ao MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Palavras-chave: Narrativas, Experiência e História de Vida.

Abstract: The objective of this article is to present a reflection proposal about narratives (historic and everyday). We intend to emphasize the features that build a narrative in life stories interviews, highlighting the interaction that exists between the researcher and the collaborator. The narrative fragments presented here are the result of a project about the construction of the identity that was with the MST – Landless Movement.

Keywords: Narratives, Experience, Life Stories.

A matéria-prima para a constituição de uma narrativa é a experiência memorizada, que pode ser reinterpretada, reinventada e contada. A narrativa é a forma pela qual se tem acesso às memórias pessoais. Nesse sentido, os conceitos de memória e narrativa são inseparáveis.

Antes de mais, é relevante fazer uma distinção entre três tipos de narrativas: a ficcional, a historiográfica e a cotidiana. Tal distinção se faz necessária mesmo com a ressalva de que as três narrativas se relacionam com a realidade de algum modo, de acordo com aquilo a que querem se referir especificamente.

Sobre a narrativa de ficção pode-se afirmar que:

[...] só é “fictícia” sob certo aspecto. Mas, por outro lado, dela não se pode dizer que não “represente” uma certa realidade, ou, o que é mais importante, que não possa manter com a realidade uma relação de “verdade”. De fato a narrativa de ficção estabelece com a realidade uma relação criativa que articula suas configurações possíveis, e o relato supostamente “fictício” se constrói como tal apoiando-se numa realidade prévia, num campo da experiência cultural vivida. (BARBOSA, 2003, p. 15).

Valeria também salientar que muitas narrativas hoje consideradas “fictícias” já foram caracterizadas de outra forma, em outros momentos históricos. Isso porque os critérios para considerar uma narrativa, ficcional ou não, mudam com o tempo. De qualquer maneira, o segundo tipo de narrativa que pode ser destacado é a historiográfica, sobre a qual:

[...] podemos dizer que a relação que se procura estabelecer com a realidade neste caso é uma representação verdadeira, científica, da realidade. O que se quer é descobrir como os fatos realmente aconteceram. Mas essa pretensão à representação verdadeira, ao menos a princípio, é crítica: sabe-se apoiada nos rigores e nas limitações do método científico, e não descarta seu possível caráter provisório. (BARBOSA, 2003, p. 16).

A distinção entre esses dois tipos de narrativa ganhou centralidade nas discussões do americano Hayden White. A esse respeito o historiador escreveu muitos textos, defendendo que quanto à

representação factual “há muitas histórias que poderiam passar por romance, e muitos romances que poderiam passar por histórias”, se consideradas puramente em termos formais, posto que ambas desejam “oferecer uma imagem verbal da ‘realidade’” (WHITE, 2001).

Por fim, cabe apontar uma definição do que seria a narrativa cotidiana, que vem ganhando adeptos em recentes pesquisas, como na área de história oral.

[...] a narrativa cotidiana, a narração do dia-a-dia, possui um modo de relação com a realidade que poderia ser confundido com aquele característico da narração historiográfica. Isso porque a narrativa, na vida cotidiana, também procura relacionar-se com o real enquanto “representação” verdadeira. [...] A diferença essencial é que a pretensão à verdade, na narrativa cotidiana é uma relação imanente e interna, é um fator essencial e constitutivo do próprio ato de narrar, da própria narração. A razão de ser primeira dos relatos do dia-a-dia é serem eles verdadeiros (venha isso a se confirmar objetivamente ou não), e disso resulta seu poder de construir o que é “real” na experiência de um indivíduo ou de uma comunidade. (BARBOSA, 2003, p. 16).

Essa separação é bastante didática, pois é preciso pensar na dificuldade e arbitrariedade de se delinear fronteiras entre esses gêneros de narrativa. Digo didático, pois estabelece uma ordem de distinção classificatória que pode ser questionada, pois segundo Foucault:

Quando instauramos uma classificação refletida [...] qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? [...] Nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem sobre as coisas [...] de fato não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio. Um “sistema dos elementos” – uma definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças, os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afetados, o limiar, em fim, acima do

qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitude – é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem. (FOUCAULT, 1985, p. 9).

Então, ao se buscar uma ordem para esse texto, e sabendo que as classificações são construções, fiz a escolha de uma delas, ao apresentar as definições acima, para seguir o caminho desse trabalho.

Ainda, como mostrou James Clifford esta construção enfrenta a escolha de o que falar sobre o trabalho de campo e sobre as teorias estudadas. De modo que, normalmente, reflexões sobre o campo ficam restritas às introduções metodológicas ou notas de rodapé, nas quais se quantificam o tempo de convivência com o grupo pesquisado, a forma como o pesquisador chegou ao campo e como deu início a sua pesquisa (CLIFFORD, 1988). Outras reflexões, elaboradas por Silva, do campo da antropologia, podem ser transpostas para o presente trabalho.

Os dados da experiência do antropólogo, principalmente aqueles considerados mais “subjetivos” (ou os “timbres e entonações” das vozes “informantes”), quando expostos, aparecem com cautela na escrita etnográfica, para não se correr o risco de tornar a etnografia uma experiência única e singular, ou passível de ser confundida com uma “obra de literatura” propriamente dita. (SILVA, 2006, p. 120)

No debate contemporâneo, se apresentam duas principais linhas interpretativas sobre narrativas, que, por vezes, se contrapõem: uma que privilegia a relação da narrativa com a experiência, e a outra que reflete como se configuram o uso da narrativa na história e as narrativas históricas.

Sobre a primeira é preciso dizer que o ato de narrar é considerado um rememorar da experiência, um trabalho de memória. Portanto, é um desafio colocar em palavras um sentimento, um pensamento, ou uma vivência.

Gostaria de trabalhar os conceitos, relacionados ao longo desse texto, fazendo ligações com a pesquisa que desenvolvi em nível de doutoramento com militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (RIBEIRO, 2007). Nessa pesquisa foram realizadas um universo de 47 entrevistas, durante a marcha naci-

onal, que ocorreu de 1º a 15 de maio de 2005. Essas entrevistas se converteram em narrativas prosaicas e em uma delas Daniel expressou, ao tentar explicar seu trabalho nas cirandas¹ e nas escolas itinerantes²: “Como é que vou explicar?... Estou um pouco nervoso e me fogem as palavras...”.

Sendo assim, o primeiro desafio para os entrevistados é querer narrar, ou seja, reconhecer que sua história é importante, que sua experiência é digna de ser contada e se propor a esse exercício. O segundo é conseguir narrar: fazer a seleção de palavras que possam traduzir seu cotidiano e contar sua história de vida. Esses desafios são potencializados ao se imaginar as situações de exclusão e desvalorização pelas quais tais pessoas passaram ao longo de suas vidas. Portanto, do primeiro contato ao início da gravação de uma entrevista, estabelece-se um momento de convencimento, mediação e intervenção do pesquisador.

Mesmo aceito o desafio, em alguns momentos, para ganhar tempo na busca por palavras a serem ditas, organizar seus pensamentos e responder uma pergunta, os entrevistados usam de artifícios que por vezes aparecem em sua narrativa, como no caso de Aquiles, quando fala: “Não sei dizer um melhor e um pior momento da minha vida... ..

Minha voz está falhando... acho que por causa da tosse... Ah... tem assim! Tem uns três... e já sei um para falar!”.

De modo geral, a dificuldade é reconhecer uma experiência narrável, cabe lembrar uma reflexão tecida por Benjamin e retomada por Agamben nas seguintes palavras:

Benjamin que já em 1933 havia diagnosticado com precisão esta “pobreza de experiência”, indicava suas causas na catástrofe da guerra mundial, de cujos campos de batalha “a gente

1 - Cirandas são classes informais de ensino infantil organizadas nos acampamentos e assentamentos, escolas e marchas do MST.

2 - Escola itinerante é o nome dado às escolas (reconhecidas pelo Estado ou não) de ensino fundamental que acompanham os acampamentos formando suas crianças onde quer que estejam, é comum ouvir mem-bros do MST dizerem que essa escola vai onde a criança for; nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina é integrada à rede pública estadual de educação. Sobre isso ver: Takau Júnior (2005).

voltava emudecida... não mais rica, porém mais pobre de experiência partilháveis... visto que as experiências jamais receberam desmentido tão radical quanto as experiências estratégicas na guerra de posição, as experiências econômicas na inflação, as experiências corpóreas na fome, as experiências morais no despotismo. L...!”. Porém, nós hoje sabemos que, para destruição da experiência, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente. L...! O homem moderno volta para casa à noite extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atroz –, entretanto nenhum deles se tornou experiência. (AGAMBEN, 2005, p. 21-22).

Nesse sentido, faz-se uma leitura ampla sobre o conteúdo das entrevistas apontando que falam muito mais do momento presente de suas vidas, no caso da pesquisa sobre o MST, que de suas experiências anteriores, mesmo que essas tenham tomado mais tempo de suas vivências. Entretanto, pode-se dizer que essa vivência anterior não se tornou experiência narrável. Ela está mais ligada a uma situação de desumanização com a qual aquelas pessoas não mais queriam se identificar.

Nas narrativas cotidianas, esse tempo vivido do “antes” aparece ressignificado pela experiência do “depois”. Os narradores fazem uso dessas lembranças numa tentativa de justificar seu comportamento no presente, destacando o quanto sua opção de entrar no Movimento fez com que sua vida mudasse, apresentando a vida anterior de exclusão como forma de participar da mesma comunidade afetiva dos sem-terra em luta.

Outra leitura possível é que os colaboradores, narrando sua situação de antes a partir do momento que foram ressignificadas, transformam o que era inenarrável em força de suas narrativas, conseguindo partilhá-las. Assim, liga-se o conceito de experiência e narrativa. Ou seja, podemos dizer que a experiência se torna “fonte” da narração. O que podemos observar nas palavras de outra colaboradora da pesquisa. Wanderléia fez um balanço da sua vida:

Tudo que falei é de coração. É o que aconteceu comigo. Não foi com fulano ou com sicrano. Foi comigo! Foram fatos da minha vida! O que tenho para falar é isso aí... Mas não me canso de

dizer que eu me sinto GENTE no Movimento. Me sinto uma pessoa importante.

Uma afirmação como essa coloca em evidência que a experiência de vida do entrevistado é o que legitima, para ele mesmo, sua entrevista. Wanderléia mostrou que hoje entende o quanto importante foi experimentar cada um dos eventos que narrou. Dá a dimensão humana das conquistas que realizou, conferindo um sentido a sua experiência de exclusão e trauma. Nessa mesma direção, quero lembrar as palavras de Simone Weil, sobre “o desenraizamento operário”:

O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas, para dar, é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva, a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, e recriados por nós. (WEIL, 1996, p. 418).

Assim essas histórias de vida são o que de mais precioso essas pessoas podem dar, pois é a única coisa que possuem: suas vidas, suas experiências, suas criações. Com isso, é preciso entender que narrar é um ato de cuidado e generosidade.

Nessa linha de valorização da experiência trabalharam e trabalham os pensadores de diversas áreas do conhecimento como: Benjamin, Agamben, Weil, Matos e Bosi. Mas como dissemos há uma outra ponta para esse debate.

É preciso lembrar que por muito tempo a narrativa cotidiana foi também a fonte para a escrita da história, mas que isso mudou em tempos que a história se transformou em Ciência. Segundo Arendt:

Na época moderna a história emergiu como algo que jamais fora antes. Ela não mais compôs-se das façanhas e sofrimento dos homens e não contou mais a história de eventos que afetaram suas vidas. (ARENDR, 1979, p. 89).

Assim passa-se um longo período em que a narrativa historiográfica é escrita sem apoio da narrativa cotidiana, pois segundo Matos comenta a respeito das afirmações de Benjamin “a narração foi oprimida juntamente com a história dos oprimidos. A modernização na exploração dos homens é simultânea às

transformações científicas e ao declínio da arte de narrar.” (MATOS, 2001, p. 10).

Mais recentemente, a construção historiográfica passou novamente a se utilizar das narrativas cotidianas para com elas reforçar a própria historiografia. Assim, com o pretexto de democratizar a história, historiadores utilizam as narrativas na construção de seus discursos, como forma de confirmar suas teorias previamente estabelecidas.

Nesse momento, faz-se necessária a distinção entre o uso da narrativa na história e os debates sobre narrativa histórica. Frente a isso se colocam discussões sobre a possibilidade da produção historiográfica assumir ou não uma forma narrativa, ou melhor, se o trabalho dos historiadores é ou não a escrita de narrativas. Essa é uma longa discussão que mereceria aprofundamentos³. Todavia, mais que isso, interessa um desdobramento dessa discussão que remete aos tipos de narrativas a serem escritas. Esse tema se torna relevante, na medida em que os historiadores perceberam que com seu trabalho não reproduzem o acontecido e sim representam um ponto de vista particular, por mais negociado que seja. Sendo assim os “narradores históricos”⁴ devem tornar-se visíveis em suas narrativas, de modo a afastar a onisciência dos textos que produzem.

White foi um dos historiadores que levou a frente esse debate, distinguindo a existência de quatro tipos de narrativas historiográficas: tragédia, comédia, sátira e romance.

Por essa origem comum é que White, ao refletir sobre as proximidades dessas narrativas ficcionais e historiográficas, chegou a acusar os historiadores de negligenciar as reflexões literárias de sua época e permanecer no “realismo” literário. Para ele existem fortes relações entre literatura e história e o texto histórico pode ser lido como um “artefato literário”. A esse respeito, afirma:

...É difícil obter uma história objetiva de uma disciplina erudita porque, se o historiador a pratica ele mesmo, provavelmente

3 - Um balanço é feito por Burke (1992).

4 - Termo utilizado por Burke, que me parece bastante apropriado.

será adepto de uma ou outra de suas seitas e, por conseguinte, tendencioso; e, senão a pratica, é improvável que tenha a perícia necessária para distinguir entre os acontecimentos significativos e os não significativos de sua área. (WHITE, 2001, p. 97).

Peter Burke em seu balanço “A escrita da história: novas perspectivas” complementa apontando a existência de ao menos quatro formas de narrativas historiográficas: a micronarrativa, a narrativa de frente para trás, as que se movimentam para frente e para trás e aquela que apresenta pontos de vistas múltiplos (BURKE, 1992, p. 347).

Possibilidades de diálogos: construções narrativas

A intenção de mostrar essas duas linhas (narrativa/experiência e narrativa/história) contribui para apresentar a existência de uma terceira que pode ser uma ponte para diálogos entre essas primeiras. Uma possibilidade de mudar o modo com que vem sendo escrita a historiografia, ou seja, não mais colocar a narrativa cotidiana como apoio para escrever a história, e sim colocá-la como forma de escrever a história.

Nesse sentido, é preciso tomar a discussão do discurso como ação, o que pode ajudar a dissolver essa oposição e unir essas duas pontas do debate.

Uma das facetas desse debate são as discussões sobre o discurso como ação, emblemadas por Foucault e sobre a desconstrução, representadas pelos trabalhos de Derrida. A experiência então é tratada como a prática discursiva, posto que o próprio sujeito se constrói por meio do discurso.

Discurso, nesse sentido, é acontecimento e narrativa, é um conjunto de ações no tempo. Cada narrativa tem uma especificidade, que está ligada ao tipo de experiência que precisa ser narrada para que o sujeito se forme de uma determinada maneira.

Assim, é difícil separar da narrativa de ficção a narrativa cotidiana e historiográfica, pois todas elas fazem uso de estruturas narrativas, segundo Matos: de tragédia ou de fábula.

A tragédia e a fábula são formas de narração que transformam a vida em um trabalho permanente de reelaboração emotiva, de repensamento do acontecido. A narração cria, assim, espaços de liberdade, é força hermenêutica transformadora. (MATOS, 2001, p. 15).

Grande parte das narrativas registradas no trabalho com o MST são trágicas, mas isso não elimina a existência da ironia, que consegue apresentar uma autocrítica em relação ao que acabou de ser dito. Isso aparece, de forma clara, na entrevista de Aquiles, quando ele mesmo, depois de um longo discurso, bastante militante, comparando sua exposição a um sermão conclui: “Amém!”. É importante pensar que quem narra tem um objetivo. Quer explicar algo para si e se constitui nesse ato de narrar. Narração é uma ação concreta, pois é o ato de produzir um discurso que conforma o mundo dessas pessoas. A narrativa tem um poder e empodera seu criador. Os narradores querem também testemunhar sobre a situação de dor e de extrema violência, pois precisam recompor o seu “eu” e a idéia de justiça, após ter sobrevivido à injustiça.

O testemunho dos que se salvaram é a “matéria-prima” de seus leitores ou ouvinte, que devem fazer algo com o que lhes é comunicado e que, justamente porque conseguiu ser comunicado, é só uma versão incompleta. Os que se salvaram “não podem senão lembrar” (SARLO, 2007, p. 35).

A exemplo dessa construção do sujeito no ato de narrar, podemos destacar a fala de Ana Paula:

Eu queria dizer que o Movimento Sem Terra cria vários momentos de formação. Uma entrevista dessas é um momento de formação. Dá para perceber a história do nosso povo. A história de cada um e cada uma não é diferente, está envolvido numa coisa só, muito bonita, a nossa organização. A luta de todos é igual, um só objetivo.

Nesse trecho fica evidenciado que Ana Paula constrói uma identidade vinculada ao MST, como se a entrevista fosse um momento de formação. Seguindo a trilha de Foucault, pode-se afirmar que foi mesmo pois, ao narrar, Ana Paula foi se constituindo enquanto sujeito, dando significado a sua vida e se “formando”.

Com isso a narrativa pode passar a ser o espaço da pesquisa, local de onde a pessoa faz suas associações e retrata seu espaço. A construção de um espaço (de onde se fala) possibilita a construção de um projeto com novos e maiores horizontes (ideal, sonho e realização idílica). Dessa maneira, tem-se que sair do plano das estruturas e levar em conta a narrativa (como as pessoas se expressam, se pensam e lêem seu mundo) para chegarmos ao significado daquelas palavras para os colaboradores de nossas pesquisas.

Mas afinal, o que precisa ser explicado? Qual a função dessa narrativa? Uma primeira resposta pode apontar para a necessidade de superar a barreira da dor da exclusão, romper com a dignidade desfeita e com a destruição das crenças. É uma forma de essas pessoas retomarem sua dignidade e restabelecerem alguma crença e a possibilidade de viver. A narrativa, que tem como fonte a experiência, cria o real e, ao mesmo tempo, o sujeito se cria no ato da narração, e se criando cria seu mundo.

Na referida pesquisa, as entrevistas não foram orientadas pela busca de uma cronologia. Frente a frente com o colaborador, o projeto era explicado. Tentando evitar impor uma temporalidade alheia a ele, não foram feitas perguntas como: Onde e quando você nasceu? ou Como foi sua infância?

As entrevistas sempre se iniciaram com o pedido de que a pessoa se apresentasse e a orientação de que se sentisse livre para contar suas experiências de vida mais marcantes. Tentava não me apresentar como “historiadora”, ou falar que o trabalho era de “história”, pois essas palavras, muitas vezes, servem como orientadoras de um discurso em tempo linear, o que não era o objetivo. A intenção era que as narrações fossem feitas de acordo com os tempos e escolhas dos próprios entrevistados.

Após a pessoa se apresentar, o que variava entre segundos e muitos minutos, tentou-se acompanhar a narração, não impondo temas ou assuntos, mas retomando tópicos mencionados. As entrevistas não seguiram um questionário fechado pré-estabelecido, foram entrevistas abertas, que mais se assemelharam a um diálogo entre alguém que tem algo a falar e alguém que tem muito a aprender.

Em poucos momentos foram feitas questões mais pontuais, necessárias para o entendimento de uma ou outra passagem, ou resultantes da curiosidade motivada pela conversa. Assim, o que se apresentou no texto é o resultado de um diálogo de uma historiadora com um narrador. A textualização da entrevista é o resultado dessa interação entre a lógica do entrevistado com o entrevistador.

Porque evitei fazer perguntas fechadas, muitas vezes fui questionada sobre meu papel na entrevista, como ocorreu com Ronaldo ao afirmar: “Estou falando, mas para o cabra chegar e falar assim fica difícil... Quando tem algumas perguntas fica mais fácil”. Entretanto, sem demora, antes mesmo que eu pudesse formular uma questão, ele continuou. Sozinho, sem perguntas. Escolhendo por si só o rumo de sua história. Ronaldo não abriu mão da liberdade de escolher seu próprio caminho, o que a princípio parecia dificultar sua fala. Ele fez uso dessa liberdade também para ganhar tempo e elaborar sua narrativa.

Outro resultado desse procedimento é que se pode ver entrevistas com pequenas digressões, em que a narrativa “vai e volta”, ou mesmo entrevistas com grandes descrições, ou explicações. Assim ocorre o que Bosi aponta como sendo distração, “um desvio do eixo e tração pelo qual somos puxados”, uma divagação, uma descontração do espírito (BOSI, 2003, p. 40).

A exemplo dessas seleções e construções pode-se destacar do conjunto de entrevistas apresentado, a fala de Ana Paula, que ao divagar sobre a história de sua mãe, se perde e se acha, demonstrando isso ao dizer: “É, para chegar nisso ela... Tá!...”. “Tá” é a volta ao eixo narrativo, ao trilha de seu raciocínio, de seu trabalho de memorizar e narrar. Até que ela pode concluir: “Bem bonita a história da minha mãe!”.

Essa distração não é algo descolado da história de vida de Ana Paula, e por isso é parte integrante de sua narrativa cotidiana. O cotidiano na história, do qual nos falou Agnes Heller, poderia ser, aqui, ser evocado:

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico; é a verdadeira “essência” da substância

social. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. A vida cotidiana é a vida do indivíduo. (HELLER, 1985, p. 20).

No centro das preocupações estava o sujeito e a sua versão de como a vivência em comunidade altera sua vida. Assim, quis-se perceber como esse sujeito constrói sua própria história, e ainda, quais são os alicerces sobre os quais constrói suas opções. Nessa medida é que podemos afirmar que:

[...] a história oral implica numa construção histórica da experiência pessoal, que deve ser valorizada, exatamente porque representa a dimensão cotidiana do fazer histórico. (SANTOS, 1996, p. 19-20).

Com os registros das narrativas realizado dessa forma teve-se acesso às escolhas feitas, aos conflitos, ou às divergências que aconteceram em nível particular, e que acabam por se refletir nas identidades de seu grupo. Vale marcar as percepções negociadas entre entrevistador e entrevistado e os diálogos que se apresentam em meio à narrativa. Algo que vai além da situação de encontro e das falas presentes durante a entrevista, mas que abarca toda uma vivência conjunta, relações de amizade comuns, o que demonstra um envolvimento com o grupo e permite um diálogo mais fluido e de referências mínimas compartilhadas.

Muitas entrevistas finalizam com colocações como a de Ronaldo: “Eu acho que eu já falei quase tudo...”. Ou seja, esses narradores têm consciência de que esse não é um ponto final, é um por enquanto. Essa frase carrega toda a incerteza que o recorte momentâneo tem. Naquele momento, mesmo perguntado se tinha algo mais a dizer, não foi capaz de pensar em algo que devesse ser dito, mas sabia que essa era uma decisão daquele momento, que sua história de vida não estava completa, mas “quase tudo” tinha sido falado. Esse era um fim provisório, que ele “achava” ser apropriado.

Assim também acontece na escrita, quando os autores decidem por um desfecho para seus textos. Um entre tantos possíveis. Provisório, mas apropriado para aquele momento de reflexão.

Referências Bibliográficas

- ADES, César. **A memória partilhada**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24613.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BARBOSA, Márcio Ferreira. **Experiência e narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- CLIFFORD, James. **The predicament of culture**. Harvard: Harvard University Press, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MATOS, Olgária. **Narrativa**: metáfora e liberdade. História Oral, Rio de Janeiro, n. 4, p. 9-24, jun. 2001.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Procedimentos metodológicos. In: **Processos de mudanças no MST**: história de uma família cooperada. São Paulo: DH-FFLCH-USP, 2002.
- SANTOS, Andrea Paula dos. **Ponto de vida**: cidadania de mulheres faveladas. São Paulo: Loyola, 1996.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2006.

TAKAU JÚNIOR, Iokisa. **Escola itinerante**: escola, Estado e MST no espaço do acampamento. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EM Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **Metahistória**: a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.



Cápsula narrativa em história oral

Alberto Lins Caldas

RESUMO: Este artigo trata da noção de cápsula narrativa como aquela que articula teoria e prática em História Oral, se compondo de conceitos fundamentais para seu funcionamento e realização – conceitos como máquina tribal, entrevista, narradores plenos, pontuação, oral e escrito, projeto, transcrição. É exercício numa História Oral que tem como ponto de partida autores como Espinosa, Nietzsche, Deleuze, Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral, Cápsula Narrativa, Metodologia, Oralidade, Narração.

ABSTRACT: This article deal with notion of narrative capsule as that that articulate theory and praxis in oral history, composing herself from fundamental concepts to his functionality and realization, concepts like tribal machine, interview, fully narrators, punctuation, oral and written, project, transcription. Its exercise in a Oral History that has from start point authors like Espinosa, Nietzsche, Deleuze, Foucault.

KEYWORDS: Oral history, Narrative Capsule, Methodology, Orality, Narration

A noção de cápsula narrativa (CALDAS, 1999, 1999b) tem se tornado fundamental na constituição não mais dum documento, duma entrevista ou dum corpus, muito menos dum sistema, mas duma matéria de contato com o presente, com imediato do presente, com as formações discursivas (FOUCAULT, 1997), as classes, os grupos, as singularidades, as falas, o discurso, o texto, a ficcionalidade das nossas maneiras de existir (máquina tribal: ocidentalidades). Essa noção, ao mesmo tempo operacional e resultante das nossas perspectivas, mediando vários conceitos ao mesmo tempo, dispõe o outro e os outros enquanto dimensão plena, heterogênea, diferente, transversal, fragmentar, múltipla e ficcional.

O sujeito da minha atenção passa a não ser eu, a não estar em mim nem ser uma realização do meu discurso (busco o que se opõe, o que não sou eu, o que se diz, o que se impõe, o que me nega a mim e aos meus interesses), dos meus métodos, das minhas práticas, da minha posição, dos meus conceitos, ritmos e tempo. Ele, no nosso diálogo, no seu monólogo, na sua o-posição, no seu construir/tecer seu tempo/narrativa, se opõe ao que sou com sua maneira de existir, e minha atuação não consiste em apropriá-lo, mas em deixá-lo afirmar(se) todas as suas redes vivenciais, todas as suas determinações, caminhos e tecidos particulares, todas as suas diferenças, corpos, visões, desejos, sonhos, mentiras, sofrimentos, verdades, ilusões, crenças, devaneios, sintomas, palavras, limites e deslimites, bens e males, importâncias e desimportâncias, ordens interiores, seqüências narrativas, temporalidades, voltas e revoltas; mas essa atitude não é para reproduzir o real, o como-é ou como-foi, ser mais “fiel”: não esquecemos que aquilo que é dito, pensado, lembrado ou sonhado é sempre uma narrativa, uma ficção e não o acontecido ou uma versão sobre o acontecido; essa ficção não reproduz nem representa o acontecido, sequer a seqüência do acontecido, mas como dizemos aquilo que entendemos como o vivido. O vivido mesmo, o realmente acontecido é sonho metafísico somente feito para o olho dum deus (o grande olho im-potente da máquina tribal) ou dum positivista camuflado, pois nos resta somente e sempre não mais que palavras, imagens, discursos num agora sempre

perspectivado. Por isso, Rigoberta Menchu (BURGOS, 1987) e Binjamim Wilkomirski (1998) não mentiram, não falsearam: criaram ficção sobre ficção entre ficções: se eles mesmos e os outros acreditaram como realidade, o acontecido é diferente do narrado, temos tão somente o choque entre narrações e não o choque entre a “mentira” e a “verdade”, entre o “acontecido” e o “não acontecido”: para nossa maneira de ver há sempre um acontecido modelo, modelar (o realmente acontecido aguardando sempre num lugar metafísico) que todas as “versões” devem se remeter para conquistar o direito de serem verdadeiras, de serem reais.

Tudo é sempre do, no e para o imediato do presente enquanto único tempo da máquina tribal; por isso a dimensão por excelência é o discurso, a imagem, a palavra, a posição, a perspectiva e não a natureza, o real, a história, a sociedade, o mundo (também discursos). No imediato do presente fazemos o desdobramento carnal e instantâneo dos discursos e preparamos o que nos faz mover, acreditar, desejar, sonhar e agir. Porque a nossa matéria de contato é nosso referente é que podemos vê-lo atravessado e constituído por discursos que o antecedem e o ultrapassam. Mas nossa matéria de contato não representa, reproduz, reflete, indica ou documenta o que está “fora dele”: ele e o “fora dele”, o “passado”, não passam de imaginários potentes, quando se desdobram em discursos, e impotentes, quando sem os discursos e temporalidades do oralista. Sua condição de referente é fundamental para não se ver o texto como reflexo dum mundo real/matéria, sociedade/homem além dele, pois o mundo existe, mas não como coisa natural, realidade independente, matéria, sociedade, história e objeto, mas enquanto máquina tribal. A sociedade não existe como concreto, mas como ficcionalidades que podem ser e são completamente reconfiguradas sem esperarem nem a realização de “leis sociais”, “naturais” ou “históricas”, muito menos “amadurecimentos revolucionários”. Exatamente por isso é tão difícil modificá-la, pois não é o que chamamos “sociedade” uma “natureza”, mas virtualidade viva, tecido múltiplo e infinito de discursos em crenças, trabalhos, sonhos, desejos, forças e poderes enquanto máquina tribal.

A nossa “vontade de conhecimento”, na perspectiva da entrevista e do processo de “pontuação”, deve começar por acumpliciar-se com o sujeito no poder que este tem de resistir-nos em sua singularidade, no poder que ele tem em dizer, dizer-se e dizer-nos, que o “entrevisto”, a busca pelo monólogo, deve apenas desenvolver e tornar mais nítido. A missão não é a de domar o sujeito, transformá-lo em conhecimento, em dado, em documento, em depoimento, em estilo, em discurso acessível (seja numa bateria crua de perguntas/respostas seja numa textualização), em objeto do nosso estudo, sequer num sujeito (enfrentar a alteridade que a dialética camufla no desdobramento do mesmo chamando falsamente de “negação”, quando não passa dum desdobramento da “tese”), mas dar nitidez aos horizontes e eixos dos nossos presentes, apreendendo melhor as ficções que somos, como desdobramos o presente no imediato do presente e em que e como a máquina tribal nos transformou; como dizemos a máquina tribal e como sua ordem se tornou, talvez inescapavelmente, a nossa.

Para tanto, temos, depois do contato inicial com nosso interlocutor, contato social, explicado em linhas bem gerais nosso interesse em sua “experiência de vida”, deixando claras as questões técnicas e “éticas” da nossa “entrevista”, nosso interesse pessoal, mas evitando terminantemente falar no Título do Projeto, em História ou história, História Oral, História de Vida, cronologia, temas e assuntos, e até mesmo sobre nosso possível interesse maior (questão acadêmica e teórica), pois durante o trajeto, com certeza, seremos satisfeitos sem pedir, de antemão, o que queremos e queremos tanto saber; se bem que depois da primeira ou segunda entrevista podemos esclarecer o nosso interlocutor sobre tudo aquilo que ficou na sombra para não direcionar inicialmente sua construção e seu fluxo narrativo, a específica, única e delicada montagem ficcional que é sua “vida”. Mas é preciso entender como todos os nossos desejos, afetos, interesses são forças capazes de gerar sua satisfação através do outro: o outro criará o que desejamos, e isso não é História Oral, ou melhor, tem sido assim e esse é um caminho destruidor da singularidade, reforçador sempre do mesmo.

Dizemos normalmente, e não obrigatoriamente como frase-chave, ao nosso interlocutor aproximadamente como primeira “pergun-

ta”: “Agora que sabe por que estamos aqui, pode começar como quiser e por onde quiser”. O resultado tem sido o de aparecer o eixo narrativo do próprio narrador; sua temporalidade pessoal; sua ordem, seus próprios labirintos, é que dirigirá nosso trabalho de pontuação sem precisarmos mais refazer os eixos temáticos, temporais, espaciais, estilísticos à nossa revelia: “princípio”, “meio” e “fim”, agora, pertencem ao “narrador” respeitado radicalmente enquanto “narrador” (nem a entrevista dirigida pelo pesquisador nem o texto reescrito pelo oralista): não me cabe “reescrever” sua narrativa, mas garanti-la em sua significação, sua respiração, seu ritmo e encadeamento de sentidos narrativos: eu, inescapavelmente da “oligarquia das letras”, não tenho autonomia epistemológica para “falar em seu lugar” ou completar sua “fala”, muito menos expor uma “bateria de perguntas e respostas” cruas que apenas expõem meus desejos, ânsias, necessidades, obrigações: as garantias epistêmicas se dão e se devem dar e se constituir contra mim, não contra ele, contra minha ganância discursiva, um “método” contra os métodos.

Temos, então, um “nascimento voluntário” para o início duma fala, sem a interferência do oralista, sem as condicionantes dum nome, filiação, data de nascimento, raça, religião, assunto, ou momento qualquer de escolha do oralista: tudo isso virá como decorrência: agora é o tempo e a palavra do narrador. E, assim, iniciamos a configuração duma cápsula narrativa onde poderemos, depois, inserir ou não o restante da entrevista (cápsulas temáticas), de possíveis perguntas e respostas, escapando ao início e ao direcionamento inocente de todo interrogatório, tradicionalmente de toda instrução policial ou jurídica: Qual o seu nome? Onde nasceu? Qual foi o ano do seu nascimento? Qual é a sua idade? Qual é o nome dos seus pais? Qual sua profissão? Qual sua religião? Como foi isso? Como foi aquilo? Normalmente trabalhos de História Oral que fazem a “textualização” retirando as perguntas (o pergunta-resposta é diretamente e vergonhosamente dirigido), criam um texto falsamente “corrido”, onde o “desaparecimento” das perguntas, das inquirições, da paixão irrefreável do pesquisador-oralista, aparece nos textos negativamente formatados por elas: elas permanecem porque os fantasmas textuais são “idênticos”

(para isso, por exemplo, ver: Ataíde, 1993, onde os fantasmas textuais das perguntas permanecem em cada entrevista); ou uma textualização radical que criam um “texto culto” completamente estranho ao narrador, que pode até se reconhecer nele por uma questão de gentileza ou mesmo de servilismo, como Caliban ao se admirar como Prospero no espelho de Prospero.

Uma cápsula narrativa tem estrutura única, temporalidade específica, é tecido aberto, poroso, vivo, múltiplo e polifônico (não é “cápsula” fechada como são normalmente os “textos historiográficos”: o mal costume vê mal costume em tudo: esse é, antes de tudo, defeito filosófico crucial em História Oral porque dissolve o outro e o transforma num fantasma nosso, só aparecendo enquanto fantasma); o depois da cápsula, onde, em sentido estrito, poderá começar perguntas e respostas dentro do espírito do dito e do vivido será, no processo posterior de pontuação (processo de conhecimento e acompanhamento do “narrador”), incluído na cápsula narrativa, devendo fazer parte da sua temporalidade, estrutura e narratividade (ou não, pois o que vem depois do fim da cápsula pode continuar dali para diante, dependendo do que é dito, não dito mais ou constituído). O “antes” e o “depois”, aquilo que “aconteceu” antes ou depois do nascimento voluntário e do “esgotamento da cápsula” pela proximidade ao imediato do presente (a cápsula narrativa é o “texto” dum narrador no imediato do presente correndo livre pela sua “formação”), deverão ganhar sentido somente dentro ou em relação com a cápsula narrativa, somente quando refizer as ligações simbólicas internas, onde não há estrutura, sistema ou ordem preestabelecida, mas organização narrativa onde tempos aparentemente dispare, coisas, homens e fatos, se dispõem, primeiro como dimensão particular duma formação discursiva e, segundo, como o sentido e o significado singular pretendido. Porém, uma cápsula narrativa é instável, mutante, movediça, sem limite verdadeiro, sem interior, sem eixo, em deslocamento constante, reconfigurando suas mediações a todo instante: a cápsula narrativa não é projeção ou expressão do “real” ou do “sujeito”, mas texto vivo, ficção de ficções, rizoma, momento narrativo, singularização de contradições insolúveis, reunião de fantasmas, de discursos, de imitação e revolta, de rosto e massa,

de memórias e esquecimentos, de permissões e negações, dum espaço possível e dum lugar improvável. Antes de tudo é “leitura”. Hermeneuticamente é o “nascimento voluntário” que dará sentido ao antes e não o contrário. A noção de nascimento voluntário é tanto uma genealogia, um surgimento (jamais uma origem) da separação entre dois momentos da vida (reais ou não, mas instauração duma temporalidade pessoal ou impessoal, início duma fala, duma ficção, duma ordem, dum sentido e dum significado, a retomada de fios, a fala desafiada, desfiada para esconder, para apagar e esquecer) quanto duma vida vivida e contada como escolha narrativa, isto é, ordenamento, “princípio”, “meio” e “fim” com seu encadeamento, expressão dum narrar e não dum ter vivido, mesmo que haja, para todos, inversão, onde o narrar e sua ficção fundante desaparece e o ter vivido toma seu lugar.

O nascimento voluntário (que pode não coincidir com o “começo” da fala, estando, às vezes, alguns parágrafos ou, em casos mais raros, até páginas depois: existem “palavras iniciais” que são tentativas de começo, receios, dúvidas, rodeios, coragens, enfrentamentos que são fundamentais porque representam a reunião dos fios: são as tentativas genealógicas do discurso) é escolha narrativa de início do “contar a vida” por representar, tanto para o indivíduo como para sua “comunidade”, dignidade, libertação, crescimento, conquista, integração, realização, iniciação, dor, ocultação, vergonha, protelamento aos núcleos, aos eixos, aos nódulos principais, que não podem ser invertidos (a liberdade do oralista com a pontuação diminui, pois nossa função é constituir o outro e não o outro-nosso, o nosso-outro, ou o outro formatado por nosso “projeto”: o outro é que se fará outro, se imporá outro: uma dialética com o outro se fará necessária) para vir no começo ou em algum lugar deslocado a posteriori por que assim apagamos todos os passos e significados do protelamento, da ocultação, da mentira, da vergonha, da brincadeira, do medo, dos desvios, das indeterminações, erros, deslizos, estratégias, confrontações e dos labirintos narrativos que querem dizer e ao dizer se escondem e se mostram e são, por sua vez, autênticos nascimentos voluntários (uma das coisas que constituem o sentido é sua posição no texto e dele e seus fluxos na formação discursiva, suas relações à

outros elementos textuais, discursivos e vivenciais). Portanto, o mesmo nascimento voluntário (e normalmente acontece, pois o dizer pessoal é antes de tudo formação discursiva) pode se reproduzir em várias narrativas diferentes, como os “Desde que eu me entendo de gente”, o “Quando eu era menino saía uma hora da madrugada prá cortar seringa”, ou “Desde a idade de 10 anos que corto seringa ... só sei trabalhar na seringa” dos seringueiros que, normalmente, começam sua narrativa pela entrada no mundo do seringal, do trabalho e do mundo adulto; ou os Soldados da Borracha com sua vinda para Amazônia com seu “Eu saí pra cá em fevereiro de 1943”, ou sua dúvida “Eu tinha duas opções: vinha pra cá ou sentava praça pra embarcar pra Itália”; dos hansenianos com sua chegada no hospital: “Eu cheguei aqui em 76. Vinha um pouco doente”; ou os vários começos francamente “dignos e normais” dos presidiários: “Como um ser humano normal”; “Eu estudei no colégio padrão industrial profissional em Fortaleza no Ceará”; “Eu sou natural de Rosário O’Este Mato Grosso”; “O problema deu tá aqui nessa região ... é que eu saí da Paraíba em aventura para melhorar a vida em Rondônia”; as benzedadeiras e parteiras: “Meu pai conheceu uma senhora que incorporava espírito”; “Eu faço massagem ... faço passando a mão em cima do desmentido ... vou passando a mão com óleo. Deus me deu esse dote”; “Sou muito procurada por todo mundo ... todo mundo me conhece e eu posso dizer o que sei ... o que eu faço”; os moradores duma comunidade a beira do rio Madeira “Sou filho daqui”, “Aqui é farto de peixe”. Mas ser o discurso, a cápsula narrativa e o nascimento voluntário, partes constitutivas das formações discursivas não quer dizer que encontramos sempre o mesmo começo, a mesma forma e a mesma fórmula, a mesma história ou “algo parecido”. Não é o nascimento voluntário que integra alguém a um grupo, a uma classe, a um interdiscurso, mas o conjunto do seu discurso, onde o nascimento voluntário é mais um elemento, talvez somente o mais visível por estar no “começo”. E duma maneira ou doutra esse igual, vindo sempre de alguém diferente, será diferente, será outro.

O oralista deve ter o imenso cuidado em não direcionar a temporalidade (nem sua leitura) porque é com ela e a partir dela

que as singularidades ordenam e se ordenam (n)a narrativa. As representações do tempo, e a ordem vital específica de cada narrativa, dizem respeito a mais íntima estrutura, tanto da singularidade quanto das formações discursivas. É, antes de tudo, apresentação coletiva de tempo, de ritmos, de aconteceres e histórias; é como o indivíduo, a fala e o mundo dizem e se dizem como se tornaram o que são. Ao mesmo tempo, essa temporalidade específica é profundamente delicada. Dependendo da pergunta ou duma “recomposição” numa textualização desastrada (toda textualização é uma perversa reescritura de afetos criando um outro eu como se fosse outro, assim como a crueza da pergunta/resposta é perversa anulação profunda do outro), o “eixo da vida”, os “nódulos” podem mudar de sentido e de significado. A maneira como as imagens, os nódulos de significado, as palavras se constituem no e como texto, como elas se articulam, como se ordenam como cápsula narrativa não é aleatório, reorganizável numa pontuação despreocupada. O trabalho da pontuação não é o de espalhar ou concentrar “assuntos” e “histórias”, mas garantir as articulações, os sentidos e os possíveis sentidos destas posições: é atingir os sentidos em suas específicas articulações.

Ao iniciarmos com perguntas sobre a origem, os pais, o nascimento, o que queremos, estamos não só direcionando, mas o que é pior, pondo no outro nosso corpo, nosso olhar, nosso espaço, nossa temporalidade ocidental, cristã, histórica, metropolitana, unilinear, encadeada e evolutiva (determinado paradigma ou episteme da máquina tribal como se fosse único, exclusivo, correto e não um dentre vários epistemes ou paradigmas); sem perceber, antes, que as naturalizações universalizantes dos tempos da *phýsis* é, obviamente, tempos de determinada formação discursiva (formação produtiva e de domínios específicos da máquina tribal) e inútil fora dos seus quadrantes, apesar de ter o poder de deformar outras temporalidades. Essa temporalidade dominante não é a única da máquina tribal, mas o pesquisador age como se fosse. Não queremos marionetes (que dirão exatamente o que queremos que ele diga: o pesquisador é “inconscientemente” o “inconsciente da pesquisa”, um ventríloquo), mas singularidades discursivas, hiper-textos livres e vivos em sua

alteridade para um diálogo além das meras objetificações tão comuns e necessárias na Ciência.

Nossa matéria de contato possibilita e nos abre para leituras inesperadas, onde não encontramos somente nossas sombras projetadas sobre o papel, mas fluxos vitais tanto das singularidades quanto da máquina tribal que formatou e pôs em movimento cada uma delas. Mundo e singularidades ficcionais, mas ainda assim a única maneira de compreender, atuar e modificar a “realidade”, que não é coisa natural, mas presentificação de discursos e atuação deles enquanto imediato do presente. Nossa matéria, para se dizer, exige outra forma de leitura, de interpretação, de diálogo.

O projeto

A idéia de projeto que podemos utilizar nessa História Oral tenta escapar da mentalidade acadêmica assumindo-se enquanto estabelecimento provisório de procedimentos e dúvidas; desenvolvendo o âmbito que entrará em diálogo; treinando nossos potenciais diante do conhecido e do esperado; exercitando as múltiplas maneiras de agir, deixando sempre abertas às vozes e ao sistema de vozes, com o qual entraremos em contato, o direcionamento maior de si mesmas.

Pretender que um projeto seja “delimitador de realidades” através de “teorias” ou algo que ponha e disponha sujeitos, objetos, relações, teorias e procedimentos (delírio científico que normalmente realizamos por imposições burocráticas ou por não ousar mais) antes da “vivência corporal e textual” com aqueles que serão nosso projeto vivo, é desrespeitoso a qualquer “realidade humana”. O projeto é, e deve ser sempre, a posteriori, um feito-depois, mesmo que seja para parecer um feito-antes, ou para-antes, pois assim quer a burocracia universitária, estatal, institucional.

O projeto deve ser rascunho de pretensões e intuições, jamais com hipóteses (essa deformação das “Ciências Naturais” nas “Ciências Humanas”), conseqüência dos “chamamentos” do próprio presente vivo. Em vez de ser “modelo”, se abre como preliminares duma sedução, dum devaneio, espaço de sonho, busca de alteridades. É o primeiro passo duma jornada extensa e rica, jornada que não apenas reformatará esse primeiro passo, mas o colocará no devi-

do lugar e importância: o destino do projeto é ser superado e esquecido, cumprindo sua função de exercício básico, mas esse exercício deve estar além do institucional, num processo maior onde a consciência e a politicidade se encontram. Sua função é não se realizar, é se dissolver diante da efetividade, é sempre um antes da efetividade. Sua qualidade acadêmica deve ser provisória e não mais que acadêmica, isto é, texto-documento para funções específicas de poder e financiamentos, necessariamente fora do campo legítimo da íntima relação oralista/“narrador” própria da História Oral.

Narradores plenos

A História Oral é “instrumento” capaz de “sondar” profundamente, através de todo um processo transcriativo, estruturas e instâncias da experiência que normalmente estão restritos aos consultórios de Psicologia, aos segredos de família, às fofocas, às intimidades, ao mistério não-dito do viver, aos entrelaçamentos de forças e afetos que se apresentam, para nós, como um “narrador”. Ao mesmo tempo, a História Oral desmobiliza o sentido puramente econômico-social e amplo da História quando vai ao encontro do outro, em busca da experiência singular, do dizer único, do narrar vivencial, conseguindo articular uma “atmosfera” que antes não existia sequer para o “narrador”. Com isso amplia a idéia de sujeito e perturba seu limite com o tempo, com o contexto, podendo, assim, chegar aonde normalmente o conhecimento historiográfico, antropológico ou sociológico tradicional não vai, a não ser enquanto ficção, e mesmo o conhecimento psicológico com a História Oral se abre para um além da “doença”, do “distúrbio”, para um além dos limites da clínica, para um além do biologismo entranhado em seus métodos e conceitos.

Com o conceito de narradores plenos temos, quando unido à noção de cápsula narrativa e ao conjunto transcriativo, a busca por uma História Oral mais profunda e rearticulada com o conhecimento numa dimensão pós-moderna, líquida, discursiva, completamente fora dos tradicionais “problemas historiográficos”, se pondo dentro dos fluxos, dos rizomas discursivos e incluindo a “exterioridade” dentro dos seus devires, a singularidade como o outro expulso dos discursos hegelianos e marxistas.

Narradores plenos são aqueles que mantiveram intacta sua “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1987, p. 198). O narrador pleno é o tipo de narrador que Benjamin reclamava estar desaparecendo porque as ações da experiência não eram mais consideradas. O narrador pleno, normalmente, é um pouco o “camponês sedentário” e também o “marinheiro comerciante”. Carrega consigo as duas experiências a do viajante e a do homem do lugar. Isso faz dele um narrador especial, pois intercambia esses dois tipos de narradores: “A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presente esses dois grupos lo camponês sedentário e o marinheiro comerciantel” (1987, p. 198). Mas é o narrador que já recebeu a imensa carga destrutiva do “mundo moderno”, não é mais um “marinheiro fenício” nem um “camponês medieval”: é um rato, queira ou não, industrial, uma ratazana metropolitana mesmo na mais densa floresta, onde normalmente é nada mais que um lixo da mais crua indústria.

É conceito, ou rede conceitual, que não propõe “sociedades”, “grupos”, “colônias”, “redes”, “famílias”, “temas” ou “histórias”, mas narradores plenos, aqueles que vão bem além do simples “resgate do oprimido”, duma “história dos excluídos”, de “fontes orais” duma historiografia sempre capenga ou para a “formação de bancos de dados orais”, exercitando outra concepção de História Oral. É busca de nós mesmos e, particularmente, da sociabilidade, das redes virtuais e imaginárias que neles confluem e deles se abrem: os narradores plenos são hipertextos que exigem estrutura, forma e interpretação próprias que consigam perseguir sua polidimensionalidade. Entender, a partir de narrativas pessoais plenas, não somente uma vida particular ou um hipertexto, mas, com ele, poder tocar o próprio “tecido social” e suas fundações “ficcionalis” em movimento, isto é, o real como feito da “mesma substância” da narratividade dos indivíduos. O conceito de narradores plenos (como noção em exercício) é a experiência com uma maneira de fazer e ser História Oral.

Não iremos contextualizar tradicionalmente o hipertexto final, relacionando aquela narrativa com a “História” (porque cita ou se insere em “grandes momentos da história”, ou porque viveu minúsculos acontecimentos e relações), mas considerando o contexto

uma escolha narrativa (quem, quando, como, onde, para quê, se, por que?), parâmetro e guia não somente para um discurso que organiza sua vida, mas como expressão dessa vida e suas relações, matérias ficcionais do discurso.

O “narrador” (radicalizado enquanto conceito transforma-se em narrador pleno) coloca-se no centro da pesquisa não mais como simples depoente, colaborador, co-autor ou entrevistado. Essa perspectiva explora as relações entre memória, história, narrativas, textos, redefinindo as relações entre passado-presente, onde as narrativas (entrevistas múltiplas com o “narrador”) que definem o hipertexto final são construções desse “narrador” em busca da singularidade, sendo singularidade, sendo apenas no dizer. O narrador pleno é o eixo dessa História Oral e sua singularidade uma de suas buscas essenciais num mundo de consumismo, coletivismo mercantil, mídias e modas. A singularidade e seu supremo valor ético como uma das “resistências” à manada, a transformação de todos em cardume e a própria individualidade em apêndice de temas e questões universitárias.

Como nossa dimensão é o outro enquanto narrativa (o outro disposto e ex-posto em texto: o outro enquanto hipertexto: o outro solto no ar de imagens, vivências e palavras), seu “dis-curso” é estimulado em devires, onde os pretensos con-textos são invaginados (o contexto advém do texto e não o contrário: não cabe ao oralista explicar o outro, o tempo do outro, sua sociedade, mas con-versar em movimento, caminhando, com essa palavra, com esse ritmo, com essas articulações, com essas aberturas, com essa experiência que é index sui), tomando sua dimensão interna de dados do texto que são assentados enquanto elementos narrativos e não como dimensões de realidade que explicam ou põem o texto do “narrador”. Para empreender isso há Ciências demais. A História Oral tem compromisso ético, antes de tudo, com aquela singularidade, com aquela narrativa, com aquela vida: sua disposição é com aquele indivíduo em particular, com sua dimensão experiencial: a interligação em “comunidades de destino” se dará por extrapolações epistemologicamente controladas, não por exercício próprio da História Oral (a História Oral não deve se iludir com a criação científica dos mediadores): por isso essa perspectiva

não é “social”, “coletiva”, não se dá na mesma direção das Ciências Humanas tradicionais nem daquelas que tomam o indivíduo para “curá-lo”, como as Psicologias. É desse indivíduo que ela trata, daquele sujeito específico, daquela fala que, mesmo quando diz se interligar com outras, somos nós, oralistas, que concretizaremos essa mediação com outras narrativas sem perder a unicidade daquela voz, daquele específico constructo: buscamos a específica grandeza duma vida, sua específica complexidade sem cair no biografismo. A História Oral é a busca pela dignidade da singularidade, por sua complexidade, valor e dinâmica, fora das multidões, dos agrupamentos, das classes, dos povos, dos movimentos sociais e incluindo tudo isso em sua dimensão narrativa e vivencial: será projeção da sua fala, dimensão a ser enfrentada a partir do seu lócus. Por isso a História Oral não é História nem tem na oralidade sua matéria. A palavra “História” e o “Oral” do seu nome é somente a persistência dum engano por hora inextirpável, engano talvez frutífero, pois exige sempre o enfrentamento de muitas questões que envolvem teoricamente as redes de ação do oralista.

O narrador pleno é aquele que não somente esteja aberto às entrevistas, mas aquele que consegue dar uma dimensão a sua vida que ultrapassa o simples contar seja em densidade seja até em quantidade de páginas, conquistando um tecido narrativo denso. Ele é encontrado a partir de grupos específicos que o indicam como contador de histórias. Em vez de delimitar e estudar um grupo (projetar e estudar toda uma “colônia” e toda uma “rede” ou “grupo”, ou “sociedade”), delimitar, fazendo pequenas conversas, um grupo para encontrar entre eles um narrador pleno. Essa História Oral não é social, histórica, psicológica, econômica, antropológica, grupal, mas é, antes de tudo, com e sobre a singularidade, sem extrapolações em busca de leis, de confirmações científicas.

A entrevista

Para Annette Garrett (1967, p. 16), “não há regras infalíveis” para uma entrevista, principalmente porque ela é dimensão do diálogo e, mais ainda, para a História Oral, uma compreensão das forças

que instauram a singularidade em sua imposição. Mais do que um diálogo (a noção de diálogo em História Oral é profundamente problemática e ainda não enfrentada em suas contradições) a História Oral busca o rizoma narrativo que põe naquele momento hermenêutico o outro enquanto singularidade: o diálogo não é suficiente e a dialogicidade se parte nos devires das forças postas em questão.

A entrevista envolve “[...] uma relação mais íntima e sutil [...] do que pode parecer à primeira vista” (1967, p. 16), sendo mais que simples técnica, pois envolve “... comunicação entre duas pessoas. [...] é um método de cordialidade, um método de fazer perguntas com o único objetivo de compreender” (1967, p. 18-74), o que bachelardianamente Meihy chama de “aberto ao aconchego, à confiança e ao respeito”. Os conceitos de “diálogo”, “relação”, “íntimo e sutil”, “comunicação”, “aconchego”, “confidência” e “respeito” não conseguem esconder a *cordialidade como método* (o rizoma narrativo escoia pelos ralos da nacionalidade). Os devires da singularidade, com esse método, apenas confirmam o próprio método. Eles buscam o outro apenas como dado, como fonte, como confirmação, como declaração, como massa para uma ação do verdadeiro cozinheiro, o oligarca oralista, ou historiador, antropólogo, sociólogo, ou psicólogo. Essa cordialidade tem construído tudo menos singularidades, logo, menos ainda grupos, comunidades, sociedades ou mesmo “eventos”, pois não passam de projeções vivas do pesquisador e seus métodos.

Elizabeth Burgos diz que esse contato (tradicional) “despierta en nosotros sensaciones y sentimientos” (1987, p. 10), colocando a entrevista em patamar diferente duma “simples técnica”, mas sem extrapolar o cordial, o amigo, o íntimo que transforma o outro naquilo que caçamos.

Para Garrett

[...] é uma experiência inédita conversar com alguém que, em lugar de criticar e advertir, ouve, mostrando que compreende, sem, porém, julgar. É tipo de relação, que muito satisfaz, o de uma pessoa que não pergunta nada para si, pessoalmente, focaliza seu interesse inteiramente no entrevistado e, além disso, se abstém de impor conselhos ou controle. (1967, p. 37)

Com relação ao oralista ela nos adverte para uma formação e consciência mais agudas do que o “normal”. O oralista (para ela o entrevistador) possui

... com motivações inconscientes e conscientes, ambivalências, preconceitos e razões objetivas e subjetivas de seu comportamento. Traz, portanto, para sua relação com o entrevistado, suas próprias atitudes predeterminadas, as quais podem afetar profundamente essa relação. (GARRETT, 1987, p. 41)

Sobre isso Cremilda de Araújo Medina (1990, p. 62) diz que “... o entrevistador deve investir, de imediato, na própria personalidade para saber atuar numa inter-relação criadora”. Todas essas “relações amistosas”, no fundo, escondem sempre os contatos anuladores que todo o processo de entrevista camufla. A História Oral deveria ser, antes de tudo, estrutura teórica para salvar, salvaguardar, proteger o narrador do oralista.

É estranho diálogo, pois é, por um lado, a luta para manter as “garantias” epistemológicas onde o outro se dirá “sem mim”, sobre onde “eu” não estava, onde ele criará em narrativa (talvez pela primeira vez) seu “monólogo”, sua grande ficção em primeira pessoa, e, por outro, também manter a duvidosa dimensão de diálogo, de presença, de ouvinte que, se num primeiro momento (cápsula narrativa) é um ouvinte que só reforça o “monólogo” com “gestos” e monossílabos que dão apoio e continuidade, noutra momento (cápsulas temáticas) se torna um estimulador de questões, temas, dúvidas, e, por fim, pode se tornar o amigo, o conhecido, o vizinho em diálogo aberto e franco: a dimensão cordial, que não passa do desejo de devorar o outro com seu desejo.

O processo inteiro não é somente entre pessoas, em ter “corações”, mas entre tempos, imaginários, idéias, corpos, experiências, vozes, poderes, forças, imagens normalmente, diferentes, principalmente para o “narrador”, pois a narrativa desdobra outros eus em outros tempos: ao narrar o narrado cria a si mesmo e um mundo - duas dimensões discursivas.

Com a cápsula narrativa concebemos a entrevista como “práxis” no melhor e mais íntimo sentido do termo (pura poiesis), sendo ultrapassado o metafísico sujeito-objeto, se realizando enquanto

narrativa, sendo continuado por um trabalho textual onde toda a riqueza possa se encontrar além duma pobre objetificação.

O sujeito da minha atenção não está em mim; ele, no processo, se opõe a mim em sua existência autônoma, e o meu melhor interesse não consiste em apropriá-lo, mas em deixá-lo se afirmar afirmando todas as suas redes vivenciais, todas as suas determinações, caminhos e tecidos particulares, todas as suas diferenças, mentiras, verdades, ilusões, devaneios: a cápsula narrativa é o momento do “narrador”, a conseqüência lógica e ética do próprio conceito de “narrador”: se ele não se opõe a mim, se ele não se impõe enquanto narrador, o que se cria é simulacro impotente, útil apenas a determinados disciplinamentos.

A “vontade de conhecimento” deve começar por acumpliciar-se com o sujeito no poder que este tem de nos resistir em sua singularidade, que todos os procedimentos devem apenas desenvolver e tornar mais nítido. Nossa missão não é a de domá-lo, transformá-lo em conhecimento, em dados, em confirmação de eventos, mas ambos nos tornarmos mais conscientes de nós mesmos e da máquina tribal que nos formata, dando nitidez aos horizontes e eixos dos nossos presentes, apreendendo melhor as ficções que somos e em que a máquina tribal nos transformou.

Transcrição

A transcrição é passagem não só do “oral” para o “escrito”, mas primeiro momento da pontuação, do enfrentamento textual, da “interpretação”, do afrontar de códigos, diferenças, enquadramentos: código contra código, determinada rede discursiva tentando instaurar outra sem inter-ferir além do suficiente. Nesse momento não podemos tentar “traduzir com rigor para o papel aquilo que foi dito, inclusive alguns erros, repetições, vazios e silêncios”. Entendemos essa voz-gravada como narrativa sendo apenas ao se dizer, através das maneiras de como foi posta. O limite não é a voz, mas a narratividade; o a conquistar é a diferença, e lutar para que essa diferença não passe pelos filtros, códigos e disciplinamentos que tornam esse outro mero fantasma das minhas idéias: uma das grandes funções da História Oral, como já sabemos, é salvar

o narrador do oralista. A questão não é oral, mas interpretação viva de singularidades, de singularidades que se fazem ao se dizer.

Os momentos da transcrição pertencem ainda intensamente ao inicial processo mono-dialógico da narrativa para se desligarem completamente. Ao contrário, realizam a mono-dialogicidade e abre tecnicamente o segundo momento que aqui denominamos de pontuação, o “suave” pontuar, longe da “modelação” exigida pela textualização ou a exposição crua das perguntas e respostas.

A transcrição não é somente “momento técnico”. É aqui onde não somente o que é dito deve ser “transcrito”, mas, principalmente como o “narrador” gostaria que fosse entendido o que disse, sem esquecermos que o oralista interfere com suas percepções, com sua vivência do diálogo, trazendo aos poucos essa experiência pra todo o processo de pontuação, isto é, sua experiência é uma das garantias da experiência tornada texto do outro: a pontuação busca o outro, não o “texto ideal”, o “estilo” ou a “escritura gramatical”.

Uma História Oral que faz da transcrição seu “momento final” perde irremediavelmente todas as dimensões vivas do outro, reduzindo-o a dimensões produzidas pela própria escrita, ou melhor, pela maneira de como a escrita cria uma maneira de ver a máquina tribal e o “outro”, maneira essa decorrente da própria escrita e da relação direta entre gravador e transcrição.

A transcrição acabada de perguntas e respostas não é certeza de “respeito ao outro”, “respeito ao que foi dito”, mas, antes de tudo, traição ingênua ao ser do outro e da sua comunidade, traição às possibilidades vivas. Sem que lutemos para tornar, num processo de criação textual, o que é dito num complexo onde incluía vivamente o que queria que fosse entendido (juntamente com o complexo gestual e os múltiplos sinais que estão sempre acompanhando a fala), teremos somente “a letra morta” e não o “espírito que dá vida”. Captar somente a “estrutura sintática” é bem pouco, decorrente da importância que damos a esse aspecto como se ele conseguisse expressar a integralidade de sentidos. Por isso, unificar o gravador ou até mesmo uma filmadora e nossa própria observação-vivência é fundamental ao futuro processo de criação textual. Nossa grande busca é pelo sentido do outro, pelo seu significado

social, por sua integralidade vital, não somente por pretensas palavras fieis.

Há um tipo de trabalho que onde a pergunta-resposta da entrevista é deixada como se estivéssemos lendo uma transcrição, resumindo-se o trabalho teórico do entrevistador a dum apêndice inflamado, persistente em querer nos fazer crer em seu sumiço, mas com uma presença dominante e exclusiva; um segundo tipo onde nem essa pergunta-resposta é colocada ao leitor, ficando somente a teorização do pesquisador, sendo utilizado “fragmentos de respostas” no processo discursivo do oralista: esse tipo é variante do tipo anterior: onde, já sem nenhuma vergonha, o discurso do pesquisador aparece inteiro, usando do outro somente aquilo que lhe interessa, aquilo que faz parte do seu discurso, da sua tese; há também outro “modelo” que conduz todo o processo, desde o cuidado prático-teórico com as entrevistas, passando por uma transcrição em colaboração, passando por uma textualização que chamamos radical (onde o oral é reformatado em sua temporalidade, em sua dimensão de existência, dobrando-se ao escrito enquanto estilo e História e ao “tempo do oralista”) até a publicação integral do texto (MEIHY, 1990, 1991, 1993, 1996a).

A citação fragmentar dum autor não se enquadra numa objetificação da sua fala/texto, por existir algo “inteiro” antes da fragmentação onde podemos nos remeter, onde sempre estaremos com o “texto”; no caso duma entrevista, onde em grande parte não existe “obra”, texto base ou integralidade anterior, a citação fragmentar além de ser objetificação injustificada é crime epistemológico que, antes de ser somente deformação da fala do entrevistado, é, dos que dizem seguir a Ciência, deformação dos princípios mínimos da lógica científica ou filosófica precisamente por pretender que a parte da parte represente o todo, se dê sentido e possa substituir o fenômeno em sua dimensão de “integralidade”.

O que é feito com o texto dum autor não pode ser transposto para o “texto de uma fala”: a mudança não é somente entre a oralidade e a escrita, mas, fundamentalmente, de classe: enquanto o autor é uma voz com fundamento, mistificada em sua autoridade, poder de quem fala e de quem pode falar já em forma de texto, tendo

sempre um lugar onde pode ser encontrado, a fala tornada texto não tem suporte a não ser em si mesma, não remetendo a nada além de si: ela não tem um lugar a não ser quando “materializada”: fragmentada, citada ao bel prazer duma lógica que a comenta, parte-se sem ressoar, sem significar, sem poder fluir, principalmente porque seu suporte passa a ser o *comentário* e não ela mesma: a citação duma fala esconde que uma fala textualizada (o texto) é o referente e apresenta-se como um referente imediato que aponta para um referente *no real*, fora e condicionador tanto da fala quanto do texto, retomando todas as lógicas tanto do objeto quanto de causa e efeito duma concepção naturalizada da máquina tribal: a citação que não põe o texto como referente tem como metafísica de suporte um mundo naturalizado, uma lógica reificadora e um não escutar camuflado: na verdade aquilo que se faz muitas vezes com o nome de História Oral é tão somente preconceito de classe (“classe média culpada” querendo se redimir conversando com os miseráveis, os torturados, os velhos, os doentes, os excluídos): mas esses mesmos desgraçados não são ouvidos em sua singularidade: usam somente pedaços do que eles dizem, misturado com suas perguntas direcionadoras, somente como suporte de suas brilhantes palavras ou remodelamos suas falas até elas poderem se dar como leitura suportável, fazendo-as se aproximar da “singularidade do pesquisador” ou dos estilos aceitáveis de singularidade: e tudo fica em paz.

A citação da fala na interpretação do oralista (na fase interpretativa), diferente das formas anteriores de “trabalhar com a oralidade” (feito por historiadores orais, antropólogos, sociólogos e muitos “oralistas”), já têm um suporte anterior no material textual das entrevistas ou entrevista, primeiro por estar “integral” ou “íntegra” (cápsula narrativa, várias narrativas e leituras com o “narrador”); segundo, por ter superado o pergunta-resposta, deixando aparecer o “narrador” em sua integralidade ficcional; terceiro, por estar antes da interpretação plasmado como texto integral, se torna suporte onde tanto o oralista enquanto o hermeneuta quanto o leitor podem se remeter igualmente, sem ser apenas fragmentos, pedaços de coisa escolhidos por outro cercado de nada por todos os lados.

A leitura do oralista deve acontecer paralela a do leitor: as duas acontecem “antes”. Num trabalho de oralidade, como a dos “historiadores orais”, onde se faz citação ou se expõe a transcrição em forma de pergunta-resposta, sem o texto integral fazendo parte do processo interpretativo do oralista, o tempo do “narrador” é tomado pelo pesquisador, é apropriado ou desapropriado. A leitura dele acontece antes da leitura do leitor (na verdade antes da fala do interlocutor: tudo foi gerado pelo projeto, pelo tema, pela temporalidade do pesquisador); e não só antes: ela é única e privilegiada.

Na citação com o texto da fala compondo anteriormente o trabalho geral, a leitura do oralista é mais uma leitura; ela acontece depois e ao mesmo tempo da leitura do leitor, tornando-se paralela a essa leitura. Pondo-se em igualdade, como mais uma leitura, a leitura do oralista não se diz, estruturalmente, como “a leitura”, mas como mais uma possibilidade de leitura entre outras, pondo-se em pé de igualdade dialógica entre as leituras e a própria oralidade-em-texto: não há voz maior, voz primeira que coordene o diálogo. O oralista torna-se, na interpretação, navegador de traços, de movimentos, de percursos: sem as redes de positividade que tolhem o historiador e condicionam tanto sua visão quanto sua escrita, sem a certeza física do documento, reconhece ele tanto o texto como referente quanto às múltiplas ficcionalidades em movimento entrelaçante.

Pontuação

A pontuação (“colocação dos sinais ortográficos na escrita; sistema de sinais gráficos que indicam, na escrita, pausas na linguagem oral”) é a aproximação a singularidade, ao tecido textual, atuando no texto no sentido dele, isto é, para realizá-lo, não para formatá-lo. A pontuação não é equivalente à textualização, que inicia com a

[...] anulação da voz do ‘entrevistador’, dando espaço para a fala do narrador. [...] Consta desta tarefa a reorganização do discurso, obedecendo à estruturação requerida para o texto escrito. Através das palavras-chave estabelece-se o corpus, isto

é, a soma de assuntos que constituem o argumento. Faz parte do momento da textualização, a rearticulação da entrevista de maneira a fazê-la compreensível, literariamente agradável. Nesta fase anula-se a voz do entrevistador e passa-se à supressão das perguntas e sua incorporação no discurso do depoente. (MEIHY, 1991, p. 30)

Permanece, do conceito de textualização, quando existir “perguntas”, “anulação da voz do entrevistador”, mas não é anulação completa ou gratuita, mas inclusão na dialogicidade do texto quando isso for pertinente e exigido por essa mesma dialogicidade, tema ou narratividade.

O “desaparecimento” do entrevistador é inclusão dialógica, não sumiço, não corte aleatório ou “estilístico”, não é simples mergulho na fala do outro. As possíveis perguntas não somem por imperiosidade das modas, mas por, naquele momento de inclusão, fazer parte da narrativa.

Para se garantir a narração viva do “narrador” é preciso que uma das vozes em diálogo (a entrevista não é ato técnico, mas vasto diálogo em busca do outro, de si mesmo, do nosso presente e daquele presente que não nos pertence) seja “devorada” hermenêuticamente pela outra, realçando-a, trazendo-lhe a “força original”, a “força virtual” da sua existência, experiência e sentido.

A “reestruturação requerida para o texto escrito”, própria da História Oral de Meihy não faz parte da perspectiva da cápsula narrativa nem da pontuação (muito menos a ação dos historiadores orais), que é processo intermitente de busca do outro e instauração de negatividades. A pontuação enquanto “textualização suave” é necessária não por questões estilísticas ou por se “destinar a um público leitor”: a pontuação é feita por exigência do rigor hermenêutico da reflexão sobre a fala-texto do outro: a pontuação obedece ao respeito ao dizer e ao ser do “narrador”: sua vida (suas virtualidades específicas), sua fala, sua existência, sua temporalidade, sua ordem narrativa, é ficcional e ficcional será também aquilo que a dirá “integralmente”, não perdendo de vista que as “falas dos outros” não nos exime de nos pôr e de interpretar, ao contrário, exige essa interpretação e essa tomada de posição: as falas do outro por si mesmas não são suficientes (assim

como não é suficiente uma narrativa apenas): mesmo não se misturando à nossa, exige a reflexão: sua multiplicidade pede complemento, pois tanto a dele quanto a nossa são, de determinado momento em diante, contrafaces dum mesmo e grande texto, duma mesma e complexa realidade.

Num texto em busca do outro se deve ter o espaço das narrativas integrais, mas não podemos deixar de fora a nossa própria voz, nossa reflexão sobre o outro, que em sua existência textual chama nossa interferência não somente como “autor” do texto, mas, principalmente, enquanto o outro da cápsula narrativa. Mas não podemos esquecer que um dos papéis do oralista é o de não aceitar o texto, mas criticá-lo e interpretá-lo até que ele se abra e projete suas múltiplas entradas e caminhos, suas sombras, manhas, hipertextualidades.

Como dizer o outro, dimensão da oralidade do dizer, através da escrita? Como pontuar a fala? Como redimensionar a fala através do texto? Como dizer uma vida, uma experiência com a escrita? Como fazer dizer aquilo que some ao se dizer senão com a escrita? Como fazer com que a escrita não mate, não seque, não disseque a oralidade?

A instauração textual e a pontuação (a tradução do oral para o escrito, da transcrição ao texto final) não são exigências “literárias” (littera, letra do alfabeto, ou no português do século XVI, letradura enquanto ‘conhecimento da escrita’), fornecendo ao leitor um texto expurgado das “excrescências orais”. São exatamente essas “excrescências orais”, juntamente com a estrutura oral, com seus fluxos internos, com sua força ilocucionária, com sua forma de existência, que ensinará à escrita as trilhas a seguir.

A instauração do texto é conquistada através da modificação textual, que é, na verdade, aquilo que entendemos como a construção do texto, se dando a partir das exigências de sentido, estrutura e função do falado, dos fluxos e escolhas narrativas do nosso interlocutor. Não é dimensão exclusiva da escrita, mas é a escrita se deixando moldar por um dizer, por um viver, por uma ordem de dizer o vivido que pede para se dizer mais, com mais solidez, com a permanência que somente a escrita pode garantir.

Aquilo que coordenará a escrita não será a mentalidade gerada pela cultura escrita (HAVELOCH, 1996a, 1996b; OLSON, 1997; ONG, 1998), mas uma escrita consciente tanto das suas dimensões quanto dos campos de força geradas por sua atuação. Buscaremos a escrita da oralidade e não simplesmente uma oralidade escrita ou transcrita, mas oralidade transcrita na medida dos fundamentos da cápsula narrativa. O texto “final” é a oralidade transcrita.

A pontuação, enquanto “textualização suave” (pontual), além de fundir ou excluir possíveis perguntas atua no sentido do texto se curvar à narração e dela se realizar no texto. Nunca ordenamento ou reordenamento estrutural, mas realmente pontuação: em “pontos” específicos atuar para que o oral se realize em texto e o texto se plenifique em “oralidade escrita”: essa relação, essa dimensão ético-moral que se apresenta como cuidado epistemológico não tem regras, não pode ser ensinado: cada oralista na relação vital com o “narrador” fundará o texto num processo compartilhado tendo como horizonte o respeito à experiência viva do “narrador”.

Coda

Quando mudamos de patamar, alteramos profundamente a perspectiva. A mudança no mesmo plano é, na verdade, formas de permanência, de conservadorismo, o “mudar para permanecer”, de Lampedusa. Uma História Oral fundada nos “teóricos clássicos” das Ciências Humanas é permanecer no mesmo plano do que conserva, mantém e aceita o “mundo objetivo” próprio das ideologias, nas teorias de apoio, no senso comum da teoria. As mesmas palavras, idéias, noções num outro patamar mais elevado, ou mais baixo, muda completamente seu sentido, seu valor, suas relações, seu poder. Isso sabia muito bem Borges e não deixou de explicitar isso em vários lugares da sua obra. O que aqui parece o mesmo, a mesma História Oral, não passa de algo completamente diferente. Partimos, para essa História Oral, de Nietzsche, Deleuze, Foucault, Derrida, voltando por Espinosa, passando por Stirner até Clement Rosset, numa trajetória oposta aos caminhos seguidos até hoje pela oralidade que se chama também História. Com isso mudamos conceitos básicos como memória, sujeito, fala,

história, diálogo, metodologia, oralidade, escrita. Mas essa mudança de patamar ainda está no começo. É apenas exercício incompleto. Não deixa de ser um ensaio hermenêutico com outra maneira de instituir o outro e a diferença, pondo no centro e no fazer a singularidade, as redes de força de Nietzsche, de afeto espinosiano, de rizomas de Deleuze. Talvez daí saia realmente uma História Oral que ouse ser mais que uma História e muito mais do que uma escrita da oralidade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Daniel Pereira. **Nietzsche e a experiência de si como transgressão**. Annablume. São Paulo: 2007.

ATAÍDE, Y.D.B. **Decifra-me ou te devoro**. São Paulo: Loyola, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRUNER, Jerome; WEISSER, Susan. **A Invenção do Ser: a autobiografia e suas formas**. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy: **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

BURGOS, Elizabeth. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. México: Siglo Veintiuno, 1987.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história: para ler a História Oral**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **A noção de cápsula narrativa**. Caderno de Criação, Centro de Hermenêutica do Presente, n° 20, ano VI, Porto Velho, outubro, p.52-58, 1999b.

_____. **Nas águas do texto**. Porto Velho: Eudfro, 2001.

- _____. **Litera mundi**. Porto Velho: Edufro, 2002.
- _____. **Oligarquia das letras**. São Paulo: Terceira Margem, 2005.
- _____. História Oral: experiência e narrativa. In: SANTOS, Nilson (Org.). **Alinhavos em ciências humanas**. Porto Velho: Edufro, 2007.
- CALDAS, Fabíola Lins. Cápsula narrativa: história e usos de um conceito. **Caderno de Criação**, Centro de Hermenêutica do Presente, nº 26, ano VIII, outubro, p. 05-10, 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- _____. **O Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- _____. GUATTARI, Félix. **Kafka**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. In: Col. Os Pensadores, Abril Cultural, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, Col. Problemas, 1968.
- _____. Eu, **Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.
- FORNAZARI, Sandro Kobol. **Sobre o suposto autor da autobiografia de Nietzsche**. São Paulo: Discurso Editorial/UNIJUÍ, 2004.
- GARRET, Annette. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- HAVELOCH, Eric. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papyrus, 1996a.

_____. **A revolução da escrita na Grécia**. Rio de Janeiro: UNESP/Paz e Terra, 1996b.

HOLANDA, Fabíola. **Experiência e memória**: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTOS, Maria Augusta. **Dispersão e memória no cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. **Canto de morte Kaiowá**: história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996/2004a/2005.

_____. The radicalization of oral history. **Words & Silences**, v.2, n° 1, p. 31-41, junho, 2003.

_____. **Brasil fora de si**. São Paulo: Parábola, 2004b.

_____. **Augusto & Lea**. São Paulo: Contexto. 2006.

_____; HOLANDA, Fabíola. **História oral** - como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEHAMAS, Alexander. **Nietzsche**: a vida como literatura. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- _____. **Humano, demasiado humano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **A gaia ciência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Escritos sobre história.** São Paulo: Puc/Loyola, 2005.
- _____. **Além do bem e do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **A vontade de poder.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- OLSON, David R. **O Mundo no papel.** São Paulo: Ática, 1997.
- _____; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade.** São Paulo: Ática, 1995.
- ONATE, Alberto Marcos. **O crepúsculo do sujeito em Nietzsche.** São Paulo: Discurso Editorial/UNIJUÍ, 2000.
- ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita.** Campinas: Papyrus, 1998.
- PASSERINI, Luisa. **Mitobiografia em história oral.** Revista Projeto História, nº 10, p. 29-40, São Paulo, 1993.
- PASOLINI, Pier Paolo. **As últimas palavras do herege.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. ROCHA, Silvia Pimenta Velloso. **Os abismos da Suspeita.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- STIRNER, Max. **O único e sua propriedade.** Lisboa: Antígona, 2004.
- VIEZZER, Moema. **Se me deixam falar....** São Paulo: Global, 1984.
- WILKOMIRSKI, Benjamin. **Fragmentos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Relatos orais, imigração e infância¹

Zeila de Brito Fabri Demartin

RESUMO: Abordamos aqui um tema pouco explorado sob a perspectiva da História Oral: os relatos orais de pessoas que passaram pelo processo migratório e se inseriram na sociedade de adoção ainda quando crianças. Trabalhamos com os relatos orais de pessoas que vivenciaram o processo de inserção no contexto de adoção enquanto crianças, embora já se encontrassem em idade avançada por ocasião das entrevistas. Enfocamos relatos de imigrantes de três grupos muito distintos: portugueses, japoneses e alemães, que chegaram antes de 1937 em São Paulo. Foram várias as experiências vivenciadas pelos pequenos imigrantes em território paulista, e, portanto, distintas maneiras de a infância ser sentida e relatada, dependendo da forma como tenha ocorrido a inserção do pequeno imigrante no país de acolhida, as vinculações com a população local, com outras crianças, com a escola(s) frequentada(s) etc. Assim, é possível pensar, também, em diferentes representações de um mesmo tempo e contexto vivido segundo as distintas experiências do passado (e do presente).

PALAVRAS-CHAVE: Relatos Orais; Imigração; Infância; Educação; São Paulo.

1 - Neste texto estão condensadas reflexões já apresentadas principalmente em dois outros artigos já publicados Demartini (2002) e (2006).

ABSTRACT: We discuss here a relatively unexplored subject from the perspective of Oral History: the oral reports of people who passed through the immigration process and are inserted in the society of adoption when they were children. We work with the oral reports of people who experienced the process of integration in the context of adoption as children, but were already at an advanced age during the interviews. We focus on stories of immigrants from three very distinct groups: Portuguese, Japanese and Germans, who arrived before 1937 in Sao Paulo. There were several events experienced by immigrants in small territory, which, so different ways in which childhood is experienced and reported, depending on how the insertion of small immigrant in the host country have been placed, the linkages with the local population, with other children with the school (or schools) attended etc. Thus, it is conceivable, too, in different representations of the same time and context according to the diverse lived experiences of the past (and present).

KEYWORDS: Oral reports; Immigration; Childhood; Education; São Paulo.

Nessa comunicação abordamos um tema que, parece-nos, ainda não foi suficientemente explorado sob a perspectiva da História Oral: os relatos orais de pessoas que passaram pelo processo migratório e se inseriram na sociedade de adoção ainda quando crianças. Procuramos, assim, colocar em discussão as questões da infância entre grupos imigrantes.

A temática da infância e o processo de escolarização de crianças e jovens sempre estiveram presentes em nossos estudos, seja abordando as demandas dos pais (DEMARTINI, 2003), seja analisando as memórias de velhos professores para compreender aspectos do campo educacional paulista (DEMARTINI, 2001). Também em nossos estudos sobre grupos de imigrantes do Estado de São Paulo (japoneses, alemães e portugueses) sempre nos preocupamos com o processo de socialização das gerações mais novas no país de origem e no novo contexto de adoção; incorporamos as gerações mais jovens nestes estudos, em que entrevistamos a terceira e quarta gerações de famílias que chegaram a São Paulo no início do século XX. A exploração, através de relatos orais, da temática da infância permitiu que desvendássemos aspectos importantes sobre a escolarização de crianças no estado de São Paulo, em período em que havia poucas escolas; assim pudemos verificar que, na ausência dessas, as próprias crianças providenciavam o seu aprendizado da leitura e da escrita, antecipando-se à oferta educacional do Estado e até às práticas familiares adotadas pelos adultos da época; permitiram também questionar as afirmações de que as camadas mais pobres não se interessavam por escola, ao evidenciarem que as próprias crianças pobres travestiam-se muitas vezes em “professores” de outras crianças.

O que tais estudos permitiram reafirmar, entretanto, é a importância da reflexão sobre os conceitos de infância e de criança. Nossa experiência e outros estudos sociológicos sobre a infância brasileira mostram-nos que não existem “infância” e uma “criança” genérica, mas diferentes tipos de crianças e de infância: a questão da heterogeneidade dos tipos de criança e do tipo de infância vivenciado é questão primordial para a pesquisa sobre esse tema, especialmente sob a perspectiva histórica. Com relação aos imigrantes, que infâncias foram vivenciadas? Houve uma vivência

diferenciada entre os diversos grupos e dentro de cada grupo? Como foram se constituindo diferentes crianças e diferentes infâncias nesses grupos de imigrantes? Trabalhamos aqui com a idéia de que foram várias as experiências vivenciadas pelos pequenos imigrantes em território paulista e, portanto, pode haver distintas maneiras de a infância ser sentida e relatada, dependendo da forma como tenha ocorrido a inserção do pequeno imigrante no país de acolhida, as vinculações com a população local, com outras crianças, com a escola(s) freqüentada(s) etc. Assim, é possível pensar, também, em diferentes representações de um mesmo tempo e contexto vivido segundo as distintas experiências do passado (e do presente).

Em trabalho no qual discutimos a questão dos relatos orais e infância (DEMARTINI, 2002), já chamamos a atenção para a especificidade dos relatos orais com relação à infância; consideramos que a criança, após breves espaços de tempo, já constitui algum tipo de identidade, apresenta uma memória em construção. Segundo Pollack (1992) a construção da identidade é realizada num espaço, dentro de um grupo. Ela é feita sempre com relação a um “outro”, sendo impossível pensar na construção da identidade, no processo de socialização da criança “no ar, no abstrato”. No caso das crianças de famílias de imigrantes, quem seriam os outros? Como são eles representados nos relatos? É preciso anotar que as crianças filhas de imigrantes vivenciam situações em grande parte muito distintas daquelas dos imigrantes adultos: a sua vivência da cultura e sociedade de origem ainda é relativamente pequena e mais restrita às vivências familiar e do círculo de amizades, algumas vezes às vivências escolares; por outro lado, sua inserção na sociedade de adoção ocorre durante o período de sua socialização primária, quando grande parte dos valores, costumes etc. são incorporados. São esses pequenos imigrantes os que são “mergulhados”, por assim dizer, ao mesmo tempo e profundamente, em dois contextos sociais e culturais muitas vezes extremamente distintos; a forma como esse mergulho ocorre pode variar de um grupo para outro, de uma família para outra dentro do mesmo grupo. Como já escrevemos, é preciso verificar quais são as marcas em cada criança, as marcas de cada infância e dos processos

de socialização (DEMARTINI, 2002, p. 8). No caso dos pequenos imigrantes, as marcas dos muitas vezes diferentes e até opostos processos de socialização familiares e das sociedades mais amplas – a de origem e a de adoção.

A imigração é constituinte da história de São Paulo; foram levadas de pessoas que entraram durante muitos anos, carregando consigo as vivências e as culturas das sociedades de origem. Como diria Sayad (2000) “é um território, por definição, de imigração, e no qual a homogeneidade está sempre por construir”. Nossos entrevistados eram crianças em São Paulo no período em que aí chegaram centenas de milhares de imigrantes. Alguns grupos destacaram-se pela forte imigração desde a segunda metade do século XIX: portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, alemães, além de outros.

Todos os grupos de imigrantes, em maior ou menor quantidade, trouxeram milhares de crianças em seus deslocamentos. Os dados apresentados por Scott (2001), a partir de levantamentos realizados por Vasconcelos em 1937, (Quadro 1) permitem visualizar a dimensão desse fato; isso é, constatar que as crianças não podem ser ignoradas quando se consideram aspectos históricos da constituição da população paulista e da imigração.

Quadro 1
Total de entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo
Porto de Santos - Grupos Etários (1908-1936)

Nacionalidades	Total	Até anos	Entre 7 e 12	Mais de 12	Mais de 12
Portugueses	275.257	32.600	19.342	223.315	223.315
Espanhóis	209.282	41.487	24.451	143.344	143.344
Italianos	202.749	27.592	16.673	158.484	158.484
Japoneses	176.775	34.202	18.860	123.713	123.713
Alemães	43.989	4.265	2.890	36.834	36.834
Turcos	26.321	2.308	2.034	21.979	21.979
Romenos	23.756	4.703	2.601	16.452	16.452
Iugoslavos	21.209	4.377	2.090	14.742	14.742
Lituanos	20.918	3.140	1.595	16.183	16.183
Sírios	17.275	1.930	1.177	14.168	14.168
Poloneses	15.220	1.984	1.155	12.081	12.081
Austríacos	15.041	1.999	1.206	11.836	11.836
Outros	47.664	5.331	3.056	39.277	39.277
TOTAL	1.221.282	178.603	103.690	938.989	938.989

Fonte: Vasconcelos 1937 apud Scott (2001)

Em alguns grupos, a distribuição de adultos e jovens (acima de 12 anos) parece mais equilibrada, evidenciando que alguns se caracterizam pela migração familiar, outros pela individual. Qualquer dessas duas situações, como veremos em exemplos adiante, representaram enfrentamentos novos para as crianças: no caso dos que migraram carregando o grupo familiar (que os japoneses exemplificam bem), as crianças, além da saída do espaço de origem, passaram a conviver com a sociedade de adoção; no caso em que os pais, geralmente homens, migravam antes, como os portugueses, as crianças ficavam com outros parentes às vezes por muito tempo à espera de seu retorno e de uma possível imigração.

Como já afirmamos (DEMARTINI, 2003), no caso de São Paulo, em que muitos grupos de imigrantes chegaram simultaneamente, a questão imigratória que envolve para o grupo imigrante (e também para a sociedade de adoção) a referência a duas sociedades de pertencimento, tornou-se ainda mais complexa: eram muitas as sociedades de origem, cada uma com suas problemáticas e diferenciações sociais internas. E era com essa multiplicidade de situações que os pequenos imigrantes conviviam, foi nesse contexto que se socializaram.

No caso de São Paulo, tanto na capital como no interior, este novo mundo para o qual vieram era constituído por povos de várias origens – em alguns períodos, a população estrangeira foi superior à da sociedade paulista. Considerando, como afirmam os estudiosos que é durante a infância que os indivíduos vão moldando suas identidades, algumas questões se colocam: como esses pequenos imigrantes foram se constituindo? em que medida não tiveram que aprender a conviver com diferentes culturas desde muito pequenos? em que medida a dimensão lúdica da infância permeou as relações com os “outros” nessa sociedade de adoção?

Como a análise sobre a imigração de grupos diferenciados envolve situações muito complexas, ainda pouco exploradas especialmente no tocante à infância, resolvemos analisar algumas questões partindo-nos nos relatos dos que eram filhos de imigrantes em São Paulo no início do século XX. Trabalhamos, portanto, com os relatos orais de pessoas que vivenciaram o processo de inserção no contexto de adoção enquanto crianças, embora já se encontrassem em idade avançada por ocasião das entrevistas. Enfocamos relatos de imigrantes de três grupos muito distintos: os portugueses, os japoneses e os alemães, que chegaram antes de 1937 em São Paulo. Tratam-se, portanto, de relatos sobre a infância produzidos por pessoas que vivenciaram esta etapa da vida há muito tempo; cruzam-se aqui, portanto, nas representações elaboradas, os vários tempos vividos, relatados a partir do tempo da velhice. Nesse caso, a vivência como imigrante ou como recém chegado é uma vivência mais distante, as reflexões nos relatos incorporam o longo tempo decorrido entre a infância, vivida durante poucos anos ou quase nenhum no país de origem, e a prolongada convivência no contexto de

adoção. Mas, muitas vezes, é justamente esse longo tempo decorrido que permite que o entrevistado perceba e explicita algumas dimensões importantes de sua infância.

Privilegiamos os aspectos que remetem à dimensão lúdica e aos relacionamentos que marcaram as vivências dos pequenos em casa, nas ruas e nas escolas, espaços infantis por excelência. A dimensão do trabalho infantil em famílias de imigrantes, tão importante, exigiria outra reflexão. Estaremos, assim, lidando com alguns elementos que, segundo Pollack (1992) são constitutivos da memória (acontecimentos, pessoas e lugares – da memória), buscando apreender algumas marcas nestas infâncias diferenciadas. Achamos importante distinguir dois momentos das trajetórias que aparecem nos relatos como muito distintos: o que remete ao contexto de origem e o de vivências no novo mundo.

Relatos sobre o contexto de origem: as decisões familiares e a infância entre o ir e vir

Para tratar os relatos sobre a infância no contexto de origem pautamo-nos sobretudo nas pesquisas com imigrantes portugueses, que, em virtude de suas especificidades, colocaram-nos diferentes questões, pois as crianças se inseriram nesse processo sobre múltiplas formas.

Os relatos dos que eram pequenos quando a família iniciou o processo migratório permitem afirmar que as situações foram as mais variadas, mas que os que viviam em condições precárias em Portugal geralmente enfrentaram problemas maiores: em alguns casos, porque sem recursos, o pai veio antes, deixando a mulher e os filhos para trás; em outros porque, sem garantias de que a vida na nova terra seria melhor, vieram o pai e mãe, deixando os filhos com os avós em Portugal. Em ambos, os relatos de alguns entrevistados apontam para famílias cujo núcleo esteve por muitos anos separado, isto é, em que a convivência das crianças e seu processo de socialização primária ocorreram sem a presença do pai, ou até, do pai e da mãe.

Duas irmãs relataram esta situação de separação motivada pela imigração do pai, ocorrida em virtude da extrema miséria em

que viviam. Trata-se de família em que o processo imigratório havia se iniciado muito antes.

O pai das irmãs entrevistadas (Família. A.) viera para o Brasil com nove anos de idade, juntamente com os pais dele, em 1913, retornando a Portugal – também acompanhado dos pais – por volta de 1924, ano em que foi obrigado a ingressar no exército lusitano sendo obrigado a cumprir quatro anos de funções militares. Foi durante este período (1924-1928) que conheceu a esposa, casou-se e não esteve presente no lar durante o nascimento das filhas: 1927 (nascimento de M.) e 1928 (H.). Nessa última data, findara sua prestação de serviço ao exército, o que permitiria uma aproximação entre os membros da família. Porém, o pai, mais uma vez, deixou Portugal, embarcando para terras brasileiras. De acordo com as entrevistadas, o motivo desta segunda viagem do pai, foi o de melhorar as condições financeiras da família, a qual se encontrava em situação lastimável. A miséria é um importante elo de ligação entre as sucessivas gerações: o sofrimento parece estar enraizado no cerne da estrutura da família. Uma vez encerradas as atividades militares do esposo, a própria mãe pediu uma quantia de dinheiro emprestada a fim de que o marido a utilizasse no retorno ao Brasil.

O discurso das irmãs entrevistadas enfatizou, e muito, a pobreza na história da sua família. Lembraram que a vida cotidiana lusitana tinha a miséria como a sua característica mais marcante e este pareceu-nos ser o campo dentro do qual se sentiram mais emocionadas em aprofundar os seus relatos. Miséria e pobreza, com todas as suas conseqüências, eram as companheiras de sua família antes da vinda para o Brasil:

H. - Agora Portugal está uma maravilha mas, naquele tempo, era uma miséria absurda. Nós éramos da classe mais... [..] mais pobre. Se fala aqui de pobre... os pobres daqui são ricos!

M. - Bom, pra você fazer uma idéia, o meu avô trabalhava no rio e a minha avó pra ajudar carregava feixes de palha, de nossa terra à Lamego, que são duas léguas – ela ia de madrugada... [..] Quando a minha avó chegava, que trazia um pinguinho de dinheiro, aí ela – presta atenção – ela ia num, nas pessoas que tinham vinha d'alhos – vinha d'alhos é aquela, que tem, gente

que tem carne de porco, bastante, e põe no vinho... Olha você como era a vida: ela foi pedir diversas vezes na casa da minha avó materna! Esse vinha d'alhos. Que era pra fazer papas; papas é uma coisa feita...

H. - Fubá, misturado naquele d'alhos. E aquilo era a refeição. Todo o dia.

M. - Era uma vida de cachorro! (F.A.).

Ambas alegaram que trabalharam desde muito cedo, por volta dos oito anos de idade. Eram proibidas de brincar tanto fora como dentro de casa, pois tinham várias obrigações a cumprir dentro do lar da família. Esta ênfase no trabalho veio seguida de um ingrediente que acompanha todos os membros da família: o sofrimento. Este é facilmente percebido em palavras e expressões empregadas para se referir a todos os membros familiares: "casa da tristeza da vida, coitado(a), infeliz, a nossa vida continuava uma merda, miséria..." a desgraça era tanta que uma das irmãs garantiu que possivelmente não acreditaria numa história dessas caso alguém a relatasse para ela: "Era demais. Se a gente contar, parece, se nós não vivêssemos esta história... nós não iríamos acreditar..." (M.-F.A.)

No caso relatado, a decisão do pai de partir e permanecer durante anos no Brasil representou para as irmãs uma infância marcada pela ausência paterna, pela convivência com os avós e pela vivência no trabalho e na miséria. A dimensão lúdica de infância não é representada nesses relatos, só aparece o sofrimento, a miséria, o trabalho.

A ausência paterna durante o período da infância também foi apontada por outros entrevistados: no caso de uma delas (F.H.), a imigração na família ocorreu com a vinda do pai, em 1921, e só cinco anos depois veio o restante da família. A primeira geração que compreende o pai e mãe da entrevistada, nasceram e casaram-se em Portugal, o pai nasceu em Lamas e a mãe em Mozelos, a mãe vinha de uma família de industriais que tinham treze filhos, sendo que uma de suas irmãs e seu marido também migraram para o Brasil. O pai imigrou porque não queria ver a mulher trabalhando e também por se sentir culpado de ter tirado a

mulher de uma situação boa financeiramente falando, antes de ter se casado. O casal teve cinco filhos, todos nascidos em Portugal e que tiveram parte da infância lá. Nesse caso, a mãe, para sustentar os filhos, continuou trabalhando com a família. A entrevistada não se referia a sofrimentos, pois pertencia a uma família com melhores recursos, freqüentava a escola antes de vir para o Brasil; mas lembra-se da ausência do pai.

Outra entrevistada (F. M.) ficou um tempo maior para empreender a viagem e ter uma convivência com a família nuclear completa. A vinda de sua família foi fragmentada, primeiro veio o pai e depois aos poucos foram vindo os outros membros da família. Seus pais moravam em um distrito de Coimbra, provavelmente numa região urbana, devido à profissão do pai que era escultor; já a mãe era dona de casa e criou nove filhos. A família veio “devagarinho”, nas palavras da própria entrevistada. Primeiro veio o pai, por volta de 1927, depois veio a irmã mais velha, a mãe e o resto dos filhos, ela só veio em 1937, com 22 anos. Outros dois irmãos da entrevistada ficaram em Portugal por já estarem casados, quando da imigração dos irmãos. Em Portugal, F.M. ficou aos cuidados de uma tia, não trabalhou lá, mas cursou até o primário e quando interrogada sobre sua juventude em Portugal, ela respondeu secamente que “foi muito boa, com saúde”; a entrevistada não quis falar de sua vida em Portugal, do choque da imigração e da distância dos familiares. Sua resistência em falar da infância e da juventude parece indicar problemas de sentimentos carregados.

Há ainda os que passaram por uma vivência familiar fragmentada por muitos anos, em virtude do processo migratório. É o caso de F.N., cujo pai veio em 1905; ele veio com o resto da família só em 1932. O pai migrou enquanto a família ainda era pequena, deixando em Coimbra a mulher grávida de F.N. e outras duas irmãs. Durante longos anos, a família ficou entre esses dois continentes, pois para o pai a imigração para o Brasil não era definitiva, mas só uma forma de arrumar dinheiro:

A gente ficava o dia inteiro na escola, entrava às sete, aliás, às oito e saía às cinco, levava o lanche, lanchava lá, tínhamos meia hora de lanche, ficávamos na escola. [...] antes de eu ir pra lá eu tinha tarefa, antes de ir pra escola e depois de voltar e, então,

quando era nas férias então eu ia guardar o gado porque a minha mãe lá tinha muito gado, então tinha... eu ia por exemplo, tinha a minha irmã mais nova das mulheres, ela andava guardando por exemplo quando não tinha criado fora, então quando era nas férias grandes era noventa dias, eu ficava guardando elas, sabe como é, lá por exemplo a criança tem que trabalhar cedo, tinha que trabalhar naquele tempo, depois parece que Portugal mudou. Ela Imãel sempre tinha boas propriedades, é que, sabe como é, precisa dinheiro porque a vida lá era muito difícil, então o meu pai veio por causa disso, mas ela começou, por exemplo, comprava gado, vendia, mas é assim, ela, por exemplo, fazia queijos, vendia, tudo isso ela fazia. Eu vendia e ia a todos os lugares, tudo, toda semana levar eles lá, já tinha freguês certo, já sabia quantos que a pessoa queria. (F.N.).

Alguns casos foram mais dramáticos, pois a família não voltou a constituir-se, nem no Brasil nem em Portugal. É o que relatou um entrevistado (F.B.) que veio para São Paulo só com 27 anos. Em Portugal o pai vivia na região rural de Trás-os-Montes e, segundo o embaraço do entrevistado no relato, ele não tinha profissão, foi criado pelos avós que tinham terra; era lavrador, cuidava dessas terras e veio para o Brasil com 35 a 40 anos. Quando o pai saiu de Portugal, tinha já uma família formada, a mãe do entrevistado, grávida, ele e uma irmã; chegando aqui cortou os laços com esses familiares, e arrumou outra companheira de origem também portuguesa no Brasil: “Nunca mandou nada...” (F.B.)

De modo geral, quando as crianças ficavam em Portugal na ausência dos pais, geralmente sua vida era marcada pelo trabalho junto à família, sob o controle da mãe, para enfrentar as dificuldades econômicas. Uma das entrevistadas passou a infância sem poder brincar, pois ficava bordando o dia todo, junto com a avó e as tias, na Ilha da Madeira.

A minha infância era dentro de casa e eu aprendi a bordar, e eu já bordava e ajudava a minha mãe e a minha avó bordando, sabe? E já bordava com nove anos. Não, não brincava... por que depois que eu comecei aprender a bordar, ficava a minha avó aqui, a minha mãe ali...e eu aqui, ó! E elas conversando e eu junto com elas [bordando...] Não fui à escola. O dia que foi pra eu ir pra escola, eu fui um dia, no outro dia já recebi notícias que era pra ir embarcar. Então a infância era mais... fazer o

bordado... É, era trabalhar. A primeira coisa que a gente aprendia era trabalhar. (F.D.).

Mas houve casos, poucos, ocorridos entre os que tinham maiores recursos econômicos, em que a decisão de deixar os filhos em Portugal ocorreu por motivos diversos: os pais vieram para o Brasil, e os filhos ficaram em Portugal ou em outros países para estudar, pois lá cursariam melhores escolas.

A infância passada em terras portuguesas deixou lembranças de separações, sofrimento, trabalho, miséria e incerteza para os que tiveram suas famílias fragmentadas durante o processo migratório. Mas também deixou marcas de uma vivência com grupos mais amplos, com os avós, que muitas vezes ficaram para trás, não vieram para o Brasil; do controle social nas aldeias, das escolas, da vida livre pelos campos, da educação religiosa que orientava a vivência em Portugal.

Parece que é possível pensar, a partir dos relatos de vários portugueses imigrantes que vivenciaram o processo migratório quando pequenos e jovens, que há uma especificidade em suas infâncias que os diferencia da maior parte dos outros imigrantes. É que para essas crianças a separação provocada pela ida primeira do pai, de seus retornos para visitas etc., os colocou precocemente em contato com contextos sócio-econômico-culturais distintos: um, criado pelos relatos dos que migraram primeiro, sobre o país para o qual vieram depois; o outro, o contexto no qual haviam nascido e no qual ficavam aguardando as decisões dos adultos – ficariam? partiriam? quando?

Se acrescentarmos a essa questão o fato de que geralmente as imagens veiculadas sobre o Brasil não eram as melhores (era a terra para ganhar dinheiro, não a pátria querida), é possível também pensar que foram as crianças e jovens que constituíram a identidade luso-brasileira em toda sua complexidade: enfrentaram as influências dos dois contextos sócio-culturais durante seu período de socialização primária, mesmo nos casos já citados em que vieram para São Paulo muito depois dos pais. Este aspecto, importante, já foi apontado por outros estudiosos com relação a outros grupos de imigrantes. Como já observou Kosminsky (2000) com relação às crianças de famílias judias, as crianças podem se

sentir divididas por exigências culturais e sociais conflitivas diante de um mundo desconhecido e muitas vezes hostil.

Podemos pensar que as migrações de grandes grupos, seja através de agrupamentos familiares ou, como foi retratado, através da descontinuidade familiar, levanta questões importantes para a reflexão sobre as crianças envolvidas nesses processos. Seria interessante explorá-las.

Relatos sobre a travessia e as vivências na nova terra

Não é possível abordar aqui a multiplicidade de experiências infantis dos pequenos imigrantes na nova terra, mas alguns elementos podem ser arrolados.

Um primeiro é sobre a travessia; para as crianças, a própria travessia de um continente para outro configurou-se, muitas vezes, como um novo espaço do brincar: nas memórias de alguns, os longos períodos nos navios, que os pais descrevem como de sofrimento, são lembrados como tempos de alegria: o tempo no navio permitiu que fizessem amizades e brincassem muito, sem ter que ajudar os pais, ficar em casa; foram períodos de brincadeiras, de liberdade. Uma das entrevistadas, que veio para o Brasil com a mãe e os irmãos encontrarem o pai que viera cinco anos antes, lembra das diversões da viagem:

Lembro. Brinquei tanto no navio. Irisos Pra nós crianças era uma maravilha. Pra nós duas mais novas [...] Vinha tudo: italiano, argentino, eu acho... porque tinha uma senhora que dizia, pra ver o mar no fundo porque tinha uns peixes... 'miralo, miralo'... [...] Espanhola... Ih, mas nós fizemos um balanço na escada do navio... (C.F.).

A chegada na nova terra também foi lembrada por muitos como uma época de descobrimento e deslumbramento: muitos haviam saído de zonas rurais onde viviam entre poucas famílias, sem nunca terem saído para outros lugares; outros em pequenas vilas ou cidades; a chegada a São Paulo, cidade que estava crescendo vertiginosamente e que já apresentava traços que a assemelhavam a outras grandes cidades, com muitas indústrias e um comércio

florescente, foi vivenciada com curiosidade e euforia por muitos deles. Uma pequena imigrante portuguesa, cujo pai havia vindo antes da mulher e dos filhos, conta como conheceu a cidade logo depois de chegar, em passeios no táxi do pai; tudo para ela era diferente.

Outra, de família alemã, recorda de uma São Paulo muito linda, com as bandeiras de todos os povos nas janelas:

Quando chegamos para o Brasil, São Paulo (1910), foi, eu acho, lindo, eu amo São Paulo. E naquela ocasião foi tudo colônias, colônia italiana enorme, espanhóis, portugueses, franceses, alemães, poucos ingleses e menos brasileiros. Isso foi tudo colônia. Japonês e asiático eu me lembro, isso foi uma coisa que eu nunca esqueci, antigamente, uma temporada muito comprida antes da guerra, todo domingo as casas, alemão, francês, italiano içavam as bandeiras. (Mg.).

Segundo os relatos dos imigrantes dos três grupos abordados, em São Paulo crianças de várias origens se encontravam nas vilas, nas ruas e nas escolas. Enquanto os pais procuravam geralmente estabelecer relações apenas com seus “iguais” nas suas “colônias” de origem, as crianças muitas vezes não se submetiam às imposições familiares. Durante nossas pesquisas, sempre nos chamou a atenção uma foto de um grupo de crianças japonesas em frente à primeira escola japonesa de São Paulo, em tradicional bairro japonês, mas tendo logo atrás, sorridentes crianças de outras nacionalidades, que também queriam participar da foto. O professor dessa turminha nos anos de 1920, que entrevistamos, nos contou que, para ele, enquanto professor, era muito difícil ensinar japonês para esses pequenos imigrantes japoneses, pois eles queriam falar o português, para poder brincar com as outras crianças.

Através das brincadeiras, são estabelecidas formas de sociabilidade que muitas vezes independem das línguas faladas pelas crianças – as brincadeiras envolvem dimensões, relações, sentimentos, olhares que podem significar para as crianças envolvidas aproximações, afastamentos, lideranças, valores em jogo etc., que só as crianças podem explicitar.

Florestan Fernandes (1979), evidenciou a importância das brincadeiras infantis em observação, sobre tradicional bairro de imigrantes

de São Paulo. Apreender e entender as brincadeiras praticadas entre crianças de grupos imigrantes, e, principalmente, entre crianças de origens diferentes é tarefa que, acreditamos ainda necessita ser realizada e, nos parece, pode desvendar dimensões importantes do processo de inserção nos contextos de adoção; pode, também, evidenciar algumas formas de incorporação das culturas e ideologias dos países de origem nas distantes colônias. Um exemplo interessante nos foi relatado por um filho de japoneses que, quando pequeno, brincava com seus amigos de soldado e perguntavam um para o outro: “O que você vai ser quando crescer?” A resposta imediata, perfilhando-se como um guerreiro, era: “Vou ser soldado e lutar na Indochina!” Para um pequeno imigrante que residia na lavoura no interior de São Paulo, na primeira metade do século XX, certamente ir para a Indochina era quase impossível – mas não nas brincadeiras. E aí estava manifesta a forte pressão do imperialismo japonês especialmente a partir dos anos 1930, sobre os seus então considerados cidadãos no outro lado do mundo.

Embora entre os imigrantes fosse muito forte o privilegiamento ao trabalho e, entre alguns grupos (como os japoneses e portugueses), que não eram bem vistos pela sociedade de adoção, os relatos insistiam em voltarem-se sempre para esse campo de atuação, sendo difícil os entrevistados falarem espontaneamente das formas de lazer enquanto crianças ou enquanto adultos, mesmo assim foi possível perceber através das brincadeiras e das atividades voltadas para as crianças que aos poucos iam lembrando, a forte presença da cultura de origem. Assim, imigrantes japoneses que praticavam agricultura diversificada desde os anos de 1920 na periferia de São Paulo, acabaram se recordando com detalhes das festas que eram realizadas para as crianças em alguns dias do ano. Estas festas, que ainda são praticadas em São Paulo, procuravam reproduzir as festas tradicionais japonesas e eram momentos de encontro do grupo. Praticavam o undôkai (gincana) e as comemorações do Dia das Crianças, comuns no Japão:

[...] o mais interessante histórico pra senhora é... acho que é costume daqui, não é? O que nós passamos, é? Pouca gente acho que fez, é dia das crianças. [...] o Japão comemora Dia das Crianças separado, menina e menino são em dias diferentes.

Chama-se Shinamatsuli, nós fazemos uma altarzinho, umas prateleirinhas, ela tem umas bonequinhas muito bonitas, ela se veste bem, não é? A menina... e faz umas bonequinhas, bastante bonequinha na prateleira e festeja-se o dia da menina [03 de abril]. Então nos dias festivos dos meninos [05 de maio] nós passamos um mastro e pomos um tipo de uma bandeira... com uma carpa inteira, assim, feita de pano. É... de rabo comprido, faz assim... enfeitado. Enfeitado com uma fita assim. Quando é da menina nós enfeitamos com umas bonequinhas, tudo bonitinha. E quando é menino nós pomos um super-homem. É temos um tipo de samurai bravo, não é? Que era antigo esse samurai bravo, nós enfeitamos com boneco daqueles para que o menino seja bravo, seja forte, não é? É, tem um Kintaro que nós falamos... E ele era o que cativou o urso e dominou um urso, o menino, não é? Então ele monta num urso com machadinha, e esse é emblema do menino, de força. Então para que o menino seja forte, não é? Usa-se esses bonecos de enfeite no dia cinco de maio... Iltaqueral.

O undôkai era praticado em todas as escolas japonesas e nipo-brasileiras de São Paulo, na capital e no interior e lembrado por muitos entrevistados. Outra japonesa lembra das festas, dos jogos e brincadeiras quando era pequena, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, só entre crianças japonesas e também ligadas ao contexto político do Japão:

Na rua a maioria era japonês, a gente falava em japonês. É. Quando tinha mais ou menos seis anos assim, tinha as meninas, a gente brincava junto. Tudo em japonês, brincava só com japonês. Naquele tempo era só japonês. Tinha filhos de alemães... vizinhos! Eu quando tinha seis anos eu vi aquele cabelo loiro, estranhei frisos! [...] Pulava corda. Origami, fazia origami. Depois quando... aí começou esta guerra, a Segunda Guerra.. antes tinha a Guerra da China. Aí todo mundo tinha que... as pessoas, as mães, as professoras assim, num pano, fazia bordado, tudo em ponto vermelho. Fazia tudo ponto, fazia mil pontos. Mandava para o Japão para o soldado usar aqui, pra proteger na guerra. É. Espiritual. Era um pano branco todo com pontinho vermelho... Aí, a meninada levava para cada família, para fazer um ponto. É, mandava. Naquele tempo... ia de navio. Depois quando começou a Segunda Guerra.. [parou]. (K.).

Nos relatos de alguns portugueses também aparecem nos jogos, brincadeiras e cotidiano familiar as marcas da cultura de origem; segundo duas irmãs o pai, conseguiu “fazê-las” mais portuguesas que brasileiras (a mãe era brasileira); elas nasceram em Portugal, de onde vieram quando muito pequenas. Segundo as mesmas, brincavam só nos jardins das casas em que moravam, primeiro na de uma tia, quando chegaram de Portugal, depois em uma casa muito grande que o pai construiu, justamente no então bairro japonês de São Paulo, na rua Taguá. Só saiam para fazer visitas, com a mãe, não saiam para cinema, festas etc. Mas quando a mãe saía:

Tínhamos um casal de empregados, ela era austríaca e ele era italiano. E então ela era gorda, enorme, ela cantava... então quando a minha mãe saía, nós todos nos reuníamos e ela cantava, cantava em austríaco... alemão... Tem muitas brincadeiras, inclusive de roda e dessas coisas assim eram, tinha algumas que eram típicas de lá. Eu lembro de algumas coisas. A gente se fantasiava tudo de portuguesa, tudo. Isso é na nossa casa de São Paulo (mostrando fotos). É a Laura, essa é a Elisa. As duas vestidas de portuguesas. [...] Papai tinha história de todos os santos. Ele contava as histórias todas. Sabia tudo, ele contava pra gente. E ensinava pra todas as filhas. [...] Agora, o que eu acho que vocês tão querendo saber o que nós tivemos nas influências de meu pai não foi tanto nas brincadeiras, aqui nós brincávamos normais como os outros imigrantes, brasileiros ou outro tipo de imigrantes, então a brincadeira era normal de pião, andar de bicicleta essas coisas, então não havia essa influência. A influência do meu pai era no viver todo dia, no comer, nós comíamos muita comida portuguesa, nessa casa em Guarujá você vê era toda portuguesa, chamava-se “Casa Lusa”, tanto de São Paulo como a de Portugal. Os nossos costumes foram todos portugueses [...] O Natal era cem por cento, por exemplo, tinha a chaminé, que naquela época não se usava aqui no Brasil; nós tínhamos que por o sapato, cada uma punha um pé de sapato ali, de manhã cedo ele fazia uma surpresa, batia na porta, “já está aí o Papai Noel”, então a gente abria as portas, cada sapato uma porção de presentes. E sempre tinha que ter a ceia de Natal. A Páscoa, por exemplo era super comemorada. Tinha ovos, tinha presentes, como se fosse o Natal, como é na Espanha e como é em Portugal, tão festejada a páscoa até mais que o próprio natal. (M.).

Nesses relatos aparecem, entretanto, os traços de uma infância em grande parte diferenciada da maioria dos imigrantes do mesmo período; tratava-se de imigrantes que, em São Paulo, relacionavam-se e conviviam com a elite paulistana, pois sua mãe era de família tradicional e de muitos recursos, o pai era um intelectual e profissional muito conhecido. Outra pequena imigrante, de família alemã com recursos, comenta:

Isso aqui tudo era brinquedo que ganhamos. Uma cozinha completa. Isso é minha irmã, nós duas. Isso foi a afilhada da minha tia e eu como a pequena, também junto. Olha aqui, a cestinha de boneca. Isso são as bonequinhas que ganhamos do meu tio. Olha os movezinhos. Nós tínhamos muitos brinquedos. (Mg.).

Segundo Kishimoto (1993), os jogos e brincadeiras permitiam a aprendizagem social de valores fundamentais para a sociabilidade tais como alteridade, gestualidade, afetos e outros; e as crianças são capazes de produzir a cultura e a história da vida cotidiana de um povo ou de um país, assim como introduzir modificações que lhes dão outras feições culturais. No caso das crianças de famílias imigrantes, parece-nos que reproduziam os jogos tradicionais de seu grupo de origem, assim como incorporavam outros no contexto paulista. Desvendar esse processo de aprendizagem e transmissão dos jogos e brincadeiras infantis de diferentes grupos, entre crianças em contextos migratórios é tarefa a ser empreendida, procurando verificar de que forma as trocas culturais ocorriam nesse campo e quais foram os agentes que atuaram nessa direção. Parece que o espaço da rua, geralmente proibido, o da escola e o convívio com empregados de diferentes origens nas famílias foram importantes.

Os conflitos enfrentados por um imigrante português, que o levaram a julgar-se "anormal", pois se comparava com outras crianças com as quais convivia e que não apanhavam dos pais como ele, evidenciam como para os pequenos imigrantes podiam ser diferentes daqueles dos adultos os sofrimentos enfrentados na nova terra: o que atormentava o pequeno imigrante português não era a vida pobre, sem recursos, mas o fato de não ter carinho dos pais, além de apanhar muito, sem motivo, o que não ocorria com as crianças de outras famílias com as quais convivia na vizinhança.

Seus relatos parecem evidenciar um aspecto pouco manifestado nos relatos dos que imigraram quando adultos, isto é, o das relações conflituosas entre pais e filhos, em sua vivência no contexto de adoção (a questão dos afetos), e sob o olhar dos filhos, e não dos pais. Esta infância sem carinho, de maus tratos por parte dos pais, de impedimento do brincar com outras crianças que não eram do mesmo grupo de origem, marca todo o relato desse imigrante sobre sua vida; em vários momentos, há um retorno à infância, e um estranhamento com relação aos pais e suas atitudes. Para a criança, convivendo com outras famílias e outros costumes, o “outro” eram os próprios pais, com sua cultura em que a severidade era o traço marcante na educação infantil. No contexto migratório, as crianças defrontavam-se muitas vezes com diferentes tipos de educação familiar, aos quais não eram indiferentes e que de alguma maneira comparavam.

[...] Jogava futebol quando meus irmãos, faziam aquelas bolas de meias, enchia de jornal, fazia a vó costurar, nós ia jogar lá o Ipiranga, aí depois nós fomos morar no Ipiranga, naquele tempo era fábrica, tinha o Ibondel. Era o bairro da fábrica e tinha o Ipiranga, o Museu, que eu ia todo domingo... eu ia passear, no Museu do Ipiranga, passear lá e ver as meninas, eu era mulecote, então eu brincava lá, a gente pegava a bola, lá... juntava eu mais meus irmãos nós íamos jogar lá, ver se tinha mais alguém que fosse, senão nós jogava os quatro, era dois goleiros e dois na linha [...] fui criado pobre, quer dizer, meu pai ganhava pouco, e vivia assim de aluguel, casa alugada, tudo. A gente não tinha assim, quer dizer, nada, brinquedos assim de criança, não tinha nada, não tinha nada. Não é que nem agora que você dá brinquedo para o teu filho para o teu neto, naquele tempo não tinha nada, chegava o Natal, comprava uma garrafa de vinho português, lá. [...] Depois também eu via ali, quando eu morava na Vila Mariana, também a dona Ia... uma senhora. Que era italiana. Era o mesmo sistema também, era tudo rígido. Aquele tempo os europeus... era tudo assim... Eles eram muito severos com os filhos, não eram só os portugueses, meu pai foi é lógico [mais], mas você via também falar dos outros, também, aliás, tinham famílias que eram boas que nem a da Maria... amorosos com os filhos, né. Do meu lado aqui eu não tive muito amor, o amor me davam quando eu tava dormindo. (M.).

Uma outra entrevistada filha de alemães por parte de pai, e de italianos por parte de mãe, também contou como eram diferentes as orientações nestas famílias, ambas de fazendeiros: a família do pai, de origem mais simples na Alemanha, era mais alegre e todos eram músicos – para ela, a vida era mais divertida na casa deles; na casa dos avós maternos, de origem aristocrática na Itália, os costumes eram mais rígidos; enquanto criança, aprendeu a conviver com os costumes dos dois grupos, embora a influência alemã pareça ter sido mais forte, pois residia com os pais na fazenda dos alemães:

Mas o meu avô alemão tinha lá um jardim com flores enxertadas de todos os tipos, o pomar tinha tudo que você pode imaginar e tudo enxertado, tudo. Então a vida ali era muito boa, maravilhosa. Bom, era uma fazenda mista, agora diferente dos... alemães, os italianos eram mais... como eu vou dizer? Não sei se eles eram orgulhosos ou se eram mais assim... eles não eram assim muito abertos, acho que talvez porque eles eram uma sociedade diferente, eles não se ligavam muito... (E.).

O que se pode perceber em vários relatos é que, enquanto para os imigrantes adultos a convivência com outras culturas implica geralmente na incorporação de aspectos das mesmas em um processo de reconstrução de identidades étnico-culturais, no caso dos pequenos imigrantes a própria identidade vai sendo estruturada/construída na confluência de várias culturas que coexistiam em São Paulo. Daí vem a dificuldade expressa por muitos entrevistados de segunda geração de grupos imigrantes, ou que chegaram muito pequenos, em dizer-se mais brasileiros ou mais japoneses, alemães, italianos etc. Suas identidades são constituídas em um processo complexo em que podem entrar traços de mais de duas culturas, como foi possível verificar em várias histórias de vida – são constituídas na convivência com variados grupos étnico-culturais, simultaneamente.

Nos relatos sobre a infância aparecem algumas vezes os conflitos enfrentados pelos pais na orientação e educação dos filhos no país de adoção. Uma entrevistada cujo pai veio no primeiro navio de japoneses para São Paulo, nascida nessa cidade em 1914, e que durante sua vida conviveu com a atividade jornalística do pai

voltada para a colônia japonesa, lembra das incertezas do pai na educação dos filhos:

A gente só falava português. Porque meu pai não deixou a gente falar japonês. Ah, ia aprendendo, na rua, na escola... É, porque papai falou que a gente era brasileiro e a gente ia viver no Brasil, então tinha que falar português. Mas foi um erro dele, sabe? Aí, quando nasceu a minha irmã caçula, aí ele tinha mudado de idéia. Aí só deixaram ela falar japonês. (C.)

Em conseqüência, a entrevistada aprendeu muito pouco de japonês, e a irmã, muito bem. Não conseguia ler as publicações do pai, escritas em japonês, sobre a vida dele e sobre a história da emigração. Mas em suas memórias ela também remete às brincadeiras que tinha durante a infância, em companhia de outras crianças não japonesas, o que de certa forma explicaria as ambigüidades do pai, culturalmente tão japonês, mas procurando orientar os filhos na sua inserção no novo contexto:

[...]eu era muito moleca, a gente tinha uma casa grande lá em Bauru. Que antigamente as casas eram grandes, cheias de árvores e eu ia em cima das árvores. Eu era moleca. Tinha um montão de laranjeiras lá em casa. Eu e meu irmão chupávamos todas. [...] Era brincadeira de roda, de pega-pega. É, sempre com brasileiros, né? Não tinha quase japonês. [...] Tinha muitas nacionalidades lá. (C.)

Em muitas entrevistas o que aparece com frequência são os relatos sobre os diferentes modos encontrados pelos pais para controlar os filhos e, se possível, afastá-los da convivência com outras crianças e, especialmente, da rua. Para os que moravam na cidade de São Paulo, as restrições parecem que eram maiores, pois, como bem afirmou um dos entrevistados, “a rua era o desconhecido”. Enquanto os pequenos imigrantes que viveram suas infâncias em fazendas e pequenas cidades do interior lembram das brincadeiras e até das andanças de um lugar para outro com certa liberdade (uma delas conta que “quando brigava com uma avó, fugia para a fazenda da outra”), em São Paulo recordam-se das restrições que lhes eram impostas. Em alguns casos, como o do pequeno imigrante português já citado anteriormente, e que trabalhava desde pequeno, o controle exagerado que os pais exerciam sobre ele,

impedindo-o de brincar, roubou-lhe a infância. Ele repetiu várias vezes em sua entrevista: “eu não tive infância”. Para outros, o que procuram evidenciar é que os pais seguiam as tradições rígidas de alguns grupos de origem na época. Assim, alguns pequenos imigrantes como vimos acima e como o exemplo abaixo, de uma imigrante adotada pela família do tio, contam:

Eu tinha uma vida muito, muito bonita, infantil, infância mimada; enquanto era de estudar levantava 5 horas da manhã. Horário para tudo. Almoço direitinho, café, depois disso o que precisávamos fazer todo dia era também passear, minha tia também foi muito, um pouco severa, não é? Meu tio me tratou como uma princesinha amada, não sei porquê, mas minha tia foi um pouquinho mais severa. Ela tinha que manter a ordem. (Mg.).

Não foi possível observar diferenciações nessa disciplina imposta aos filhos entre os que pertenciam a famílias pobres ou com mais recursos. Parece que para muitas famílias, a rua trazia muitos perigos. Infringir as proibições podia trazer castigos e surras, como contaram alguns, tanto meninos como meninas.

No tocante às relações familiares, outro aspecto que chama a atenção é que os relatos sobre as vivências infantis aparecem permeados também pelas lembranças de ausências. Alguns migraram porque ficaram órfãos no país de origem, onde passaram a levar uma vida dura ou difícil. Outros falam das ausências do pai, ou do pai e da mãe, que imigraram antes para o Brasil, deixando-os com parentes próximos. Ainda outros falam dos irmãos que morreram antes ou depois de migrarem, mas que sempre estão presentes em suas memórias como parte da história familiar. Os irmãos, pais e avós, vivos ou mortos, estão presentes nos relatos de todos, seja com referência à infância no país de origem, seja no novo país. Alguns atribuem aos avós a transmissão da cultura de origem, seja pela convivência com os netos, pelo apego às tradições, pelas recordações carregadas no processo migratório (álbuns, malas, utensílios etc.), pela prática de outra língua, pelo nacionalismo arraigado, entre outros aspectos.

O espaço escolar, além das ruas, dos quintais e da vizinhança, foi o espaço de convivência por excelência entre as crianças dos

vários grupos étnico-culturais, em São Paulo. Como já apontamos em outros artigos, os imigrantes criaram muitas escolas para seus filhos em São Paulo, nas quais procuravam transmitir a cultura e os valores da sociedade de origem na língua materna, através de professores pertencentes ao próprio grupo. Nessas escolas, a convivência entre as crianças geralmente era com as de seu próprio grupo. Mas, em virtude das leis paulistas que determinavam a presença de um professor “brasileiro” nas escolas, aí já ocorriam trocas culturais entre alunos e professores (DEMARTINI, 2003). Mas a presença de filhos de imigrantes era freqüente em todas as escolas de São Paulo, na capital e no interior; nestes casos, as relações entre crianças de diferentes origens eram mais intensas. Os relatos evidenciam que muitos transitaram por diferentes tipos de escola, com experiências muito diversas.

Alguns entrevistados tiveram acesso em São Paulo ao mesmo tipo de ensino ministrado em seus países de origem, não estranhando a língua e o conteúdo veiculado – freqüentaram as escolas criadas pelo próprio grupo imigrante. Mas esta não foi a regra.

Uma pequena imigrante japonesa, que chegou com os pais e cinco irmãos em 1929, freqüentou logo ao chegar uma Escola Mista Rural na região da Alta Sorocabana, em que ficavam as terras compradas por seu pai. Para ela, a experiência foi difícil, pois era a única japonesa da escola:

Eu com 7, 8 anos tive que entrar na escola. Naquele tempo, agora tem bastante colega japonês, bastante, mas naquele tempo era só eu... Foi muito triste, viu? Era em português [...] Como falava? Eu era bem criança. Tem hora que fala bem, mas tem hora que!?! Aí o meu tio, que já morava há cinco anos mais ou menos, ele escreveu: “não compreendo nada” [...] Na escola não entendia a professora, porque não tem como entender. (R.).

Só mais tarde, quando a família mudou para outro local, Bastos, é que começou a freqüentar uma escola que, embora tendo professores não só japoneses, eram freqüentadas quase que só por crianças de famílias japonesas:

Mas aí, já tinha escola boa em Bastos, quanto japonês que estudava de tarde! Agora, de manhã é grupo mesmo, professores tudo

formados aqui. Já é escola e depois as professoras são todas boas, porque entendem a situação do aluno, que não sabem português. Aí minhas irmãs até que não sofreram muito. Agora, lá em Piquerobi, a gente não pode achar ruim também, né? Nunca viram japonês, não tem noção mesmo. Tinha colega que dava risada mesmo. E também já era há mais de 50 anos atrás... Agora já é muito acostumado, não? (R.).

Outra entrevistada passou por situação inversa; frequentou inicialmente uma escola japonesa, onde aprendeu tudo em japonês, depois foi para escola pública. Também crianças alemãs tiveram acesso a escolas em que aprendiam em alemão.

As crianças que vieram de Portugal não parecem ter enfrentado problemas com relação ao conteúdo do ensino e à língua falada, não mencionam e nem se lembram de detalhes das matérias, muitas vezes. O que mais é ressaltado é o fato já apontado também por alguns japoneses que frequentaram escolas públicas: por serem imigrantes, eram encarados como diferentes, hostilizados, recebiam apelidos:

... a gente como estrangeiro, a gente se considera estrangeiro. ... eu lembro quando eu era moleque, quem dominava aqui era a colônia italiana, então os portugueses eram muito mal tratados... eu lembro quando eu ia na escola tinha 7 de setembro, dia da Bandeira, tudo que falasse da Pátria, falar mal dela era português, tanto que quando eu andava na escola às vezes... eu não dizia que era português que a turma né... Eu sou brasileiro, que eu falava que era brasileiro, que se eu falasse que era português achincalhavam, 'português burro', 'português bacalhau', saía tudo quando era nome. A colônia italiana era maior. (M.).

Com os japoneses a discriminação era maior; segundo uma japonesa, quando frequentou uma escola em cidade do interior: "... todo mundo era hostil, até eu quando era pequena eu lembro que o pessoal era muito hostil, xingava... Não conheciam japonês, então era: o Japão, o japonês!" (C.).

Mas outra entrevistada japonesa conta que foi respeitada em escola pública na cidade de São Paulo, que frequentou depois de três anos em escola japonesa de Pinheiros: "Senti diferente, né? Já tinha que falar em português [...] Naquele tempo, todos respeitavam

tudo. A gente brincava, as meninas vinha tudo, a gente ia visitar na casa dela. Morava perto.” (K.).

Os relatos dos entrevistados sobre o período de escolarização fundamental permitem observar as marcas do sistema educacional do país de origem. Pode-se afirmar que a imigração trouxe para o Estado de São Paulo crianças e jovens que, se eram semelhantes na condição de “seres imigrantes”, diferenciavam-se quanto às possibilidades de acesso que tiveram à escolarização antes de sua partida. Os relatos de alguns sobre a educação em Portugal e no Japão permitem compreender também algumas marcas culturais que cada grupo étnico procurou imprimir na educação dos filhos, nas famílias ou nas escolas. Permitem apreender também as diferenciações internas a cada grupo decorrentes dos maiores ou menores recursos econômicos dos imigrantes e do tipo de relações sociais estabelecidas no contexto de adoção. Algumas famílias reproduziram aqui os modelos de educação europeia usuais da elite paulistana, isto é, uma educação mais “francesa” para as filhas, em casa ou em colégios religiosos, enviando ou deixando os filhos homens estudando na Europa. Também no processo migratório estabeleceram-se diferenciações entre a educação de meninos e meninas. Apenas para exemplificar, tomamos o caso das irmãs acima citado; as irmãs estudaram em um externato particular no centro de São Paulo, e os irmãos, na França e na Suíça (só vieram para o Brasil muito depois delas):

Eu só tive quatro anos num [externato], que era de madame Vanda [...] era pertinho de casa, nós íamos a pé... Naquela ocasião só tinha duas escolas, que eram católicas, mas que eram de internato e minha mãe não gostava de ser de internato, então por isso que nós estudamos nessa escola, foram quatro irmãs, nós até estudamos tudo em francês, era tudo, tudo, História do Brasil, tudo, tudo em francês, mas aí quando veio a época que foi a guerra, não é? Não deixaram mais, ensinar, tinha que ser ensinado em brasileiro... Os meus dois irmãos foram educados na Europa, porque naquela época não tinha escolas superiores, então quem podia mandava os filhos pra Europa, os meus dois irmãos o mais velho foi com 14 anos e o mais moço com 10, foram de navio recomendados ao comandante, eles foram os dois sozinhos, e na França e quando estiveram lá parece que

dois anos aí começou a guerra, então eles foram para Portugal, para casa de minha avó e ficaram lá, mas depois como os meus primos estavam estudando na Suíça naquela época era um país neutro, então eles foram pra Suíça e ficaram estudando na Suíça. (M.).

A análise dos relatos orais sobre a infância de diferentes grupos de imigrantes parece, assim, apontar para aspectos importantes do processo migratório: 1) a vivência lúdica e prazerosa da travessia de um contexto para outro; 2) a apreensão do contexto de adoção quase como um brinquedo novo, desafiador, mas interessante aos olhos das crianças; 3) as relações entre pais e filhos, os afetos, os conflitos em família etc.; 4) as relações entre as crianças do mesmo grupo migrante e de diferentes grupos étnico-culturais; 5) a presença das culturas e ideologias dos contextos de origem nos espaços do brincar e a forma como as crianças as reelaboram nos contextos de adoção; 6) as diferentes vivências dos pequenos imigrantes no campo educacional e a importância da análise da escola como espaço de trocas culturais e 7) as diferentes infâncias dos que viviam em famílias com maiores ou menores recursos.

Embora fossem todas as crianças de famílias migrantes, os relatos evidenciam infâncias muito diferenciadas na origem e na mesma sociedade de adoção.

Referências bibliográficas

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, Marcos Cézar. (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. In: **International standing conference for the history of education**, 25, 2003. São Paulo. Mimeo.

_____. Infância, pesquisa e relatos orais. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri.; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PRADO, Patrícia Dias. (Orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa

com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002. Coleção Educação Contemporânea.

_____. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCHA, Carlos. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção Educação Contemporânea.

_____. Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX. **Cadernos CERU**, série 2, n. 12, p. 161-169, 2001.

FERNANDES, Florestan. As 'trocinhas' do Bom Retiro. In: _____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KISHIMOTO, Tisuko. **Jogos tradicionais infantis**. Petrópolis: Vozes, 1993.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Memórias da infância: as filhas de imigrantes judeus no Brasil. **Cadernos CERU**, São Paulo, série 2, n. 11, p. 46-63, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAYAD, Aabdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, v. 13, n. especial, jan. 2000.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: **Congresso de História Económica**, Zaragoza, 2001. Mimeo.

Mulheres entre culturas e seu mundo emocional: a possibilidade de ouvir a própria voz ou o silenciar do eu

Sylvia Duarte Dantas

RESUMO: Abordaremos neste trabalho a partir da perspectiva intercultural em diálogo com a abordagem psicanalítica e estudos de gênero, estudos empíricos com as falas de mulheres brasileiras em diferentes contextos culturais. Nos baseamos em pesquisas de campo no Brasil (DEBIAGGI, 2001), Estados Unidos (DEBIAGGI, 1992, 1996, 2002), Líbano (OSMAN, 2006) assim como em pesquisas de intervenção psicossocial, através de atendimentos psicológicos no Serviço de Orientação Intercultural na Universidade de São Paulo (DEBIAGGI, 2008). A pressão social e expectativa de conformação a padrões mais conservadores ou mais igualitários em diferentes culturas exerce forte influencia nas relações cotidianas das mulheres aqui apresentadas e no sentido de quem são. Desta forma pretendemos através deste trabalho elucidar o que significa o silenciar da voz feminina em determinadas culturas e o que significa a emancipação da mulher em outras culturas. Apontamos assim a categoria gênero como dimensão crucial no processo de inserção cultural e de aculturação psicológica de mulheres em novos ambientes culturais e a necessidade de abordarmos a complexidade dessa dimensão nos estudos migratórios.

PALAVRAS CHAVE: Mulheres; gênero; migração; mundo emocional.

ABSTRACT: The present paper presents through empirical studies the discourse of women from different cultural contexts which are analyzed through an intercultural approach in dialogue with the psychoanalytic perspective and gender studies. Based on data from research in Brazil (DEBIAGGI, 2001), the United States (DEBIAGGI, 1992, 1996, 2002), Libanon (OSMAN, 2006). As well as on psychosocial research intervention through psychological assistance provided in the Intercultural Counseling service at the São Paulo University (DEBIAGGI, 2008). The social pressure and expectation to conform to more conservative or egalitarian patterns in different cultures have a great impact on the daily relations of those women presented here and on the sense of who they are. In that line, we aim to elaborate on this paper what it means to silence the female voice in certain cultures and what it means emancipation in others. Gender is thus pointed out as a crucial dimension in the cultural insertion process and psychological acculturation of women in new cultural environments and the need of approaching such complex matter in migration studies.

KEYWORDS: Women; gender; migration studies; emotional world.

Ao abordarmos cultura e gênero, estudos empíricos tanto de pesquisas de campo como de atendimentos psicológicos no serviço de Orientação Intercultural na Universidade de São Paulo, demonstram a forte repercussão dos padrões culturais de gênero de diferentes nações na vida de mulheres que cruzam fronteiras culturais. A pressão social e expectativa de conformação a padrões mais conservadores ou mais igualitários em diferentes culturas exerce forte influência nas relações cotidianas dessas mulheres e no sentido de quem são. O que significa o silenciar da voz feminina em determinadas culturas? O que significa a emancipação da mulher em outras culturas? Este trabalho pretende apontar a categoria gênero como dimensão crucial no processo de inserção cultural de mulheres em novos ambientes culturais e a necessidade de abordarmos a complexidade dessa dimensão na busca de sociedades mais livres de padrões pré-estabelecidos e abertos a relações mais verdadeiras e genuínas.

Identidade, gênero e cultura

Ao falarmos no sentido de quem são, ou de quem somos nos remetemos à noção de identidade. Como explica Erikson (1968, p. 61), a identidade pessoal inclui “uma sensação subjetiva de existência contínua e memória coerentes [...] O que sublinha esse sentido subjetivo pode, contudo, ser reconhecido pelos outros, mesmo quando não está especialmente consciente, ou de fato, auto-consciente”. Neste sentido, Erikson comenta que se pode observar em uma pessoa jovem o momento em que se dá o sentimento de si mesmo, quando repentinamente parece estar em casa em seu próprio corpo, saber para onde está indo. O autor assim expressa sua concepção da identidade que em termos psicológicos se forma a partir de um processo de reflexão e observação simultâneas. Tal processo ocorre em todos os níveis do funcionamento mental por meio dos quais o indivíduo julga-se a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação a eles mesmos e a uma tipologia que lhes é significativa. Concomitantemente, o indivíduo julga também a maneira como os outros o julgam, à luz do modo como se percebe em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes

para ele. Este processo é em grande parte, inconsciente, exceto quando as “condições internas e as circunstâncias externas se combinam para agravar uma dolorosa ou eufórica consciência de identidade. Além disso, o processo descrito está sempre mudando e evoluindo; na melhor das hipóteses, é um processo de crescente diferenciação e torna-se ainda mais abrangente à medida que o indivíduo vai ganhando cada vez maior consciência de um círculo, em constante ampliação, de outros que são significativos para ele – desde a pessoa materna até a ‘humanidade’” (ERIKSON, 1968, 1976, p. 21).

Nesse processo identificações conscientes e inconscientes entram em jogo, e a própria personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações (LAPLANCHE & PONTALIS, 1983, p. 295). Vemos, portanto que a idéia de que o senso de identidade é desenvolvido a partir da conexão com os outros é fundamental. O espelhamento (ato ou efeito de espelhar, refletir como um espelho) realizado pelos outros é essencial na formação do self conforme sugere Winnicott (1971,1975). Portanto, os outros nos são significativos em nossa noção de quem somos, dependemos em grande parte dessas conexões que nos refletem de uma ou outra maneira. Esse reflexo quando positivo gera sentimento de competência e auto-valorização do self e quando negativo faz com que o sentimento de valia e competência sejam difíceis de serem mantidos. Essa conexão aliada ao processo de reflexão e observação simultâneas são a base da formação identitária.

A identidade psicossocial, segundo Erikson (1968), caracteriza-se por um entrelaçamento concomitante entre o subjetivo e o objetivo, o individual e o social. Há uma complementaridade entre história pessoal e a História. O estudo da identidade psicossocial requer uma avaliação dos elementos de identificação hierarquicamente considerados positivos e negativos presentes na história e momento do ciclo vital de cada um e em dado momento histórico.

Interessante notar que na teoria social, os estudos de identidade mostram claramente seu caráter processual, contrastivo e relacional, marcado pelas características dos contextos e de suas partes constitutivas, do encontro com o ‘outro’, conforme indica Ribeiro (1998). Há uma formação e transformação continua em

relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2003). À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.

A pergunta quem sou enquanto homem ou mulher, que mulher sou eu, que homem sou eu, nos remete a identidade de gênero, parte crucial do sentido de quem somos, de como nos definimos, de como nos entendemos. Conforme aponta Haraway (2004), gênero é um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas no qual homens e mulheres estão diferentemente alocados. Constitui uma construção social, histórica e cultural de imagens e expectativas em relação ao feminino e masculino, em geral definido em torno de idéias sobre traços de personalidade, e tendências de comportamento que assumem freqüentemente formas opostas. A perspectiva de gênero nos auxilia no entendimento do comportamento humano frente à constelação de interações entre homens e mulheres enquanto seres biológicos e sociais. Biologicamente homens e mulheres são distintos, contudo à sua distinção são atribuídos valores, imagens, crenças e expectativas coletivamente construídas. Como explica Bourdieu (1999, p. 10), “As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os gêneros como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa”.

Estamos abordando, portanto um mundo de representações arraigadas no indivíduo decorrentes de uma incorporação durável de formas de sentir, de pensar e de agir através do processo de socialização primária e secundária. Parte do universo simbólico que estabelece uma memória de passado e quadro de referência do futuro e liga as pessoas numa totalidade dotada de sentido e pertencimento que transcende a finitude da existência individual (BERGER & LUCKMANN, 2002).

Interessante lembrar que o antropólogo Hofstede (1997) desenvolveu um modelo cultural de cinco dimensões supostamente existentes em todas as culturas, sendo uma delas masculinidade-feminilidade. Uma dimensão é um aspecto da cultura que pode ser comparado relativamente à outra cultura, relacionada ao sistema de valores nacional. Os valores são concepções individuais e coletivas sobre o que se considera desejável e que influenciam as ações e escolhas dos indivíduos. Segundo Berry et. al (1992) os valores seriam a características relativamente estáveis de indivíduos e sociedades podendo corresponder a traços de personalidade e características culturais respectivamente.

Na vida real

Nos Estados Unidos entrei em contato com as implicações da mudança de cultura nas concepções de papéis de gênero e questionamentos com relação à feminilidade e masculinidade em famílias brasileiras imigrantes na região de Boston. Em 1992, através de um estudo qualitativo e exploratório com cinco famílias brasileiras imigrantes (DEBIAGGI, 1992) cuja questão primordial era analisar a influência do processo migratório na dinâmica familiar, ou seja, a influência da imigração nas relações e padrões interacionais da família brasileira, constatamos que o conflito entre casais vinculado a seus papéis de gênero era o principal tema emergente. Os papéis de gênero constituem o endosso por parte do indivíduo de características pessoais, ocupações e padrões de comportamento considerados apropriados para homens e mulheres numa determinada cultura. A perspectiva de gênero situa as relações humanas dentro de uma constelação de interações entre homens e mulheres. Conforme apresentado em outro trabalho (DEBIAGGI, 2004), os papéis de gênero não são estáticos e mudam conforme as necessidades da sociedade em questão, ou seja, numa mesma sociedade em diferentes momentos históricos temos diferentes expectativas em relação aos papéis de homens e mulheres. Os papéis de gênero chamados de tradicionais ou conservadores supõem que o único papel significativo para a mulher está vinculado ao cuidado da casa e dos filhos, enquanto cabe ao homem prover financeiramente à família. Às diferentes esferas dos papéis

conservadores estão relacionadas características como independência, individualidade, autoconfiança para os homens, e emotividade, cuidado e expressividade para as mulheres. Neste sentido, definido em torno de idéias sobre traços de personalidade, e tendências de comportamento que assumem formas opostas, a masculinidade costumeiramente inclui agressividade, lógica, assertividade e dominação ao passo que a feminilidade é associada à intuição, expressividade emocional e submissão. Já os papéis liberais ou igualitários, referem-se a um compartilhar das responsabilidades financeiras e domésticas entre homens e mulheres além de encorajar o desenvolvimento da carreira feminina, havendo assim um compartilhar inclusive das características de personalidade consideradas antes exclusivas a um ou outro sexo. Neste sentido, homens além de serem assertivos podem também ser emocionalmente expressivos, e mulheres além de serem emocionalmente expressivas podem ser assertivas e independentes. As crenças culturais acerca de como homens e mulheres devem ser e se comportar constituem as atitudes relativas aos papéis de gênero ou ideologia de papéis de gênero. Dois temas básicos são centrais à ideologia conservadora, sendo um deles a divisão de tarefas, conforme descrito acima, e o outro o domínio masculino, comumente refletido na crença de que o marido é o cabeça, o chefe da família que deve, portanto, liderar as decisões.

“Acontece muito aqui na América, muitos brasileiros se separam”, disse Maria, frase que constatei ser freqüente entre os brasileiros entrevistados nos EUA. Os casais entrevistados moravam com seus respectivos cônjuges, mas a separação de outros casais da comunidade brasileira constituía um cenário comum, a maioria geralmente conhecia alguém que havia se separado. Após alguns anos, por exemplo, ao encontrar Maria novamente, a mesma relata que havia se separado do marido. Esta situação é em geral associada à mudança da mulher brasileira no novo país, como ilustra o comentário de Pedro, “[...] para alguns amigos meus aqui é *escravidão*. O fato é que no Brasil as mulheres nunca demandaram este tipo de coisa... porque as mulheres mudam aqui. Eu acho que no Brasil, devido à situação financeira, elas eram mulheres, eram donas de casa. Elas cuidavam de tudo na casa, quando chega aqui elas exi-

gem, elas querem sair porque estão ganhando dinheiro”. E ele continua em sua longa elaboração sobre as mudanças sofridas pelos casais: “Aqui ela se tornou uma outra pessoa, uma pessoa diferente, completamente estranha para ele, aí o casamento termina” (DEBIAGGI, 1996, 2002). Não há dados sobre o índice de separação deste grupo, contudo, a mesma tendência foi observada por Queralt (1984) entre imigrantes cubanos.

A divisão das tarefas domésticas torna-se central no cotidiano da relação dos casais. Há um estranhamento das mudanças que ocorrem nos padrões de interação anterior, exemplificado por Pedro, que qualifica a situação presente como um regime de escravidão para os homens ao ver amigos realizando tarefas antes atribuídas à mulher, e suas esposas agora exigindo a participação dos maridos nos afazeres da casa. É importante lembrar que as tarefas domésticas nos EUA ficam a cargo da própria família, uma vez que a figura da empregada doméstica, nos moldes brasileiros, isto é, uma pessoa que trabalha todos os dias na residência da família, não é comum na classe média americana. Tornou-se comum nos EUA a figura da “housecleaner” (faxineira) que em geral vai uma vez por semana fazer a limpeza da casa e isso já é considerado uma situação de privilégio. Nicho de trabalho inclusive da comunidade brasileira.

O relato das mudanças de papéis pelos entrevistados é feito com grande ênfase, um tema que mexe com suas crenças, idéias e sentimentos sobre suas concepções do que é feminino e masculino, ou seja, como entender e agir, pensar e sentir enquanto mulher ou homem e o que esperar do outro sexo e do relacionamento entre ambos. Assim, os papéis de gênero, ou seja, as características culturalmente definidas do que é considerado dever masculino e dever feminino, e que definem o que é próprio ou esperado do comportamento de uma mulher e de um homem e da relação entre eles são postos em cheque. O contraste entre um arranjo familiar mais conservador e uma tendência mais igualitária em relação ao papel da mulher emerge como uma ameaça à união familiar, sendo a separação dos casais relatada como a temerosa consequência desta “adversidade”.

No Brasil, a mulher era responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos. Mesmo quando havia uma empregada doméstica, estava implícito que tais tarefas pertenciam ao âmbito feminino, ou seja, tais incumbências eram atribuídas à esposa na ausência de uma substituta. No caso da mulher trabalhar fora de casa, seu ganho era considerado um auxílio ao orçamento, mas não definia seu papel na família. A imigração, despesas com moradia, alimentação, vestimentas, entre outras coisas, levam ambos os cônjuges a trabalhar fora de casa. Muitas vezes, as mulheres têm maior facilidade em encontrar trabalho, devido à grande demanda do trabalho caracterizado como feminino em Boston (MARTES, 2000). Com isso, as mulheres, por estarem financeiramente numa situação diferente daquela em que se encontravam no Brasil e num ambiente cultural propício à modernização¹ do papel feminino, começam a questionar, de uma forma ou de outra, os padrões de relacionamento estabelecidos anteriormente (DEBIAGGI, 1996).

Assim como com as famílias brasileiras, estudos com outras populações latinas como porto-riquenhos (TORRES-MATRULLO, 1976), mexicanos (GUENDELMAN, 1987), cubanos (QUERALT, 1984), chicanos (STAPLES e MIRANDE, 1980) e hispanos (ROGLER, CORTES, MALGADY, 1991) indicam que com a imigração e a participação da mulher no mercado de trabalho ocorre uma mudança nos papéis sociais de gênero da família. Por meio do trabalho, as mulheres adquirem um grau de independência e poder na relação conjugal que aumenta seu sentimento de autonomia e autoconfiança. Se antes a mulher dependia do marido para tomar decisões quanto às despesas da casa, aos membros da família e aos rumos de sua própria vida, agora se sente no poder de assumir seus próprios anseios e necessidades. Essa mudança requer reajustes nos padrões anteriores de interação familiar, que, segundo Torres-Matrullo (1976), é vivenciada pelo homem como um rebaixamento em seu *status*, uma vez que seu sentimento de auto-estima e orgulho próprio são, em grande parte, prescritos culturalmente como daquele que exerce o papel dominante na família. A reversão e

1 - Termo utilizado sem juízo de valor.

redução deste papel fere sua autoconfiança e auto-estima. Além disso, ao ver a mulher como companheira de trabalho, teme que a mesma deixe de cuidar da família ao se interessar e se envolver com este outro universo em que desenvolve interesse por outras coisas, conhece outras pessoas e ambientes.

Mas considerar que exclusivamente o fato de as mulheres trabalharem fora de casa ocasiona mudanças nas relações de gênero significaria desconsiderar a realidade da dupla jornada de trabalho de muitas delas. Mesmo trabalhando fora de casa, o cuidado com o lar e tudo o que isto implica continua a ser atribuição da mulher. Neste aspecto, remetemo-nos à indagação do que mantém os papéis conservadores no âmbito doméstico, do privado, apesar de uma realidade econômica distinta daquela tradicional em que o homem é o único provedor da unidade familiar. Assim, a ideologia dos papéis sociais de gênero ou as atitudes vinculadas aos papéis de gênero, ou seja, a aceitação de crenças culturais acerca de como homens e mulheres devem se comportar foi apontada como fator determinante para a divisão de tarefas domésticas. No caso de uma ideologia conservadora, duas temáticas básicas norteiam esta posição: a da divisão de tarefas conforme o gênero – casa e filhos aos cuidados da mulher e emprego pago como tarefa do homem; e a do domínio masculino, comumente refletida na crença de que o marido é o cabeça da família, o chefe da casa, e deve ter a última palavra nas decisões a serem tomadas.

A pesquisa estudou casais de um contexto sociocultural patriarcal, o Brasil, que, comparado à sociedade norte-americana, também patriarcal, apresenta um maior conservadorismo no que tange a papéis sociais de gênero. Como sugerem vários cientistas sociais, a despeito das diferenças de classe sociais e regionais do país, homens e mulheres no Brasil são ainda considerados responsáveis por esferas de atuação distintas na vida (BONAMIGO, RASCHE, 1988; HAHNER, 1984; SARTI, 1989).

O contato contínuo entre grupos de distintas culturas faz com que ocorra um processo de mudança cultural, denominado aculturação (BERRY, POORTINGA, SEGALL e DASEN, 1992). Enquanto este termo era, numa perspectiva tradicional, equiparado a um processo de assimilação, ou seja, à gradual substituição de

valores, crenças e hábitos da cultura de origem pela cultura dominante, atualmente sua definição é mais complexa e ampla. A assimilação é uma modalidade de aculturação. A aculturação além de ser um fenômeno grupal é também individual. Neste sentido, a aculturação psicológica refere-se às mudanças psicológicas que ocorrem em um indivíduo, cujo grupo está coletivamente experienciando mudanças culturais, e constitui um processo de possível adaptação ao novo contexto (BERRY et. al., 1992). É um processo mediado por vários fatores, em que tanto a cultura de origem como a cultura hospedeira são considerados numa perspectiva bicultural. Assim, este processo deixa de ser pensado como um processo linear. Há diversas maneiras como um indivíduo pode se “ajustar” à nova cultura, que dependem de uma gama de fatores vinculados ao indivíduo tais como idade, escolaridade, sexo, motivação para emigrar, ou vinculados à nova sociedade tais como similaridade da cultura de origem com a cultura hospedeira, possibilidade ou não de mobilidade social, rede social entre outros. Ao ser exposto a um novo ambiente, as transformações pelas quais um indivíduo passa podem ocorrer em relação a atitudes, crenças, comportamentos e sentimentos pautados na cultural anterior. Os papéis sociais de gênero constituem um dos fatores envolvidos neste processo de mudanças de valores, atitudes e hábitos provenientes do contato com a nova cultura.

Os relatos das entrevistadas atestam para a importante influência do meio cultural na possibilidade de expressão de anseios, sentimentos e desejos antes latentes, como que esperando um contexto diferente para que pudessem emergir, em que o questionamento do *status quo* anterior seja mais aceitável.

Esposa: Eu gostei dessas questões quando chegou nessa parte porque eu odeio aquilo das pessoas pensarem que homem tem de ser isso ou aquilo, que o menino tem de ser mais. ... Eu gosto muito da liberdade da mulher, eu acho que toda mulher tem de ser livre.

Pesquisadora: Antes de vir para cá você não trabalhava certo, como era isso?

Esposa: Era terrível, terrível, porque em toda minha vida eu tinha essa vontade, essa vontade falava mais alto, de ganhar

meu próprio dinheiro de não depender de ninguém. Porque toda minha vida, eu sou de uma cidade pequena, onde você tem de pedir para o pai permissão para ir ao cinema, tinha que pedir dinheiro, dependia da vontade dele. Para ir a uma festa o irmão tinha que ir junto. E isto nunca funcionou muito bem na minha cabeça, nunca, eu achava que a responsabilidade era minha... Então, quando eu casei, meu marido tinha aquela idéia porque é uma coisa que passa de pai para filho no Brasil. Não sei: mulher não trabalha, mulher não trabalha. Então, a gente sempre discutia, mulheres pobres não trabalham porque as ricas trabalham. É a mulher do pobre que não trabalha. Eu nunca aceitei isso... Então eu penso e estou criando minha filha para ser livre financeiramente e nunca se casar porque sua mãe morre de medo que ela fique em casa, eu acho um absurdo. Dá medo, tem de casar, tem de casar. A mulher se casa para lavar a louça isso e aquilo e nunca tem liberdade e a minha filha eu falo para ela, o dia que você se casar você se casa por amor, não tem de, não pense como as pessoas pensam no Brasil, não se case por situação, não. Casar por situação porque o pai não agüenta mais, isso e aquilo, o medo. Então, hoje eu penso muito melhor, ele consertou 100% porque se ele tivesse aquele machismo na cabeça dele eu não vivia. Então, consertou por assim dizer, é normal para ele me ajudar em casa, não tem aquela confusão, você entende?... Então, aqui foi muito bom para mim porque eu tinha isso desde pequena, quando fui criada pelo meu pai.

Segundo relato das mulheres, como sugerido inclusive por outras pesquisadoras, (MOROKVASIC, HONDAGNEU-SOTELLO, 1994) a transformação que ocorre com cada uma não é mera resultante do ambiente, mas tem influências passadas e presentes. A percepção das experiências passadas e a possibilidade de agir sobre estas no presente estão entrelaçadas. Se tivessem se mudado para um outro país tão sexista ou mais do que o Brasil, elas provavelmente não teriam experienciado a transformação pela qual passaram. Esta suposição fica clara quando nos voltamos para o caso de brasileiras retornadas para o Líbano, em pesquisa realizada pela historiadora Samira Osman (2006). As entrevistadas são bra-

sileiras descendentes de libaneses que retornaram junto ao marido para o Líbano ou brasileiras que se casaram com libaneses e para lá vão acompanhando o marido:

Eu sofria calada, tinha medo de abrir a boca e a coisa ficou ainda pior... Tinha muito medo de sair, de buscar ajuda onde quer que fosse... Chegou um tempo que eu cheguei a ficar com medo do meu próprio marido, porque quando ele voltava elas enchiam a cabeça dele contra mim, e ele foi se tornando cada vez mais violento comigo... Minha vida só foi piorando cada dia um pouco mais... Meu marido começou a judiar de mim, como a família dele fazia comigo e ainda pior. Chegamos a um ponto de nem nos falar, de nem dizer bom dia um para o outro.. Ele me deixava sem comida, sem nada, presa, sem sair de casa, sem ver ninguém, e eu fui ficando cada vez mais fraca mais doente... Quando vim para cá pesava setenta e cinco quilos, depois de alguns meses de tanto sofrimento e tortura, cheguei a pesar quarenta e cinco quilos, eu ficava em pé as minhas coxas nem encostavam uma na outra de tão magra que eu estava... (brasileira não descendente).

Segundo relata a autora, os membros familiares não só foram responsáveis pela violência direta como também pelo incentivo à violência do marido contra as esposas. Os maridos que voltaram da emigração para o Brasil, devem assumir a posição que lhes cabe na família uma vez que se encontram na sociedade de origem, submetendo suas esposas pelo uso da violência. Neste sentido, vemos as próprias mulheres da família estendida submetendo as novas ingressantes ao abuso. Algo tido como natural uma vez que essas mesmas mulheres foram socializadas de acordo com esses padrões que reproduzem, dando continuidade a cadeia opressiva de relação e que caracteriza as identidades masculinas e femininas na cultura.

O sofrer calada daquela entrevistada é uma forma de defesa com relação ao ambiente de hostilidade aberta a qualquer sinal de vontade contrária a expectativa coletiva ou opinião própria. Um silenciar imposto e obrigatório à própria sobrevivência.

Já com relação a mulheres que retornaram dos EUA para o Brasil, para muitas esposas, a qualidade da relação conjugal é percebida

como sendo melhor nos EUA. Tal consideração envolve não só a maior participação de seus companheiros no cuidado da casa e dos filhos, como também a forma como as mulheres sentem que seus maridos as tratavam lá. A mudança dos papéis de gênero nos EUA é descrita pelas mulheres como uma conquista. Márcia exemplifica as famílias que tinham uma relação igualitária nos EUA, mas durante a entrevista ela percebe que os papéis se reverteram na volta para o Brasil:

Márcia: Mas eu acho que a cabeça do homem brasileiro ela se abre muito nos EUA... Pela própria convivência, a cultura, é aquela coisa, influencia... eu acho que a cabeça do Marcelo é muito aberta neste aspecto, não aquele lado macho man brasileiro controlador das finanças, eu acho que por morar muito tempo lá diminuiu. Mas não foi pela questão de sair de lá e vir para aqui, acho que é consequência da vivência lá, eu acho. Por isto eu acho que muitos casamentos de desfazem quando vão para lá, porque muda totalmente. Olha bem, você vê alguns casais que no caso em que a mulher aqui não trabalhava, ficava cuidando da família e tal, chega lá de repente o homem não consegue conviver com uma mulher que *produz, que tem o dinheiro*. Muitas vezes o próprio homem controlava a mulher pelas, *entendeu então muitos casamentos não resistem nos Estados Unidos*, eu vi vários casos acontecendo. Não sei o que é isto, mas eu imagino porque de repente o homem se sente ameaçado, eu acho. Porque ela produz, ela faz dinheiro (fala com orgulho) e a mulher se sente mais livre para *viver*; entendeu, ela tem mais liberdade, muitos casamentos não resistem por isto. [...]

Pesquisadora: E quando volta para cá, volta tudo de novo?

Márcia: [silêncio].

Pesquisadora: Você entendeu minha pergunta?

Márcia: Entendi. Marcelo praticamente não faz essas coisas de casa aqui, esses trem. Talvez, né, de repente fique influenciado, mas ele trabalha muito, não tem muito tempo também. Em caso de necessidade, vai acontece de eu estar sem ajudante, ele vai pega uma vassoura, mas... não é muito comum não (risadas). É um bom questionamento vou pensar, de repente ele está sendo influenciado pelos machistas daqui.

Seu silêncio nos remete ao silenciar das vozes das mulheres, conforme apontam estudos de gênero (JACK, 1991), em que se voltar para o outro, o cuidar do outro se dá a tal ponto que suprime as próprias necessidades, e induz a um silenciar de sua própria individualidade em favor do outro. Já quando as mulheres descreveram seu trabalho, seus ganhos financeiros nos EUA, o tom de voz era de entusiasmo e satisfação. Contaram-me em detalhes suas rotinas e como conciliavam trabalho com cuidado dos filhos e tarefas domésticas, que dividiam com seus respectivos maridos. Suas falas eram vívidas e cheias de vigor. Tal tom contrasta com a dissipação de energia e o tom depressivo que emerge ao relatarem suas rotinas atuais, no retorno para o Brasil, ficam como que anestesiadas.

Em atendimentos em psicoterapia breve intercultural no Serviço de Orientação Intercultural na Universidade de São Paulo, idealizado por essa pesquisadora, voltado para atendimento de imigrantes, brasileiros descendentes, retornados e brasileiros em vias de emigrar, notamos que as questões de gênero são um forte aspecto dos conflitos e angústias que os trazem para o atendimento. Assim, em caso relatado em publicação anterior (DEBIAGGI, 2008), fica claro como as representações culturais de gênero, perpassam questões identitárias e escolhas na vida. Representações culturais do feminino e masculino personificadas por figuras primárias de identificação na história familiar atravessada por história de imigração, ou seja, do contato entre culturas. Uma estudante nikkey nos procura e relata que o noivo foi para o Japão e quer que ela também vá. Contudo, a mesma já havia passado quase um ano naquele país e sentira-se muito mal. Através da história familiar vemos que a mulher japonesa representada pela avó que havia imigrado para o Brasil ainda pré-adolescente contra a vontade e logo fora casada através de casamento arranjado tendo filhos aos quatorze anos, fora diagnosticada com um quadro de psicose. Uma avó que só falava japonês, não se comunicava com a geração seguinte da família e vivia no delírio de que retornaria a terra natal e seria recebida pelo príncipe do Japão. Uma mulher que sofrera um deslocamento forçado não só de país como de seu próprio ser. Algo que atormentava a aluna com receio de repetir a saga feminina da família.

Considerações finais

Nesse sentido, quando nos perguntamos o que significa o silenciar da voz feminina em determinadas culturas e o que significa a emancipação da mulher em outras culturas, vemos claramente a relação entre o bem-estar, a saúde física e mental e o contexto socio-cultural. Ser uma pessoa que possa se expressar, questionar seu entorno, colocar-se, voltar-se para si ao mesmo tempo em que para o outro em contraposição ao subjugar-se a expectativas alheias e a dominação externa. Assim, aponta-se para a crucial importância de estabelecer relações em que estar junto não signifique anular-se ou submeter-se a padrões pré-estabelecidos, não signifique o silenciar do *self*.

Contudo, é interessante notar como esses padrões tem uma significação relativa no sentido cultural. A volta para o Líbano por parte de brasileiras descendentes ou brasileiras casadas com libaneses representou um retrocesso no que diz respeito a própria individualidade, tendo sido o Brasil assim um lugar de emancipação, comparativamente. Já para as brasileiras que retornaram dos EUA para o Brasil, a cultura local, familiar, as encapsulou em papéis levando-as a um silenciar e amortecimento de sua vivacidade em contraposição ao que haviam vivido no outro país.

Como mencionamos acima, tal exposição aponta assim para a categoria gênero como dimensão crucial no processo de inserção cultural de mulheres em novos ambientes culturais. Conforme nossos estudos baseados em pesquisas de campo e através de intervenções psicossociais, denota-se a intermediação das expectativas culturais ou do espelhamento cultural acerca dos papéis masculinos e femininos como fatores fundamentais no processo de inserção a nova sociedade. Com isso vemos a necessidade de abordarmos a complexidade dessa dimensão para compreensão do fenômeno migratório e na busca de sociedades mais livres de padrões pré-estabelecidos e abertos a relações mais verdadeiras e genuínas.

Referências Bibliográficas

- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. São Paulo: Vozes, 2002.
- BERRY, John et. al. **Cross-cultural Psychology**: research and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas & PAIVA, Geraldo Jose de. **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- DEBIAGGI, Sylvia Dantas. **From Minas to mass**: A qualitative study of five Brazilian immigrant families in the U.S.. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada)- Boston University, Boston, 1992.
- _____. Mudança, crise e redefinição de papéis: As mulheres brasileiras lá fora. **Travessia**, v. 26, p. 24-26, 1996.
- _____. Psicanálise, globalização e interculturalidade. **Boletim Formação em Psicanálise**, v. XVI, p. 97-108, 2008.
- _____. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. **Fronteiras Cruzadas**: Etnicidade, família e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____ & PAIVA, Geraldo José de. **Psicologia, E/I-migração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- _____. Gênero, cultura e formas de ser: orientação e atendimento psicológico intercultural na Universidade de São Paulo. In: STREY, Marlene Neves et. al. (Org.). **Encenando gênero**: cultura, arte e comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- ERIKSON, Erik. **Identidade juventude e crise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968, 1975.
- _____. Identidade psicossocial. In: SILLS, David & MERTON, Robert (Org.). **International encyclopedea of the social sciences**. New York: MacMillan, 1968.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.
- HAHNER, June. **Women in Brazil: problems and perspectives**. Albany: State University of New York at Albany, 1984.
- HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, n. 22, p. 201-246, 2004.
- HOFSTEDE, Geert. **Cultures and organizations**. New York: McGraw-Hill, 1997.
- LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARTES, Ana. **Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- OSMAN, Samira. **Entre o Líbano e o Brasil: dinâmica migratória e história**. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- JACK, Dana. **Silencing the self**. Cambridge; Harvard University Press, 1991.
- QUERALT, Magaly. **Understanding Cuban immigrants: a cultural perspective**. Social Work, n. 29, p. 115-121, 1984.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Identidade brasileira no espelho interétnico**, essencialismos e hibridismo em San Francisco. Série Antropologia, 1998.
- SARTI, Cynthia. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 70, p. 38-46, 1989.
- WINNICOTT, Donald. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Canto General: narrativa poética e mítica de Pablo Neruda sobre a América

Adriane Vidal Costa

RESUMO: Neste artigo buscamos explorar o envolvimento do poeta chileno Pablo Neruda (1904-1973) com a história da América Latina em suas manifestações culturais, míticas, geográficas e políticas. Para isso, analisamos a narrativa poética de *Canto geral* (1950), um livro marcado por um intenso engajamento político. Em *Canto geral*, Neruda estabelece laços identitários com seu passado histórico, com suas raízes e com a realidade latino-americana. Propomos, neste artigo, conjugar a concepção americanista de Neruda com seu compromisso político.

PALAVRAS-CHAVE: Pablo Neruda, América Latina, *Canto Geral*, Compromisso Político.

ABSTRACT: In this article we try to explore the involvement of the Chilean poet Pablo Neruda (1904-1973) with the History of Latin America in its cultural, mythical, geographic and political manifestations. To conclude our intent, we analyze the poetic of *Canto geral* (1950), a book marked by an intense political engagement. In *Canto geral*, Neruda establishes identitarian links with his historical past, with his roots and the Latin American reality. We propose, in this article, to conjugate Neruda's Latin American conception with his political commitment.

KEYWORDS: Pablo Neruda, Latin America, *Canto Geral*, Political Commitment.

Narrativa poética, experiência de vida

Assim como os *copihues* são naturais do bosque chileno – flor que no Chile é conhecida como a “flor de la nacionalidad” – Pablo Neruda também o é. No entanto, os *copihues* permaneceram no bosque e Neruda, daquelas terras, daquele barro, daquele silêncio saiu a andar e a cantar pela América Latina e pelo mundo, exercendo a tripla função de ser um poeta nacional, latino-americano, universal. A sua criação poética possui diversos momentos: o romântico, o vanguardista, o surrealista, o realista social, o épico, o autobiográfico e o popular.

Pablo Neruda, como todo poeta, não pode separar-se de sua biografia nem da história socio-literária e política da época em que viveu. *Canto geral* (1950) é uma narrativa poética permeada por construções míticas e orientada pelo compromisso político de Pablo Neruda, visto que foi escrito nos anos de intensa militância política. É fruto das múltiplas experiências e identidades de Pablo Neruda: a luta antifascista, a colaboração com o triunfo da Frente Popular no Chile (1938), a eleição para senador (1945), a filiação no Partido Comunista do Chile e a clandestinidade. Desse modo, *Canto geral* traz uma narrativa poética que não pode ser entendida fora do contexto social e político dos fins da década de 1930 ao momento de seu término em 1949. O cenário mundial a partir da década de 30 foi marcado por tensões políticas e ideológicas que, de diversas formas, provocaram mudanças no mundo inteiro: a consolidação de Stalin no poder, a ameaça mundial do fascismo, a Guerra Civil Espanhola, o avanço de Hitler, a afirmação dos Estados Unidos como potência imperialista, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Período assinalado por lutas ideológicas: fascismo, nazismo, comunismo, socialismo e crise do liberalismo.

No começo de 1934, Neruda partiu para Barcelona a fim de exercer o cargo de cônsul. Pouco depois, foi transferido para a capital espanhola. Na Espanha, o poeta encontrou luz, amizade, identidade e reconhecimento. São numerosas as referências que mais tarde fará sobre esses dias passados na Espanha, chegando a afirmar que o poeta de tantas tormentas havia encontrado a felicidade em Madri (NERUDA, 2000). Porém, nem tudo foi encontro e felicidade

no tempo em que permaneceu na Espanha. Dois acontecimentos simbolizaram a tragédia para o poeta: a Guerra Civil Espanhola e, pouco depois de seu início, o assassinato do poeta Federico García Lorca, seu grande amigo. Desde o começo da Guerra, Neruda tomou partido a favor da República e da liberdade. Essa atitude não agradou o governo chileno, que afastou Neruda do cargo de cônsul, alegando que ele faltou com a neutralidade que correspondia a um funcionário diplomático.

Pablo Neruda esteve presente no palco dos acontecimentos da Guerra Civil Espanhola, o que mudou o rumo de sua poesia, despertando no poeta o compromisso político-social. A guerra civil possibilitou um envolvimento maior do poeta com os conflitos políticos do momento: nazi-fascismo, por um lado, bloco soviético e comunismo, por outro. A posição política de Neruda nesse momento foi o compromisso com a luta antifascista e sua identificação com o comunismo.

Assim sendo, Neruda não chegou ao ideal comunista pelo marxismo nem por qualquer tipo de caminho intelectual, mas por razões que dependiam antes de tudo do contexto histórico e político de uma época.

Neruda foi um entre vários intelectuais que entraram na política no curso da luta antifascista. A campanha do poeta à causa não ficou limitada à escrita de poesias sobre a Guerra Civil Espanhola, em que condenava o fascismo e o General Franco. Em Paris (1937), Neruda editou, junto com a escritora inglesa Nancy Cunard, a revista *Los poetas del mundo defienden al pueblo español*; com César Vallejo, organizou uma conferência sobre García Lorca e fundou o Grupo Hispano-Americano de Ajuda à Espanha; organizou o Congresso de Escritores Antifascistas, realizado em Madri, do qual participaram escritores de várias partes do mundo.

Em outubro de 1937, Neruda retornou ao Chile com a intenção de colocar em prática quatro projetos: ampliar e intensificar no país a luta contra o fascismo, fundar a Aliança de Intelectuais do Chile, escrever um livro sobre seu país que se chamaria *Canto general de Chile* e, por fim, participar da campanha do candidato à presidência Pedro Aguirre Cerda. O contato com a Espanha fez o po-

eta voltar seus olhos para as questões político-sociais de seu país. Por isso, a idéia de escrever o livro *Canto general de Chile*. Foi um projeto que tomou um outro caminho, pois o que seria um livro dedicado ao seu país tornou-se em 1950 um grande poema dedicado à América Latina: *Canto general*.

Para Neruda, a criação da Frente Popular chilena e a vitória do seu candidato significava a vitória contra as forças fascistas no seu país, e até mesmo fora dele. Pedro Aguirre Cerda triunfou nas eleições presidenciais e, em 1939, Neruda recebeu do presidente chileno a missão de viajar a Paris para organizar a imigração de cidadãos espanhóis ao Chile. Para o poeta, essa missão veio a ser uma espécie de ação complementar, uma continuação do mesmo impulso que o levou a redigir *España en el corazón* (1937) ¹.

Com o fim da Guerra Civil Espanhola e a derrota das forças republicanas, em 1939, ocorreu um acelerado êxodo de cidadãos espanhóis em busca de exílio na França. Contudo, o governo de León Blum, pressionado pela direita e pelo Comitê de não Intervenção, mandou muitos refugiados espanhóis para a prisão. A missão de Neruda era reunir um grande número desses espanhóis e mandá-los para o Chile. Para a realização desse trabalho, Neruda contou com a ajuda do governo republicano no exílio, que lhe conseguiu um barco, o *Winnipeg*, para que fosse realizada a viagem dos refugiados até o Chile. O poeta embarcou mais de dois mil espanhóis refugiados, que a bordo do *Winnipeg* chegaram a Valparaíso em fins de 1939.

Como já dissemos, foi durante a guerra civil na Espanha que Neruda se tornou um intelectual de matriz antifascista e se aproximou do comunismo. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial aprofundavam a sua convicção política. Nesse período, Neruda desenvolveu uma relação de idílio com a União Soviética, que jamais foi abalada.

Em 1943, Neruda viajou pelo Panamá, Colômbia e Peru. Passou por Lima e Cuzco, onde visitou as ruínas de Macchu Picchu. Essa

1 - O poema *España en el corazón* é uma espécie de crônica sobre a Guerra Civil Espanhola. Nesse livro, sua poesia ganha contornos históricos e é visível a dimensão político-social que se consolida mais tarde em *Canto general*.

visita marcou definitivamente o encontro do poeta com a América Latina, com suas origens, suas raízes. Fruto dessa experiência foi o poema “Alturas de Macchu Picchu”, publicado pela primeira vez no ano de 1946. Em 1950, foi recolhido em *Canto general*. Em julho de 1945, Neruda ingressou no Partido Comunista do Chile. Cumprindo sua agenda como militante do PCC, alternando sua criação poética com a militância ou as unindo, Neruda viajou ao Brasil para assistir em São Paulo ao comício em homenagem a Luis Carlos Prestes, que havia recuperado sua liberdade em 1945. No comício, realizado no estádio do Pacaembú, Neruda recitou um poema em homenagem a Prestes para milhares de pessoas – traduzido simultaneamente por Jorge Amado. Em um poema que incorporou em *Canto general*, evocou esse dia:

Lembro que em 1945
estive com ele em São Paulo.
Frágil e firme sua estrutura,
pálido como o marfim
desenterrado na cisterna,
fino como a pureza
do ar nas solidões,
puro como a grandeza
custodiada pela dor. (NERUDA, 1984, p. 151-152).

Em novembro de 1947, Neruda publicou “Carta íntima para millones de hombres”, no jornal *El Nacional* de Caracas, pois a imprensa chilena estava sob censura desde quatro de outubro. O conteúdo da carta era uma versão dos últimos acontecimentos políticos no país. Dentre outras coisas, Neruda acusava o presidente chileno, González Videla, de traidor, de opressor, de ceder às pressões estrangeiras e de construir dois campos de concentração, um na ilha de Santa Maria e o outro em Pisagua. Em resposta à “Carta íntima para millones de hombres”, González Videla iniciou nos Tribunais de Justiça um processo para julgar Neruda por traição à pátria. Em janeiro de 1948, o poeta/senador proferiu um discurso no Senado conhecido por “Yo acuso”, que se converteu em um manifesto político contra o presidente chileno.

Depois que o poeta pronunciou seu discurso, o presidente do Senado, Arturo Alessandri, deu permissão constitucional para que

Neruda deixasse o Chile. Contudo, o Executivo continuou com sua perseguição e, em fevereiro de 1948, a Corte Suprema confirmou a cassação do seu mandato como senador e os Tribunais de Justiça ordenaram sua detenção. A partir de então, Neruda passou a viver na clandestinidade em seu próprio país. Neste período, Neruda foi protegido por vários amigos e correligionários. O poeta abandonou o Chile somente em fevereiro de 1949, quando terminou de escrever seu *Canto general* (publicado em 1950). Nesse livro, Neruda nos revela que:

Pela alta noite, pela vida inteira,
de lágrima a papel, de roupa em roupa,
andei nestes dias angustiados.
Fui fugitivo da polícia:
na hora de cristal, na mata
de estrelas solitárias,
cruzei cidades, bosques,
chácaras, portos,
da porta de um ser humano ou outro,
da mão de um ser a outro ser, a outro ser.
(NERUDA, 1984, p. 299).

Depois de abandonar clandestinamente o Chile, atravessando a cordilheira dos Andes pela região austral, Neruda foi para o exílio. Visitou União Soviética, Polônia, Hungria, Checoslováquia, Romênia, Itália, Índia e China. Em 1952, depois de três anos e alguns meses de exílio, Neruda regressou ao Chile.

Canto geral, um canto americano

Em *Canto geral*, Neruda reuniu uma série de episódios em torno de um tema central: a América. A América é o tema, inspiração e motivo. E, acima de tudo, é a própria poética do poema. Talvez nenhum outro poeta americano tenha se aproximado tanto da natureza, das raízes e da história latino-americana, e nem soube associar, tão intimamente, palavra e paisagem, como Neruda fez em *Canto geral*. Tornando-se, para muitos, “o poeta da América” (QUEIROZ, 1997, p. 156-157).

A poesia nerudiana assume em *Canto geral* um compromisso com a história latino-americana, realizando um entrecruzamento

entre história e poesia. Nas quinze seções do livro, Neruda narrou as origens pré-hispânicas, a conquista da América, o período colonial, as independências, a formação dos Estados nacionais, as ditaduras. *Canto geral* é uma narração poética do “fato” histórico. Neruda utilizou a história como matéria-prima para a poesia, narrando a história latino-americana em versos. Não só os “grandes acontecimentos” ou a história dos “grandes heróis”. O olhar do poeta foi também direcionado para os que ficaram à margem: os desconhecidos e oprimidos. A poesia nerudiana, em *Canto geral*, além de assumir uma intencionalidade histórica assume também uma narrativa “simbólica de resistência aos discursos dominantes”. Nesse caso, como afirma Alfredo Bosi (2000, p. 167):

A resistência tem muitas faces. Ora propõe a recuperação do sentido comunitário perdido (*poesia mítica, poesia da natureza*); ora a melodia dos afetos em plena defensiva (*lirismo de confissão*, que data, pelo menos, da prosa ardente de Rousseau) ou então a poesia “é a crítica direta ou velada da desordem estabelecida (vertente da *sátira*, da *paródia*, do *epos revolucionário*, da *utopia*).

Para analisarmos a narrativa poética de *Canto geral*, partiremos da proposta de Bosi, uma vez que o *Canto* está marcado pela poesia mítica/natureza e pela poesia utópica (fé revolucionária, fé no socialismo). Essas duas poéticas permeiam separadamente em um e outro poema ou, às vezes, se alternam, mas nunca se conciliam completamente devido à essência de cada uma. A poesia mítica representa um mundo natural, postula uma volta à origem que privilegia o passado. É uma narrativa nostálgica, alimentada pelo desejo de recobrar o começo. A poesia revolucionária pressupõe um tempo linear, no qual a idade do ouro não está projetada no passado, mas no futuro, uma vez consumada a revolução social. A poesia revolucionária está regida pelo compromisso político do poeta, por um projeto ideológico, utópico e pedagógico (YURKIEVICH, 1978). O propósito de Neruda foi compor uma crônica da América que mostrasse o enfrentamento permanente entre opressores e libertadores, e, ao mesmo tempo, servisse para iluminar e incitar os oprimidos a conquistar sua definitiva independência. Poesia mítica, utilitária, combativa, que se põe a serviço de uma causa.

A primeira seção de *Canto geral*, “A lâmpada na terra”, remonta às origens da terra antes do homem, antes de ser nomeada América. É a mais telúrica do livro, na qual Neruda retrata a gênese, mostrando uma natureza em estado selvagem que simbolizava o começo de tudo e a originalidade da terra. O poema contempla a América ainda não habitada, ainda não inventada. Nem habitada pelo homem nem invadida pelo europeu:

Antes do chinó e do fraque
foram os rios, rios arteriais:
foram as cordilheiras em cuja vaga puída
o condor ou a neve pareciam imóveis;
foi a umidade e a mata, o trovão,
sem nome ainda, as pampas planetárias. (NERUDA, 1984, p. 9).

Outros poemas da seção “A lâmpada na terra” seguem nomeando a natureza dos tempos pré-hispânicos: “Vegetações” é um canto às árvores, às plantas e a vários animais que povoavam a terra americana. Celebra também os pássaros: “tudo era vôo em nossa terra”, tucanos, papagaios, joão-de-barro etc. O poema “Os rios aco-dem” exalta a beleza dos rios Orinoco, Amazonas, *Bío-Bío* e a cachoeira de Tequendama. “Minerais” é um poema que celebra a história natural da terra, e, ao mesmo tempo, mostra que os minerais serviram para atrair, tempos depois, os infortúnios.

Para explicar as origens do mundo, Neruda se inspirou nas explicações dos indígenas americanos, particularmente os que habitavam a Mesoamérica e os Andes. Em linhas gerais, na concepção indígena o mundo fora criado pelos seus deuses e, a partir de elementos da natureza, criaram o homem. O último poema da seção “A lâmpada na terra” é “Os homens”, no qual Neruda narra a epopéia do homem americano desde o primitivo tarahumara até a cultura incaica e mostra a sua criação:

Como a taça da argila era
a raça mineral, o homem
feito de pedras e atmosfera,
limpo como os cântaros, sonoro.
A lua fez a massa dos carafas,
extraiu oxigênio sagrado,
macerou as flores e as raízes.

Andou o homem das ilhas
tecendo ramos e grinaldas. (NERUDA, 1984, p. 20).

É visível no poema a idealização de um mundo feliz, onde viviam os primeiros habitantes das terras americanas. Segundo Neruda, nessa época, homem e natureza eram inseparáveis, faziam parte de um mesmo todo, vivendo em perfeita harmonia. Até então tudo era “silêncio de água e vento”, pois “Não há ninguém. Escutas? É o passo do puma no ar e nas folhas”. Por outro lado, Neruda também apresenta no poema as contradições daquele mundo feliz e harmonioso:

Como faisões deslumbrantes
desciam os sacerdotes
das escadarias astecas.
Os degraus triangulares
sustinham o inumerável
relâmpago das vestimentas.
E a pirâmide augusta,
pedra por pedra, agonia e ar,
em sua estrutura dominadora
guardava como uma amêndoa
um coração sacrificado. (NERUDA, 1984, p. 20).

Neruda faz referência a um templo asteca conhecido como a pirâmide de *Teocalli*, onde eram realizados sacrifícios humanos em homenagem a *Huitzilopochtli*, deus da guerra e do sol. Porém, como expressa o poema, a existência dos sacrifícios humanos não maculou o “paraíso perdido”, porque os únicos culpados por essa prática eram os sacerdotes, uma minoria, que pareciam “faisões deslumbrantes”, e, principalmente, porque “multidões de povos” - vivendo em coletividade - com seu trabalho humano “expressavam a luz do mundo” e isto estava acima dos sacrifícios. Mas, na maioria dos poemas da seção “Lâmpada na terra”, Neruda procura mostrar o universo pré-hispânico como um lugar onde quase não havia dor, destruição e violência. Isso ocorreu de forma acentuada quando os habitantes da terra sem nome, sem América, foram “traídos pelo mar”, ou seja, pela chegada dos europeus. Na seção II, figura o poema mais conhecido de *Canto geral*: “Alturas de Macchu Picchu”, no qual Neruda exalta particularmente os

incas. Macchu Picchu se converte no centro do mundo e na afirmação da América Latina como um universo autêntico. Macchu Picchu representa, simbolicamente, o lugar do reencontro das origens e a afirmação cultural e étnica, de maneira que se torna, segundo Lídia Neghme Echeverría (1971, p. 13), “a única possibilidade do homem latino-americano falar de si mesmo e se libertar da alienação.” Ou seja, para compreenderem o que são, os latino-americanos deveriam voltar às suas origens indígenas, ao começo de tudo. Nesse sentido, Neruda reconhece somente a raiz indígena: a matriz, “a mãe”, “a terra”. No poema “Alturas de Macchu Picchu”, Neruda quer devolver ao latino-americano a identidade original que, segundo ele, os espanhóis usurparam. Para o poeta, a matriz original foi a indígena, porque eles eram os donos da terra e os primeiros habitantes de um mundo que se perdeu com a invasão européia. A partir do poema X, interrogou, às ruínas e ao tempo, sobre “o homem histórico e concreto de Macchu Picchu, sobre suas condições de vida, de trabalho e de morte” (LOYOLA, 1987, p. 168). Chegou mesmo a reconhecer as injustas diferenças sociais no mundo incaico e a compará-las com a situação do proletariado de sua época. É o poeta compenetrado em sua missão social, em seu papel de defensor e porta-voz dos oprimidos:

Pedra sobre pedra, o homem, onde esteve?
 Ar no ar, o homem, onde esteve?
 Tempo no tempo, o homem, onde esteve?
 Foste também o pedacinho partido
 do homem inconcluso, de água vazia
 que pelas ruas de hoje, que pelas pegadas,
 que pelas folhas do outono morto
 vai remoendo a alma até o túmulo?
 A pobre mão, o pé, a pobre vida...
 Os dias da luz desfiada
 em ti, como chuva
 sobre as bandeirilhas das festas,
 deram pétala por pétala de seu alimento escuro na boa vazia?
 (NERUDA, 1984, p. 37).

Apesar de Neruda ver nos indígenas uma superioridade moral sobre os espanhóis, não lhe escapou por completo, no poema “Al-

turas de Macchu Picchu”, os conflitos sociais que imperava entre eles: de um lado as camadas dirigentes (corte imperial, chefes militares, sacerdotes etc.), belicosas e até cruéis em seus ritos ou tradições; de outro lado, a massa do povo mansa, submissa, indefesa ante os ataques brutais dos conquistadores.

Na seção III, “Os conquistadores”, Neruda denunciou a violência dos principais chefes espanhóis, desde o princípio da conquista da América até meados do século XVI, quando Pedro de Valdivia adentrou até o rio *Bío-Bío*. Os invasores são chamados de “os carneiros” ou “os exterminadores”. Quando Neruda intitulou os poemas com os nomes dos principais conquistadores, ele individualizou os momentos decisivos do processo de conquista. Contudo, não deixou de mencionar, à sua maneira, que a conquista foi uma ação coletiva. O Império foi servido por seus filhos: são os “Arias, Reyes, Rojas, Maldonados” (SANTANDER, 1998, p. 24). São os “soldados” da conquista, vistos pelo poeta como homens do povo, que também eram explorados e oprimidos. Por isso, o poeta os redimiu de culpa.

Para Neruda, os conquistadores eram os profanadores da natureza original cantada em “A lâmpada na terra” e “Alturas de Macchu Picchu”. Como observa Yurkievich (1978, p. 239), os conquistadores representavam “os portadores da desgraça, os introdutores da religião desnaturalizada e da tecnologia destruidora”. O poema “Os conquistadores” está assentado sobre uma base geográfica e cronológica. Os territórios conquistados, mencionados pelo poeta, são as ilhas de Guanahaní, Sotovento, Carolinas e Cuba; as regiões do México, Guatemala, Panamá, Colômbia e Peru, terminando com o extremo sul do Chile. A cronologia aparece em alguns poemas, tais como: “Chegam pelas ilhas (1493)”; “Chegam ao mar do México (1493)”; “Ximenez de Quesada (1536)”; “Valdivia (1544)”; e “O coração magalhânico (1519)”. Percebe-se que Neruda começou a narrar a conquista pelo ano de 1493, excluindo um poema independente sobre o momento da “descoberta”. Provavelmente, porque ele não considerava o descobrimento como a revelação do Novo Mundo, mas como o início de uma “história de martírios”. Neruda dedicou dois contraditórios poemas a um dos conquistadores da América Central: Vasco Núñez de Balboa. No primeiro poema, “A cabeça

num pau”, Balboa foi apresentado como “um leãozinho de beijo sangrento”, que “apanhou o escravo que fugia,/ enfiou caninos espanhóis/nas gargantas palpitantes”. Depois dos conflitos com o conquistador Pedro Arias de Ávila – também conhecido por Pedrarias Dávila –, por conta do controle das expedições de conquista da América Central, Balboa foi acusado de traição e condenado à morte. Morreu decapitado em Acla, em 1519. No segundo poema, Neruda narrou o descobrimento do “Mar do Sul”, primeira denominação do Oceano Pacífico, por Vasco Núñez de Balboa, em 1513. Por esse feito, o poeta lhe rendeu uma “homenagem”:

Descobridor, o vasto mar, minha espuma,
latITUDE da lua, império da água,
depois de séculos te fala pela minha boca.
Tua plenitude chegou antes da morte.
Ergueste até o céu a fadiga,
e da noite dura das árvores conduziu-te o suor até a beira
da soma do mar, do grande oceano. (NERUDA, 1984, p. 52).

No poema, Balboa deixou de ser um conquistador assassino para tornar-se o “descobridor” do Pacífico. Ao denegrir a imagem de Balboa, Neruda o colocou junto a todos os outros conquistadores. Porém, como descobridor do Pacífico, Balboa ganhou a admiração do poeta, pois o Pacífico foi a sua casa, foi o seu Oceano. Às margens do Pacífico, Neruda construiu a casa de que mais gostava: Isla Negra. Ali, o poeta desejou ser sepultado. Nas páginas finais de *Canto geral*, pediu: “Companheiros, enterrai-me em Isla Negra,/diante do mar que conheço, de cada área rugosa/de pedras e ondas que meus olhos perdidos/não tornarão a ver” (NERUDA, 1984, p. 433).

A versão que Neruda apresentou da conquista da América mostra a violência, a destruição, à morte, a exploração da mão de obra indígena, a evangelização, a procura pelos metais preciosos e a resistência indígena. Nos poemas que narram a conquista do Chile ele converteu a luta dos araucanos em símbolo dessa resistência. Diego de Almagro partiu para conquistar o Chile em 1535. Foi, entretanto, uma expedição fracassada: não conseguiu ultrapassar o rio *Bío-Bío*, pois ali encontrou uma enorme resistência por parte dos índios araucanos. Para Neruda, a resistência araucana

foi o ato fundador de sua pátria: “Assim nasceu a pátria unânime: a unidade antes do combate”. A conquista do Chile continuou com Pedro de Valdivia, que ultrapassou o rio *Bío-Bío* penetrando em território araucano, um trabalho árduo devido à resistência indígena que lá encontrou. Depois de derrotar os índios na Batalha de Andalién, Valdivia fundou a cidade de Concepción (1550). Em 1553, o forte Tucapel sofreu um ataque organizado pelo cacique Lautaro, onde estava presente Valdivia. Ali, segundo os relatos dos cronistas, ele foi capturado e decapitado por um golpe de macana (arma indígena semelhante a um machado), sua cabeça foi cravada em uma lança e seu coração dividido em pedaços e distribuído entre os caciques, que o teriam comido.

Na seção “Os libertadores”, Neruda dedicou a Lautaro - na sua visão um dos grandes heróis do período da conquista - os poemas VIII (“Lautaro, 1550”), IX (“Educação do cacique”), X (“Lautaro entre os invasores”) e XI (“Lautaro contra o Centauro”), nos quais narrou sua vida e sua luta. O primeiro poema diz respeito ao nascimento do índio: “O sangue toca um corredor de quartzo./A pedra cresce onde gota tomba./Assim nasce Lautaro da terra”. Aqui, Neruda continuou a “construção mitológica” do poema inicial “A lâmpada na terra”. Lautaro nasceu em algum lugar das selvas do *Carampangue* e *Tirúa*. Era filho do cacique *Curiñanca* e seu verdadeiro nome foi *Luan-taro*. Ainda muito jovem, passou a viver entre os espanhóis e posteriormente passou a exercer a função de cavaliário para o conquistador Pedro de Valdivia. Vivendo junto com os espanhóis, Lautaro aprendeu as suas táticas militares. Neruda narrou este período de sua vida no poema “Educação do cacique”: “Foi sua primeira idade só silêncio./ Sua adolescência foi domínio./ Sua juventude foi um vento dirigido./ Preparou-se como uma larga lança (NERUDA, 1984, p. 87). Tempos depois, Lautaro decidiu abandonar os espanhóis e juntar-se a seu povo para organizar a luta contra os conquistadores. Afirmou Neruda: “somente então foi digno de seu povo”. No poema “Lautaro contra o Centauro”, o poeta versificou a luta do índio contra Valdivia, na Batalha de Tucapel.

Lautaro continuou resistindo, porém foi derrotado por Francisco de Villagra, sucessor de Valdivia, em Matoquito, onde morreu em

1557. Lautaro foi decapitado, sua cabeça levada a Santiago e empalada na Praça Maior. A resistência dos araucanos, que perdurou até o final do século XIX, conteve o movimento da conquista espanhola para o sul chileno. Sobre os quase três séculos de resistência araucana, Neruda redigiu o poema “A dilatada guerra”: “três séculos esteve lutando /a raça guerreira do carvalho, /trezentos anos a centelha/de Arauco povoou de cinzas/as cavidades imperiais. / Três séculos tombaram feridos /as camisas do capitão [...]” (NERUDA, 1984, p. 92).

Junto à conquista militar, os espanhóis empreenderam um outro tipo de conquista, a espiritual. A conquista espiritual, para Neruda, foi tão agressiva quanto a militar. Viu a cruz como um complemento da espada. Em nome de Deus os espanhóis mataram, violentaram e destruíram as culturas indígenas:

Deus foi dividido, irmãos,
entre nós”, garantiu o cônego,
e os carnicheiros de dentes
roxos disseram “Amém”.
Bateram na mesa cuspendo.
Como não sabiam de letras
encheram de cruzes a mesa,
o papel, os bancos, os muros.
O peru, escuro, submerso,
estava marcado de cruzes. (NERUDA, 1984, p. 56).

No poema “Os conquistadores”, Neruda “condena” a herança hispânica e denuncia o seu colonialismo. Porém, no último poema da seção “Os conquistadores”, intitulado “Apesar da ira”, Neruda relativiza o processo da conquista e o colonialismo espanhol. Possivelmente, na tentativa de problematizar a história, visando superar o esquematismo e o maniqueísmo precedentes. Os mesmos conquistadores que trouxeram a violência, a destruição e à morte, trouxeram também a língua e a cultura:

Mas através do fogo e da ferradura
como de um manancial iluminado
pelo sangue sombrio,
com o metal fundido no tormento
derramou-se uma luz sobre a terra:
número, nome, linha e estrutura.

Página de água, claro poderio
de idiomas rumorosos, doces gotas
elaboradas como cachos de uvas,
sílabas de platina na ternura
de uns peitos puros aljofarados,
e uma clássica boca de diamantes
deu seu fulgor nevado ao território
E as línguas do homem se juntaram
na primeira ira, antes do canto. (NERUDA, 1984, p. 70-71).

Percebemos a admiração de Neruda para com a língua e a poesia espanhola. Admiração que foi consumada em *Canto geral*, na seção XII, “Os rios do canto”, na qual ele homenageou dois poetas espanhóis e três latino-americanos. Esse poema reúne, como assinala Neruda, cartas aos poetas vivos e mortos. E todos, de alguma forma, identificavam-se com ele: eram antifascistas, simpatizantes do comunismo, engajados em lutas contra a opressão ditatorial, “adeptos da poesia sem pureza”. São eles: Miguel Otero Silva (venezuelano), Rafael Alberti (espanhol), José González Carballo (argentino), Silvestre Revueltas (mexicano) e Miguel Hernández (espanhol). Procurando entender a relação existente entre o título do poema - “Os rios do canto” - e os poetas ali citados, o crítico literário Juan Villegas (1976, p. 34) chegou à seguinte conclusão: a voz desses poetas e a do próprio autor viriam a ser rios profundos que correm pelas terras da América, rios que se unem no espaço americano e afloram trazendo as raízes e as vozes mais profundas e sentidas do continente.

Em *Canto geral*, Neruda escolheu um elenco de personagens - presentes nos poemas “Os libertadores” (seção IV) e “A areia traída” (seção V) - para projetar a imagem do homem americano. O poeta opõe libertadores e traidores do povo, identificando os primeiros com revolucionários e defensores do latino-americanismo, sinônimos de liberdade, justiça e luta; e os segundos, os traidores, como culpados pelos vícios da América Latina, defensores do imperialismo e causadores da nossa dependência e de nossas opressões. “Os libertadores” são, segundo Neruda, os que promoveram a liberdade do homem e a libertação da América Latina, desde os heróis da resistência à colonização até os heróis contemporâneos (Cuauhtémocq, Caupolicán, Lautaro, Túpac Amaru, San Martín,

O'Higgins, Miranda, Bolívar, Martí, Zapata, Sandino, Prestes), passando também pelo defensor emblemático dos índios, Bartolomé de las Casas e pelo abolicionista norte-americano, Abraham Lincoln. Neruda situa também entre os libertadores um dos fundadores e secretário geral do Partido Comunista chileno, Luis Emilio Recabarren, a quem chama de “pai do Chile, pai nosso”.

Depois de exaltar os libertadores da época da Conquista, Neruda fez uma rápida crônica sobre o período colonial e o processo de independência. O período colonial teve um sentido para o poeta: foi um tempo de exploração econômica, exploração do trabalho indígena e mestiço, de grandes diferenças sociais, de marginalização do indígena, de formação de uma elite *criolla* e, por fim, do estabelecimento de grandes propriedades de terras, como as *haciendas*. Neruda chamou atenção para a injusta divisão de terras na América Hispânica e para a exploração da mão de obra nas *haciendas*, que se baseou, em menor escala, no trabalho escravo e em maior escala na forma de servidão conhecida como peonagem.

Para Neruda, os dois grandes movimentos de contestação que marcaram o período colonial foram a rebelião de Túpac Amaru no altiplano peruano (1780) e a insurreição dos *comuneros* de Nova Granada (1781). As duas rebeliões tinham, em princípio, o mesmo objetivo: manifestar-se contra a política fiscal e administrativa adotada pelos Bourbons.

A rebelião do altiplano peruano contava com a participação de mestiços e indígenas, que exigiam o fim da tirania imposta pelos corregedores e juízes; extinguir o dízimo e o reparto de índios; acabar com a imposição da compra de mercadorias; abolir o sistema de mita, com suas condições de trabalho forçado, sobretudo nas minas de Potosí. A figura que mais se destacou como líder do movimento foi José Gabriel Condorcanqui, um cacique instruído e descendente da família real inca, que mudara seu nome para Túpac Amaru, como era conhecido o último inca a resistir à conquista espanhola no século XVI. Como Túpac Amaru, ele liderou um grupo que executou o corregedor local por abusar da população indígena; recrutou um grande exército de maioria indígena para travar batalhas contra a resistência espanhola; ameaçou

Cuzco e, por algum tempo, dominou grande extensão da área do altiplano. Por sua resistência, Túpac Amaru figura no poema “Os libertadores”:

Condorcanqui Túpac Amaru,
sábio senhor, pai justo,
viste subir a Tungasuca
a primavera desolada
dos patamares andinos
e, com ela, sal e desdita,
iniquidades e tormentos.
Senhor inca, pai cacique,
tudo em teus olhos se guardava
como num cofre calcinado
pelo amor e pela tristeza. (NERUDA, 1984, p. 98).

Túpac Amaru foi, para Neruda, um elo que ligava a resistência indígena do século XVIII à resistência indígena do período da conquista. Assim, o índio continuava lutando contra a sua marginalização e exploração. Túpac Amaru atacou o trabalho forçado, prometeu libertar os escravos que se aliassem às suas forças, tentou destruir os *obrajes* e os *repartimientos* de *comercio*, enquanto seus seguidores atacavam as cidades dos brancos e seus habitantes. Não aceitando essa direção do movimento, a elite *criolla*, na defesa de seus interesses, aliou-se aos peninsulares, à Igreja e ao Estado para destruir o movimento. Túpac Amaru foi executado em praça pública e seus seguidores duramente perseguidos (LYNCH, 2001).

O movimento *comunero*, no início, apesar de envolver amplos setores da população, tinha como principais líderes membros da elite *criolla* de proprietários rurais, comerciantes e funcionários públicos, que exigiam a supressão do monopólio do fumo e de vários impostos; a restrição e redução da *alcabala*; maior acesso aos cargos da administração pública para os “nascidos na América”. Depois de uma série de conflitos, o governo cedeu às exigências dos dissidentes quanto aos impostos e monopólios. Contudo, as exigências dos outros setores da sociedade não foram atendidas. Por exemplo, para os índios, o interesse maior era a devolução de suas terras comunitárias que, a essa altura, tinham sido invadidas. Para os pobres e despossuídos da colônia, o movimento sig-

nificava lutar também contra os monopólios para conseguir o barateamento dos bens de consumo e a liberdade de produção, mas, principalmente, contra uma elite que os oprimia. De maneira que a rebelião continuou, mas sem a liderança *criolla* que, nesse segundo momento, estava disposta a se aliar às autoridades peninsulares para deter o movimento. Quem assumiu o comando dos rebelados foi um “homem do povo”, o mulato José Antonio Galán. No movimento *comuneros* os heróis foram, para Neruda, os oprimidos sociais:

Foi em Nova Granada, na vila
do Socorro. Os comuneiros
balançaram o vice-reinado
num eclipse precursor.
Uniram-se contra os estancos,
contra o sujo privilégio,
e levantaram a cartilha
das petições foreiras.
Uniram-se com armas e pedras,
milícia e mulheres, o povo,
ordem e fúria, encaminhados
para Bogotá e sua linhagem. (NERUDA, 1984, p. 96-97).

No poema acima, Neruda afirmou que o movimento dos *comuneros*² foi “um eclipse precursor”. Evidentemente, ele quis caracterizar tal acontecimento como precursor dos movimentos de independência. Tanto é assim, que os poemas seguintes dizem respeito aos líderes independentistas das primeiras décadas do século XIX. Apesar das duas rebeliões aqui assinaladas terem ocorrido no final do século XVIII, anterior aos movimentos de independência, não podemos afirmar que elas foram, a rigor, “precursoras” desses movimentos. As duas rebeliões demonstraram lealdade, obediência e apego ao rei; e “queriam libertar-se das opressões e da intransigência da burocracia colonial” (LYNCH, 2001, p. 60). Além disso, sabemos que os condutores dos movimentos de independências não foram as camadas populares, mas as elites *criollas*. Ainda assim, não podemos desconsiderar que a rebelião

2 - Assim como ocorreu na rebelião de Túpac Amaru, o movimento dos *comuneros* foi destruído e seu líder, no caso de Gala, e aliados mais próximos foram executados.

de Tupac Amaru representou uma ameaça aos sustentáculos do sistema colonial, pois reivindicava a extinção de tributos indígenas, o fim do cumprimento da mita nas minas de Potosí e a abolição da escravidão negra.

O poema “América insurrecta”, da seção “Os libertadores”, abre a narrativa dedicada aos heróis da independência. Os primeiros a serem exaltados por Neruda foram Bernardo O’Higgins, San Martín, José Miguel Carrera, Manuel Rodríguez Erdoiza. Todos esses homens, de um modo ou de outro, participaram de um mesmo acontecimento histórico: a luta pela independência do Chile no início do século XIX. Nos poemas que dedicou a cada um deles, Neruda narrou os seus feitos militares, suas vidas públicas. Ali, eles foram retratados como heróis que, munidos de uma grande coragem, foram capazes de libertar o país do colonialismo.

Bernardo O’Higgins foi “o patriarca” e o “cavaleiro” da independência. Deixou como herança “tua firmeza,/ o teu inalterável coração calado,/a tua indestrutível posição paterna,/e tu, entre a avalanche segadora/de hussardos do passado, entre os ágeis/uniformes azuis e dourados,/estás hoje conosco, és nosso, pai do povo, imutável soldado.” San Martín foi o mais extenso de todos os heróis: “outros capitães/fulguram mais do que tu,/ levam bordados/seus pãmpanos de sol fosforescente,/ outros ainda falam como cachoeiras,/mas não há nenhum como tu, vestido/de terra e solidão, de neve e trevo” (NERUDA, 1984, p. 103). O poema dedicado a José Miguel Carrera, o mais extenso, foi composto de maneira clássica com “Episódios”, “Coros”, “Exodo”, “Antistrofa” etc. Nesse poema, Neruda nos mostra os feitos do precursor da independência do Chile. O último chileno independentista a ser homenageado foi o guerrilheiro e herói popular Manuel Rodríguez, cuja “Vida”, “paixão” e “Morte” foram narradas pelo poeta. Depois de exaltar os “heróis” da independência chilena, Neruda partiu para outras terras, isto é, para outros libertadores, como José Gervasio Artigas, o “caudilho de rumo”, o “centauro poeirada!”; Antonio José de Sucre, o guerreiro de Ayacucho; Francisco Morazán, o libertador da América Central (NERUDA, 1984, p. 118).

Após as independências, a ordem social mudou muito pouco. Isto porque os índios continuaram a ser marginalizados e suas terras

usurpadas; a maioria da população continuou sendo explorada; a discriminação contra os mestiços permaneceu; a escravidão negra foi abolida em algumas regiões, onde era menos significativa, mas persistiu em outras. Enfim, as elites *criollas* foram, internamente, a principais beneficiárias da emancipação política. No campo, as terras permaneceram nas mãos de poucos, consolidando uma classe de grandes latifundiários *criollos*. Nas cidades, as elites *criollas* alcançaram aquilo que tanto almejavam: afastar os peninsulares dos altos cargos políticos e burocráticos e constituir governos republicanos independentes – ao menos formalmente –, aumentando assim suas oportunidades de carreira no governo e na política (HALPERIN DONGHI, 2001). Estes setores dominantes *criollos*, dos quais saíram alguns dos “heróicos libertadores” homenageados pelo poeta, originaram as oligarquias tão criticadas e denunciadas pelo próprio Neruda no poema “A areia traída”:

Não, ainda não secavam as bandeiras,
ainda não dormiam os soldados
quando a liberdade mudou de roupa,
transformou-se em fazendas:
das terras recém-semeadas
saiu uma casta, uma quadrilha
de novos ricos com escudo,
com polícia e com prisões. (NERUDA, 1984, p. 174).

Neruda não deixou de exaltar em *Canto geral* um dos libertadores da colônia francesa de Saint Domingue (Haiti), Toussaint L'Ouverture, um ex-escravo, que liderou uma rebelião, iniciada em 1791, para lutar pela libertação da ilha: “a liberdade é bosque teu, escuro irmão, preserva/a tua memória de sofrimentos/e que os heróis passados/custodiem a tua mágica espuma” (NERUDA, 1984, p. 123). Os escravos rebelados atacaram as lavouras de cana-de-açúcar e seus proprietários; deram início a uma longa luta pela abolição da escravidão e pela independência em relação à França. Neruda se lembrou apenas do “escuro irmão” Toussaint L'Ouverture, mas se esqueceu que ele não lutou sozinho, mas acompanhado por uma massa de escravos insurgentes.

O último poema da seção “Os libertadores” invoca a luta pela independência de Cuba em fins do século XIX. O poema traz uma

rápida homenagem ao poeta e líder independentista José Julián Martí y Pérez (1853-1895) e mostra sua luta “heróica” para que Cuba se tornasse um país independente. O ex-presidente dos EUA, Abraham Lincoln, e o poeta brasileiro Castro Alves também foram homenageados por Neruda. Os dois figuram na seção “Os libertadores” por terem aderido, no século XIX, à causa abolicionista em seus respectivos países. Esse foi o único momento em *Canto geral* que Neruda demonstrou um efetivo interesse pela escravidão negra no continente americano; pois, além de exaltar a figura dos dois abolicionistas, ele execrou a escravidão e denunciou os abusos e maus-tratos à população negra, mesmo depois de libertos. No poema “O vento sobre Lincoln”, o ex-presidente foi lembrado como um herói, em função de ter sido ele o autor da declaração da abolição da escravidão na América do Norte. Nesse poema, encontra-se também uma denúncia da organização secreta Ku Klux Klan, surgida nos EUA na década de 1860. Os membros da Klan estavam dispostos a perseguir, assassinar, linchar e espancar os negros. Neruda condenou o racismo e todos os outros atos de violência da Ku Klux Klan:

O Klan matou um bárbaro perseguindo-o
enforcando-o o pobre negro a uivar queimando-o
vivo e esburacado pelos tiros
debaixo dos capuzes os prósperos rotarianos
não sabem assim crêem que são só verdugos
covardes carnicheiros detritos do dinheiro
com a cruz de Caim regressam
para lavar as mãos e rezar no domingo.
(NERUDA, 1984, p. 126-127).

O último libertador do século XIX a ser exaltado pelo poeta foi José Maria Balmaceda, presidente do Chile (1886-1891), que figura entre os libertadores por resistir ao imperialismo inglês e por defender o “norte salitroso”. Neruda converteu Balmaceda em um grande defensor dos mineiros da região norte e das riquezas naturais do país. Com um programa que buscava um desenvolvimento autônomo para o Chile, promulgou a nacionalização das minas de salitre que pertenciam aos ingleses e se opôs ao poder oligárquico. Por isso, ele foi alvo de uma oposição acirrada por parte da oligarquia local e dos ingleses. Balmaceda foi derrotado,

suicidando-se em seguida. Na visão de Neruda, Balmaceda morreu lutando por uma causa. Por isso, o poeta conferiu-lhe uma morte heróica como fez com quase todos os outros libertadores.

Os libertadores contemporâneos, tendo em vista que o livro terminou de ser escrito em 1949, foram representados por Emiliano Zapata, Augusto Cesar Sandino, Luis Emilio Recabarren e Luis Carlos Prestes. Zapata foi evocado por liderar o Exército Libertador do Sul, durante a Revolução Mexicana, em busca de terra e liberdade para os camponeses. O nicaragüense Sandino foi exaltado por defender a soberania nacional, lutando, ao mesmo tempo, de 1927 a 1934, contra o imperialismo norte-americano e contra a oligarquia que defendia interesses próprios. Os poemas dedicados a Recabarren e a Prestes representam a profissão de sua fé no comunismo, pois narram “o esplendor da saga revolucionária” e os “imensos sacrifícios e obstáculos transpostos” por estes “super-homens” (MORAES, 1994, p. 125). Recabarren foi apresentado como o grande libertador do Chile por ter defendido os interesses dos trabalhadores, principalmente dos mineiros da região norte. São vários os poemas dedicados ao líder sindical e fundador do Partido Comunista chileno na seção “Os libertadores”, visto que neles Neruda relatou a trajetória política de Recabarren. No final do último poema, Neruda prestou um juramento: “juramos continuar teu caminho/até a vitória do povo”.

Ao “Cavaleiro da Esperança”, Neruda dedicou três poemas: “Prestes do Brasil”, “Dito no Pacaembu” e “De novo os tiranos”. No primeiro poema, evocou a Coluna Prestes (“a sua coluna vencedora/da fome, cruzando a selva, /até a Bolívia, perseguida/ pelo tirano de olhos pálidos”), a perseguição à sua mulher Olga Benário e sua morte trágica (“e sua companheira/entregaram ao pardo verdugo/da Alemanha”; a prisão de Prestes e o tempo que permaneceu nela (“atrás das barras de ferro, / no silêncio da morte, /sem que se atrevam a assassiná-lo”). O poema “Dito no Pacaembu”, como já assinalamos, foi redigido pelo poeta para ser lido durante a sua visita ao Brasil em 1945, em homenagem a Prestes, que havia sido posto em liberdade. No poema “De novo os tiranos”, Neruda condenou o anticomunismo no Brasil e a perseguição a Prestes: “hoje de novo a caçada se estende por todo o Brasil” (NERUDA, 1984, p. 149-152).

Na seção “Os libertadores”, Neruda conseguiu reunir personagens tão díspares como Las Casas e Prestes, Lincoln e Recabarren, para mostrar que, mesmo vivendo em épocas diferentes, eles eram exemplos de luta pela liberdade e justiça. O poeta exaltou as virtudes de cada um, os transformou em heróis e, ao mesmo tempo, converteu esses heróis em porta-vozes de suas próprias idéias, segundo o valor teórico ou ético delas – político ou social – com o objetivo de difundi-las e torná-las verídicas (BAKHTIN, 1992, p. 30). Em *Canto geral*, o herói nega e condena uma ordem estabelecida. Neste caso, as virtudes dos heróis deveriam servir de exemplo para que fosse derrubada a ordem vigente e instaurada uma nova sociedade. Neruda encerrou a seção “Os libertadores” com uma mensagem de otimismo e esperança, “Chegará o dia”:

Não renunciéis ao dia que vos entregaram
os mortos que lutaram. Cada espiga
nasce de um grão entregue à terra,
e como o trigo, o povo inumerável
junta raízes, acumula espigas,
e na tormenta desencadeada
sobe à claridade do universo. (NERUDA, 1984, p. 157).

O poema é aberto para o futuro. O discurso da utopia é “comunitário, comunicante, comunista” (BOSI, 2000, p. 213). A “idade de ouro” é projetada no futuro e não no passado. Na seção “América, não invoco teu nome em vão”, Neruda também expressou sua confiança em um futuro melhor para a América Latina, apesar de reconhecer problemas como a fome, as ditaduras, a violência, as injustiças. O poema traz uma mensagem: vale a pena lutar por “nossa América”. Aqui percebemos claramente a dupla vertente de *Canto geral*: de um lado está o otimismo nerudiano, expressão de sua fé no homem revolucionário e na infalibilidade do ideal comunista; de outro, a necessidade de levantar os ânimos de todos os trabalhadores e comunistas, sejam eles chilenos ou americanos. Aí está a verdadeira essência do livro. O resultado é uma mensagem otimista, alheia a qualquer consideração derrotista, que preconiza, em um futuro próximo, o triunfo do bem sobre o mal, isto é, das forças revolucionárias sobre as resistências conservadoras.

Na seção “A areia traída”, que se opõe à seção “Os libertadores”, os traidores são identificados como “répteis”, “emissários das trevas” e “agentes da desordem”. “Os verdugos” inclui os principais ditadores que deixaram marcas profundas na história latino-americana, as oligarquias e a “alta burguesia”, que serviam aos interesses das companhias estrangeiras, como as monopolistas norte-americanas Standard Oil, Anaconda Copper Mining, United Fruit e várias outras:

Quando soou a trombeta, ficou
tudo preparado na terra,
e Jeová repartiu o mundo
entre a Coca-cola, a Anaconda,
Ford Motos, e outras entidades:
a Companhia Fruteira Inc.
reservou para si o mais suculentos,
a costa central de minha terra,
a doce cintura da América.
Batizou de novo suas terras
como “Repúblicas Bananas”. (NERUDA, 1984, p. 192-193).

Na seção “A areia traída”, condenou também “os poetas celestes” - os adeptos da “poesia pura” - por sua indiferença ante o povo subjugado. Neruda não tolerava, nesse período, uma literatura autônoma, uma poesia existencialista ou surrealista. Figura também, entre os traidores, o então presidente do Chile, Gabriel González Videla. Neruda expressou toda a sua revolta contra aquele que considerava um traidor por excelência: “que nestas linhas que deixo como uma brasa verde, \encontrem também o nome do traidor que trouxe/a taça de agonia que rechaçou meu povo”. Em *Canto geral*, González Videla não foi evocado somente na seção “Os traidores”, mas nas seções “O fugitivo” e “Coral de ano novo para a pátria em trevas”. Os poemas de “O fugitivo” são os testemunhos da perseguição que sofreu no governo de González Videla. Neruda sintetizou sua “fuga” e sua vida na clandestinidade de fevereiro de 1948 a fevereiro de 1949, quando saiu do Chile cruzando a cordilheira pela região austral. Narrou, nesses versos, como foi recebido pelos “humildes trabalhadores” que o acolheram e o esconderam, muitas vezes, sem sequer conhecê-lo. Neruda termina “O fugitivo” identificando-se com o povo que o acolheu naqueles

dias difíceis. Foram, segundo ele, gestos de solidariedade que não o deixaram desamparado.

Em *Canto geral*, Neruda buscou uma poesia solidária com o proletariado. Para isso, ele procurou escrever de forma simples para “pessoas simples”: “escrevo para o povo ainda que não possa/ler minha poesia com seus olhos rurais”. Neruda converteu o povo trabalhador no fundamento de toda a poesia válida. Os poemas que expressam essa forte ligação com o povo trabalhador estão contidos, principalmente, nas seções “A terra se chama Juan” e “As flores de Punitaqui”. Neruda converteu o proletariado em herói histórico por excelência. São os últimos heróis de *Canto geral*. E, em nível de importância, são os primeiros da fila. Os poemas da seção “A terra se chama Juan”, foram, como aponta Neruda, “escritos com as palavras do povo”, com suas falas e seu modo de dizer as coisas. Estão escritos em linguagem coloquial, sem a presença de metáforas. São as vidas dos trabalhadores e suas experiências, recontadas poeticamente por Neruda. É o proletário que, na visão do poeta, outorga sentido, direção e dignidade à vida. Como nos mostra o poema “O povo”:

Somente a resistência dele era um caminho,
e isolados eram como troços partidos
duma estrela, sem bocas e sem brilho.
Juntos na unidade feita em silêncio,
eram fogo, o canto indestrutível,
o lento passo do homem na terra
feito profundidades e batalhas.
Eram a dignidade que combatia
o que foi pisoteado, e despertava
como um sistema, a ordem das vidas
que tocavam as portas e se sentavam
na sala central com suas bandeiras. (NERUDA, 1984, p. 328).

Na seção “Que desperte o lenhador”, Neruda fez um balanço da situação mundial no imediato pós-guerra e relacionou “as duas Américas”, a do Sul e a do Norte, colocando em dia o seu repertório antiimperialista. O poema começa com um elogio à geografia, ao progresso, ao homem simples, à paisagem e à força trabalhadora e popular da América do Norte, transformando o poema em uma crítica ao imperialismo norte-americano a elogios a União

Soviética. Uma visão compreensível se avaliada nos termos da Guerra Fria e da sua postura política.

A última seção de *Canto geral* é “Eu sou”, um primeiro intento diretamente autobiográfico, no qual Neruda destacou os episódios mais representativos de sua vida: a infância, os amores, as viagens, os amigos, as lutas políticas. A autobiografia que concluiu neste poema não foi a de um homem comum, mas de um poeta e de uma figura pública que escreveu *Canto geral*, no qual expressou seu compromisso político, sua profissão de fé no comunismo. Em *Canto geral*, Neruda converteu a si mesmo em um libertador. Isto é visível nos poemas “O fugitivo” e “Coral de ano novo para a pátria em trevas”, nos quais narrou a perseguição política que sofreu, mostrando a si mesmo como protagonista da história e, ao mesmo tempo, como um herói que lutou contra a ordem estabelecida. Na seção “Eu sou”, ele figura como poeta revolucionário, capaz de contribuir, com sua poesia, para a construção de uma nova sociedade, de um novo mundo. A poesia revolucionária guiará o homem.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que em *Canto geral*, Neruda opôs, os progressistas e pacifistas, de um lado, e as forças reacionárias e belicosas, de outro. Os progressistas são representados pelos indígenas, os pobres, os trabalhadores, os heróis da independência; enfim pelos representantes do povo e, a nível ideológico, pelo anti colonialismo, antiimperialismo, antifascismo e comunismo. As forças reacionárias são representadas pelas oligarquias, os ricos, os traidores, os “lacaio”, os conquistadores, os ditadores; resumidamente, pelos agentes do colonialismo e imperialismo (primeiro foram os espanhóis, depois os norte-americanos) e, a nível ideológico, pelo fascismo e o capitalismo.

Podemos afirmar que *Canto geral* foi uma narrativa poética, política e militante, cuja finalidade foi levantar os ânimos dos povos oprimidos e levá-los ao socialismo pelo caminho da revolução e da luta de classes. O propósito do livro foi a doutrinação política do leitor; por isso, a preocupação com a “linguagem simples”, com as nuances pedagógicas e didáticas. Neruda acreditava, sinceramente, na instituição de uma nova sociedade socialista, mais justa e mais humana. No entanto, *Canto geral* não é apenas mais um li-

vro militante da década de 1950. Sua especificidade reside em ser uma narrativa poética, que, mesmo engajada, preserva sua riqueza poética com sua linguagem hermética, lírica, mítica, utópica, metafórica - apesar da preocupação do poeta em construir uma linguagem simples. Nesse livro, há uma fusão da estética com a consciência política. *Canto geral* é marcado tanto pela criação poética - com seus recursos métricos, rítmicos e líricos -, quanto pelo seu compromisso com a realidade social da América Latina. Outra especificidade de *Canto geral* é a incorporação da história como tema literário, ou seja, faz da história um objeto poético. Assim, Neruda criou sua própria interpretação da história americana.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1983.
- COSTA, Adriane Vidal. **Pablo Neruda: uma poética engajada**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. A economia e a sociedade na América Espanhola do pós-independência. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência a 1870**, vol. III. São Paulo: Edusp, 2001.
- LYNCH, John.. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da Independência a 1870**, vol. III. São Paulo: Edusp, 2001.
- LOYOLA, Hernán. Neruda y América Latina. **Cuardenos Americanos**, v. 3, 1978.
- NEGHME ECHEVERRÍA, Lidia (Org.). **La poesía de Pablo Neruda**. São Paulo: USP, 1971.
- MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

NERUDA, Pablo. **Confesso que vivi**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NERUDA, Pablo. **Canto geral**. São Paulo: Difel, 1984.

QUEIROZ, Maria José. **A América sem nome**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANTANDER, Carlos. Balboa: denigración y homenaje en el Canto General de Pablo Neruda. Casa de las Américas, Havana, n. 169, Julho/Agosto, 1988.

VILLEGAS, Juan. **Estructuras míticas y arquetipos en el Canto General de Neruda**. Barcelona: Planeta, 1976.

YURKIEVICH, Saúl. **Fundadores de la poesía latino-americana**: Vallejo, Huidobro, Borges, Neruda, Paz. Barcelona: Barral, 1978.

Silêncio e utopia: memórias de ex-operários de Osasco

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

RESUMO: Esta pesquisa em História Oral procura mostrar, pelas narrativas de operários participantes de uma greve em Osasco no ano de 1968 que, sob o silêncio opressor da Ditadura Militar, foi possível construir uma memória coletiva de luta e manter viva a utopia da mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Silêncio, Utopia.

ABSTRACT: This article is meant to show due to labours who participated and testimonied 1968's strike in Osasco silenced by oppressors during the Military Dictatorship that it was possible to build a memory of the conflict and to keep alive the dream of change.

KEYWORDS: Memory, Silence, Utopia.

Este artigo procura refletir sobre o silêncio e a utopia na construção da memória e da identidade coletiva de um grupo de ex-operários, envolvidos em uma greve na cidade de Osasco no ano de 1968. Apesar do distanciamento no tempo – 40 anos –, estes homens mantêm ainda viva a memória compartilhada, dolorosa para a maioria de seus participantes, mas reforço de seus sentimentos de existência, individual e coletiva.

Acompanho há alguns anos os encontros, oficiais ou não, dessa comunidade de destino profundamente marcada pela repressão que se seguiu à greve, e que insiste constantemente em ultrapassar fronteiras ideológicas, romper estereótipos e silêncios, numa cidade marcada por “enquadramentos de memória” oficiais, que sempre a definiram como a “cidade do crime”, ou reforçaram o seu sentido oposto (mas com o mesmo objetivo de submeter os trabalhadores e controlá-los): o da “cidade-trabalho”. A “cidade-trabalho” inaugurou a política do favor, marca registrada da elite conservadora, que durante tantos anos controlou o cenário público osasquense.

Esse imaginário tão fortemente absorvido pela população durante a Ditadura Militar foi construído, após a greve de julho de 1968, pela imprensa, pelos órgãos de polícia e por uma classe política conservadora preocupada com a organização sindical historicamente militante em Osasco. Uma memória imposta, repetida e reforçada por imagens que passaram a ter força no cotidiano de seus habitantes até hoje, contra um conjunto de lembranças silenciadas que, como afirma Michael Pollak, “longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais [...] esperando a hora da verdade e a redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (POLLAK, 1989, p. 6).

O silêncio repressor que se seguiu, imposto pelo governo, fundou um sentido para a luta dos trabalhadores da fábrica Cobrasma, destinando-lhes um lugar no cenário social: o de agitadores¹. Ao fixar essa imagem, obrigou-os a se conformar num discurso ide-

1 - Os estudos sobre a greve passam a ser realizados somente a partir do final da década de 80. Dentre eles, destacamos: Miranda (1987) e Couto (2003).

ologicamente depreciador, negativo, desmobilizador de suas ações e sonhos.

Durante anos, suas utopias, lembranças e emoções permaneceram sendo alimentadas dentro da família, de associações clandestinas ou não, redes de solidariedade e convivência, nas prisões ou fora delas; em outros países, ou mesmo nas escolas, igrejas e espaços informais entre aqueles que ficaram. Permaneceram nas “sombras”, reduzidas ao silêncio e ao “não dito” nos espaços públicos; despercebidas pela sociedade globalizante e alienada de sua própria história.

Mas o processo de redemocratização no país favoreceu a irrupção dessas memórias, a emergência de reivindicação de espaços, do direito de dizer, de lembrar, refazer a experiência humana que jamais esteve perdida, mas foi sendo reconstruída continuamente numa batalha silenciosa contra a visão hegemônica do regime militar e a imposição do esquecimento que perdurou mesmo depois de seu encerramento. Osasco é território de disputa por memórias que pretendem invadir o cenário público, entre interpretações conservadoras que buscam perpetuar a mesma imagem preconceituosa sobre seus habitantes – ora como criminosos, ora trabalhadores dedicados e submissos, sem considerar sua diversidade cultural e suas relações conflituosas – e aquelas que pretendem derrubar esses tabus falando sobre o sofrimento e o silêncio.

Essa busca constante pelo direito de ser do grupo, procurando tomar o espaço público e retomar a sua cidadania, impulsionou-me a construir um projeto de pesquisa em história oral, transformando essas manifestações de oralidade em registro de suas experiências, narrativas dessa memória viva, pulsante e mutável; passado contínuo e inacabado para seus narradores². Esse processo permite a eles apresentar suas versões e recompor os traços da sua própria existência individual e coletiva, reconquistando

2 - Como afirma Ecléa Bosi (1983, p. 87), a narrativa tem sua força “concentrada em limites como da semente e se expandirá por tempo indefinido”, e o que fazemos aqui é o congelamento de um instante dela pelo registro escrito, pois ela continua a se refazer continuamente na vivência, na memória individual e comum.

o direito de lembrar a partir de suas próprias palavras e termos; trazer à tona as “memórias subterrâneas”³, atendendo ao seu apelo de divulgação e reconhecimento social, marca de sua luta política.

Nesse sentido, os eventos de 1968 não são tratados em nossa pesquisa apenas como fatos objetivos ou como um corte cronológico. Mas como tempo contínuo, permanente, em constante processo de reatualização na memória das pessoas que neles estiveram envolvidas de alguma forma. É também lugar simbólico, de encontro, de emoções partilhadas, de feridas ainda não curadas, de elementos comuns a um grupo ligado fortemente por laços afetivos, lembranças construídas conjuntamente, por uma identidade (sentimento de pertencimento) baseada em semelhantes paixões, dores e sonhos que nasceram num passado comum que se perpetua, constantemente refeito, num presente compartilhado.

Nosso olhar se volta para as experiências de vida nesse tempo-lugar, menos físico do que simbólico – a greve de 1968 em Osasco⁴ – um marco repleto de significados para essa colônia/comunidade que teve grande parte de sua história de vida orientada pelos eventos que se seguiram: a perseguição, o desemprego, a clandestinidade, o exílio, o afastamento ou a morte de entes queridos, o abandono. Ou ainda, o engajamento político, a oportunidade de estudar e de ingressar em novas carreiras profissionais, dentro ou fora do País.

Cada um que fala sobre suas dores, diz sobre si, mas todos falam de uma experiência coletiva. A memória desses trabalhadores recompõe a relação passado/presente, como uma estratégia de sobrevivência emocional importante. É a luta, citada por Zygmunt Bauman (2006, p. 45), pela identidade escolhida, preferida, que se contrapõe àquelas impostas no passado, estigmatizadas e rotuladas.

3 - Pollak também faz referência a uma “memória clandestina”, “memória proibida” pela dominação hegemônica de setores políticos. (1989, p. 6).

4 - Antônio Montenegro (1992, p. 55-56) nos fala que o tempo cronológico inexistente num processo de universos imbricados, na memória coletiva. Não é um tempo de datas exatas, é um tempo de experiência, com uma lógica própria.

Cada narrativa adquire um valor em si, mas se inscreve no conjunto de uma coletividade mediante temáticas afins, reforçando e revalorizando seus laços e seus papéis no processo histórico enquanto indivíduos inseridos numa comunidade afetiva, de destino⁵. Cada um dos operários fala de suas motivações individuais, mas não fala sozinho, parece dialogar com os demais, buscando neles referências para suas crenças, muitas delas ainda vivas, ainda utópicas. Como diria Halbwachs (2006), cada indivíduo se explica na vida comunitária contra toda diluição e fluidez das certezas, e pode-se observar, nesse caso, a constância com que nomes e fatos são citados em todos os discursos, num processo de rememorar coletivo.

São ex-operários e estudantes-operários, que conviveram no espaço da fábrica e do sindicato, ou mesmo nos caminhos da luta armada, formando diferentes redes, numa multiplicidade de vozes, muitas vezes contrárias, discordantes, mas que se reconhecem como protagonistas da mesma história e de angústias semelhantes.

Escolhi para esse artigo apresentar o relato de quatro colaboradores. Roque Aparecido da Silva⁶ e José Ibrahim⁷, antigos trabalhadores da Cobrasma que militaram no movimento secundarista e participaram do mesmo grupo de guerrilha, a Vanguarda Popular Revolucionária, liderada pelo capitão do quartel de Quitaúna,

5 - "Comunidade de destino é o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, dando-lhe princípios que orientam atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária." (MEIHY, 2005, p. 72).

6 - Roque Aparecido da Silva era membro da "Comissão dos 10" na Cobrasma e estudante secundarista do Escola Estadual Ceneart. Foi representante dos estudantes no Gabinete do prefeito Guaçu Piferi até 1968. Foi também militante da VPR e, por isso, preso, torturado e exilado. Fugiu também das ditaduras chilena e argentina até encontrar asilo na Europa. Atualmente, mora na Bahia, onde trabalha na produção de um filme sobre o operário-estudante José Campos Barreto, seu amigo e companheiro de guerrilha, morto com o capitão Carlos Lamarca. Realizamos duas entrevistas em 2006, uma em seu escritório em Osasco e outra em minha casa. Como ele disse, "nasci numa data muito longe que já me esqueci". Imagino que tenha por volta dos 60 anos.

7 - José Ibrahim era o presidente do sindicato vitorioso nas eleições de 1967. Era estudante do Ceneart e atuou na Vanguarda Popular Revolucionária. Foi preso, torturado e trocado pelo embaixador americano sequestrado em 1969 pelas forças guerrilheiras. Ainda atua na área sindical e política. Ele nasceu em 1949. No ano de 2006, realizamos duas entrevistas, ambas em seu escritório político.

Carlos Lamarca⁸. Foram presos, torturados e exilados. Compactuam, portanto, de visões e fazem recortes semelhantes sobre possibilidades, erros e acertos em suas ações na década de 60.

Os ex-operários José Groff⁹ e Inácio Gurgel¹⁰ apesar de presos, não sofreram a tortura, nem o exílio, mas perderam o emprego e tiveram suas vidas modificadas.

Trazem, também, as marcas do sofrimento e apresentam outro olhar sobre os encaminhamentos políticos em 1968.

Alguns nós amarram esse coletivo: sua origem social sofrida, seu engajamento político nos anos 60, a perseguição e a crença ainda viva na transformação social, base de suas ações ainda hoje em partidos políticos, comunidades, igrejas e sindicatos.

O trabalho com história oral não lhe dá voz, mas ouvidos. E seus relatos, carregados de emoção pela posse da palavra, apresentam um direcionamento em comum, marcado por três momentos: o “antes”, quando suas vidas começavam a sofrer o impacto do arrocho salarial e da falta de liberdade; o momento das “mudanças essenciais” (a participação nos movimentos sociais) e o próprio tempo da narrativa, quando presentificam toda a história evocada, como afirma Meihy (2006, p. 162-164), articulando os diversos tempos, interpretando-os e projetando-os no futuro através de suas expectativas.

8 - O capitão Carlos Lamarca, depois de ascender no Exército, acabou por abandoná-lo, organizando a guerrilha, através da VPR, na região do Vale do Ribeira, até ser assassinado numa emboscada na Bahia.

9 - José Groff era o presidente da Comissão de Fábrica e atuava na Frente Nacional do Trabalho, ligada à Igreja. Foi preso três vezes e perdeu o emprego. Ainda hoje atua na FNT, ministrando aulas sobre política e religião para trabalhadores urbanos e rurais. Ao todo, realizamos três entrevistas entre 1998 e 2006. A primeira foi na sede da FNT; a segunda vez, na escola em que eu trabalhava; e a última, em minha casa. Ele nasceu em 1936.

10 - Inácio Gurgel participava da Juventude Operária Católica e ajudou a promover grupos de teatro juntamente com Roque e Ibrahim. Membro da Comissão de Fábrica, foi preso e demitido. Hoje trabalha na prefeitura de Osasco, faz teatro e participa de saraus onde apresenta seus poemas sobre a Greve de 1968. Ele nasceu em 1934. A entrevista foi realizada em 2006 na casa dele, junto à sua esposa, Terezinha.

O “antes”: marco inaugural da comunidade dos trabalhadores de Osasco

É comum nos diferentes relatos dos operários e estudantes a referência ao progresso econômico alcançado pelo País, sob o governo de João Goulart e, posteriormente, durante a Ditadura Militar. O Brasil mais industrializado é o cenário em que a consciência da existência de cada um como trabalhador começa a se formar. A sinalização desse crescimento, nas quatro narrativas é a presença de várias indústrias na cidade de Osasco, como a Cobrasma, a Cobraseixos, a Brow Boweri e a Lonaflex, o que permitiu acalentar e realizar o sonho de sua emancipação em relação à cidade de São Paulo, em 1962, com o movimento dos autonomistas.

As referências identitárias da comunidade de destino aparecem logo na lembrança desses colaboradores: todos eles estrangeiros em sua própria terra, vindos do interior ou do nordeste; buscando beneficiar-se do aparente progresso econômico do país que, segundo cada um deles, já vinha desde o governo de Juscelino Kubitschek, um governo definido na maior parte das falas, como paternalista, alimentando a imagem de que os frutos da riqueza seriam para todos os que a buscassem, principalmente na região sudeste.

Inácio Gurgel, operário da Cobrasma desde 1961, ao lembrar de sua chegada à cidade, emociona-se. Sentado à mesa de sua sala ao lado da esposa Terezinha, mistura lágrimas às palavras, e seu olhar é sempre dirigido à companheira, como em busca de consolo ou confirmação do drama vivido:

Eu lembro de chegar com o meu pai à cidade de Osasco. Meu pai tinha apenas vinte centavos no bolso e a gente chorava. Conheci a Terezinha no cortiço, quando ela vinha vender banana para o meu pai, que comprava duas dúzias do pai dela todos os dias, quando a nossa vida já estava melhor. Eu cantava no circo e entrei na Cobrasma para melhorar minha vida.

As referências à busca por uma vida melhor aparecem em todos os depoimentos, pois os quatro colaboradores vieram de outras

idades e são de origem camponesa. O início da Ditadura Militar revelava a contradição entre progresso econômico e político-social. O arrocho salarial, as intervenções nos sindicatos e a repressão às organizações sindicais e estudantis aparecem nas falas como desafios a serem enfrentados em suas vidas pessoais, entrelaçadas e marcadas por um cenário de lutas e de resistência emergentes no mundo todo.

Roque Aparecido da Silva, vindo do Paraná para melhorar sua vida, teve a oportunidade de não apenas trabalhar, mas estudar numa escola secundarista central da cidade de Osasco, conhecida sob a sigla CENEART (Colégio e Escola Normal Estadual Antônio Rápido Tavares), que logo se tornaria um território de quadros intelectuais. Em sua narrativa fica claro o impacto dos movimentos sociais no Brasil e no mundo para a formação intelectual e política daqueles trabalhadores que romperam com a submissão à Ditadura Militar:

A década de 60, que foi uma década muito particular na história recente, não só do Brasil, mas me parece que todo o mundo, na medida em que nos anos 60 houve uma ascensão muito grande dos movimentos sociais, movimentos sindicais e revolucionários. Revolução Cultural na China, passando pelo meio francês, pelo outono quente na Itália, pelas revoltas da Tchecoslováquia, Polônia... no mundo tanto capitalista quanto socialista... Na América Latina de certa forma ainda o impacto da Revolução Cubana, greves gerais no Chile e no Brasil, além da greve de Osasco e Contagem de 68, a Passeata dos Cem mil na Guanabara. Uma experiência de organização que nós tivemos antes da greve muito importante. Sem dúvida, podemos dizer que depois dos anos 30 foi a experiência mais importante, uma organização que o movimento sindical brasileiro viveu.

No silêncio opressor, a construção da resistência silenciosa

O pertencimento do grupo é afetivo, não apenas físico. Não é apenas a convivência no terreno da fábrica, do sindicato ou da escola que torna suas histórias comuns, mas a experiência de constru-

ção coletiva dos espaços de luta num contexto de censura, perseguição e empobrecimento. Há uma rede, uma cadeia de pertencimento que mantém viva a memória; uma continuidade, como afirma Pierre Nora (1993 p. 7-28), uma relação forte que os fazem ser o que ele chama de um “grupo-comunidade”, autores das mudanças necessárias.

A organização tem um início fundador para estes operários que, ao narrarem suas ações, significam-se – ao contrário do que a Ditadura queria – como precursores das transformações que viriam no futuro, como fica claro na narrativa de Inácio Gurgel:

A luta começou em Contagem primeiro, apesar de que quando começou Contagem, já existia a Comunidade de Base aqui. O trabalho já estava sendo feito por aqui também. Mas o grande início da luta operária aqui em Osasco foram os grupos do Ibrahim, do Roque, do Espinosa... parte muito forte desse processo. Não foi no ABCD, em 1978, não, conforme falam aí... Começou foi em Contagem e Osasco mesmo. Pode crer, não tenha dúvida. Aqui foi o forte, apesar de muita gente não valorizar essa questão.

A memória é a vida, carregada por grupos vivos e está em constante transformação, pela dialética da lembrança e do esquecimento. É afetiva, múltipla e desacelerada, enraíza-se no objeto, no espaço, no gesto, e isso se faz notar na riqueza de detalhes com que cada colaborador refaz os eventos.

O detalhamento é maior quanto mais cada um se aproxima de situações significativas, principalmente a criação da Comissão de Fábrica como um canal de representatividade dos trabalhadores na fábrica da Cobrasma, e o episódio do 1º de maio, marcos das “mudanças significativas” na correlação de forças daquele momento.

Mesmo não estando presentes no momento de criação da “Comissão dos 10” na Cobrasma, em 1962, ou mesmo na manifestação na Praça da Sé no dia 1º de maio de 1968¹¹, os operários já incorpora-

11 - A manifestação de 1º de maio, na Praça da Sé, foi um momento decisivo para que os operários decidissem pela greve em julho de 1968.

ram esses fatos à sua memória, como feitos extraordinários, fruto de uma união de diferentes setores, como motivo para o relato permeado por palavras emocionadas. E aqui o testemunho sofre uma mudança, no sentido em que já não é mais sinônimo de “estar lá”, presenciar o fato, mas de ouvir, contagiar-se e transformar em seu o feito do outro.

Ao narrarem, não revivem mas reconstroem a história vivenciada coletivamente através da linguagem. E, ao apoderarem-se da linguagem e significarem a criação da Comissão de Fábrica da Cobrasma e a luta operária como algo “maravilhoso”, “uma coisa extraordinária”, ou ainda, como “desligar uma lâmpada”, tornam poderosa a história lembrada, mobilizam nosso olhar em sua performance teatral (oral e gestual) e emocionam o ouvinte.

Esse tempo do “início de mudança” aparece novamente, de forma “espetacular” na lembrança do 1º de maio, como se cada acontecimento significasse o sinal de uma vitória, de uma superação que estivesse por vir, um futuro transformador.

Roque Aparecido relembra de forma pausada, quase como em capítulos, entre uma reticência e outra, cada momento daquele dia, em 1968:

Houve o 1º de maio na Sé, onde há a primeira manifestação combativa do 1º de maio, depois de 64... Tinha aproximadamente 10 mil pessoas!... A gente tinha montado um esquema para garantir a tomada do palanque... Então tinha pelo menos 200 companheiros organizados em pequenos grupos, cada grupo com um coordenador, coordenando todo o esquema de segurança e de tomada do palanque... Joaquinção, Abreu Sodré, sobem no palanque... Houve um grito só: “Abaixo a Ditadura!”!! E a massa toda foi para cima do palanque e nesse momento houve certos imprevistos... O Sodré acabou tomando uma pedrada na testa!

José Groff também sorri, como vitorioso, ao narrar a história da manifestação:

Havia um grupo, que era o de Osasco, que questionava a ditadura. Nós também questionávamos a ditadura, porque o arrocho era muito forte. Quem nos animou também a participar da

greve foi o MIA¹². Outro fator que nos animou foi o 1º de maio na Praça da Sé... 100 mil pessoas... e o Abreu Sodré foi fazer demagogia e saiu de lá escorraçado!

A pedra que atingiu a cabeça do então governador de São Paulo, Abreu Sodré, é o centro das narrativas dos quatro operários. Jogada por um anônimo, mas assumida por todo o grupo como um feito coletivo de enfrentamento à autoridade presente, sem que tivesse sido convidada, produz o riso em todas as performances. O gesto da pedra sendo atirada aparece em quase todas elas, reconstruído, encenado, quase como um reviver daquele momento.

É a expressão que fala, que dá legitimidade e visibilidade às ações de um passado que se presentifica pelo gesto encenado, tradutor da alma do narrador, preocupado em mostrar a grandiosidade daquele momento. Mão, olhar e alma formam, nessas narrativas, aquilo que as palavras não podem expressar.

As fronteiras das redes na memória coletiva

Apesar de a memória coletiva ser o suporte do grupo, que se alimenta da lembrança de cada narrador, e de reconhecer e validar cada contribuição individual, pode-se perceber os limites e dissidências entre as falas dos trabalhadores José Groff/Inácio Gurgel e dos estudantes-operários José Ibrahim/Roque Aparecido da Silva.

Nas falas dos quatro narradores há a preocupação clara em demarcar suas diferenças e discordâncias. A memória coletiva não se traduz num discurso unificador e tem suas fronteiras. O grande desafio da comunidade de destino é manter a diferença de cada um sem romper a unidade do grupo.

José Groff, referência constante em todos os relatos como presidente da Comissão de Fábrica, faz questão, o tempo todo, de pontuar as características e os objetivos de seu grupo ligado à Igreja e

12 - O Movimento Intersindical Anti-Arrocho foi uma criação do sindicato de Osasco e da Frente Nacional do Trabalho. Pretendia iniciar a greve e estendê-la por todo Estado de São Paulo, passando pelo ABC e até a Baixada Santista, promovendo uma greve geral, através da união de todos os sindicatos contra a Ditadura.

à Frente Nacional do Trabalho, diferenciando-o do grupo de Roque e Ibrahim ligado à Vanguarda Popular Revolucionária (o chamado Grupo de Osasco):

Ao Grupo de Osasco nós nunca pertencemos, mas tínhamos um objetivo comum pela frente. Nesse objetivo a gente caminhava junto. Agora o jeito de levar esse trabalho, eles tinham um jeito e nós da FNT tínhamos outro, que era o da não violência ativa, de Gandhi: firme o tempo todo, e não valente de vez em quando.

Inácio Gurgel pontua sua formação religiosa, sua passagem pelos grupos de jovens na igreja, a relação com as organizações que entendiam a religião como uma forma de salvação pela ação não violenta (como a JOC), sua participação no teatro operário, assim como na Frente Nacional do Trabalho à qual pertencia também José Groff:

Um dia eu falei pro Roque: “vamos montar um teatro”, mas ele não sabia que nós éramos de grupos diferentes. Eu era da Congregação Mariana e depois passei para a Ação Católica Operária, que hoje é o MMTC (Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos). Tive uma passagem muito rápida pela JOC. O Roque e o Ibrahim tinham suas turmas. Foi aí que a gente começou a participar das Comunidades Eclesiais de Base. Isso foi muito forte na nossa vida. O Roque nunca gostou de orações; a oração dele é outra, válida. Muito diferente da minha, que é válida também. Enquanto as negociações aconteciam, o terço corria direto!

José Ibrahim, pertencente ao Grupo de Osasco e militante da Vanguarda Popular Revolucionária, também marca posição em relação aos seus companheiros de luta da FNT:

Havia dois grupos: o nosso, chamado de Esquerda de Osasco, cuja inspiração era a organização pela base, que se inspirava na experiência da comissão da Espanha, vinha lá de trás, dos soviets na época da Revolução Russa. Nós colocávamos que só a mobilização do local era capaz de mobilizar os trabalhadores contra a ditadura. E tinha o pessoal da FNT, que vinha da experiência da democracia cristã, que via a representatividade da comissão de fábrica como uma forma de disputar a liderança com os sindicatos, ligados ao PCB.

As redes se reconhecem, cada qual em seu lugar, com suas diferenças. Respeitam-se num pacto, numa coesão – que é a identidade como operários, enfrentadores de uma situação de opressão, excluídos dos benefícios, sonhadores de um mundo melhor, mas com suas fronteiras, seus limites e dissidências. A alusão aos seus modelos de liderança, Gandhi, Che Guevara ou *Soviets*, marcam suas posições.

O diálogo entre eles é acerca da validade de caminhos diferenciados: a luta dentro da fábrica ou na igreja, pacífico sem ser passivo, atuante mas não violento; e aquela levada ao extremo, pela luta armada. Um processo por etapas, gradual, iniciado na fábrica, em busca da democracia; ou um rompimento definitivo com o sistema vigente, pela força?

Há um reconhecimento conjunto de que todos faziam parte de um objetivo de libertação, de uma utopia de mundo melhor. E é esta luta contra a opressão que determina o argumento coletivo que os une, mas há também a demarcação dos diferentes caminhos e concepções utópicas a realizar:

Eu fui convidado pra ir pra guerrilha, mas não quis ir, não. Eu acho que a guerrilha estava aqui mesmo: maior e melhor guerrilha do que lutar por um pedaço de pão não existe. É a guerrilha do bem. Mas eles não deixaram de ser nossos amigos, não. Nós ganhamos as eleições e mais uma série de requisitos: refeitório, prêmio de produção na Cobrasma, eleições, movimento unificado... Tudo isso porque nós aderimos à FNT, e esses grupos do Roque e do Ibrahim se uniram, fizemos uma composição, chapa verde. “Avante, companheiro! Chapa verde, uma árvore com folhas verdes indica que haverá bons frutos.”. Essa era a nossa chamada aos operários. Nós nos unimos, a turma do Roque, Barreto, junto com a Ação Operária, a FNT, o Groff e a Comissão dos 10. (Inácio Gurgel).

As narrativas são perpassadas por um forte conteúdo utópico: a crença de que, de uma forma ou de outra, seria – e será – possível a mudança. A história parece ter lugar certo, finalidade certa e objetiva para cada rede, mas traçada por cada um dos narradores a partir da vivência e dos problemas experimentados em sua vida específica.

Nos relatos, felicidade, vitória e otimismo são palavras constantes. A guerrilha, a greve, a Igreja, a reza, o sindicato, enfim, aparecem como vias diferentes para a superação do sofrimento. “A utopia política coloca o ideal sonhado na esfera das possibilidades humanas, faz dele algo por que se luta. E ainda que a luta seja incapaz de fazê-lo real, ela contribui para a destruição da ordem vigente pela negação da qual toda utopia nasce.” (SZACKI, 1972, p. 102).

A utopia tornou-se uma prática na história de vida desses narradores, quase que sacralizando a luta política em suas lembranças, colocando-se a possibilidade de mudança naquele momento de opressão. A irreversibilidade da história fica clara nas narrativas, no passado e, provavelmente, no futuro próximo:

Coragem a gente tinha, consciência da coisa a gente também tinha, mas você sabe que o ser humano... Do dia 15 para o dia 16 de julho eu não dormi. Você está dentro de uma ditadura militar, regime de exceção, parar para ocupar a fábrica, as conseqüências viriam... Nós tínhamos consciência disso, plenamente. Naquela altura não tinha mais como parar. Era irreversível, não tinha mais jeito. A Comissão de fábrica, o povo acreditava na gente. Tanto é verdade que nas eleições da chapa verde nós tivemos 98% dos votos da Cobrasma. Nunca aconteceu isso numa fábrica. Nós precisávamos dar uma resposta a esse povo. Viesse que viesse, e foi feito. (José Groff).

Eu acreditava que a luta armada era o caminho, acreditava que estavam esgotados os caminhos da luta legal, democrática, ocupar espaços. Fomos eleitos numa postura contra a ditadura, contra a repressão, contra o arrocho salarial, pela liberdade sindical, pelos direitos de greve e pelas organizações pela base através das comissões de fábrica. Isso aí estava dentro de uma visão política de que a ditadura estava fraca, de que eles não estavam encontrando saída. A Revolução estava próxima, a gente ia vencer. (José Ibrahim).

A utopia, portanto, oferece a eles os valores pelos quais foi válido se sacrificar. A dor e o sofrimento são um preço pago, previsto e validado pelos narradores:

Foi uma geração que se entregou por inteiro a uma causa, e que era uma causa que tinha como inspiração a liberdade, uma

causa libertária, uma causa de justiça, de igualdade, de fraternidade, de carinho. Para realizar esse sonho, não importava que sacrifícios fossem necessários. (Roque Aparecido).

O fato de serem jovens reforça nos relatos, mais uma vez, a idéia de que algo grandioso, a revolução, seria inaugurada pela juventude sacrificada pelo seu desprendimento e idealismo, sua utopia de mudança, e de que os operários tomaram a história em suas mãos, sentindo-se parte das mudanças que se seguiram depois. Nossos colaboradores não se apresentam, nem se sentem meros objetos das autoridades e de “grandes nomes”, mas sujeitos atuantes, ou combatentes, quase como escolhidos pela história. Isso lhes dá orgulho e lhes alimenta a vida hoje:

Hoje a gente revê um monte de coisas e depois também havia vários ventos que influenciavam a cabeça da gente: a Revolução Cubana, Che Guevara... Regis Debray na época... influenciou toda uma geração. Eu acho que a esquerda que entrou pra luta armada só foi começar a fazer uma visão crítica só no final, quando estava totalmente isolada, derrotada. E uma boa parte só fez essa avaliação no exílio, outra parte na cadeia, mas no período dos anos de chumbo, era consequência de luta morrer no enfrentamento, morrer na tortura. (José Ibrahim).

A história como fatalidade está presente nas narrativas. A morte seria apenas um fato já previsto, necessário à revolução, assim como fala o próprio Ibrahim. Parte natural do processo histórico, o sacrifício não poderia ser evitado. Essa idéia está presente nas diferentes narrativas, políticas ou míticas, mesmo daqueles que não participaram da luta armada:

Entraram com a cavalaria batendo em todo mundo, terrível, todo mundo tinha que sair com a mão na cabeça. Aí virou uma praça de guerra e eu, na qualidade de presidente da comissão de fábrica, não podia sair de jeito nenhum. Falei: eu não saio daqui, só se me tirarem!... Aí eu saí. Quando foi duas horas da manhã me pegaram, levaram pro Dops. Aí foi preso o pessoal mais visado, principalmente o pessoal da comissão. Isso para mim cresceu demais! Eu pensava... o meu grande medo! Medo todo mundo tem e se eu não agüentar, de repente eu vou... Pelo contrário, gente! Eu saí com uma força, que isso não podia ficar de graça não, gente! Tenho que continuar a minha

luta com muito mais força, com muito mais coragem! Nós que somos cristãos, achamos que não há ressurreição sem cruz. (José Groff).

A narrativa emocionada do ex-estudante e militante da VPR, Roque Aparecido da Silva, parece sintetizar esse sentimento coletivo de luta ao falar da morte de seu irmão de 18 anos, torturado no DOPS:

Em momento algum eu pensei em desistir. Já em 67, quando eu falava da morte do Guevara e da necessidade de continuar essa luta, claro que foi mais forte quando meu irmão... Ele foi preso ferido e depois de muitos dias sendo torturado... enfim... morreu nas torturas... Claro que esse momento foi o mais doloroso daquela vida, mas no meu interior, isso dava mais garra, mais força para continuar aquela luta, resgatar aquela memória, vingar aquela morte, mas para realizar o sonho que levou àquela morte e [...] um sentimento de que se o meu irmão tinha tido força, a dignidade de dar a vida por uma causa, essa causa adquiria ainda um valor maior, exigia de cada um de nós uma dedicação ainda maior para que ela fosse alcançada [...]. Claro, foram momentos difíceis, não só pra mim. Lá no presídio, a cada momento que morria um companheiro – e foram vários que morreram naquela batalha, que morreram em enfrentamentos com a repressão, morreram na tortura – aquele que tinha uma proximidade maior com quem tinha morrido, a dor era mais profunda, mas essa dor existia a cada momento desses para todos nós... Eu não sei exatamente o sentimento de cada um, mas pelo que dava para perceber, isso que eu estou falando em relação aos meus sentimentos, era mais ou menos geral entre todos nós que estávamos vivendo aquela situação.

O futuro: o passado não concluído, a espera do presente

Através das diferentes falas, revelam-se novos sujeitos de um novo passado, invisíveis à história oficial, e seus relatos de vida são capazes de mostrar não apenas curiosidades, exceções à regra, mas práticas que confirmam ou fogem das ideologias, das teorias prontas. Há princípios de rebeldia e de conservação de identidades para além da hegemonia de um período, embora também, em certa medida, sejam frutos deles.

Passado e presente se confundem, quando começam a apontar para os erros e acertos daquela experiência e como a busca de algo transformador ainda continua a fazer parte de suas angústias como homens. Continuam a não se resignar a uma existência sem sentido, nem são capazes de permanecer congelados diante do processo histórico.

Em seus discursos, retomam suas semelhanças e pontuam suas diferenças para dizer sobre o que foi perdido e o que há, ainda a construir em busca da realização humana. O limite entre os grupos é apresentado, em parte, como um dos motivos da derrota greve, que se seguiu a julho de 1968, com prisões e mortes de alguns de seus participantes. Divididos entre o que deveria ter sido o objetivo e o significado do movimento: uma revolução, com significado político de enfrentamento? Ou uma greve por direitos, pela melhoria na vida da classe trabalhadora, atravessada por interesses externos dos estudantes?

A história jamais pode ser totalmente captada num discurso, nem todas as posições podem ser percorridas, pois nenhum relato pode apreender a experiência em sua totalidade. Qualquer uma das falas pode ser interpretada, como uma postura diante do outro, uma escolha, uma atitude para tentar se qualificar, e ao seu grupo, e justificar a continuidade da luta em busca de um futuro diferente.

Nos relatos, passado e presente perdem os limites e parecem ser partes de um *continuum*, de algo que não se realizou. Há uma dimensão benjaminiana de passado e presente: se até então o relato se preocupava em apresentar o passado voltado ao futuro (que é o presente), agora o presente volta-se para o passado num compromisso de realizar aquilo que ainda não se concretizou. Um novo futuro é possível, ainda:

Quando nós estávamos presos no presídio Tiradentes, em celas coletivas, cada cela era um grupo de estudo, para aprofundar nossas estratégias e também se inicia um processo de autocrítica dos erros e de própria visão de vanguarda que a gente tinha para o desenvolvimento da luta armada, da guerrilha. E isso a gente vai sistematizando. Não existe aquela linha reta que a gente via naquele momento. Então estamos aqui e nosso sonho, é só darmos esses passos e realizaremos ali.

Hoje a gente percebe que o caminho é muito mais cheio de curvas, muito mais longo e implica num trabalho de revolucionar a consciência, transformar consciência, superar uma cultura política de que o pobre não tem direitos, depende de favores, o clientelismo dos desfavorecidos. Trabalho de uma consciência de cidadania, de direito à vida digna, aí podemos avançar aqueles sonhos de 67 e 68. O sonho não ficou lá atrás, o sonho acompanhou e vive até hoje; o sonho é o mesmo. Não ficou lá atrás, em nenhum momento! Vem se atualizando, buscando se realizar! (Roque Aparecido da Silva).

Como nós perdemos, perdemos, mas eu não posso dizer “me arrependo de ter entrado na guerra”. Aí não! Agora em compensação é uma referência histórica de todo movimento até hoje. Agora, mesmo depois de nós, eu acho que nunca teve uma diretoria pelega. Hoje, ela vai ter que fazer alguma coisa, vai ter que lutar, reivindicar, conseguir alguma coisa para os trabalhadores. Senão periga ir em porta de fábrica e apanhar. O pessoal chama o nego à responsabilidade. Eu acho que isso aí é um pouco herança. É herança. Tem várias comissões de fábrica funcionando em Osasco, independente de sindicato. Na cadeia a gente discutia muita coisa na prisão, mas não no sentido de renunciar. Foi um período mais... “onde nós erramos? Onde vamos consertar?”. A crítica ao vanguardismo, a crítica a um certo espírito de aventura de muita gente, sem acumulação de forças. Mas acho que a reflexão maior foi no exílio. Do ponto de vista pessoal, é uma coisa muito forte, emocionante, que continua... (José Ibrahim).

E apesar das diferenças, cada colaborador retoma a crença na força do grupo, na importância de manter a coesão, apesar das divergências passadas e presentes. Os sonhos de fazer justiça e buscar a igualdade por novas vias permanecem, pois os problemas continuam, apesar do tempo. E a história, para a comunidade afetiva, mostrou que houve vitórias inegáveis:

Nós somos parceiros no discurso anticapitalismo. Acho que o socialismo é o regime, não o socialismo real, também de concentração, mas um socialismo de igualdade. O homem no mundo tem que ser igual. A desigualdade bruta que está aí, não dá para aceitar. Estou ainda à disposição da justiça, da igualdade e da certeza de que tudo que fizemos está certo. Talvez a metodologia não fosse coerente como deveria ser, mas o

objetivo está aí pela frente. Primeira coisa, você tem que ter plena consciência do objetivo que se quer atingir, que na tua consciência diz que esse é o caminho. Isto te dá força, te dá coragem. E a segunda, é você ter aquela presença de espírito. Não adianta ter coragem absoluta... O objetivo quando é maior que o medo você supera. Você tem que riscar do dicionário o medo, embora você vá senti-lo. O objetivo é tão forte que supera o medo. Osasco ficou marcado como um local de luta, um pólo que realmente marcou pelas suas lutas operárias. Essa greve de 68 faz parte da história da luta operária, não só de Osasco, como do Brasil. O movimento de 68 é citado no mundo todo como uma das tentativas de liberalização que houve nessa época. A gente vê que nunca, depois de 68, nunca mais o sindicalismo teve atitudes paternalistas e conciliadoras que tinha antes. (José Groff).

Valeu a pena para que vocês tenham a liberdade que vocês têm. Eu tinha muitos sonhos, mas a dor me libertou. E a história vai mostrar que nós todos tínhamos razão. (Inácio Gurgel).

Como afirma Halbwachs¹³, a memória coletiva é um conjunto de emoções, sentimentos, sempre evocados para manter a identidade do grupo, viva. Existe enquanto o grupo subsiste, busca nela elementos de sua própria singularidade e individualidade. Ao se posicionarem em diálogo com o ouvinte, estão dialogando também entre si, reavivando a experiência, sem revivê-la, mas validando-a, a partir de novas reflexões sobre si mesmos. Cada uso da palavra pelos narradores é um vestígio de algo que está além deles – a vida – é um sintoma, da esperança que parece permanecer na memória e no viver.

A dor vivenciada pelos operários, então, fez progredir a esperança e não a culpa ligada a erros. O trauma e os danos necessários ao crescimento na busca pela liberdade não são lembrados pelo grupo como algo que deva ser esquecido. Pelo contrário, deve ser celebrado. Houve ganhos e eles valeram a pena. Coisas boas podem nascer da experiência partilhada, apesar e além da dor humana.

13 - "A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém." (HALBWACHS, 2006, p. 102).

A utopia é uma das possibilidades em torno do qual se projetam preocupações ideológicas e visões de mundo de um grupo. O sonho de romper com o que está estabelecido e começar de novo. O sonho da felicidade, da justiça e da igualdade permanece para esse grupo, já que a liberdade já foi, em parte, conquistada. Como afirma Jejr Szacky (1972), mesmo diante do fracasso, o utópico enxerga a possibilidade de começar de novo, negar o absoluto e entender a utopia como um caminho descontínuo e não linear.

Cada um deles narra ensinando, como afirma Benjamin, mantendo o passado presentificado em seu discurso. O futuro é o planejamento, horizonte, expectativa, o que ainda não é, mas o que é proposto nas partes finais das narrativas. Dizem como as coisas devem ser, na flexão da linguagem incorporada num novo espaço de experiência. Não falam apenas do que está petrificado, mas do que pode acontecer, do que está em constituição ou deveria estar: a “sociedade alternativa”, o “fazer diferente”, a busca “da igualdade e da justiça”.

A história realiza-se em movimentos que, a princípio, poderiam ser diferentes, ou seja, a concepção benjaminiana de tempo perdido não se encontra no passado, mas no futuro, isto é, nos sonhos, nos desejos, nas aspirações do não realizado, daquilo que não chegou a se concretizar, mas que ainda se encontra voltado para o porvir, como uma utopia retrospectiva.

O operário Inácio Gurgel, mais uma vez, reforça as falas de seus companheiros sobre continuidade, esperança, herança e busca de um mundo melhor, ainda a conquistar. É que teve seu marco na experiência vivenciada por eles, e que continua a fazer parte da celebração da vida:

Esse assunto virou história. Virando história, virou vida e nós não podemos esquecer a vida. Lembrar dos casos de nossas vidas. Se não fosse tudo isso, talvez nós não estivéssemos aqui hoje para celebrarmos a vida!

A possibilidade de dialogar com esses homens me permitiu perceber, encantada, que eles recusam o esquecimento, marcam posição, aceitam suas marcas visíveis e invisíveis. Entendem que o silêncio que lhes foi imposto, só lhes tomou a fala momentanea-

mente; só lhes roubou a palavra provisoriamente.

Vivem ainda a utopia de que, ao retomarem o direito à palavra, há muito o que dizer: o passado recente, revisitado, é espera de futuro. Utopia a ser realizada, projetada em suas narrativas.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Edusp, 1983.
- COUTO, Ari Marcelo M. **Greve na Cobrasma**: uma história de luta e resistência. São Paulo: Annablume, 2003.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memórias: leituras de Maurice Halbwachs e Pierre Nora. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 25/26, p. 97-104, 1993. Memória, História, Historiografia.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Augusto e Lea**: um caso de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MIRANDA, Orlando Pinto de. **Sindicato e classe operária**: história dos sindicatos dos metalúrgicos de Osasco. Tese (Livre Docência em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral: caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 25/26, p. 55-66, 1993. Memória, História, Historiografia.

_____. **História Oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SZACKY, Jerzi. **As utopias ou a felicidade imaginada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.



Provocações





Uma proposta não prosaica de apresentação de narrativas orais

Maria Carolina Casati Digiampietri

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de transcrição de narrativas orais que enfatiza os traços da oralidade presentes nesse tipo de narrativa. As entrevistas de história de vida resultam em narrativas que foram construídas com base na interação entre pesquisador e colaborador. Por se tratar de narrativas orais, as entrevistas de história oral possuem características específicas desse gênero que não podem ser ignoradas no momento da transcrição dos dados. O modelo proposto neste trabalho é icônico uma vez que pretende evidenciar a multiplicidade de vozes e fenômenos que ocorrem na experiência da entrevista e são refletidos na narrativa, dando destaque ao ritmo e à fraseologia da fala. Para o desenvolvimento deste modelo de transcrição de narrativas orais foram utilizadas as propostas de Chafe (1994) acerca das unidades entoacionais e as de Gee (1989) sobre a estrutura narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: narrativas orais; transcrição; história de vida; entrevista; história oral.

ABSTRACT: The objective of this article is to present a proposal of oral narratives transcription that emphasizes the oral features that this kind of narratives has. The oral history interviews present narratives that were build because based on the interaction between researcher and interviewee. These narratives are oral ones and

because of this, the oral history interviews have some characteristics that are particular to this genre. These characteristics can not be ignored when we transcribe this type of data. The model that is propose here is iconic since intends to emphasize the variety of voices and phenomena that occur during the interview. These phenomena reflected in the narrative and emphasize the rhythm of the speech. In order to develop this model, it were used proposes of Chafe (1994) about intonation units and the studies of Gee (1989) about the narrative structure.

KEYWORDS: oral narratives; transcription; life story; interview; oral history.

Introdução

De acordo com Portelli (1997), em teoria (e na prática), a história oral pode investigar qualquer coisa. Em termos epistemológicos, no entanto, na essência da história oral ainda reside um foco profundamente temático, que a distingue das demais abordagens de disciplinas que também se baseiam na entrevista e no trabalho de campo. A diferença está no fato de a história oral combinar, na forma narrativa, por um lado, biografia e história, por outro, transformações individuais e seus reflexos sociais. Portelli chama de contação de histórias a narrativa que surge de entrevistas da história oral. Para o autor, a contação de histórias é um subtipo das narrativas de contação de estórias que se distingue deste devido ao seu alcance narrativo mais amplo e à sua formação dialógica. De acordo com Portelli, as principais diferenças entre a contação de histórias e a contação de estórias são as seguintes:

Na contação de histórias, o entrevistador, geralmente, não faz parte do círculo social do entrevistado. Por isso, observa-se que, ao longo da entrevista, desenvolve-se um jogo de negociação entre os participantes da entrevista: o pesquisador tenta aprender a história do entrevistado e este, por sua vez, procura descobrir quem é o entrevistador e como deve lidar com ele.

O entrevistador, na contação de histórias, é um interlocutor especialmente interessado no que o entrevistado tem a dizer e demonstra seu interesse formulando perguntas que são muito mais diretas do que aquelas feitas pela audiência da tradicional contação de estórias. Com frequência, o entrevistador faz perguntas inesperadas, encoraja o entrevistado a explorar certas passagens e a explicitar outras que, normalmente, não seriam contadas se o entrevistado estivesse com membros de sua comunidade. De fato, um bom entrevistador facilita as estratégias e a agenda do entrevistado e um bom entrevistado, por sua vez, sutilmente molda a história de acordo com o entrevistador que o questiona.

A contação de estórias lida com a memória direta e, geralmente, é um exercício individual. A contação de histórias, por sua vez, sendo um esforço cooperativo entre vários narradores ou entre eles e um entrevistador, é uma tentativa de reconstrução da memória. Dessa forma, na situação de contação de histórias

PROVOCAÇÕES

os participantes que estão na audiência procuram estimular a memória do narrador principal (com frases como Conte sobre aquele dia que você...) ou tomando a palavra eles mesmos para conseguir reconstruir de maneira mais precisa a memória do grupo. Além disso, enquanto a contação de estórias apresenta um fim em si mesma, a contação de histórias resulta na produção de um artefato: uma gravação ou, até mesmo, um texto escrito. (PORTELLI, 1997, p. 24-25).

Portelli (1997, p. 27) argumenta ainda que a contação de histórias pode ser de três tipos. Ele descreve cada um dos tipos em termos de ponto de vista e referentes sociais e espaciais:

Tipo de contação de história	Tipo de contação de história	Referente espacial	Ponto de vista
Institucional	Política e ideologias; governo, partidos, uniões, eleições	A nação, o Estado	Terceira pessoa, impessoal
Popular	A comunidade, a vizinhança, o trabalho; greves, catástrofes naturais, rituais; participação coletiva a nível institucional	A cidade, a vizinhança, o local de trabalho	Primeira pessoa do plural
Pessoal	Vida privada e familiar; o ciclo da vida: nascimentos, casamentos, empregos, crianças, mortes; envolvimento pessoal nos dois outros níveis (institucional e popular)	O lar	Primeira pessoa do singular

Além das apontas por Portelli (1997), as entrevistas de história oral possuem outra característica fundamental: elas produzem narrativas orais que podem ser entendidas como sequências de eventos que organizam e ajudam os narradores a entender e atribuir significados a sua experiência. Essas narrativas emergem e têm seu significado no momento da interação entre os falantes. Por isso, é importante que, antes da apresentação do modelo, se discuta as principais características da narrativa oral.

Narrativas orais

A capacidade de narrar remonta à pré-história. Ela faz parte das habilidades que fizeram emergir o homem 'cognitivamente moderno' (TURNER, 2003). Muito antes da invenção da escrita, as histórias já existiam e eram contadas e recontadas para não caírem no esquecimento e desaparecerem das suas comunidades de origem. Para que esse armazenamento fosse possível, a retenção e a "recuperação" do conhecimento e das histórias de culturas orais demandava que esses conteúdos fossem estruturados de maneira poética. Alguns dos procedimentos usados à época podem nos parecer estranhos, mas são usados até hoje. Entre esses procedimentos podemos destacar o uso de fórmulas, repetições e enredos (ONG, 2006, p. 141).

Como não possuíam o recurso da escrita, os indivíduos de culturas orais precisavam pensar por meio de padrões mnemônicos que os ajudavam a recuperar idéias e histórias. Para que essa recuperação fosse efetiva, o pensamento deveria ter formulações altamente rítmicas e apresentar muitas repetições, aliterações, assonâncias, expressões formulaicas e blocos temáticos. As narrativas eram, portanto, construídas como se fossem poesias. Observa-se que esse tipo de recurso até pode ser encontrado em textos escritos, mas em culturas orais eles são abundantes.

Como mencionado, antes da invenção da escrita, as culturas já transmitiam seus conhecimentos e, até hoje, sociedades ágrafas e letradas também o fazem por meio da língua oral. De acordo com Ong, no entanto, existe uma diferença entre culturas que nunca tiveram contato com a escrita e culturas, como a nossa, nas quais a oralidade convive há muito tempo com a escrita. Nessas últimas, embora a escrita possa imitar as formas da oralidade, ela também desenvolve formas e gêneros próprios ao meio, e essas formas passam a ser imitadas pela oralidade. A fim de apresentar uma situação anterior à escrita, em que a oralidade ainda não sofreu sua influência, Ong reconstrói as características do que ele chama de 'oralidade primária' (ONG, 2006).

As características da língua oral

A oralidade que observamos nas narrativas de histórias de vida provenientes de entrevistas de história oral não é fruto de uma oralidade primária, porque a grande parte dos colaboradores é letrada¹, e mesmo às que não o são vivem numa cultura letrada. No entanto, é instrutivo observar as características de uma oralidade primária, para podermos observar os muitos traços da oralidade que perduram até hoje no nosso dia-a-dia. Segundo Ong (2006), as principais características do discurso oral são:

Aditivo. Por ter acesso aos diversos contextos que auxiliam no entendimento, o discurso oral não apresenta sentenças elaboradas e que seguem à risca regras gramaticais da escrita. O texto escrito, por não ter acesso aos contextos de produção, depende da estrutura lingüística para ser compreendido.

Agregativo. A língua oral tende a usar expressões compostas por epítetos e fórmulas. Expressões como “princesa” e “soldado” se tornam “linda princesa” e “bravo soldado”, por exemplo. Observa-se que, uma vez cristalizada, uma expressão formulaica não é modificada pelos falantes. Essas fórmulas são criadas porque, sem o sistema da escrita, a quebra de um pensamento torna-se um procedimento de alto risco, visto que é mais difícil retomá-lo (ONG, 2006, p. 39).

Redundante. O pensamento demanda uma certa continuidade. Na escrita, essa “linha” de raciocínio se estabelece fora da mente (na superfície em que o texto está sendo escrito, e.g. papel, tela, areia, etc.). Se ao realizarmos uma leitura, nos perdermos no meio do texto, é possível voltar algumas frases e continuar o raciocínio (e a leitura). No discurso oral isso é mais complicado: uma vez proferida, a palavra não tem volta. Recursos como a repetição do que já foi dito e redundância auxiliam falantes e interlocutores a não “se perderem” no discurso, pois fazem com que a mente tenha um tempo maior para processar as informações (ibid., p. 40).

Tradicional. Culturas ágrafas acreditavam que o conhecimento aprendido desapareceria no ar se não fosse repetido em voz

1 - Os estudos sobre a greve passam a ser realizados somente a partir do final da década de 80. Dentre eles, destacamos: Miranda (1987) e Couto (2003).

alta. Por isso, essas sociedades investiam muita energia na repetição contínua e quase exata daquilo que tinha sido aprendido e transmitido por gerações. Por ser precioso e difícil de ser adquirido, o conhecimento era, então, confiado aos cuidados dos sábios e anciãos dessas sociedades. Essa prática, em certa medida, inibia a experimentação intelectual, pois procurava manter (quase que de maneira exata) o que tinha sido falado, transmitido e aprendido².

Próxima ao cotidiano. Na ausência de categorias mais abstratas e elaboradas, que dependem da escrita para estruturar conhecimentos distantes das experiências vividas, culturas orais precisam conceitualizar e verbalizar todo seu conhecimento por meio de referências ao cotidiano, assimilando o mundo objetivo com o que a experiência de vida e a interação humanas têm de mais familiar (ibid., p. 42).

Tom combativo. Ao manter o conhecimento “envolto” no cotidiano, a oralidade também o situa em um contexto de luta e combate. Provérbios, charadas e adivinhações não são usados apenas para entreter e armazenar conhecimento, mas também para engajar os indivíduos em combates verbais e intelectuais. Jovens negros dos subúrbios dos EUA, Caribe e outras localidades, por exemplo, ainda hoje se enfrentam em batalhas orais nas quais o oponente tenta desfazer de seu adversário criticando severamente a mãe do “inimigo”. É claro que essas disputas não são brigas reais e sim formas de expressão artística para essas comunidades (ibid., p. 44).

Participativo e não distante do objeto. Nas sociedades orais, conhecer ou aprender algo significa ter uma identificação íntima com o objeto ou o evento a ser conhecido – o que faz com que o conhecedor desenvolva uma relação subjetiva com o conhecido. A escrita, por sua vez, separa o conhecido do conhecedor por meio da “ilusão” de objetividade, o que faz com que ambos tenham uma relação de distanciamento (ibid., p. 45).

Equilíbrio interno. Culturas orais vivem no tempo presente e mantêm o equilíbrio descartando memórias e lembranças que

2 - É importante ressaltar que, afirmar que essas práticas dificultavam a experimentação intelectual, é o mesmo que dizer que faltava originalidade a essas sociedades. De fato, essas culturas apresentavam muita criatividade. A novidade, porém, não residia na criação de novas narrativas e sim nas maneiras pelas quais essas narrativas eram contadas (e recontadas) a cada nova audiência (ONG, 2006, p. 41).

não possuem relevância no aqui e agora. Obviamente, essas culturas não possuem dicionários – que só foram criados com o advento da escrita – e não apresentam um profundo interesse por definições (ibid., p. 47).

Situacional. Todo pensamento conceitual é, em algum grau baseado em abstrações. Até mesmo conceitos mais “concretos” como “árvore” e “leão”, por exemplo, são abstrações das entidades as quais se referem. As culturas orais tendem a usar conceitos mais “concretos” – baseados na situação, no contexto imediato e nas experiências vividas – e pouco abstratos. O que torna esses conceitos mais ou menos abstratos nessas culturas são os usos que os falantes fazem deles e em quais contextos eles são utilizados (ibid., p. 49).

As diferenças entre língua oral e texto escrito

Dadas as características do discurso oral percebe-se que a língua oral difere da escrita em muitos pontos. O primeiro deles diz respeito ao prestígio que cada uma dessas modalidades possui. A tecnologia da escrita produziu textos estáveis que se tornaram objeto de estudo e resultaram na criação de gramáticas de línguas clássicas, dicionários de línguas vivas e toda uma tradição teórica baseada em línguas padronizadas pela literatura escrita. Ao longo desse processo, no qual formas escritas da língua se valorizaram, as formas linguísticas orais ganhavam e perdiam prestígio à medida que refletiam (ou não) o padrão escrito. Com o contato de antropólogos com línguas não escritas quase extintas de grupos indígenas norte-americanos no começo do século XX que começamos a observar o início de um processo de reavaliação (e reconsideração) das línguas orais (MCCLEARY, 2003).

Além de diferenças de prestígio, há outras características que distinguem a língua oral da língua escrita. Enquanto a língua oral é dialógica, baseada no contexto e dependente, em grande medida, da prosódia, a escrita é monológica e atemporal (não depende do contexto imediato).

Devido a essas diferenças, as narrativas orais não podem ser tratadas como textos escritos, sem que elas sofram uma grande transformação. É importante que o pesquisador, ao lidar com esse

gênero, leve em consideração as particularidades já mencionadas, especialmente no momento da transcrição dos dados. É importante que também se tenha em mente o fato de que as narrativas (transcritas) passaram por diferentes contextos de produção até que adquirissem a forma escrita que será analisada. Conversas, entrevistas, narrativas orais, transcrições e narrativas escritas representam, de fato, comportamentos linguísticos diferentes. Não podemos considerar nem a conversa nem a entrevista ocasiões “neutras” nas quais a língua compartilhada pelos interlocutores é usada para transferir conhecimentos (por exemplo, um relato pessoal). Uma conversa é um evento linguístico radicalmente diferente de uma entrevista e a diferença está na língua que é produzida nessas duas situações. O ponto em comum desses eventos é que ambos são ocasiões de negociação de identidades e exercícios de relações de poder. Entretanto, uma narrativa oral que surge de uma entrevista não é intercambiável pela “mesma” narrativa produzida fora deste contexto, em uma conversa, por exemplo (MCCLEARY, 2003).

A apresentação e análise de narrativas orais

No entanto, a apresentação das narrativas de histórias de vida não pode ser ‘ao vivo’. Para fins de desenvolvimento de projetos de pesquisa e análise acadêmica, essas histórias são ser apresentadas por escrito. Mas, como já foi discutido, os gêneros da escrita são distintos dos da oralidade, e uma conversão de uma narrativa oral em um texto típico da escrita demandaria uma perda das várias marcas da oralidade que servem justamente para a análise desses relatos. O que fazer?

A organização das narrativas em unidades entoacionais

Uma das formas de se apresentar uma narrativa oral conservando as características dessa modalidade e enfatizando a forma como ela foi estruturada oralmente, é identificar as formulações que o narrador desenvolveu para expressar o seu discurso. Essas formulações são o que Chafe (1994) chamou de unidade entoacionais (UEs).

Os interlocutores, ao interagir, procedem por meio da troca de turnos de fala. Quando observamos a fala individual (e.g. conversas, narrativas, palestras) é possível observar que o discurso se dá de forma intermitente, por meio de sucessivos agrupamentos de atividade verbal (CHAFE, 1994). Chafe se dedica ao estudo desses agrupamentos linguísticos, principalmente daqueles que podem ser delimitados pela prosódia. Segundo o autor, a intermitência da língua oral é fruto de uma necessidade biológica do ser humano: a necessidade de respirar. Essa necessidade não opera de maneira aleatória, mas sim em harmonia com os segmentos básicos do discurso, ou seja, com as UEs.

Ainda que o principal fator de delimitação das UEs sejam os contornos entoacionais coesivos, eles não são os únicos critérios que definem os limites dessas unidades. Também são levados em consideração a “presença ou a ausência de vocalização (pausa), mudanças na frequência fundamental (pitch), mudanças na duração (encurtamento ou alongamento das sílabas), mudanças na intensidade e mudanças na qualidade de voz de várias formas (CHAFE, 1994). Um último critério é apontado por Chafe: em função da natureza social da interação, as mudanças de turno também influenciam no tamanho das UEs.

As UEs refletem as restrições do processamento cognitivo. A representação de mundo que temos, toda essa gama de informações não nos está disponível como um todo durante toda a interação. A cada novo momento interativo, somente uma pequena parte dessa representação mental está ativa. Chafe chama esta parte ativa de informação de “consciência”.³ As UEs seriam, portanto, a manifestação linguística desse fenômeno psicológico.

Analisando as UEs, Chafe também observou que, graças às restrições do processamento cognitivo, elas possuem um número restrito de palavras, são formadas em sua maioria por orações simples ou constituintes menores e introduzem uma quantidade restrita de informação a cada unidade.

3 - Assim como ocorre em Leite (2008), o uso do termo “consciência” neste trabalho se refere exclusivamente à perspectiva de Chafe. As discussões sobre consciência na psicologia fogem do escopo do presente trabalho.

Gee (1989) se aproveita da teoria de Chafe (1994) e divide as narrativas com as quais trabalha em UEs. Para tal divisão, o autor procede da seguinte maneira: retirados as disfluências e os “erros” gramaticais da unidade, considera que o que resta é uma linha narrativa. Um grupo de linhas que tratem do mesmo tópico, segundo o autor, “constituem uma estrofe” (GEE, 1989, p. 296). Gee divide a narrativa até esta ficar em forma poética a fim de ressaltar os traços orais desses relatos⁴.

Proposta não prosaica de apresentação de narrativas

A proposta de apresentação de narrativas orais que faço neste trabalho procura privilegiar a dinâmica da fala e interferir o menos possível na estruturação original do narrador.

Este modelo de apresentação de narrativas orais busca ser icônico. Com ele, pretendo evidenciar a multiplicidade de vozes e fenômenos que ocorrem na experiência da entrevista e são refletidos na narração, na oralidade, dando destaque ao ritmo e à fraseologia da fala. É claro que nenhuma enunciação (por exemplo, uma na modalidade escrita, como no caso das entrevistas apresentadas aqui) é capaz de recriar outro momento enunciativo (as entrevistas em si). Minha intenção não é mostrar como tudo aconteceu realmente, visto que cada enunciação é um evento único; mas é a de preservar alguns traços da oralidade que são úteis para a análise dos relatos.

Este modelo foi desenvolvido durante a realização da minha pesquisa de mestrado (CASATI DIGIAMPIETRI, 2009). As entrevistas que compõe o corpus desse trabalho foram transcritas mantendo-se todos os elementos próprios da língua em uso, tais como pausas, hesitações, repetições e falsos começos. Também foram mantidas perguntas, reações do pesquisador e a ordem cronológica apresentada pelo entrevistado. Foram identificadas, dentro de cada narrativa, “histórias” (ou “grandes temas”) que estruturam o

4 - O modelo proposto por Gee serviu de base para o desenvolvimento da proposta de apresentação que faço neste trabalho.

relato (e norteiam o interlocutor e o leitor) (BELL, 1988: 101). Procurando sempre manter o ritmo da língua oral, no interior de cada história, a fala foi dividida em unidades entoacionais – UEs (CHAFE, 1994); as unidades entoacionais foram agrupadas em “estrofes” - grupos de UEs que tratam de um mesmo tema (GEE, 1989, p. 296)⁵. Abaixo, está um trecho de umas das narrativas apresentado de acordo com o modelo proposto:

Libras e trabalho

Eu conheço

Professor Alex.
 E ele começou a falar,
 um rapaz muito bonito,
 que me encantei logo por ele irisosl.
 E ele começou a falar.
 Eu olhei assim e falei assim: ‘Meu Deus, esse homem tá ficando louco,
 aonde que eu vou aprender a falar com as mãos?
 Não tem condições!’.
 Peguei e bati a porta
 e saí, chorando.

No trecho acima, a primeira linha, em itálico e negrito mostra o “tema” ou a “história” sobre a qual o narrador disserta em determinado trecho da entrevista⁶. O título dado para cada tema é dado pela pesquisadora (e pode ser verificado pelo leitor). A coluna da esquerda, em itálico, apresenta as perguntas, os comentários e as marcas não linguísticas (tais como choro, riso, suspiro) do entrevistador. A coluna da direita, traz a fala e as marcas não linguísticas (e.g. choro, suspiro, riso) do narrador. Cada quebra de linha do texto na fala do narrador representa uma UE e foi identificada por oitiva. As reticências (...) são usadas para identificar pausas na fala do narrador dentro ou na fronteira entre UEs.

5 - As entrevistas que compõe esse corpus foram realizadas seguindo os procedimentos propostos por Meihy (2005) e tratam das relações que se estabelecem entre mães ouvintes e crianças surdas.

6 - Por vezes, esses “temas” coincidem com as perguntas feitas pelo pesquisador, mas em outros casos dentro de uma mesma pergunta o narrador aborda vários “temas”, várias “histórias” diferentes.

Transcrever a entrevista da forma como realizada nesta pesquisa é fundamental para que certos aspectos linguísticos fiquem visíveis, como por exemplo quais informações estão sendo transmitidas em cada UE e de que maneira essa informação é veiculada (por meio da repetição de UEs, por exemplo).

As possibilidades do modelo proposto

De acordo com Norrick (2001) uma transcrição que reflete mais bem os traços da oralidade do que a prosa é fundamental para que se analise e compreenda a estrutura do texto oral. Interrupções, falas simultâneas, respostas, falsos começos, correções da própria fala, pausas e hesitações fazem com que a transcrição de uma narrativa oral seja menos linear e menos fluente do que textos cuidadosamente ordenados em sentenças e orações. Porém, são esses elementos que evidenciam o caráter intermitente da língua em uso, bem como a forma com que as informações estão sendo ativadas em cada momento da narrativa.

O modelo proposto neste artigo privilegia a organização dada pelo narrador à sua história, além de permitir observar a contribuição dos elementos orais para a estruturação das narrativas. São muitos os elementos que ficam evidentes em um modelo como este. Entre eles, destaco: interação pesquisador-entrevistado, repetições e refrões.

Interação pesquisador-entrevistado

O modelo proposto busca enfatizar a interação entre pesquisador e entrevistado e, dessa forma, apresentar as negociações existentes entre os dois participantes da situação particular da entrevista. Em uma das entrevistas do corpus formado em 2009, por exemplo, há um momento no qual uma das perguntas feitas pela pesquisadora não é respondida pela narradora D. Ângela:

Então a senhora faz curso?

Porque se você se você não aprende a língua de sinais como é que você vai poder ajudar... eles, né?
Olha, a Vanessa tá falando bem hoje.

E ela não deixa de não falar língua de sinais,
mesmo ela falando,
ela tá falando ali, tá escrevendo,
tá falando.

Por quê?

Ela acha que a língua de sinais é importante, porque um dia ela vai trabalhar, um dia ela vai pra um lugar, quem sabe trabalhar num lugar que tenha muita pessoa surda e ela pode passar pras pessoas, né.

Em outro momento da entrevista a pergunta é refeita e, dessa vez, D. Ângela responde. O modelo proposto permite que este tipo de negociação fique visível:

Eu só não entendi uma coisa, a senhora faz aula de língua de sinais ou não?

Não, eu não tô fazendo não, mas a mãe tá... a mãe tá vindo fazer.

Eu tô sempre, ponho na cabeça dela, mas eu falei pra Maria... pra Maria Silvia que se ela não... se ela não quiser vim, eu vou continuar vindo.

A senhora já fez aula de sinais?

Já, fiz muito tempo aqui.

Repetições

De acordo com Carter & McCarty (2004), as repetições são uma estratégia linguística fundamental de criação de sentido (p. 65). De fato, as repetições estão presentes em abundância em todas as narrativas desse corpus. Elas parecem ser um recurso linguístico de avaliação no sentido Laboviano: um recurso que enfatiza o sentido de uma formulação (LABOV, 1967). Observe os exemplos 1 a 5 abaixo, onde a mesma palavra é repetida. A repetição da mesma palavra é chamada, pela linguística textual, de “recorrência de termos” (KOCH, 1989, p. 51). Ela é uma característica da língua oral e da literatura. Trata-se de uma forma que parece ser universal nas línguas do mundo e que possui uma função quantificacional, uma vez que aumenta o efeito semântico da palavra. Nos exemplos

1, e 2, a palavra repetida também ocupa uma UE sozinha, destacando ainda mais a força da repetição.

Ex. 1

Por que você achava difícil?

Porque no começo eu não sabia nada, né?

Nada, nada, nada.

Então, achava difícil.

Agora já pronto, acho mais fácil agora.

É errado pensar que uma repetição de palavra é mera redundância, sem efeito semântico. No exemplo 1, a primeira ocorrência de 'nada' aparece embutida na sentença "no começo eu não sabia nada". Quando 'nada' é repetido pela primeira vez, numa UE própria, ela muda de estatuto. Agora a palavra se torna foco da atenção. A segunda e a terceira repetição acrescentam a persistência desse 'nada'. Esse não é um 'nada' negligenciável. É um 'nada' que se impõe, um 'nada' substancial, o que explica a dificuldade sentida pela narradora.

No exemplo, a repetição das palavras em UEs aparece como recheio de uma estrutura maior, de frases sintaticamente completas que formam uma unidade. A sequência começa com 'no começo', e termina com 'agora', criando uma pequena narrativa de contraste cuja força é dada pela resolução, no tempo, do conflito criado pela complicação de um 'nada' persistente. Esse encaixamento das UEs repetidas dentro de uma estrutura maior é comum, como se vê também no exemplo 2.

Ex. 2

E, foi isso, acho que foi o que mais marcou para mim.

Fiquei muito emocionada,

chorei, chorei, chorei, chorei muito!...

É, foi isso.

No exemplo 2, a moldura é feita por 'foi isso' no começo e no fim, e também pela repetição de 'muito': 'muito emocionada' no começo e 'chorei muito' no fim.

No exemplo 2, podemos observar, ainda, que a repetição tem uma função aspectual, visto que chorei é um verbo atético, isto é, representa algo aparentemente sem fim, continuado, que dura.

A formulação repetitiva típica da língua oral representa iconicamente essa duratividade, fazendo com que a própria língua de expressão se repita da mesma forma que o choro se repetia.

Ainda que paráfrases possam ser feitas a fim de manter o significado semântico das construções descritas acima, isto é, ainda que seja possível parafrasear “chorei, chorei, chorei” com uma expressão como “chorei demais”, apresentar as repetições na íntegra nos possibilita identificar a maneira pela qual a narradora formulou seu discurso. Isso é importante porque, apesar de a frase “chorei demais” ter o mesmo efeito semântico da formulação “chorei, chorei, chorei”, isso não garante que ela carregue a mesma força emotiva.

No exemplo três, vemos como a repetição da palavra é estruturada dentro de um crescendo de UEs cada vez mais longas, assim aumentando a sensação de quantidade:

Ex. 3

Dói?

Dói.

Dói muito...

dói, dói, dói pra caramba,

mas... é difícil, é, mas... um dia eu passo por cima de tudo isso.

O item Ex. 4 nos traz exemplos de repetição chamada recorrência estrutural (KOCH, 1989, p. 51), outra característica comum à oralidade e à poesia. A recorrência estrutural repete uma estrutura formal da sentença, podendo alternar palavras de peso semântico dentro da estrutura. No primeiro exemplo, 4, a estrutura é “só X”, onde X pode ser preenchida por um elemento diferente: um verbo no indicativo, um verbo no infinitivo, um proforma.

Ex. 4

É, logo que ela falou e a senhora... ‘Bom, realmente, ele é surdo’, passavam coisas pela sua cabeça...

Não passava nada, só comecei a chorar, só chorar, só isso, só chorei.

Mas, não passava nada não.

No momento eu só chorei só.

Cada UE que começa com “só...” desenvolve o tema do seu começo (“só comecei a chorar”), por meio de sucessivas intensificações e pelo encurtamento da UE (“só chorar, só isso”) até a sua síntese no pretérito, que inclui a narradora com sujeito do choro (“só chorei”). Essa sequência faz parte de uma sequência maior, e tem a função, no discurso, de exemplificar a afirmação que a introduz: “Não passava nada” e com a qual a narradora finaliza sua formulação: “Mas não passava nada não”. No fim, a formulação inteira é concluída com um resumo que coloca em primeiro plano a narradora e seu desespero: “eu só chorei só”. A UE final apresenta uma ambiguidade: tanto a narradora pode estar dizendo que chorou sozinha (“chorei só”) quanto que a única coisa que fez foi chorar (“chorei só”). Essa construção curta e enfática apresenta o desfecho dessa estrofe e é construída à guisa da poesia para causar ainda mais impacto na narrativa.

Refrões

A divisão da narrativa em UEs também permite que algumas formulações que funcionam quase como refrões do texto fiquem ainda mais evidentes.

Pode-se dizer que uma das narrativas que foram o corpus desenvolvido no trabalho de 2009, a de D. Madalena, possui o seguinte refrão: “Eu criei três filhas sozinha”, o que poderia vir a ser o título da sua narrativa⁷. Essa formulação é repetida várias vezes durante o relato e sempre que a narradora vai falar da experiência de criar as três filhas, usa termos quase idênticos a esses. Na primeira vez que menciona este tema, a narradora formula seu discurso por meio de duas UEs:

eu separei,
criei as três sozinha

7 - Os refrões lembram o que Meihy (2005) chama de tom vital. Segundo o autor, após muitas leituras da narrativa, o pesquisador é capaz de apreender o tom vital que apresentaria a síntese do relato e, uma vez identificado, deve ser usado como título da narrativa que será apresentada aos leitores. A relação entre o conceito de tom vital e a repetição de refrões é um assunto que merece estudo.

Em um segundo momento, ao mencionar a suspeita de que a surdez da sua neta Anne foi causada por erro médico, D. Madalena também usa duas UEs para formular sua fala:

Porque... difícil.
É, eu criei três,

Em um terceiro momento do relato, ao descrever o relacionamento que tem com uma das filhas, a narradora formula seu discurso a partir das seguintes UEs:

Eu acho que ela tem medo de eu catar a menina.
Eu falei:
'Como que eu vou catar uma criança se eu já criei três sozinha, com tanto sacrifício?

Em um quarto momento da narrativa, a narradora diz:

Se eu quisesse encher a casa, eu tinha enchido.
Mas, eu vi que não dava,
só criei as três.
Não quero, hoje eu não quero filho de ninguém

Ainda tratando do problema com uma das filhas, D. Madalena formula da seguinte maneira sua experiência:

Mas, pra mim criar neto hoje eu não quero não.
Filho nenhum, hoje, de ninguém eu quero.
Porque é difícil você criar um filho sozinha.
Foi difícil pra mim criar as três sozinha.
Eu sei o que eu passei pra criar três filhas só.

D. Madalena ainda diz:

Eu criei três,
não sei onde que eu errei com uma ou com uma.
Mas, se for pra mim criar filho dos outros, crio,
não vou falar pra você que não crio neto,
não crio uma criança, crio,
se perderem a mãe... e o pai deixar jogado,
porque o contrário disso, não.
Não crio um filho hoje em dia não.

Por fim, quase ao final de sua narrativa, D. Madalena fala:

eu não sei onde que eu errei na criação das três, não sei.
Se tivesse criado uma melhor de que a outra.

Se eu comprasse um chinelo pra uma, comprava pra outra;
uma calcinha pra uma, comprava pra outra.
Tudo praticamente igual.

Ao ler toda a narrativa de D. Madalena, podemos identificar alguns motivos para a existência desse refrão. A ênfase que ela dá para o número de filhas que criou (três) e ao fato de ter feito isso sozinha (já tinha se separado de seu marido), pode ser explicada primeiro, por ela ter se casado para sair de casa. D. Madalena descreve da seguinte maneira este episódio de sua vida:

A senhora estava me falando que a senhora casou por pirraça?

Bom...

Como que foi isso?

(risos)

Não é que foi assim...

porque eu queria sair de casa

então eu arrumei barriga primeiro e saí.

Depois de um ano que eu estava,

que eu ganhei a minha filha mais velha,

fui morar com ele,

como não deu certo,

ela tinha o que, acho que nove anos...

nove não, dez anos,

eu separei,

criei as três sozinha

e quando já tava acho que quatro anos separada

ele faleceu.

Hoje eu sou viúva, moro sozinha,

as filhas tudo casada,

duas tá bem casada, graças a Deus,

só uma que... mais ou menos!

Além disso, é ela quem cuida da neta surda para que a mãe da menina possa trabalhar. É compreensível, portanto, que ela queira enfatizar dois aspectos de sua história de vida que a fizeram se apresentar como se apresentou no momento da entrevista: uma avó ouvinte de uma criança surda. O primeiro aspecto se refere ao fato de ter criado as três filhas sem a ajuda de um companheiro (e, por isso, estaria apta para cuidar de uma crian-

ça surda). O segundo aspecto diz respeito à conturbada relação que tem com uma das filhas que, segundo a narradora, não deu valor aquilo que ela fez. É esse refrão que acaba, em última instância, por caracterizar a maneira pela qual D. Madalena se descreve ao longo da narrativa: uma mulher sofrida, que sente vontade de largar tudo e “sumir”, mas que como a história de vida dela mostra é capaz de persistir e que ainda pode sim dar afeto e cuidar de alguém.

Considerações finais

Neste artigo, assumindo que as entrevistas de história oral têm como resultado narrativas orais, procurei apresentar as principais características desse gênero que fazem com que essas narrativas precisem ser tratadas com cuidado quando da apresentação dos dados. A fim de ressaltar as características da oralidade presentes nesse tipo de narrativa, propus um modelo de apresentação não prosaico, que busca ser icônico uma vez que pretende refletir a multiplicidade de vozes e fenômenos que ocorrem no momento da entrevista.

Deixar visíveis as negociações existentes ao longo da entrevista – como a apresentada acima – é importante primeiro porque realça o fato de a entrevista ter sido construída em uma atividade conjunta desenvolvida pelo pesquisador e pelo entrevistado. Além disso, a apresentação da negociação mostra que há uma tensão entre o que o entrevistador quer e o que o entrevistado deseja da entrevista. Essa negociação revela que, muitas vezes, os projetos desses dois participantes nem sempre são os mesmos.

Esse modelo de transcrição de narrativas orais procura ser icônico, uma vez que procura ressaltar os traços da oralidade na fala dos participantes da entrevista. É fato que esses traços (hesitações, repetições, pausas e falsos começos), geralmente, são considerados imperfeições de linguagem, e recebem conotações pejorativas por uma academia letrada, condicionada a valorizar o texto escrito bem formulado. Porém, se eliminá-los dá ao leitor uma aparente sensação de texto mais claro e agradável para leitura, é devido à

sedimentação de padrões e expectativas sobre o que é um texto (acadêmico) claro.

Referências Bibliográficas

BELL, Susan. Becoming a political woman. In: TODD, Alexandra Dundas.; FISCHER, Sue. **Gender and discourse: The power of talk**. Nordwood. Ablex Publishing Corporation, 1988.

CARTER, Ronald; McCARTHY, Michael. **Talking, creating: Interactional language, creativity, and context**. Applied Linguistics, v. 25, n. 1. Oxford University Press, 2004.

CASATI DIGIAMPIETRI, Maria Carolina. **Narrativas de mães ouvintes de crianças surdas: oralidade, metáfora e poesia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHAFE, Wallace. Discourse, consciousness, and time: The flow and displacement of conscious experience in **speaking and writing**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

GEE, James Paul. Two styles of narrative construction and their linguistic and educational implications. **Discourse Processes**, v. 12, p. 287-307, 1989.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

LABOV, William. & WALETZKY, Joshua. **Narrative analysis: Oral versions of personal experience**. In: HELM, June. Essays on the verbal and visual arts. Washington: University of Washington Press, 1967.

MCCLEARY, Leland. **Technologies of language and the embodied history of the deaf**. Sign Language Studies, v. 3, n. 2, p. 104-124, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NORRICK, Neal. **Poetics and conversation**. *Connotations*, v. 10, n. 2-3, 2001. Disponível em: <http://www.unituebingen.de/connotations/norrick1023.htm>.

ONG, Walter. **Orality and literacy**. New York: Routledge, 2006.

PORTELLI, Alessandro. **The battle of Valle Giulia**. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.

TURNER, Mark. Double-scope stories. In HERMAN, David. **Narrative theory and the cognitive sciences**. CSLI Publications. p. 117-142, 2003.



História de vida





O protesto das tropas: entrevista com um soldado grevista da Polícia Militar de Alagoas*

Juniele Rabêlo de Almeida

As greves dos policiais militares, ocorridas entre os meses de junho e agosto 1997, motivaram discussões sobre segurança pública em todo o país. Os protestos envolveram PMs¹ de doze estados brasileiros² : Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, e São Paulo. O entrevistado, soldado Elias Barboza, integrou o movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Alagoas, no mês de julho de 1997. Aos 41 anos, Barboza aponta em sua narrativa importantes questões para o estudo do repertório da ação coletiva³ dos policiais grevistas, destacando a dificuldade de se compatibilizar o princípio da igualdade e o direito de participação, com preceitos militarizantes de disciplina e hierarquia. A

* Entrevista realizada na sede da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de Alagoas, no dia 31 de janeiro de 2008.

1 - No Brasil, costuma-se utilizar o jargão policial PM ou PMs referindo-se tanto às Polícias Militares esta-duais quanto aos seus integrantes.

2 - A partir de uma rápida difusão das ações reivindicativas dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, no dia 13 de junho de 1997, intensificou-se a solidariedade e, conseqüentemente, aumentou o poder de mobilização de policiais militares de vários estados brasileiros que enfrentavam oficiais e governo na arena política.

3 - O repertório de ações coletivas refere-se ao conjunto limitado de estratégias já conhecidas, circunscritas por estratégias anteriores e recursos à disposição, para atingir certos fins. Cf. TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

entrevista desvela questionamentos sobre a função pública que a Polícia Militar deveria assumir no Estado Democrático de Direito.

A análise da narrativa do soldado Barboza revela: as condições de vida e trabalho dos policiais militares de Alagoas; o cotidiano policial militar nas ruas de Maceió; o processo reivindicatório dos policiais alagoanos, por meio do qual a disciplina militar – principal elemento de controle corporacional – foi abalada.

Elias Barboza destaca os obstáculos para a formação da Associação de Praças na cidade de Maceió. A performance do soldado indicou, na trama construída, expressões de indignação frente aos abusos do militarismo. Elias Barboza construiu a sua história a partir do “ano de ingresso à corporação”, em especial do Curso de Formação de Soldados. Registrou-se uma imagem dinâmica das vivências do colaborador. As circunstâncias do tempo presente – experiências do entrevistado relacionadas à finalização do Curso de Jornalismo e a elaboração de uma monografia sobre “crime organizado em Alagoas” – fizeram com que o policial militar ressaltasse certos acontecimentos e não outros, revelando lembranças e esquecimentos em múltiplas dimensões.

Em um processo de contínuas escolhas, Barboza demarcou diferentes lugares de pertencimento: policial militar, grevista, músico, jornalista, pintor, desenhista, operário da construção civil, marido, filho... Não obstante, o entrevistado salientou sua experiência como “policial militar grevista”, indicando relevantes questões sobre as manifestações reivindicatórias que culminaram no afastamento do governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, no ano de 1997⁴.

4 - “Maceió acordou aos gritos de ‘Ah! Eu tô com fome!’ na quinta-feira passada, quando 7.000 policiais militares e civis, apoiados por professores, médicos e funcionários públicos em geral, em passeata, se dirigiram à Praça Dom Pedro II, no centro da capital alagoana. Os manifestantes exigiam o simultaneamente correto e impossível: que a Assembléia Legislativa, manietada por Divaldo Suruagy e reunida naquele momento, votasse pelo impeachment do governador. Queriam a cabeça de Suruagy porque há seis meses não recebem seus salários, porque as escolas nem iniciaram o ano letivo, porque os hospitais e postos de saúde estão fechando, porque a mortalidade infantil aumenta. Porque o Estado implodiu. Estavam dispostos a tudo e sabiam que podiam arriscar. Pela primeira vez em 165 anos de vida, a Polícia Militar alagoana — com as armas que massacraram os soldados de Solano López durante a Guerra do Paraguai, que caçaram Lampião e seu bando, que ajudaram a sufocar o levante paulista de 1932 — tinha mudado de lado. Estava contra o governo. Na Praça Dom Pedro II, onde fica a Assembléia Legislativa, o cenário era de uma guerra civil”. (*Revista Veja*, 23/07/1997, p. 8).

De acordo com Barboza, os policiais militares reivindicavam o “pagamento dos salários atrasados”. A crise da Polícia Militar de Alagoas atingiu seu ponto máximo no dia 17 de julho de 1997. Policiais militares em meio a, aproximadamente, quinze mil servidores públicos, saíram de suas respectivas entidades de classe a caminho da praça Dom Pedro II, centro de Maceió. Os manifestantes cercam o prédio da Assembleia e pressionaram os deputados estaduais a votar pela abertura do processo de *impeachment* do governador Suruagy. Dos 27 deputados estaduais, 21 estavam do lado do governo. O entrevistado, soldado Barboza, afirmou que os deputados estavam comprometidos com o governador: “Na manifestação eu esculhambei com todos os deputados, com o governador, com o Comando. Desci o verbo! Dei várias entrevistas, pois eu não tinha medo de ser excluído”.

Os PMs manifestantes estavam, em sua maioria, fardados e armados – alguns encapuzados. Atiradores do Exército tomaram posição no alto do prédio da Assembleia Legislativa, do Banco Meridional e da Catedral Metropolitana no centro de Maceió. Como resposta, os policiais rebelados assumiram postura semelhante em locais elevados, como o prédio do Arquivo Público e da Biblioteca Estadual⁵. Na praça, que era cercada por grades, o Exército montou barricada, formou uma linha de defesa em frente ao prédio da Assembleia Legislativa. Barboza enfatizou, em sua narrativa, a inevitabilidade do confronto “Polícias Militares versus Exército”.

Dentro da Assembleia Legislativa, segundo Barboza, instaurou-se o pânico. Prevendo uma sessão tumultuada, muitos deputados estaduais estavam armados. Diante do eminente processo de *impeachment*, o governador, Divaldo Suruagy, se antecipou e pediu licença de 180 dias do cargo, que foi imediatamente aprovada. Após o afastamento do governador Suruagy os manifestantes comemoraram pelas ruas de Maceió.

O entrevistado, Elias Barboza, dividiu-se entre a continuidade do respeito à ordem e o inconformismo de trabalhador desampara-

5 - “Instalados no prédio do Arquivo Público, a uns 30 metros da Assembléia Legislativa, policiais do Pelotão de Choque estavam mobilizados para um confronto com o Exército. Com os rostos cobertos por plástico, pano e até capacetes de motoqueiro, os soldados ocuparam o Arquivo, até o telhado”. (*Gazeta de Alagoas*, 18/07/1997, p. 8).

do frente aos problemas sociais decorrentes da precariedade das condições de trabalho e do atraso salarial. Para o entrevistado, tais condições justificaram a mobilização que contrariou leis que proíbem greve na Polícia Militar. O governo e o comando da PM não atentaram de maneira adequada para a dimensão dos problemas. Ao contrário das manifestações policiais militares ocorridas nos demais Estados brasileiros, em Alagoas um dos principais líderes do movimento integrava o oficialato da corporação: o major Paulo Nunes; posteriormente eleito deputado estadual pelo PT.

Elias Barboza, como policial grevista e sócio-fundador da Associação de Cabos e Soldados, expressou a relevância do movimento reivindicatório ao articular duas variáveis: uma externa, relativa à repercussão do movimento no que tange os problemas sociais colocados ao se estabelecer uma greve dentro da PM; e outra interna, referente aos inúmeros desajustes na corporação, que levaram à ruptura disciplinar. O soldado destacou a rigidez da formação militarizante: “minha formação policial era zero; tive apenas formação militar...”.

A narrativa de Elias Barboza integra o projeto de doutorado “Tropas em protesto: policiais militares grevistas”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor José Carlos Sebe Bom Meihy. Ao agendar a entrevista, em dezembro de 2007, apresentei-me como pesquisadora ligada ao Núcleo de Estudos em História Oral - NEHO/USP. Entretanto, no encontro com o colaborador assinalei que era “filha de PM”, o que favoreceu a flexibilização das fronteiras entre o *mundo militar e o mundo paisano*⁶. Fui recebida como uma paisana de tipo especial por conhecer a estrutura hierárquica e o regulamento disciplinar da corporação, bem como as reivindicações expostas no ano de 1997. O texto autorizado, que se segue, é resultado do encontro com Elias Barboza, em 31 de janeiro de 2008, na sede da Associação dos Praças da Polícia Militar de Alagoas (local escolhido pelo colaborador).

6 - Cf. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Entrevista com Soldado Barboza

*"ENTREI NO MOVIMENTO DE 1997 COM OS MEUS COMPANHEIROS...
EU ESTAVA SENTINDO NA PELE O SOFRIMENTO DA CATEGORIA..."*

Sou filho de pai pernambucano e mãe alagoana, do interior... Nasci em 1967, no primeiro dia do mês de junho. Meu pai era mestre-de-obras e minha mãe, falecida há dois anos, era doméstica. Somos seis irmãos, dois deles da corporação Polícia Militar. Antes de "ser policial militar" eu abria letreiros, fazia trabalhos de pintura... Também trabalhei com o meu pai na construção civil... Ele sempre me levava... Aprendi um pouco dessa profissão.

Queria muito ingressar na carreira policial militar... Caso eu não passasse no concurso da corporação, pretendia ir embora para São Paulo, onde tenho alguns primos e tios. Em São Paulo existia perspectiva pra quem tinha uma profissão... Eu era pintor, letrista e desenhista profissional e também sabia de construção civil. Na década de 80 a construção civil "deu uma parada" aqui em Alagoas, e o meu pai ficou um período desempregado... Passamos por um momento difícil da vida...

Nessa época, meu irmão mais velho já era um policial militar. Ele e o meu outro irmão, que fazia também serviço de construção, ajudavam nas despesas da nossa casa. Eu observava que a Polícia Militar era uma instituição forte, de respeito e que valia a pena. Eu tinha uma boa referência da corporação, antes de entrar...

A minha turma do Curso de Formação de Soldados, de 1986, teve uma preparação muito boa. Nossa turma foi formada na União dos Palmares, que fica a mais ou menos duas horas da capital. Nós ficávamos lá a semana toda, estudando, fazendo treinamento de tiro com fuzil, com revólver. Treinamento militar intensivo...

Eram muitos os abusos... Quando eu entrei para a Polícia Militar, mudei completamente a visão que eu tinha... Não era uma instituição séria... Em uma das instruções, do curso de formação, tive um problema na clavícula. Na primeira semana, durante um treinamento, todos deveriam correr até a parede e voltar – no tumulto, os colegas me empurraram e eu bati o ombro na parede... Até

hoje sofro com essa enfermidade; sinto muita dor no ombro... Foi grave, passei uma semana internado no Hospital da Polícia Militar... Todo enfaixado, tomando medicamentos. Enfim, treinamentos dentro da instrução, muitas vezes, provocavam acidentes...

No período de formação conheci o major Adelmo Cavalcante, que foi expulso da Polícia Militar por participar da “gangue fardada”, descoberta em 1988, aqui de Maceió... Foi um grupo de policiais militares que assaltavam bancos, casas lotéricas, faziam desmanche de carros e crime de pistolagem a serviço de políticos e fazendeiros. Fui percebendo muitas coisas erradas na Polícia Militar... Desvios de conduta manchavam, maculavam a corporação...

Quando terminei o curso voltei, juntamente com todo o pessoal, para o Batalhão de Trânsito, em 1987. Lá realizei as minhas primeiras atividades como policial militar. Tive uma experiência muito negativa... Em uma das ocorrências, fui deslocado para policiar o trânsito no terminal rodoviário de Maceió. De repente, um taxista tentou furar o bloqueio, querendo ser mais esperto do que os outros... Eu o mandei parar, mas ele ficou discutindo e não quis descer do carro. Eu, sem experiência, vindo do mundo civil, peguei o revólver e apontei para o taxista e mandei sair do carro... Tudo foi resolvido, mas por pouco eu não atirei... Esse despreparo marcou a minha primeira atividade militar no trânsito...

Continuei no Batalhão de Trânsito por três anos e meio. Trabalhando próximo ao Shopping Iguatemi... Lá eu conheci o sargento reformado Melo, da Polícia Militar de São Paulo. Ele foi um dos sócios fundadores da Associação de Cabos e Soldados de São Paulo. Motivado por ele, comecei a divulgar a ideia de se criar uma Associação de Praças. Convidei os colegas para participarem de reuniões... Fui muito perseguido dentro do Batalhão de Trânsito...

Começou, assim, minha história de luta dentro da corporação... Eu queria criar alguma coisa dentro da Polícia Militar que diminuísse a distância entre o oficial e o praça, que diminuísse os abusos. Era chamado de doido... Levei duas punições porque diziam que eu estava propagando questões políticas e partidárias. Até então, em 1987, cabos e soldados não podiam votar, isso mudou a partir de 1988. Mas eu não estava vinculado a nenhum partido político e até hoje eu não sou. Alias, eu não voto no partido, mas na pessoa do partido...

Fazer parte da Associação foi difícil... As primeiras reuniões aconteceram no Bairro do Feitosa, perto do terminal rodoviário, e eram escondidas... Os oficiais questionavam, diziam que não estava certo... Sofri muito... Os piores serviços (trabalhar de madrugada, dobrar serviço) eram escalados para mim e para os meus companheiros que participaram das primeiras reuniões. Uma vez eu abandonei o posto de serviço, pois eu estava trabalhando por mais de doze horas... Fui punido com quatro dias de detenção. Pensei em desistir da Associação por causa dessas perseguições...

Chegou um período da nossa trajetória, nesse momento de construção da Associação de Cabos e Soldados, que carros descaracterizados rondavam a nossa casa... Ameaçavam a gente... Éramos vistos como subversivos. Eu era chamado de agitador, de petista. Muitos dos meus colegas, até hoje, me chamam de Paulão, nome de um político aqui do nosso Estado, um deputado estadual do PT, que é uma pessoa questionadora, uma pessoa que briga muito... Mas sempre houve um respeito dos companheiros com relação ao trabalho que eu fiz na Associação...

Tivemos uma primeira experiência de luta em 1989... Paramos por treze dias as atividades policiais, em busca de melhorias para amenizar o sofrimento dos praças... Fizemos uma assembleia... Não houve passeatas... Entretanto, no ano de 1997, nós manifestamos em praça pública...

A Associação de Cabos e Soldados não chegou a participar do movimento de 1997, porque nesse ano os sócio-fundadores não estavam mais na direção da entidade. Era uma outra direção: o cabo Pádua, que agradava os oficiais e desagradava os praças... Particpei do movimento de 1997 com outras lideranças: o major Paulo Nunes, que foi deputado pelo PT, e o major Hermes. O dia 17 de julho foi o clímax final do que estava acontecendo no governo Suruagy. Nas três vezes que saiu candidato ao governo do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy ganhou. Era um homem que dava emprego, que gostava do servidor público, e as pessoas tinham o governo dele como preocupado com as questões sociais. Infelizmente, ele colocou no poder as pessoas dele, que não eram comprometidas com o servidor público. Existiam diversas ramificações, grupos dentro do próprio governo e isso prejudicou muito...

O secretário da Fazenda atrasou por oito meses o pagamento do servidor público e isso foi a gota d'água. Em 1997, nós recebíamos um mês e passávamos dois, três para receber de novo. Muitos companheiros passaram fome... Eu não passei, porque fazia bico de segurança e dava aula de música. Alguns companheiros até suicidaram... Teve um soldado que se matou, matou a mulher e as duas filhas...

Os colegas me viam como uma liderança... Esperavam orientações... Foi um momento de caos... Enquanto alguns Estados estavam lutando por uma melhoria salarial, aqui era diferente: o levante da Polícia Militar do Estado de Alagoas, juntamente com os demais funcionários públicos, foi para receber o pagamento de salários atrasados; queríamos apenas receber... Só pedimos a saída do governador porque ele não nos mostrou nenhuma alternativa...

Entrei no movimento de 1997 com os meus companheiros... Eu estava sentindo na pele o sofrimento da categoria... Fazia bicos de segurança... Foi um período de desespero, o PM não aguentava mais. Nós planejamos uma manifestação em frente à Assembleia, onde seria votado o *impeachment* do governador pelos deputados. Os deputados estavam comprometidos com as atrocidades praticadas pelo governo. De vinte e sete deputados, vinte e um estavam ao lado do governo, contra apenas seis. Muitos desses deputados estavam envolvidos com os "crimes de pistolagem" aqui do Estado de Alagoas, máfias que existem até hoje. Alguns desses criminosos permanecem no governo...

Houve uma assembleia decidida pelas lideranças que teve como integrante, a então deputada estadual, Heloísa Helena. Uma mulher muito forte, nesse movimento. Heloísa Helena estava na linha de frente das manifestações. Os principais líderes da PM eram os majores Paulo Nunes e Hermes. Cada entidade do funcionalismo público tinha o seu representante. Tínhamos a Lenilda, na área da educação. Em cada órgão formavam-se comissões e lideranças que se juntaram em uma assembleia no Clube Fênix. Lotamos o clube para decidir se no dia 17 estaríamos lá para acompanhar a votação do *impeachment*...

Nessa assembleia, alguns policiais foram fardados e outros não. Até essa reunião final, os policiais militares estavam resistentes,

pois estavam preocupados com a pressão do governo e do comando. O governo queria jogar o policiamento contra os funcionários, queria jogar o BOPE, que foi o único batalhão que ficou contra os colegas, contra o movimento... Só não levei cacetada porque meu irmão trabalhava no BOPE, e um dos colegas dele avisou para todos que eu era "irmão do Israel". Alguns companheiros estavam camuflados e a maioria que estava de serviço era contra o movimento. Aqueles policiais do BOPE que estavam lá, coagindo a população, ficaram ao lado do governo para não perder regalias e benefícios... Muitos, que naquela época participavam do BOPE, entraram para a PM em 1991, através do comando do coronel Rocha, entre 1991 e 1993. Esse coronel reuniu, na corporação, policiais militares analfabetos que não sabiam nem assinar. Setenta por cento do BOPE, que estavam naquela operação, eram pessoas desse concurso, eram policiais sem visão social e de mundo, que estavam ali só pra cumprir ordens...

De qualquer forma, a assembleia foi tranquila, o problema foi o dia 17 de julho... Nesse dia o Exército cercou a praça... Eu estava fardado e com identificação, pois eu não tinha medo... A manifestação dos policiais militares estava marcada para as sete horas da manhã. Eu fui um dos primeiros a chegar. Cheguei às seis e meia... Estava em jogo a dignidade, não só da Polícia Militar, mas de todos os servidores do Estado. Era uma questão de honra a gente estar lá. Eu me surpreendi com a quantidade de policiais que participaram das manifestações... Às oito horas, a praça estava lotada com os funcionários de todas as secretarias do Estado; todo mundo agitado, querendo derrubar a grade... O que me impressionou foi que, quando cheguei, a praça já estava cercada pelos homens do Exército armados com fuzis, fazendo isolamento... Eu apareci em uma reportagem que passou em âmbito nacional... Tive uma discussão com um membro do Exército: ele tentou me furar, mas eu estava armado... Fui com um revólver dentro da roupa, mas não consegui puxar... Graças a Deus, porque se eu tivesse puxado teria sido muito pior...

O sucesso do movimento só foi possível porque teve a participação dos policiais. Caso fossem apenas os outros funcionários públicos, sem os policiais, os manifestantes iriam apanhar, levariam uma surra de cassetete. Mas quando o Exército viu que havia

policiais militares no movimento, ficaram acuados. Aqueles meninos novos do Exército ficaram “tremendo de medo” da gente... O governador jogou o Exército contra a Polícia Militar e contra os outros funcionários públicos...

A população gostou da nossa participação... Sentiram firmeza ao ver os policiais militares dentro de um movimento reivindicatório. Depois, chegou o Batalhão de Choque e o coronel – que fazia parte do Estado Maior da Polícia Militar – mandando que todos os policiais militares se retirassem da praça. Eu questionei, disse que não sairia; “botei peito”, não só eu, mas muitos... O coronel ficou acuado...

O BOPE e o Exército estavam de prontidão... Em relação aos tiros, quem começou a atirar foram os policiais civis... Estava todo mundo manifestando, tentando quebrar as grades da praça, em frente à Assembleia Legislativa ... Na manifestação, eu esculhambei com todos os deputados, com o governador, com o comando. Desci o verbo! Dei várias entrevistas, pois eu não tinha medo de ser excluído... Estava no meu sangue essa questão da luta de classes... Hoje eu estou um pouco parado, mais recuado... Não quero ficar tão exposto, porque tenho uma família, objetivos para concretizar; então eu dei uma “pisada no freio”... Mas, naquele momento, vesti realmente a camisa do movimento, estava ali dando entrevista de “cara limpa”, falando a verdade...

Muitos colegas estavam de capuz, sem querer aparecer... Quando o Exército se preparou, estrategicamente, em alguns pontos para um ataque (um possível tiroteio), nós também colocamos nosso pessoal em alguns pontos estratégicos... Lá na Praça Dom Pedro II tem uma Biblioteca Pública e o nosso pessoal armado foi para lá, tanto da Polícia Civil, como da Militar. Estrategicamente, o pessoal estava encapuzado...

Aconteceram situações engraçadas... Alguns deputados fujões e medrosos, como João de Assunção, Gervásio e Máximo Alexandre, queriam descer em cordas pelos fundos da Assembleia; isso depois do tiroteio. Nós dissemos que não ia sair ninguém e cercamos com nossos policiais os pontos estratégicos. Foi uma decisão tomada por nós, não foram os outros funcionários que decidiram,

já que nós éramos policiais e íamos fazer a segurança... Os demais grevistas, funcionários públicos, não tinham essa noção de estratégia militar como nós...

A comissão de policiais militares planejou tudo... Os comerciantes da praça fecharam suas lojas quando ouviram o tiro. Nesse momento do tiro, eu estava na praça com um repórter da TV Gazeta. Ele estava fazendo uma entrevista comigo e com um colega sargento, no meio do tumulto... Isso, a gente já tinha quebrado a grade... Quando o repórter estava se preparando para fazer uma tomada comigo, de repente houve um tiro e todo mundo começou a se jogar no chão. Eu fiquei sem ação no momento do tiro. O repórter Miguel Torres, da TV Gazeta, gritou para eu me abaixar... Dei um mergulho no chão, porque, senão, podia ter sido atingido, como alguns foram...

Após o primeiro tiro, começou a confusão... O Exército foi recuando e deu tiro para cima, mas deram tiros que feriram algumas pessoas. Porém, foi o tiro desse policial civil que feriu os servidores. Os tiros do Exército eram de festim... As lideranças, e o próprio comando do Exército tiveram equilíbrio, senão "o sangue ia dar na canela". Mesmo assim, acabou virando um campo de guerra... No momento do tiro, quem estava armado, sacou sua arma...

A motivação que levou os policiais a ficarem mais zangados foi a existência da "gangue de deputados" que apoiava o governo – eles disseram que não iam votar o *impeachment* do governador. Esse foi o estopim para iniciar o confronto... Os seis deputados, que eram da oposição, como Heloísa Helena, convenceu o líder da bancada – Washington Luís – a telefonar para o governador e dizer para ele se afastar ou renunciar, pois a situação estava grave. O governador Suruagy, estava acuado no Palácio, cercado pelo Exército e pelo BOPE. Quando conseguiram convencê-lo, ele ligou para dizer que podiam votar no afastamento dele.

Nós ficamos aliviados porque ele se afastando, o vice assumiria. Tínhamos os informantes lá dentro; a própria deputada Heloísa Helena descia e subia com informações a todo instante. Os assessores dela mandavam informação para o carro de som, aliás, para o trio elétrico que estava na praça. Tinha muita gente lá, mais de vinte mil pessoas. As lideranças do movimento tinham contato

com os assessores da deputada. Se as lideranças, juntamente com a oposição e a bancada de sustentação do governo, não convencessem o governador Suruagy do afastamento, a situação seria pior...

Depois da boa notícia, não voltamos pra casa, pelo contrário, saímos em caminhada pelo centro da cidade, em uma passeata de vitória. Escutavam-se gritos de ordem dizendo que o povo tinha vencido e que todos, unidos, tinham conseguido derrubar um governo corrupto. Ele pediu afastamento, e o vice Manoel Gomes de Barros assumiu o governo. Apesar do passado sujo, o vice-governador normalizou a situação e autorizou o pagamento dos salários atrasados; foi um governo equilibrado...

Após a manifestação, houve punições e perseguições dentro dos quartéis... O major Paulo Nunes, que na época era nossa liderança, assumiu toda a responsabilidade... Eu era muito visado: fiquei sabendo que havia várias fotos e entrevistas minhas no Serviço de Informação do Alto Comando. Não ocorreram exclusões... Afinal, alguns oficiais também participaram do movimento... Por outro lado, o major Hermes e o major Paulo Nunes até hoje são perseguidos. Depois do movimento, o Paulo Nunes foi eleito deputado estadual; ele teve apoio de 80% da tropa. A partir disso, ocorreram mudanças na corporação...

Depois de 1997 eu amadureci; depois de apanhar muito... Eu não vinha só desse movimento, vinha sofrendo desde 1989, antes da criação da nossa Associação. Fui expulso do 5º Batalhão, aqui de Maceió, em 1991, porque o comandante, o coronel Nogueira, na época, que hoje está na reserva, mandou a guarda me tirar à força do batalhão, porque estava tratando de assuntos político-partidários... Embora eu não estivesse falando de assuntos político-partidários, estava falando de assuntos pertinentes à minha entidade, e disse a ele que ia procurar a imprensa para divulgar aquela atrocidade que ele estava cometendo...

Na época, eu era do Hospital da Polícia Militar, e esse major me deu dez dias de prisão por causa disso. Fui até o 5º Batalhão porque estava à disposição da entidade, e era diretor de relações públicas em 1991, na gestão de fundação da nossa Associação –

Centro Social. Então fui lá divulgar as ideias, levar alguns panfletos e tudo mais, e esse coronel teve coragem para baixar uma portaria no corpo da guarda dizendo que eu estava proibido de entrar no batalhão. Eu, um policial militar, não podia entrar no batalhão...

Depois do movimento, eu continuei participando da Associação. Houve uma eleição em 1994 e a nossa gestão perdeu, houve um racha da diretoria, e em virtude disso perdemos a eleição para o cabo Pádua. Fiquei apenas como sócio. Nunca me desliguei da Associação... As pessoas sempre me viam como diretor de relações públicas da Associação.

Em 2000, fui transferido para Santana de Ipanema a três horas daqui de Maceió, como retaliação, porque estava apoiando um movimento de paralisação. Vim fardado aqui para a sede da Associação e apareci na TV... Então, o comandante viu a minha imagem na televisão e me transferiu... Passei sete meses em Santana de Ipanema e foi um dos períodos mais tristes da minha vida como policial militar. Houve um abalo na minha família, por pouco eu não me separei da minha esposa... Não é fácil ficar longe de casa...

Saí de lá com a ajuda de um coronel que entendeu a minha situação. Ele soube que eu era da banda de música da PM. Esse coronel conseguiu me levar para Arapiraca, cidade mais próxima de Maceió, porque lá tinha uma banda de música. Fiquei dois anos. Tentei voltar para Maceió a todo custo... Entrei por equivalência no curso de Jornalismo, que foi um alibi a mais para eu voltar a trabalhar em Maceió. Eu consegui, mas foram viagens tristes, pesadas, arriscando a vida nesses ônibus, de madrugada, para chegar lá sete horas da manhã e estar em forma no batalhão. Foi difícil fazer o curso de Jornalismo, pois eu ia e voltava de Arapiraca todo dia para frequentar as aulas... Eu viajava fardado para não pagar passagem...

Hoje eu continuo na ativa, voltei para a banda de música... Estou com vinte e dois anos de Polícia Militar. Tenho o desejo, a ânsia de ver uma melhora na classe, de ver a situação mudar; ainda continua no meu sangue... As pessoas que estão no Estado Maior da Polícia Militar, as que estão no primeiro e no segundo escalões do governo, na Assembleia Legislativa, ou na Câmara Municipal, não

moram em periferia, andam lá só para pedir voto. Não convivem com a situação, com a miséria, com a fome, o crime e tráfico de drogas...

Não há nenhum apoio ao policial militar, com isso fico revoltado... Por isso é que estou escrevendo um livro sobre a PM, a partir do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo; sobre a questão do crime organizado instalada, hoje, nos três poderes. A pistolagem em Alagoas ainda é uma profissão. Muitos desses pistoleiros são recrutados também em Águas Bela, Pernambuco, uma cidade onde está centralizada a pistolagem do nordeste, onde muitos desses deputados vão requisitar pessoas lá para virem fazer serviços sujos aqui no Estado, junto com os pistoleiros daqui. E eu estou denunciando tudo isso no meu livro... Eu não tenho medo de denunciar...

As Escolas de Soldados ensinam mais o militarismo do que o ser policial; por exemplo, aquilo que falei quando cheguei às ruas quase matei um taxista, foi porque minha formação policial era zero; tive apenas formação militar... Então a desmilitarização é boa nesse sentido, porque iremos aprender a função de ser um policial e o que ele faz; vamos deixar esse negócio de militarismo, porque a hierarquia não vai quebrar, é uma coisa que existe até na nossa casa; em qualquer empresa existe a hierarquia, o respeito...

Antes mesmo de fazer o Curso de Jornalismo eu já pesquisava, já me interessava por essa questão do Estado, da Polícia Militar... Em 1997 havia duas realidades, uma dos outros Estados que estavam em busca de um reajuste salarial e a nossa. Claro, o nosso movimento aconteceu um pouco “no calor dos outros Estados”, principalmente de Minas Gerais e Pernambuco. Entretanto, aqui nós estávamos brigando por salários que estavam atrasados, e não por reajuste... Tínhamos, também, muitos outros problemas...

É preciso reestruturar as forças policiais... Mas é necessário consultar a base, os policiais que estão nas ruas: cabos, soldados e sargentos. Os praças estão no policiamento das favelas, descendo grota, prendendo delinquentes. Os praças têm visão... Sabem o que é importante e o que se precisa fazer para melhorar. Aqui, em Alagoas, nós fizemos um movimento em solidariedade às famílias

dos policiais que “tombaram ao chão” – que foram mortos por bandidos no início desse ano. Para colocar um policial na rua é preciso dar estrutura: um rádio, um colete, uma arma de fogo. Sem estrutura, os policiais militares serão apenas vítimas da violência...





Tradução





O que é uma boa entrevista?

Ronald Grele

Devido às complexidades das situações de entrevista em História Oral e aos diversos propósitos que as elas podem assumir na área, provavelmente não exista algum modo infalível de se garantir seu sucesso, mesmo que conseguíssemos chegar a um consenso teórico a respeito do que seria uma boa entrevista. Tudo depende muito da intrincada relação entre entrevistador e entrevistado, além de uma miríade de fatores ambientais, sociais e técnicos. Destarte, não existe conjunto de pressupostos que possam preparar o entrevistador novíço para o que realmente possa ocorrer em uma entrevista em História Oral. Existe, todavia, um número de passos que podem ser sugeridos a fim de tentar assegurar a produtividade da entrevista. Também, há orientações que podem auxiliar na mediação dos relacionamentos nas entrevistas, para que ambas as partes se satisfaçam com os resultados.

Como qualquer comentarista de áreas que envolvam entrevistas tem afirmado constantemente, de início se faz necessário conhecimento prévio do assunto central que motivou o encontro. Deve-se saber sobre o que se está discutindo. Isso significa que se deve proceder a uma pesquisa prévia para se compreender não apenas os pontos pacíficos – aquele conhecimento consensual: o que aconteceu, onde, como e quando –, mas também certa noção a respeito de como esses eventos foram selecionados para serem comentados e interpretados, tanto à época em que se afirma terem ocorrido, como desde então, por partícipes e por estudiosos e comentaristas subseqüentes. A fim de se adquirir tal conhecimento, deve-se consultar não apenas quaisquer documentos de

época remanescentes – definidos o mais amplamente possível –, como também a literatura secundária ou historiográfica. Isso propicia conhecimento do contexto dos eventos e experiências sob investigação – sua dimensão pública e a conjuntura dos processos de mudança –, isso prepara o entrevistador para explorar, juntamente com o entrevistado, a interpretação e o contexto articulados por este último.

É importante frisar que tudo isso de ocorrer com o fito de promover uma relação dialógica que dimensione o encontro e o coloque de maneira a amparar razoavelmente elementos da cultura das pessoas com as quais se interage. Cabe lembrar que aqui se inscreve tudo o que um antropólogo ou humanista denominaria cultura: seu vernáculo, religião, estruturas familiares e de parentesco, valores, concepções artísticas etc. O contexto mencionado deve ser muito abrangente.

À essa altura, convém ter em mente a distinção entre seqüência e narração. Houve época em que a entrevista de História Oral era percebida como busca para coletar lembranças do que havia acontecido. Entrevistados eram vistos como depósitos de fatos passíveis de serem organizados para servirem de base à interpretação do historiador/entrevistador. O investigador interessava-se em documentar a seqüência de eventos – descobrir o que aconteceu depois. Qualquer comentário sobre aquela seqüência era visto como monopólio do entrevistador. Tal visão não se sustenta mais, posto agora nos preocuparmos com o modo como narrativas históricas são estruturadas, também nos interessamos pelo modo como nossos entrevistados constroem suas histórias. História Oral vista hoje, não é apenas coligir de fatos; é o processo de conduzir a memória, a linguagem e a ideologia o mais longe possível, com o intuito de articular o horizonte do entrevistado, ou seja, entender como tais fatos são percebidos. O melhor modo de se planejar os meios pelos quais o testemunho conecta passado e presente se dá por meio de boa preparação anterior à entrevista (e também durante ela, caso mais de uma sessão se faça necessária).

A coleta preliminar de dados e o acúmulo de informação são, no entanto, apenas fração do esforço de pesquisa. Antes da entrevis-

ta, também se faz necessário orientar as informações colhidas de forma mais ou menos manuseável, a fim de assegurar algum controle sobre esses dados. A maneira mais fácil de fazer isso é organizando um esquema de tópicos, isto é, um programa que sirva de guia na condução da entrevista. No projeto que precede a qualquer aventura em História Oral, deve constar o tema básico a ser explorado na entrevista, os assuntos relacionados ao tema – indicados pela consulta prévia da documentação ou informações existentes –, as maneiras possíveis de encarar tais assuntos e as subcategorias em que tema e assuntos relacionados podem ser divididos. Pensemos por exemplo em um aspecto que possa ilustrar: um conjunto de entrevistas propostas com emigrantes recentes em qualquer solo nacional. Nesse caso, é relevante saber os números ou estatísticas, o que se escreveu sobre o assunto, a legislação, as notícias de jornais e revistas.

Logicamente, um componente desse esquema deve ser um conjunto de questões relacionadas à natureza da comunidade de origem da pessoa. Categorias subsidiárias seriam os fatores de expulsão e atração que levaram à emigração. Cada uma dessas categorias, por sua vez, gerará outras subcategorias, tais como família, religião política, trabalho, meio ambiente etc. Cada subcategoria oferece uma variedade de avenidas interpretativas (por exemplo: os fatores positivos e negativos de uma família ampliada dentro do mundo globalizado). Para isto, além de conhecimentos a respeito gerais, torna-se necessário o aperfeiçoamento de habilidades interpretativas. Esquematizar cada uma das categorias e subcategorias, e também as maneiras possíveis de discuti-las de modo inteligível para o entrevistador e para o entrevistado, garante organização para a pesquisa e confere lógica à entrevista. Entretanto, essa será a lógica do entrevistador e origina-se de sua percepção da problemática da entrevista e de sua pesquisa de preparação para o trabalho. Não se trata ainda da lógica da pessoa entrevistada. Trata-se de uma avenida de discussão da questão e não do modelo final para a discussão.

Uma boa entrevista é o resultado de habilidosa negociação entre a lógica do historiador/entrevistador e a lógica do narrador, a qual se origina não por estudo, mas sim por ter vivido e experienciado

os eventos investigados e, espera-se, por ter pensado sobre eles, ainda que parcialmente. Como veremos, a maneira como essa tensão é negociada forma a estrutura da entrevista. Por ora, observemos que o esquema de tópicos desenvolvido a partir de uma pesquisa pode facilmente se tornar a base para as questões de campo utilizadas na entrevista, à medida que cada categoria e subcategoria seja transformada de afirmação em pergunta ou estímulo. Como observaremos depois, é melhor ir para a entrevista sem um questionário formal, baseando-se primariamente no esquema de tópicos. Entretanto, é útil produzir um conjunto de questões e praticá-las antes da entrevista, mesmo que esse questionário seja descartado.

Outra consideração crucial, que determina a utilidade da entrevista, e deve ser pensada antes dela, diz respeito ao equipamento de gravação. Tempo e energia devem ser dedicados ao processo de gravação. Muitas entrevistas têm sido invalidadas devido às técnicas precárias de gravação, e isto é lastimável. Dadas a multiplicidade de usos de uma entrevista, assim como de opções de equipamentos disponíveis, não há razão para que não se atinjam padrões elevados de gravação. Existem também diversos manuais de alto nível à disposição, a respeito de quaisquer formatos que se escolham: fitas cassete, mini disks, DAT ou gravação direta no disco rígido. Infelizmente, a maioria dos manuais editados pelos fabricantes não é tão útil. A maior parte deles assume que o usuário possua conhecimento muito mais profundo acerca das funções dos aparelhos do que geralmente é o caso. Desse modo, tais manuais falham ao não explicar todas as funções disponíveis em linguagem acessível. Se o pesquisador tem a seu alcance um departamento de áudio-visual, esse é o local indicado para e procurar assistência. Caso tal departamento não exista, é prudente buscar algum usuário do mesmo tipo de gravador utilizado. Também se pode acessar um número de sítios na internet que são extremamente úteis. Um bom local para localizar tais usuários ou páginas na internet é o Oral History List Service.

Eis algumas regras gerais:

- É necessário conhecer o equipamento, experimentar suas funções, estudar e consultar o manual, a fim de familiarizar-se com todos os recursos oferecidos.

- Há que se tomar cuidado com produtos de preço muito reduzido: o equipamento de gravação deve ser de qualidade.
- A chave para uma gravação verdadeiramente boa é um bom microfone. É aconselhável consultar-se com alguém familiarizado com diversos tipos de microfones e suas vantagens e desvantagens a fim de determinar qual modelo se ajusta melhor à competência e às necessidades do entrevistador. Atenção especial deve ser prestada com relação à localização e ao modo de funcionamento de cada gravador em particular, quando se vai definir e delimitar os níveis de gravação.
- Antes de se iniciar a gravação, deve-se testar o equipamento. Não se deve ficar constrangido por se ter que gastar alguns minutos ajustando níveis adequados de gravação. De fato, o entrevistador provavelmente terá que solicitar que o entrevistado fale alguma coisa a fim de poder definir os padrões necessários de gravação para aquela voz e aquela situação.
- Deve-se tentar controlar o ambiente de gravação, limitando-se o excesso de ruídos externos.
- A última consideração antes da entrevista é, em realidade, provavelmente o primeiro passo, ou seja, estabelecer o contato inicial. Para que se alcancem melhores resultados no momento da entrevista, é melhor ser completamente aberto a respeito do projeto e dos processos da entrevista. Transparência é palavra-chave. O melhor é colocar tudo por escrito no momento do convite inicial. Isso inclui o tempo que as entrevistas podem durar, quantas sessões estão programadas, como o entrevistado deve se preparar para a entrevista, informações a respeito do uso final do material, todos os direitos e deveres de ambas as partes e o que cada uma pode esperar como resultado ao término da entrevista. Nesse setor, também existem diversos manuais oferecendo valiosos conselhos sobre cada passo do processo.
- No que se refere à entrevista propriamente dita, é importante que se estabeleça o seu estilo e o seu ritmo já nos primeiros minutos. Isso sinalizará ao entrevistado o que se espera dele. Se o início apresentar muitas perguntas que exigem respostas curtas, isso determinará a forma da entrevista e será muito

difícil libertar-se desse formato. É melhor começar com questões abrangentes que requeiram respostas longas, porque isso permitirá discussões mais extensivas. Muito frequentemente, nos primeiros minutos da entrevista o entrevistado pergunta ao entrevistador se isso é o que deseja como resposta. O entrevistador quer conduzir a memória, a linguagem e a ideologia, o mais longe possível. A fim de que se alcance isso, é necessário o maior número possível de palavras nas respostas.

- Aspecto importante do ritmo da entrevista é esperar pela resposta e ouvi-la atentamente a fim de entender quando o entrevistado tenha terminado de compor sua resposta. Não há pressa. Existe tempo de sobra e o preço de uma fita cassete ou mini disk é mínimo. Se o entrevistador sentir que não tem tempo suficiente, significa que julgou mal a entrevista ou não está preparado para os detalhes amealhados na entrevista. Nesse caso, é perfeitamente aceitável solicitar nova sessão. Muitas vezes, há uma inclinação natural para fazer a história se mover para adiante. Tal inclinação deve ser coibida. Silêncios devem ser terminados pelo entrevistado. Quando se escuta a entrevista depois, percebe-se que silêncios raramente duram mais do que quatro segundos. A natureza detesta vácuos conversacionais. Deixe o entrevistado preencher tais vácuos. Relaxe.

Uma boa entrevista depende muito de sua continuidade. Há diversos modos pelos quais tal continuidade pode emergir durante a entrevista. Pode surgir através das questões do entrevistador, conforme as várias subcategorias de sua lista de tópicos sejam detalhadamente exploradas. Também pode surgir da audição cuidadosa do testemunho do entrevistado, de onde se pode extrair muito. Em muitos casos, constata-se que o testemunho introduz tópicos que não estão no esquema. O entrevistador terá que se decidir rapidamente quanto a seguir a nova linha de pensamento ou manter-se fiel ao seu esquema de tópicos. Esse é um dos motivos pelos quais muitos tentam realizar mais de uma entrevista; desse modo, há tempo de se avaliar uma determinada sessão e tomar decisão mais consistente. Tendo em mente o conselho do parágrafo anterior, sobre manter-se relaxado, uma regra prática

geral é dar continuidade ao que foi dito, ao invés de seguir para o próximo tópico.

Essa tensão entre o desejo do entrevistador de construir uma entrevista comprovadora da análise que se deseja desenvolver e o desejo do entrevistado de construir uma narrativa é apenas um exemplo da negociação a ser desenvolvida durante a situação de entrevista. Por um lado, deve-se tomar cuidado para não descartar o que está sendo dito. Por outro, o entrevistador deve, de algum modo, oferecer seus pontos de vista para consideração pelo narrador.

Uma boa entrevista é também uma combinação entre casos curiosos e interpretações. Um modo de coletar casos é perguntar: “Você poderia me dar um exemplo?”. Se o testemunho for geral demais, pode-se perguntar a respeito de um evento ou experiência específica. Se a entrevista for específica demais, pode-se perguntar se a situação descrita era típica. Por exemplo: “Isso era típico entre garotas ítalo-americanas de sua vizinhança?” Isso permitirá que a pessoa sendo entrevistada ofereça sua interpretação a partir de posição mais generalizante. Também é uma maneira de mover-se do privado para o público e vice-versa.

Uma das negociações mais embaraçosas em uma entrevista ocorre quando se pede que o entrevistado comente sobre eventos perturbadores, humilhantes ou duros de discutir. De modo geral, aconselha-se que tais questões sejam incorporadas dentro de uma série de indagações mais ou menos prazerosas ou simples. Entretanto, é necessário advertir o entrevistado com antecedência de que tais questões serão perguntadas. O entrevistador pode dizer ao entrevistado que acha necessário registrar sua história ou que ela é importante demais para se permitir que tais questões passem em branco. Em muitos casos, a história que se deseja gravar já é fartamente conhecida. Assim, é útil que se anteceda a questão com uma citação ou referência, como: “um artigo da revista Harper, em 1968, mencionou que você...”. O entrevistador também pode utilizar algo já dito a ele por alguém. Se essa tática for a elegida, há que se estar preparado para a pergunta “quem disse?” Resposta perfeitamente legítima para tal indagação é dizer que do mesmo modo como você não revelaria o que o entrevistado disser a você

até que a entrevista se torne pública, você não revelaria quem lhe disse a respeito de determinados eventos. Em algum caso extremo, todavia, o entrevistador deve se conformar e estar preparado para deixar alguns assuntos de lado.

Deve-se estar preparado para as respostas emocionais que podem ser engendradas, em alguns casos, pelas próprias perguntas da entrevista e também pela própria narração da história. Isso ocorre particularmente com lembranças traumáticas. O máximo que o entrevistador pode fazer – além de oferecer compaixão – é indicar ao entrevistado alguma agência ou profissional treinado para prestar assistência. Quando se planeja conduzir entrevistas a respeito de áreas que envolvam muito estresse, é prudente munir-se de nomes e endereços de agências tais como, delegacias da mulher, serviços de aconselhamento etc. Algumas vezes, no entanto, tudo o que é preciso é ser um ouvinte sensível. Nesses casos, é importante estar consciente a respeito do tipo especial de relacionamento no qual se está entrando e ter certeza de que se fará o máximo para honrar essa especialidade. Existe vasta literatura acerca de tais tipos de entrevista, a qual deve ser consultada quando se percebe que determinado projeto envolverá situações desse tipo.

Charles Morrissey desenvolveu interessante conjunto de estratégias de campo, ao qual batizou de “Formato das Duas Sentenças”. Ao enfatizar a importância de se elaborarem perguntas breves, ele aponta para a vantagem de questões constituídas por duas sentenças. A primeira sentença é a afirmação de um fato ou uma introdução; a segunda é a pergunta propriamente dita. Por exemplo: “No dia 30 de maio, o presidente Kirk disse que o ginásio deveria ser construído. Qual foi a resposta do comitê executivo da SDS?” Ou: “Você disse anteriormente que o corpo docente era ativo. Pode dar um exemplo?” Embora haja muitos exemplos onde pergunta ou comentário composto por uma ou duas palavras se faça necessário (“Quem mais?”), e exemplos quando afirmações mais longas se fazem necessárias, é útil usar o formato das duas sentenças como ponto de partida. Especialmente para iniciantes, cuja tendência é nervosamente encavalar perguntas demais em uma só. Outra regra útil é: se determinado procedimento é adota-

do na televisão ou no rádio, não o utilize. O entrevistador não tem uma platéia para informar.

A transcrição de uma boa entrevista revelará uma estrutura que se inicia com uma pergunta boa e pertinente, seguida de cerca de dez páginas de resposta. Depois disso, outra breve questão partindo de algum aspecto do que foi dito, seguida de outras dez páginas aproximadas de testemunho. O importante é ser conciso e permitir que o entrevistado fale. Não interrompa. Se há alguma pergunta a respeito do que está sendo dito, anote-a e pergunte quando alguma pausa natural ocorrer. Obviamente, se a pessoa entrevistada pedir algum comentário ou intervenção a respeito de algum assunto, isso deve ser feito.

Em todos os casos, polidez é regra básica. Há que se recordar que o entrevistado está demonstrando extrema cortesia, além de estar dedicando seu tempo e idéias ao entrevistador. É importante que isso seja recíproco. Podem-se obter testemunhos acerca de tópicos muito melindrosos quando os questionamentos são feitos com respeito. Em verdade, pode-se afirmar que o respeito maior demonstrado ao entrevistado é tratar seu testemunho com a seriedade merecida.

Repetindo: não há garantias de que qualquer conjunto de regras resultará em entrevista satisfatória para entrevistador ou entrevistado. Entretanto, as chances são enormemente aumentadas quando se observam algumas regras simples de interação. Boa sorte!





Resenhas





A invenção da baianidade

José Carlos Sebe Bom Meihy

MARIANO,
Agnes Francine
de Carvalho.
*A invenção da
baianidade.*
São Paulo:
Annablume, 2009.
310 p.



Há livros que instruem. Há livros que divertem. Há livros que instruem e divertem e estes são os melhores. Fruto de complexa pesquisa, *A invenção da baianidade* de autoria de Agnes Mariano (São Paulo: Anablume, 2009), é uma dessas leituras que combinam oportunidade, espírito inventivo e capacidade investigativa. Sob a égide da música popular, a narrativa se orienta com diálogos de fontes plurais que vão de impressões de viagens, reportagens jornalísticas, revisão bibliográfica apurada, teses sobre comportamento e entrevistas. Tudo visando a construção do mito da *baianidade*, discurso espreado na cultura brasileira desde a fundação da Cidade de São Salvador, Bahia. Mas, afinal, o que significa ser baiano, e, mais do que isso, o que expressa a *baianidade* no conjunto do corpo cultural brasileiro? E, somando tudo, ganha força uma questão central: *baianidade* para quem?

Centrando atenção no século XX, ainda que com remessas ao passado longínquo, flui a análise que visita questões alentadas em 310 páginas de redação clara, provocante e encantadora. Distribuídos em três capítulos, os argumentos se juntam alimentando um corpo de exemplos que garante frutos à sutil mitificação da *baianidade*. As referências de fontes são costuradas aqui e ali por uma sequência de letras de músicas que, em anexos, divididas em duas partes – de 1918 a 64, e de 1965 a 2000 – sugerem os temas principais que atravessaram a história dessa invenção. A solução musical é sedutora, pois partindo do suposto que o vínculo entre ser baiano e a musicalidade é condição, tudo fica apreensível. Reina em dos os argumentos referências ao espaço como matriz geradora de comportamentos que se dividem entre a manutenção da tradição, produzida para garantir a continuidade de valores consagrados em Salvador, e o despojamento refletido no otimismo, na alegria e prazer que seriam correlatos de um lócus cultural diferente e original. No primeiro conjunto situam-se, além do respeito ao passado, saudosismo, originalidade ou pioneirismo histórico e hereditariedade. No segundo a “desrepressão”, permissividade, sensualidade e espaço para o improviso. O curioso é que não há contradição, pois o presente, a idéia de que a *baianidade* é dado da realidade cultural aflora como resultado da própria história. E a

história – que perde a solenidade acadêmica – vira também argumento que delega personalidade aos baianos.

A estratégia de condução temática, de certa forma, faz com que as muitas indicações musicais funcionem como uma espécie de trilha sonora de inevitável efeito sobre qualquer leitor. Sem ser pedante o texto é denso; sem ser popularesco, a escrita requebra com trejeitos e até se percebe sotaques; sem ser academicista a narrativa incorpora teoria de maneira branda e pertinente. Mas que não se pense em algo pitoresco apenas. Não. Muito além dos elogios costumeiros ao povo baiano, o texto também fala de clientelismo e passividade, condições inscritas em na percepção complexa do fenômeno. E habilmente debate-se a construção de identidade e de comunidades culturais. Tomando a Bahia como foco, em nenhum momento se perde a brasilidade como grande cenário tal como árvore que se explica na floresta.

Há, contudo, outros espaços intrigantes no texto. Atuando pendularmente, a combinação de oposições - entre tradição e prazer; preguiça e festa; sagrado e profano - se combinam convertendo a vida cotidiana em uma espécie de cenário da história onde a consecução da *baianidade* se converte em modo de vida até certo ponto peremptório. A autora enfrenta o problema da continuidade ou ruptura dos padrões locais dimensionando o significado da “feminilização” do modelo mítico proposto para a Bahia, caracterizado pela figura da mulher, baiana. E o debate sobre como ser baiano se adensa sugerindo a um tempo a diferenciação da Bahia em vista do resto do Brasil e da cultura brasileira como chão que segura a particularidade daquela construção cultural.

O primeiro capítulo é montado de maneira a revelar os temas constitutivos da tal *baianidade*. Depois de situar geograficamente e dar indicações sobre o entorno de Salvador, o espaço urbano é explorado segundo alguns fatores escolhidos de maneira a combinar aspectos que são vulgarmente vistos como estereótipos ou caricatura. Não faltam, aliás, dizeres populares - como “baiano não nasce, estréia” - que convocam o riso, mas não dispensam a hesitação.

É surpreendente que o ângulo organizador da *baianidade* se inicie pela determinação religiosa. Desprezando jargões acadêmicos, as

reverências divinas servem para propor a marca mais explicativa da construção da *baianidade*: a negociação consubstanciada no sincretismo. Questões ligadas a alimentação e os quitutes da culinária e o resultado expresso pelo jeito de usar o corpo justificam o último item desta parte, “a personalidade baiana”.

Diferentemente de tantas outras análises, em vez de avançar por temas novos que sucedem os anteriores, o segundo capítulo reforça em boa parte a estrutura do primeiro. A sagacidade está na forma de aprofundamento do tema sem que haja repetição. Ainda que antecedido pela inevitável referência às festas, o que se salienta é o espaço festivo não como inversão do cotidiano, mas sim como complemento. Então as festas seriam produtos da soma de variadas manifestações, e, lugar por excelência das negociações. Tudo emblemado pela religiosidade chancelada como “axé”. Nesta linhagem, o calendário sagrado/profano se junta desdobrando tudo da matriz que não perde o tom místico e nem deixa a festa sem explicações. Reside nessa estratégia a fixação do modelo da *baianidade*.

Logicamente, a projeção nacional do “ser baiano” se liga ao fomento do turismo que, por sua vez, foi implementado a partir da segunda metade do século XX, depois da definição das relações capitalistas modernas. A lista de referências aos atos administrativos que mostram a atenção política à criação da *baianidade* é notável. Sob este diapasão, fica costurado o saber popular que conduz o discurso da originalidade soteropolitana e a perspicácia governamental que justificaria o clientelismo. Mas, depurados os valores essenciais da cultura local, a religiosidade converte-se em fator vital para os processos de continuidade. Assim, ao lado do carnaval o ciclo de festas aberto com as homenagens à “Santa Bárbara” torna-se naturalmente aceitável o processo de negociação que desemboca no sincretismo. Atributos aliados à mitificação baiana seriam: charme, disposição pacífica, otimismo, hospitalidade, despojamento, e, como contraponto a pobreza e seus correlatos: condicionamento e sujeição. Atuam como lugares da positividade as institucionalizações de terreiros, trios elétricos e grupos como Olodum e Ilê Ayiê. O contrário é exibido na adesão de figuras políticas manipuladoras e de uma cultura que ao en-

grandecer o baiano, evidencia a plasticidade da construção de um mito que elenca perversidades.

O epílogo, encerrado no terceiro capítulo, amarra questões gerais e trabalha com a responsabilidade ou mesmo com a dificuldade de manutenção do papel exigido pela construção da *baianidade*. Ser bom daçarino, bonito, vestir-se de acordo com o figurino desenhado para caracterizar a *baianidade* é condição. Assim, valida-se a respeito das regras indicadas como *baianidade* as palavras finais da autora que conclui haver uma espécie de “manual de instrução”, já que é preciso conhecer razoavelmente história, antropologia e economia para encher a herança africana onde o leigo vê ‘macumba’, despojamento onde o leigo vê miséria, herança escravocrata onde o leigo vê preguiça e atraso, comunitarismo onde o leigo vê bagunça” (p. 214). Vendo além do mito e da mitificação, o que se consagra como estratégia da *baianidade* é a arguta capacidade de conciliar ou conviver. Amenizando diferenças, pra lá de opostas, o que se tem como discurso construído é o desafio de levar a frente o mito da *baianidade* que, por mais elaborado que seja, é tido como verdade seja para baianos, brasileiros ou gringos.

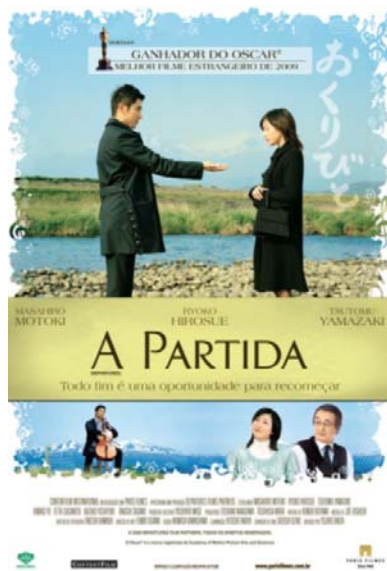


Sentidos de vida e morte

Fernanda Paiva Guimarães



Claudia Llosa. *A Teta assustada*. Paris Filmes, 2009.



Yojiro Takita. *A Partida*. Paris Filmes, 2008.

Pedras, flores e músicas que transportam para lugares familiares. Esses elementos se destacam em dois filmes lançados no Brasil em 2009 – o japonês *A Partida* (Okuribito, Yojiro Takita, 2008) e o peruano *A Teta assustada* (La Teta asustada, Claudia Llosa, 2009). Apesar de abordarem realidades distantes geográfica e culturalmente, podem ser analisados em conjunto no desenvolvimento de reflexões ligadas à memória, identidade e comunidade. Ambos tratam com grande sensibilidade a relação com a morte, tanto no que tem de cotidiana, pragmática e “natural” quanto no que tem de ritual, sagrada e transcendente; ambos mostram maneiras de aceitar e negar a morte; ambos apresentam modelos narrativos semelhantes, em que os personagens confrontam interpretações culturais diversas e, passando por situações catárticas, acabam por resolver seu passado para poder seguir adiante.

A Partida pode ser pensado em movimentos. Temos, em primeiro lugar, um prelúdio: a apresentação de uma estrada toda nevada, com a câmera mostrando o ponto de vista do motorista. Há apenas o branco da paisagem e o para-brisa ligado. Daigo Kobayashi, o protagonista, lembra que o inverno não era tão frio quando ele era criança e que voltou para Yamagata, sua cidade natal, dois meses antes. Em seguida assistimos ao Daigo na delicada preparação para cremação do corpo de um menino que se tornara menina e à decisão da família de que seja usada a maquiagem feminina.

Há um corte temporal e acompanhamos o movimento de frustração, que começa com a orquestra em que Daigo toca se dissolvendo por falta de financiamento. Ele conta a Mika, sua mulher, sobre a dívida que contraiu sonhando ser violoncelista, mas seu sonho está naufragando. Nesse momento há uma cena simbólica, tragicômica: Mika ia cozinhar um polvo que ganhou da vizinha, mas vê que ainda está vivo. Eles decidem devolvê-lo para o mar, mas, ao jogá-lo na água, parece morrer com o impacto e fica flutuando. Daigo, atônito, conta à mulher que abandonará o violoncelo e que quer voltar para o interior.

Começa aí o movimento do *retorno*, quando eles passam a morar na casa que era também o café onde ele cresceu. Ele conta que aos 6 anos o pai se apaixonou por outra mulher (a garçonete do café) e abandonou a mãe. Depois de alguns dias, Daigo encontra

um anúncio nos classificados em cujo perfil se encaixa. Pensa que “ajudando a partir” é o *slogan* de uma agência de viagens, mas ao conhecer a firma, primeiro notando os caixões em exposição na sala, percebe que não é bem isso. A assistente faz o mistério perdurar até a chegada do chefe, que o contrata sem nada perguntar e por um bom salário. Acompanhamos o estranhamento de Kobayashi, que não conta exatamente em que consiste o emprego para a mulher e aparece “encaixotado” (cercado de madeira por todos os lados) em alguns planos subsequentes, sentado em um banquinho acima da escada de sua casa, novamente atônito.

Há então outra cena simbólica, quando Daigo, descrente da vida, olha os salmões que sobem a forte correnteza de um rio. Essa cena é uma primeira chave para entrarmos no movimento da *compreensão*: aos poucos Daigo percebe como o ofício de preparar os mortos para o último adeus da família é uma arte sensível, uma manifestação vigorosa de cuidado e afeto. Em mais de uma situação, a família “revê”, “aprende”, “aceita” quem era a pessoa que partiu. Um viúvo diz que sua esposa nunca esteve tão linda quanto depois da preparação. Uma das grandes virtudes do filme é que tudo isso se passa sem qualquer traço de morbidez.

Em um novo momento, que pode ser identificado como o do *conflito*, é apresentada a personagem Tsuyako, dona da casa de banhos, mãe de um amigo de infância de Daigo. Ela e Daigo parecem pertencer a um núcleo do filme que se opõe a aceitar o mundo “prático” (que na verdade, como mais tarde Daigo dirá à sua mulher, nega uma das coisas mais “normais” do mundo, que é a morte). Em uma das cenas, vemos Tsuyako discutir com o filho, dizendo que não abrirá mão do negócio – ele quer que ela venda a casa para a construção de um condomínio. Em seguida vem o choque com Daigo: ao saberem sobre seu emprego, o amigo não o cumprimenta mais e Mika o abandona. Voltamos à cena inicial da estrada nevada, quando Kobayashi se pergunta se será esse o emprego da sua vida.

Em seguida, no movimento que podemos chamar de *entendimento*, Mika volta, trazendo a notícia de que está grávida. Daigo fica sabendo no mesmo momento que Tsuyako morreu, e a cena seguinte é fundamental, já que é o momento em que o “mundo da

negação” percebe a arte de preparar com dignidade, afeto e beleza o corpo de alguém que partiu. É emocionante acompanhar o cuidado com que Kobayashi veste Tsuyako, lembrando de colocar o lenço de que ela mais gostava em seu pescoço. Ele pede que cada um ajude a limpar o rosto dela, e é para eles como um ritual de iniciação e de compreensão sobre a morte.

O principal frequentador da casa de banhos, grande amigo de Tsuyako, revela-se o funcionário que opera o forno crematório. O filho pede para acompanhar os últimos instantes da mãe na cremação, e o funcionário conta que encara a sua profissão como a do guardião de um portão, que acompanha a passagem das pessoas de uma vida na Terra para outra, muito melhor. Ele conta que sempre diz “até já” para quem passa por ali, e se alegra por poder ajudar nessa passagem. O filho, ao ver a incineração do caixão da mãe, se descontrola. Chora convulsivamente e pede perdão.

Um elemento muito carregado de sentido é a pedra-carta: logo ao chegar à casa e reencontrar o violoncelo que tocava quando era criança, Kobayashi encontra uma pedra enrolada na partitura da música preferida de seu pai. Ele toca e a música cresce aos poucos, tornando-se orquestrada, transportando-nos para a cena em que Kobayashi criança está catando pedras com o pai, que lhe dá aquela que ele acabara de encontrar. O rosto está desfocado na memória. Em um momento posterior do filme Daigo explica a Mika que a pedra-carta diz algo sobre a alma de quem dá a pedra para quem a recebe.

A música tem também papel central no filme. Ao crescer (normalmente do violoncelo solo para uma orquestração e de um som “direto” para um *surround* bem alto) nos leva de um estado emocional para outro, de um tempo para outro, de uma cena para outra. Através da música vemos as lembranças e o desabrochar de Daigo. Em um momento ele toca na beira de um caminho verde, com flores e o monte Fuji ao fundo, e a cena é alternada com cenas de seu trabalho.

O último movimento do filme, que pode ser identificado como a *resolução*, acontece em torno da morte do pai de Daigo. Restam do pai apenas as poucas frases que o pescador que o encontrou

já morto conta: que viveu sempre só, que era um homem reservado, de poucas palavras, que ajudava muito a colônia de pescadores e por isso morava numa casa emprestada. Daigo diz que aquele rosto não significa absolutamente nada para ele e, junto de Mika, senta perto do corpo, a princípio apenas para assistir à sua retirada por agentes funerários. Ao ver que os agentes retiram o corpo como se fosse um saco de batatas, Daigo imediatamente protesta, procedendo ao ritual de preparação do corpo. Ao terminar reconhece o pai, emocionado. Volta a lembrar de quando recebeu a pedra de suas mãos e o rosto agora é bem definido. Ao abrir a mão de seu pai defunto, recebe uma nova “pedra-carta”, que compartilha com a esposa e segura perto de seu ventre.

Em *A Teta assustada* podemos também identificar alguns temas. Em primeiro lugar aparecem o *trauma* e o *idioma*: o filme começa com a narração em quéchuá de uma passagem muito violenta da vida de Perpétua, que não consegue esquecer e que parece não conseguir contar em outra língua que não a “sua”. Há o aspecto muito doloroso de reviver o trauma todo o tempo, como se a violência continuasse a ser perpetrada. Perpétua revive o terror ao narrá-lo continuamente, e o deixa como legado à filha. O idioma quéchuá aparece também como o único “lugar” em que Fausta consegue se refugiar do medo, coisa que fica visível quando ela canta na casa da patroa depois de um incidente que a deixa muito nervosa. Também a identificação entre Fausta e o jardineiro Noé é alcançada por meio desse “território comum” do idioma.

Logo no começo do filme, assim que Perpétua morre e Fausta desmaia, acontece um embate entre as *explicações* da ciência e da tradição indígena. Quando ficamos sabendo da forma como a mãe ensinou Fausta a se proteger do estupro, colocando uma batata na vagina (porque “apenas o asco afasta os asquerosos”), o médico diz que nunca ouviu falar de “teta assustada”, explica o sangramento nasal e os desmaios cientificamente e recomenda que ela seja internada o quanto antes para que a batata seja removida. Mas a receita médica é transformada por Fausta em origami.

Outro eixo temático é o da convivência entre *tradição e modernidade*, também presente em *A Partida*. A vida de Fausta é inteiramente dominada pela lenda da “teta assustada”, pelo medo

que ela acredita ser uma doença de fato. Além dessa, há várias outras lendas ou superstições que regem a sua vida, como a de andar apenas encostada às paredes para que uma alma não lhe leve a vida. A patroa, que representa a cultura européia (e que arrasa simbolicamente com Fausta no filme, roubando sua música), também menciona uma crença que lhe foi ensinada quando criança, de que se enterrasse sua boneca ela seria levada pela terra e não seria nunca encontrada. “Mentirosos!” ela diz, referindo-se a um sujeito difuso, plural (“eles disseram”), ao encontrar a boneca no jardim. Nessa mesma cena há uma tomada primorosa, de Fausta cantando para ensinar à patroa, mas apenas aparece sua boca por entre o queixo e o pescoço daquela que em breve irá “devorar” sua música.

Na relação de Fausta com a patroa Aída, está presente a imagem do colonizador-colonizado e a oposição entre ingenuidade e perversidade que muitas vezes a acompanha. Fausta encarna a “índigena inocente” e Aída o “homem branco cruel e aproveitador”, que oferece pérolas em troca de música. Depois de roubar a melodia que Fausta lhe ensinou e com ela fazer sucesso em um recital de piano, Aída a expulsa do seu carro no meio da noite, sozinha, sem lhe dar as pérolas que prometeu como escambo.

Além da música, que aparece como elemento de preservação da identidade e de apropriação de uma cultura por outra, as flores são símbolos importantes nesse filme. Noé explica que, ao escolher uma flor, uma pessoa está dizendo algo sobre si, comentando que Fausta escolheu a margarida, que é a mais comum e simples das flores. Numa cena posterior, no entanto, Fausta segura com a boca uma exuberante azaléia vermelha, que quase lhe cobre todo o rosto, e vai abrir o portão para Noé. Antes que ele veja, ela deixa a flor cair no chão, ficando clara a contradição entre se mostrar como mulher e manter sua clausura.

Outro componente que carrega sentidos e explica um pouco o papel de cada personagem no filme são seus nomes: Perpétua (algo que não cessa jamais, como a dor da personagem), Fausta (“fausto” em latim significa “auspicioso, feliz”), Aída (nome da ópera de Verdi), Lúcido (lucidez, razão) e Noé (personagem bíblico, nome que em hebraico significa “descanso, alívio, conforto”).

Ao longo de todo o filme o tio Lúcido se preocupa em tirar da casa o cadáver mumificado da irmã, já que não quer agourar o casamento de sua única filha, Máxima. Lúcido aparece sempre como a voz da razão, do material. Por mais que se preocupe com Fausta e viva também cercado de crenças populares, está sempre operando em um registro mais “realista” nas situações. Esse papel de estar na realidade chega ao ápice na noite do casamento de Máxima, quando Fausta está dormindo e ele cobre sua boca e seu nariz, sufocando-a e em seguida dizendo em quéchua: “respira! Você quer viver, mas não se atreve!”. É esse o momento em que Fausta se liberta: corre até a casa de Aída e pega as pérolas que conquistara sem receber. Noé a encontra desmaiada e ela pede desesperada “tira isso de mim!”.

Depois da catarse, entramos no movimento de *resolução*. Ao conseguir enterrar a mãe e se livrar da batata que lhe crescia no ventre, parece que Fausta finalmente conseguirá habitar o mundo dos vivos, e não mais o dos traumas, das almas penadas e do terror. A batata em flor que Noé deixa na porta de Fausta na cena final, assim como a pedra-carta que encerra o filme japonês, simboliza um novo horizonte.

Alcançando, cada um à sua maneira, um equilíbrio entre o drama e a leveza, os dois filmes conseguem reproduzir a alegria e a tristeza, a busca por “retornar ao lugar de onde viemos” e entendê-lo de alguma forma, manter viva a memória e ao mesmo tempo saber viver. Ao compreender como a morte pode fazer parte da vida, os vivos se conectam mais solidamente entre si ou consigo mesmos.

Pode-se observar, por fim, o tipo de sensibilidade presente em cada filme: em *A Partida*, filme dirigido por um homem, o protagonista é masculino e sua vida é regida e transformada em torno da figura do pai; *A Teta assustada* é dirigido por uma mulher e trata de um entendimento que passa de mãe para filha. Pode-se também relacioná-los pelas chaves culturais (oriental e ocidental, formal e informal, individual e coletiva) e as decorrentes formas de convivência do tradicional com o moderno, mas o principal é que ambos alcançam a dimensão trágica e cômica da vida, sem cair no pieguismo ou na superficialidade. Com suas músicas, flores e

SENTIDOS DE VIDA E MORTE

pedras simbolizando mundos compartilhados, esses dois filmes ajudam a pensar com sensibilidade questões de identidade, cultura e memória.



Os autores





Adriane Vidal Costa possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999), mestrado (2003) e doutorado (2009) em História pela mesma instituição. Atualmente é professora na rede particular de ensino superior nos cursos de História e Jornalismo. Integra o recém-criado grupo de pesquisa “América Latina: intelectuais, impressos, política e cultura (séculos XIX e XX)”, sob a coordenação da Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio (UFMG), que objetiva pesquisar temas relacionados às articulações entre intelectuais, produção e circulação de impressos, política e cultura na América Latina, nos séculos XIX e XX. Tem experiência na área de História, com ênfase em história da América, história e culturas políticas, história intelectual, história e literatura, esquerdas latino-americanas, movimentos sociais na América Latina. Entre as várias produções bibliográficas, destaca-se o livro *Pablo Neruda: uma poética engajada* (E-papers, 2007).

Alberto Lins Caldas. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1990) com a dissertação “A sedução do espelho: avaliação epistemológica da arqueologia brasileira”. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (2000) com a tese “Calama: uma comunidade no Rio Madeira”, sendo financiado novamente pela CAPES. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia, aonde é pesquisador do Centro de Hermenêutica do Presente. Dentre os vários artigos e livros publicados, inclusive de literatura, destacam-se: *Oralidade, texto e história: para ler a História Oral* (Loyola, 1999), *Nas águas do texto: palavra, experiência e leitura em História Oral* (Edufro, 2001), *Oligarquia das letras* (Terceira Margem, 2005), *Senhor Krauze* (Revan, 2009).

Fabíola Holanda. Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia (1995). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (2006) com a tese “Experiência e memória: a palavra cantada e a palavra contada de um nordestino na Amazônia”. Tem experiência na área de História e atua principalmente nos seguintes temas: história oral, história regional, hanseníase, memória e oralidade. É professora adjunta da Universidade Federal de Rondônia,

membro do Centro de Hermenêutica do Presente e pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Atualmente, está em cooperação técnica no Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da UNIFESP. Dentre suas principais publicações, contam os livros: *Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento* (organizado em conjunto com Januário Amaral; Eudfro, 2002), *Jorge Teixeira: uma contribuição documental* (em coautoria com Nilza Menezes; Eudfro, 2006) e *História Oral: como fazer, como pensar* (em coautoria com José Carlos S. B. Meihy; Contexto, 2007).

Fernanda Paiva Guimarães. Formada em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pela PUC-Rio (2003), é mestranda do curso de História Social da Universidade de São Paulo, e participa do Núcleo de Estudos em História Oral desde março de 2008. Trabalhou na produção de documentários no Rio de Janeiro e integrou a equipe de produção do Projeto de Restauração dos Filmes de Joaquim Pedro de Andrade entre 2003 e 2006. Desde setembro de 2006, trabalha na Cinemateca Brasileira.

José Carlos Sebe Bom Meihy. Professor titular aposentado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Autor de inúmeros artigos, capítulos de livros e livros sobre história oral, dentre os quais se destacam: *Canto de morte Kaiowá* (Loyola, 1991), *The life and death of Carolina Maria de Jesus* (com Robert M. Levine; The New Mexico University Press, 1995), *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York* (Parábola, 2004), *Manual de História Oral* (Loyola, 2005), *Augusto & Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos* (Contexto, 2006) e *História Oral: como fazer, como pensar* (com Fabiola Holanda; Contexto, 2007).

Juniele Rabêlo de Almeida é mestre em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004) com a dissertação “Um novo repertório da ação coletiva”. Doutoranda

em História Social pela Universidade de São Paulo, com o projeto “Policiais militares brasileiros: protestos e punições corporativas”. Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Professora dos cursos de História e Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte. Atuou como docente nos cursos de graduação e pós-graduação da PUC Minas. Publicou trabalhos científicos sobre militares, história oral e movimentos sociais. Destacam-se os livros: *Narrativas e experiências: histórias orais de mulheres brasileiras* (D’Escrever; Letra e Voz, 2009), em coautoria; *Farda e protesto: policiais militares de Minas Gerais em greve* (Segrac, 2008).

Maria Carolina Casati Digiampietri. Bacharel e licenciada em Letras pela Universidade de São Paulo (2004), onde também defendeu o mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (2009) com a dissertação: “Narrativas de mães ouvintes de crianças surdas: oralidade, metáfora e poesia”. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em estudos surdos, análise de narrativas orais e histórias de vida. É pesquisadora do grupo de Estudos da Comunidade Surda (USP).

Marta Gouveia de Oliveira Rovai graduou-se em História e concluiu seu mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Atua há 23 anos na área de Educação, ministrando cursos de formação para professores e aulas nos Ensinos Médio e Superior. Publicou artigos sobre pesquisa e prática de ensino em História. É doutoranda em História Social, pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP) e professora do Colégio Albert Sabin. Juntamente com outros autores, publicou o livro: *Narrativas e experiências: histórias orais de mulheres brasileiras* (D’Escrever; Letra e Voz, 2009).

Ronald J. Grele lecionou história social americana no Lafayette College, no Kingsborough Community College e na California State University – Long Beach (Estados Unidos). Começou sua carreira na história oral como entrevistador e arquivista da John F.

Kennedy Library Oral History Project. Atuou como diretor do programa de história oral na New Jersey Historical Commission, na University of California (UCLA) e depois no Oral History Office da Columbia University. Sua vasta experiência o levou a ser presidente da Oral History Association (Estados Unidos) e conselheiro tanto do National Council on Public History como da International Oral History Association. Entre os inúmeros artigos e livros publicados sobre teoria e metodologia em história oral, destacam-se: 1968: *a student generation in revolt* (em conjunto com outros autores; Pantheon, 1988), *Envelopes of sound: the art of Oral History* (Praeger, 1991) e *Subjectivity and multiculturalism in Oral History* (Greenwood, 1992).

Suzana Lopes Salgado Ribeiro historiadora pela Universidade de São Paulo, onde defendeu o mestrado (2002) e o doutorado (2007) e permanece como pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Está vinculada a outros centros de produção de conhecimento como Cesima – Centro Simão Matias de Estudos em História da Ciência (PUC-SP) e ECS – Estudos da Comunidade Surda (USP). Deu aulas na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola, e realizou estágio de pesquisa no Oral History Research Office da Universidade de Columbia, em Nova York, Estados Unidos. Hoje, é professora da UNIP – Universidade Paulista. É autora de artigos e de três livros: *Vozes da marcha pela terra* (em coautoria com Andrea P. Santos e José C. S. B. Meihy; Loyola, 1998), *Vozes da terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo* (organizado em conjunto com outras autoras; Fundação ITESP, 2005) e, em coautoria, *Narrativas e experiências: histórias orais de mulheres brasileiras* (D'Escrever; Letra e Voz, 2009).

Sylvia Duarte Dantas possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), mestrado em Psicologia Aplicada (1992) pela Boston University, doutorado em Psicologia Social (1999) por esta mesma universidade, e pós-doutorado na área de Psicologia pela Universidade de São Paulo (2007).

Atualmente, é pesquisadora do Instituto de Psicologia da USP, líder do grupo de pesquisa “Psicologia, E/Imigração e Cultura” (IP-USP), coordenadora tanto do Serviço de Orientação Intercultural (IP-USP) como do grupo de estudos “Diálogos Interculturais” (Instituto de Estudos Avançados-USP). Tendo experiência em Psicologia Clínica e Social, atua principalmente nos temas: psicologia intercultural, psicanálise, intervenção psicossocial, gênero, e/i-migração, identidade étnica/cultural, preconceito, processos de inserção cultural. Suas principais publicações são: *Líder de mudança e grupo operativo* (em coautoria; Vozes, 1996); *Changing gender roles: Brazilian immigrant families in the U.S.* (LFB Scholarly Publishing LLC, 2002) e *Psicologia, e/imigração e cultura (organizado em conjunto com Geraldo J. Paiva; Casa do Psicólogo, 2004).*

Zeila de Brito Fabri Demartini possui graduação em Ciências Sociais (1968), mestrado (1970) e doutorado (1980) em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é consultora ad hoc do CNPq, professora da Universidade Metodista de São Paulo e diretora de pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU-USP). Tem vasta experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: histórias de vida; imigração japonesa, portuguesa e africana; educação escolar e não escolar; infância; Estado de São Paulo. É autora de diversos artigos e livros, dentre eles: *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU* (organizado em conjunto com Alice B. G. Lang e Maria C. S. S. Campos; Humanitas, 2001), *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças* (organizado em conjunto com Ana L. G. Faria e Patrícia D. Prado; Autores Associados, 2005), *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas* (organizado em conjunto com Oswaldo Truzzi; Edufscar, 2005), *Cem anos de imigração japonesa: marcas na educação* (no prelo; em organização com Tizuko M. Kishimoto; Edusp, 2009).



Normas editoriais

- 1 A Revista *Oralidades* recebe textos inéditos, em fluxo contínuo. São aceitos artigos em português, inglês e espanhol. Dossiês e números temáticos terão chamada e normas especiais.
- 2 São aceitos trabalhos nas seguintes modalidades: Artigos, Resenhas, Histórias de vida, Informes de pesquisa, Entrevistas e Ensaios. Traduções podem ser enviadas, desde que não publicadas no Brasil.
- 3 Entrevistas/histórias de vida e artigos traduzidos devem ser acompanhados de autorização de uso. Em ambos os casos, preferem-se autorizações formais por meio de carta de cessão. Autorizações informais (gravação em fita/mp3, escrito ou e-mail) e entrevistas anônimas passarão pelo conselho editorial para avaliação dos riscos legais.
- 4 Os originais (exceto resenhas e ensaios) devem ter entre 21.000 e 42.000 caracteres (contando espaços), fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, devendo ser acompanhados de resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (entre 3 e 5). Resenhas de livros deverão conter no máximo 12.000 caracteres. Ensaios têm apenas limite máximo de caracteres (42.000).
- 5 Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados em português e inglês.
- 6 As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte orientação: A) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, devendo constar, entre parênteses, o sobrenome do autor seguido da data de publicação da obra e número da página. Exemplo: (CARVALHO,1998, p. 128); B) As referências bibliográficas deverão ser listadas em ordem alfabética no final do artigo.
- 7 Os autores brasileiros deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

- 8 Os editores reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.
- 9 A editores reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.
- 10 A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.
- 11 As imagens devem ser enviadas separadamente em arquivos JPG com resolução de 300 dpi.
- 12 O nome do autor deve ser acompanhado por titulação, filiação institucional e função exercida no momento do envio do texto.
- 13 Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.
- 14 O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados “ad hoc”. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.
- 15 Os textos devem ser enviados para: oralidades.neho@gmail.com

Editorial rules

- 1 The Oralidades Journal receives unpublished writings in ongoing flood. Articles are accepted in Portuguese, English and Spanish. Dossiers and thematic volumes will have special convocation and rules.
- 2 Productions are accepted in the following sorts: articles, reviews, life histories, research reports, interviews and essays. Translated articles may be sent as long as they haven't been published in Brazil.
- 3 Interviews/life histories and translated articles must be followed by an authorization of use. In both cases, formal authorizations are preferred by using letter of cession. Informal authorizations (recording on tape/mp3 or any sound file type, writing or e-mail) and anonymous interviews will be sent to the editorial council for evaluation of legal risks.
- 4 The original papers (save reviews and essays) must have from 21.000 to 42.000 characters, in Times New Roman font, size 12, space between lines 1,5, followed by an abstract (maximum of 10 lines) and 3 to 5 keywords. Book reviews must have a maximum of 12.000 characters. Essays have only a maximum of characters (42.000).
- 5 Title, abstract and keywords must have both Portuguese and English versions.
- 6 The bibliographical references must submit to the following orientation: A) The bibliographical quotations must be in the text body, with the author's last name, the publishing date and the page, using parenthesis. Example: (CARVALHO,1998, p. 128); B) The bibliographical references must be listed alphabetically at the end of the article.
- 7 The publication has the right to return the articles to its authors without the patterns listed above.

- 8 The publication has the right to review the writings both orthographically and grammatically.
- 9 The sending of the writings implies authorization for publishing and remission of copyrights.
- 10 Pictures must be sent individually in JPG files with 300 dpi quality.
- 11 The author's name must be followed by academic background, institutional links and position hold at the current moment of the sending.
- 12 The editorial commission will analyze all articles presented within these rules.
- 13 The analysis process follows the international rules of peer review. The writings received are given to two different people from the editorial council, consultants or guests "ad hoc", who pass sentence upon the work. In special cases, a third reviewer can be consulted. Both the author and consultants' anonymity are kept.
- 14 The papers must be sent to: oralidades.neho@gmail.com

Normas editoriales

- 1 La Revista Oralidades recibe textos inéditos, en flujo continuo. Dossiers y números temáticos tendrán llamada y normas especiales.
- 2 Son aceptos trabajos en las siguientes modalidades: Artículos, Reseñas, Historias de Vida, Informes de investigación, Entrevistas y Ensayos. Artículos traducidos pueden ser enviados, desde que no publicados en Brasil.
- 3 Entrevistas/historias de vida y artículos traducidos deben ser acompañados de autorización de uso. En ambos casos, son preferibles autorizaciones formales por medio de carta de cesión. Autorizaciones informales (registro en fita/mp3, escrito o correo electrónico) y entrevistas anónimas serán enviadas a el consejo editorial para la evaluación de los riesgos legales.
- 4 Los originales (excepto reseñas y ensayos) deben tener entre 21.000 y 42.000 signos, fuente Times New Roman, tamaño 12, espacio entre líneas 1,5, debiendo ser acompañados de resumen (máximo 10 líneas) y palabras-clave (entre 3 y 5). Reseñas de libros deberán conter como máximo 12.000 signos. Ensayos sólo tienen un máximo de caracteres (42.000).
- 5 Título, resumen y palabras-clave deben ser presentados en español y inglés.
- 6 Las referencias bibliográficas deberán obedecer a la siguiente orientación: A) Las remisiones bibliográficas deberán figurar en el cuerpo del texto, debiendo constar, entre paréntesis, el apellido del autor seguido de la data de publicación de la obra y el número de la página. Ejemplo: (CARVALHO,1998, p. 128); B) Las referencias bibliográficas deberán ser listadas en orden alfabética al final del artículo.
- 7 Los editores reservase el derecho de devolver para los autores los textos fuera de los patrones descriptos.

- 8 A editores reservase el derecho de ejecutar revisión ortográfica y gramatical en los textos publicados.
- 9 La simple remesa de textos implica autorización para publicación y cesión gratuita de derechos autorales.
- 10 Las imágenes deben ser enviadas separadamente en archivos JPG con resolución de 300 dpi.
- 11 El nombre del autor debe ser acompañado por titulación, filiación institucional y función ejercida en el momento del envío del texto.
- 12 Todos los artículos presentados dentro de las normas serán analizados por la comisión editorial.
- 13 El proceso de evaluación sigue las normas internacionales de peer review. Los textos recibidos son encaminados a dos examinadores integrantes del consejo editorial, consultivo o a invitados "ad hoc". En casos especiales, se puede consultar a un tercero revisor. Es mantenido el anonimato del autor y de los consultores.
- 14 Los textos deben ser enviados para: oralidades.neho@gmail.com